

# *REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA*

V. 2, nº 2  
Julho/Dezembro  
2015



ISSN: 2358-3916

Associação Brasileira de Estudos de Defesa  
CNPJ 08.743.954/0001-04

REVISTA BRASILEIRA  
DE ESTUDOS DE DEFESA

Porto Alegre, v. 2, n° 2, Jul./Dez. 2015

**Editor-Chefe**

Lucas Pereira Rezende (UFSC, Brasil)

Editor-Convocado: Samuel Alves Soares (UNESP)

**Comitê Editorial**

Alexandre Fuccille (UNESP, Brasil)

Eduardo Svartman (UFRGS, Brasil)

Kai Michael Kenkel (PUC-Rio, Brasil)

Paulo Visentini (UFRGS, Brasil)

**Conselho Editorial**

Antonio Jorge Ramalho da Rocha (UnB/Instituto Pandiá Calógeras, Brasil)

Celso Castro (FGV, Brasil)

Daniel Zirker (University of Waikato, Nova Zelândia)

Eliézer Rizzo de Oliveira (Unicamp, Brasil)

Ernesto Justo López (Universidad Nacional de Quilmes, Argentina)

Eurico de Lima Figueiredo (UFF, Brasil)

Graciela de Conti Pagliari (UFSC, Brasil)

Hal Klepac (McGill University, Canadá)

Héctor Luis Saint-Pierre (UNESP, Brasil)

João Roberto Martins Filho (UFSCar, Brasil)

Julián González Guyer (UDELAR, Uruguai)

Luis Eduardo Tibiletti (USAL, Argentina)

Manuel Domingos Neto (UFF, Brasil)

Marcela Donadio (RESDAL, Argentina)

Marco Cepik (UFRGS, Brasil)

Marcos Aurélio Guedes de Oliveira (UFPE, Brasil)

Maria Celina D'Araujo (PUC-Rio, Brasil)

Mônica Dias Martins (UECE, Brasil)

Patrice Franko (Colby College, Estados Unidos da América)

Samuel Alves Soares (UNESP, Brasil)

Shiguenoli Miyamoto (UNICAMP, Brasil)

Waldimir Pirró e Longo (UFF, Brasil)

Wanderley Messias da Costa (USP, Brasil)

**Assistentes de Edição**

Ana Luiza Becher (UFSC), Bárbara Motta (PPGSTD),

Bruna Moreira (PPGSTD), Diego Lopes (PPGSTD), Genira Chagas (UNESP),

Juliana Graffunder (UFSC), Luiza Elena Januário (PPGSTD), Raquel Gontijo (PPGSTD),

Tamires de Souza (PPGSTD) e Thiago Tasca (UnB)

Carlos Batanoli Hallberg (revisão), Fernando Piccinini Schmitt (editoração eletrônica)

Indexadores

---

academia.edu

latindex

## **SOBRE A REVISTA**

A Revista Brasileira de Estudos de Defesa é um periódico acadêmico editado pela Associação Brasileira de Estudos de Defesa, segundo normas internacionais de editoração científica.

A Revista Brasileira de Estudos de Defesa é um periódico acadêmico editado pela Associação Brasileira de Estudos de Defesa, segundo normas internacionais de editoração científica.

A Revista publica artigos, ensaios e resenhas inéditas, aprovados pelo sistema de avaliação pelos pares. Os textos versam prioritariamente sobre temáticas agrupadas em dois grandes eixos:

### **I) ORGANIZAÇÕES MILITARES E SOCIEDADE**

Esse eixo contempla as seguintes temáticas: epistemologia dos Estudos de Defesa; conceituações de Guerra, Paz, Defesa, Segurança e ameaças; História, Sociologia, Antropologia, Psicologia das organizações militares e de seus integrantes; mudanças orgânicas, estruturais e funcionais dos organismos militares; tendências do ensino técnico-profissional; sistemas hierárquicos e disciplinares; Justiça Militar; concepção, estruturação e funcionamento de estados-maiores conjuntos; tendências dos sistemas de recrutamento e emprego de mercenários; homofobia, inserção da mulher, dos imigrantes e dos indígenas nas Forças Armadas; o militar e o exercício da cidadania; construção de culturas de Defesa; Ética militar e construção da memória militar.

### **II) ESTUDOS DAS POLÍTICAS DE DEFESA**

Esse eixo contempla as seguintes temáticas: pensamento estratégico e estudos geopolíticos; políticas e programas de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação para a Defesa; base industrial e logística de Defesa; vinculações entre as relações internacionais e as políticas de Defesa; Economia e orçamentos de Defesa; gastos militares internacionais; comércio internacional de armamento; alianças e cooperação militares internacionais; emprego das Forças Armadas em desastres naturais, defesa civil e garantia da Lei e da Ordem; direitos humanos; repercussões da preservação de terras indígenas sobre a Defesa nacional; relação entre os parlamentos e as Forças Armadas; estruturação e funcionamento de ministérios de Defesa.

---

R454 Revista Brasileira de Estudos de Defesa / Associação  
Brasileira de Estudos de Defesa. v. 1, n. 1 (2014-).  
Porto Alegre : Associação Brasileira de Estudos de  
Defesa, 2014--.

ISSN 2358-3932 - versão online  
ISSN 2358-3916 - versão impressa

1. Defesa nacional -- Periódicos. I. Associação  
Brasileira de Estudos de Defesa.

CDU 355.45(81)

**Pareceristas que emitiram avaliações para o volume 2 (2015)  
da Revista Brasileira de Estudos de Defesa:**

Adriana A. Marques	Humberto Lourenção
Alcides da Costa Vaz	Iure Paiva
Alcides Eduardo dos Reis Perón	João Roberto Martins Filho
Alex Jobim Farias	Jorge Mascarenhas Lasmar
Alexander Arciniegas	José Alberto Cunha Couto
Alexandre César Cunha Leite	José Miguel Quedi Martins
Alexandre Fuccille	Juliana Lyra Viggiano
Amadeu de Farias Cavalvante Junior	Juliano Cortinhas
André Luiz Reis da Silva	Kai Michael Kenkel
André Panno Beirão	Lucas Keer Oliveira
Antonio Ruy Silva	Lucas Pereira Rezende
Augusto Teixeira Jr.	Lucas Soares Portela
Áureo Toledo	Marco Cepik
Carlos Eduardo De Franciscis Ramos	Maria Cecília Adão
Celso Castro	Maria Celina D'Araujo
César Augusto Lambert de Azevedo	Matilde de Souza
Clarissa Franzoi Dri	Nilda Nazaré Pereira Oliveira
Cleber Franklin	Pablo Celi de La Torre
Daniel Chaves	Pascoal Gonçalves
Diego Rafael Canabarro	Paulo Gustavo Pellegrino Correa
Eduardo Migon	Paulo Visentini
Eduardo Svartman	Rafael Oliveira de Ávila
Érico Esteves Duarte	Rafael Villa
Eugenio Diniz	Samuel Alves Soares
Eurico de Lima Figueiredo	Selma Gonzales
Fabício H. Chagas Bastos	Shiguenoli Miyamoto
Flávio Pedroso Mendes	Thiago Borne Ferreira
Gills Vilar Lopes	Thiago Rodrigues
Graciela De Conti Pagliari	Tomaz Espósito Neto
Héctor Luis Saint-Pierre	Vagner Alves
Helton Ricardo Ouriques	Wanderley Messias da Costa

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA  
(ABED)**

**Diretoria ABED (2014-2016)**

Presidência: Alexandre Fuccille (UNESP)

Vice-Presidência: Adriana A. Marques (UFRJ)

Secretaria Executiva: Lucas Pereira Rezende (UFSC)

Secretaria Adjunta: Maria Cecília de Oliveira Adão  
(Claretiano Centro-Universitário)

Diretoria de Relações Institucionais: Kai Michael Kenkel (PUC-Rio)

Diretoria Financeira: Augusto Teixeira Júnior (UFPB)

Diretoria Financeira Adjunta: Érico Esteves Duarte (UFRGS)

Conselho Fiscal: Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)  
e Paulo Gustavo Pellegrino Correa (UNIFAP)

# Sumário

Editorial .....	9
-----------------	---

*Samuel Alves Soares*

*Lucas Pereira Rezende*

## Ensaaios

Por uma Nova Ontologia da Defesa.....	15
---------------------------------------	----

*Samuel Alves Soares*

Breve Ensaio sobre Estudos de Defesa como Atividade Científica.....	21
---	----

*Eugenio Diniz*

Ensaio sobre os Estudos de Defesa e a Comunidade que os Pratica.....	29
--	----

*Héctor Luis Saint-Pierre*

## Artigos

Da Epistemologia dos Estudos de Defesa e os seus Campos Híbridos.....	43
---	----

*Sabrina Evangelista Medeiros*

Ensino e Pesquisa em Defesa no Brasil: Estruturação do Campo e Desafios.....	57
---	----

*Adriana A. Marques*

*Alexandre Fuccille*

A defesa na Imprensa Militar do século XIX: Brasil e Argentina.....	75
---	----

*José Miguel Arias Neto*

Ontologia, Metodologia e Prioridades nos Estudos de Defesa.....	87
---	----

*Antonio Jorge Ramalho da Rocha*



Estudos Estratégicos como Área de Conhecimento Científico.....	107
<i>Eurico de Lima Figueiredo</i>	
A Ciência da Guerra: Epistemologia e Progresso nos Estudos Estratégicos.....	129
<i>Érico Esteves Duarte</i>	
<i>Flávio Pedroso Mendes</i>	
Política y Guerra: Apuntes para una Analítica Agónica de los Estudios Estratégicos.....	151
<i>Thiago Rodrigues</i>	
Rompendo o Paradigma Estratégico-Realista: por uma Perspectiva Epistemológica Eclética dos Estudos de Defesa.....	173
<i>Gilberto Carvalho de Oliveira</i>	
Fundamentos Olvidados de la Política de Defensa: Reflexiones a partir del Caso Argentino.....	197
<i>Jorge Battaglino</i>	

## Resenha crítica

Resenha de: ZIRKER, Daniel. <i>Forging military identity in Culturally Pluralistic Societies: quasi-ethnicity.</i> Maryland: Lexington Books, 2015.....	219
<i>Suzeley Kalil Mathias</i>	
Diretrizes para Autores.....	223

## EDITORIAL

Prezadas(os) leitoras(es),

É com muita satisfação que apresentamos a primeira edição especial da Revista Brasileira de Estudos de Defesa (RBED), volume 2, número 2, ano 2015, trazendo como tema “A Dimensão Epistêmica dos Estudos de Defesa”.

A escolha desta temática para essa edição especial nada tem de aleatória. Em um momento em que se discute o lugar que os Estudos de Defesa devem ocupar na produção científica brasileira, discussão essa que acontece hoje em espaços como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e em outras instâncias ligadas ao Ministério da Educação (MEC), a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) não poderia ficar alheia.

Esta edição especial reúne trabalhos originais enviados para a RBED e também sintetiza as apresentações de duas mesas-redondas realizadas no I Encontro Regional da ABED na Região Sudeste (I ERABED Sudeste), realizadas em São Paulo, nos dias 26 e 27 de novembro de 2015, na sede do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas.

Organizadas por Samuel Alves Soares e Héctor Luis Saint-Pierre, as mesas discutiram a epistemologia dos Estudos de Defesa, reunindo nomes de diferentes regiões e instituições do país que se dedicam à área. Participaram desses debates: Alexandre Fuccille, Antonio Jorge Ramalho da Rocha, Eugenio Diniz, José Miguel Arias Neto e Sabrina Medeiros, além dos referidos organizadores. Suas exposições foram transcritas e deram origem aos ensaios e artigos assinados por eles nessa edição.

Além das exposições das mesas especiais do I ERABED Sudeste, recebemos como resposta à chamada da edição especial sobre a dimensão epistêmica dos Estudos de Defesa as contribuições originais de Adriana Marques,<sup>1</sup> Eurico de Lima Figueiredo, Érico Duarte e Flávio Mendes, Gilberto Oliveira, Jorge Battaglino e Thiago Rodrigues.

---

Samuel Alves Soares – Doutor em Ciência Política (USP) e professor de Relações Internacionais (UNESP). Editor-Convitado da RBED. E-mail: samuel.soares@ipri.unesp.br  
Lucas Pereira Rezende – Doutor em Ciência Política (UFRGS) e Professor de Relações Internacionais (UFSC). Editor-Chefe da RBED. E-mail: lucas.rezende@ufsc.br

Na seção **Ensaio**s, abrimos o número especial com o trabalho de Soares, que, além de contextualizar a discussão realizada no I ERABED Sudeste, propõe um debate sobre o lugar ontológico da Defesa. Em seguida, o ensaio de Diniz trata da classificação dos Estudos de Defesa como atividade científica via análise comparada com outras áreas do conhecimento, e como os conhecimentos dessas áreas são orientados para os problemas práticos das atividades de defesa. O último ensaio, de Saint-Pierre, lança uma luz sobre a relação dos Estudos de Defesa com a comunidade que os desenvolve. Através de uma avaliação sociológica de seus praticantes, Saint-Pierre conclui que Defesa é um objeto, e não uma área epistêmica *per se*.

A seção **Artigos** é, para efeito de continuidade, aberta com os trabalhos das mesas-redondas do I ERABED Sudeste. No primeiro deles, Medeiros analisa o campo dos Estudos de Defesa a partir de uma perspectiva evolucionária, mostrando como ele é constituído a partir da contínua relação entre o que é proposto pela comunidade acadêmica e o que é provocado pelos atores normativos envolvidos na prática da defesa. Essa visão é complementada por Fuccille e Marques, que avaliam o processo de institucionalização do campo de Defesa pelas universidades do Brasil, apontando suas origens e atuais desafios.

Na sequência, em perspectiva de análise histórica para nossa própria compreensão atual, Arias Neto avalia o tratamento dado à temática de defesa pela imprensa militar da Argentina e do Brasil no século XIX, fazendo um levantamento de como os oficiais de ambas as Marinhas enxergavam o tema à época. Por fim, encerrando o ciclo dos trabalhos oriundos das já referidas mesas-redondas, Ramalho da Rocha reflete acerca da experiência de um acadêmico e sua inserção na gestão pública, tratando de sua própria experiência à frente de diferentes instituições públicas nacionais e internacionais ligadas à área de defesa.

Abrindo as contribuições originais, Figueiredo discorre sobre o processo de tratamento dos Estudos Estratégicos e da Segurança Internacional como área de conhecimento científico e sua história no Brasil, com ênfase em seu caráter político. Essa visão é complementada pelo trabalho de Esteves e Mendes, que localizam o rigor para o tratamento científico dos Estudos Estratégicos a partir da abordagem clausewitziana, dentro da epistemologia positivista dos Programas de Pesquisa Científicos de Imre Lakatos.

Contrapondo-se aos anteriores, os trabalhos de Rodrigues e Oliveira apresentam visões críticas sobre o tema. Rodrigues discorre sobre uma visão agonística para as chamadas *novas guerras* a partir das concepções críticas de Pierre-Joseph Proudhon e Michel Foucault. Já Oliveira busca romper o paradigma unidimensional estratégico-realista dos Estudos de

Defesa, propondo uma epistemologia eclética que reflita a complexidade de temas e atores envolvidos na defesa nacional do Brasil e do mundo.

Encerrando esta seção e tendo a Argentina como objeto de análise, o artigo de Battaglini contribui para o enriquecimento do debate no Brasil ao trazer uma definição para o conceito de defesa que seja capaz de observar fundamentos esquecidos pelas políticas de defesa, contribuindo, assim, para a compreensão da variação dos interesses dados pelos Estados ao tema.

Por fim, esta edição especial da RBED se encerra com a resenha crítica elaborada por Suzeley Mathias do livro *Forging Military Identity in Cultural Pluralistic Societies: quasi-ethnicity* (Lexington Books, 2015), organizado por Daniel Zirker.

Para que esta edição fosse realizada, a RBED contou com o auxílio da jornalista Genira Chagas, do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da UNESP e dos estudantes Tamires de Souza, Bruna Moreira, Luiza Elena Januário, Diego Lopes, Raquel Gontijo e Bárbara Motta, do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, que trabalharam na gravação das palestras do I ERABED Sudeste; dos estudantes da UFSC Juliana Graffunder, do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, e Ana Luiza Becher, da graduação em Relações Internacionais; e do estudante Tiago Tasca, do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – os três últimos integrantes do Grupo de Estudos em Segurança e Defesa (GESED/UFSC), a quem agradecemos pelas transcrições das palestras.

O nosso muito obrigado vai também a todos os que colaboraram para que este número especial saísse com a variedade e riqueza de ideias que aqui se apresentam. As comunidades atual e futura dos Estudos de Defesa têm, aqui, referências agora fundamentais.

Uma boa leitura a todas(os)!

**Prof. Dr. Samuel Alves Soares**

Editor convidado / UNESP

**Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende**

Editor-Chefe da RBED / UFSC

## NOTA

1. Em coautoria com Alexandre Fuccille, previamente mencionado.



Ensaio

---



# Por uma Nova Ontologia da Defesa

## For a New Defense Ontology

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, n° 2, jul./dez. 2015, p. 15-20  
ISSN 2358-3932

---

SAMUEL ALVES SOARES<sup>1</sup>

Os estudos em Defesa no Brasil talvez não alcancem meio século, quem sabe um curto meio século. Há uma dimensão da Defesa que ainda está para ser construída e consubstanciada. Há temas de Defesa, e são nitidamente temas de Defesa, que possuem uma larga tradição no Brasil, como estudos sobre indústria e economia de Defesa, tecnologia de emprego militar, estudos estratégicos, sociologia da guerra, e relações civis-militares em suas vertentes na História e nas Ciências Sociais, questões estas tributárias em particular ao regime autoritário vigorante entre 1964 e 1984. Não se trata, pois, de uma ausência, mas de fragmentação, por um lado, e de uma clareza ontológica sobre a dimensão central da Defesa, uma dimensão não estabelecida com o vigor que se poderia acalentar. Essa dimensão, desde um amparo normativo, é que a Defesa deve estar configurada na perspectiva da externalização, ou de uma nova ontologia da Defesa, que a encare, antes de mais nada, como ações que são tomadas para fora da esfera nacional e que envolvem, por certo, os estudos estratégicos e a questão da guerra. Porque o tema Defesa, inexoravelmente, encobre possibilidades de se tomar ações estratégicas – sejam ofensivas, defensivas, dissuasórias, etc. – isto é, que impliquem o uso da força.

Este é um debate fundamental e que envolve o seu significado e compreensão. Neste sentido, é somente ao término do regime autoritário que se começa a esboçar efetivamente este tipo de perspectiva. Observe-se que o próprio termo Defesa não aparece nos documentos dos anos 1960, 1970 e 1980. Isso não significa tudo, mas é um indício importante a se considerar. O que se apresentava no país, em parte, das próprias Forças Armadas, era a elaboração de uma Doutrina de Segurança Nacional que internalizou o conflito, enquanto caracterizou o inimigo como sendo interno, na medida em que ele se diferenciava do ponto de vista ideológico de uma ordem social pregada e imposta pela força. Essa é uma questão sobejamente conhe-

---

Samuel Alves Soares – Doutor em Ciência Política (USP) e professor de Relações Internacionais (UNESP). E-mail: samuel.soares@ippri.unesp.br



cida, mas é importante fazer essa demarcação para propor que se trate do tema com mais clareza e precisão. Ressalte-se que não se concentra neste período o emprego das Forças Armadas no âmbito interno, o que já se fazia presente no século XIX.

A referida questão sugere, de início, que se trate analiticamente dois pilares complementares, e, portanto, que se distinguem. Há uma *questão militar* que passou a constituir-se como um nó institucional central para o processo de redemocratização. Havia que se construir mecanismos que se interpusessem à autonomia militar e que fundassem novos formatos de convivência entre as instituições militares e o poder político civil. Aquelas recém-saídas do exercício direto do poder político, fortalecidas politicamente, e que haviam estabelecido os parâmetros de uma transição pelo alto; o segundo frágil, sem clareza de propósitos e padecente dos acontecimentos que levaram Sarney à presidência da República. Exposto este gigantesco desafio, que embutia o temor de retrocessos, estavam presentes as condições para que o outro pilar, agora *político-estratégico*, fosse considerado como um quase monopólio das Forças Armadas. Considerando-se o tema de forma bastante ampliada, as questões de Segurança Internacional e Defesa permaneciam como atributos praticamente exclusivos das instituições castrenses.

Durante uma década este segundo pilar ficou restrito à ambiência militar, embora não exista um monopólio de discussões sobre segurança internacional exclusivamente nas Forças Armadas. É necessário relativizar essa afirmação, mas não porque seja contestada completamente, e sim porque os parâmetros perderam ou mesmo nunca estiveram orientados por uma perspectiva oriunda do poder político legitimado para definir as linhas mestras mais gerais da grande estratégia.

O resultado é que os temas de Segurança Internacional e Defesa ficaram reféns da matriz autoritária da Escola Superior de Guerra, em cujo eixo central predominou a enviesada distorção de uma Guerra Fria alongada, cujo marco mantinha-se arraigado ao espectro do inimigo interno, em combinação com uma geopolítica mais clássica, voltada ao estabelecimento de uma estratégia de presença nacional, instando, por exemplo, à ocupação do “vazio amazônico”, sem consideração às civilizações ali presentes há milênios. Decerto estes marcos não são excludentes e exclusivos. Pode-se voltar mais no tempo e encontrar Góes Monteiro tratando das dificuldades que se apresentavam ao Brasil nos anos 1930, do ponto de vista estratégico, de se defender de um inimigo que era visto ao sul. Ou seja, questões político-estratégicas não estão ausentes, mas estão muitas vezes isoladas e fragmentadas.

Se considerarmos a segurança como condições para o exercício das próprias capacidades se poderá notar que inúmeras vezes aqueles que são

destinados a prover a segurança são muitas vezes aqueles que ampliam a condição da insegurança, revelando sempre mais a contradição do próprio oxímoro da expressão segurança. A Defesa, por sua parte, pode ser considerada como um conjunto de medidas destinadas a enfrentar distintos riscos, potenciais ou efetivos, ou reduzir a vulnerabilidade frente a esses riscos, e embutindo a possibilidade de emprego da força. Neste ponto, afrontando o que foi estabelecido nos documentos normativos desta área no país, há uma questão fundamental a destacar: a Defesa contra ameaças exclusivamente externas, e não preferencialmente ou predominantemente externas. A inserção deste aposto, na Política de Defesa Nacional em sua versão de 2005, foi oportunidade perdida para definir parâmetros claros e distintivos entre a Defesa – externa – e a Segurança em sua vertente interna, quer em seus desdobramentos para a região de fronteiras, quer para o âmbito da Segurança Pública. O resultado é que esses termos acabam resurgindo e sendo retomados porque vigora certa imagem fantasmagórica da perspectiva da Segurança Internacional revelando, mais uma vez, essa dificuldade da externalização das questões relativas à Defesa. E essa indistinção entre Defesa e Segurança no âmbito interno expõe, além disso, um outro aspecto: os marcos teóricos analíticos que são definidos alhures e que parecem indicar que Defesa não é atributo de “Estados fracos”, tampouco de emergentes. A Defesa estaria restrita às potências, estas sim envolvidas em situações de constante luta pelo poder a que os demais não estão afeitos e, quando estão afeitos, reservam-se a eles apenas tarefas subsidiárias no sentido de reforçar os elementos de segurança internacional a serem providos pelas grandes potências.

Nesta linha, o que caberia à periferia do sistema? Ficaria reservado aos demais países dar conta das ameaças externas de cunho bem específico: as chamadas *novas ameaças*. E o Brasil se insere neste modelo, até porque tem sido obsequioso em atender crescentemente a este tipo de desígnio, que é estabelecido exteriormente. O resultado, que se pode acompanhar diuturnamente, é o emprego dos elementos máximos de força do Estado para ocupação de comunidades e como polícias de fronteira. Este movimento impede a externalização das ameaças e dos inimigos que demandem, aí sim, o emprego máximo da força do Estado. Não bastasse, a Defesa, do ponto de vista dos documentos normativos, reside em um espaço pouco claro e quiçá esquizofrênico. Por exemplo, anuncia-se, no âmbito regional – vejamos a criação da Unasul e do Conselho de Defesa Sul-americano –, o propósito de diferenciar Segurança e Defesa, ao apontar para domínios em que o emprego da força deveria ser diferenciado: o que é relativo à Defesa e o que é relativo à Segurança em seu âmbito interno e no limite das fronteiras domésticas.

O Brasil tem sido abalizador desta proposta de diferenciação, que, todavia, não se traduz em normas de decisão e ação política. Ao revés, o emprego das Forças Armadas no âmbito interno tem sido a prática corriqueira e está a ponto de ser banalizada em formato usual de atuação na região de fronteiras, como policiamento em grandes eventos e como instrumento secular na Segurança Pública.

E há outros desdobramentos neste tema e que são de natureza epistemológica, que visam definir os eixos de produção do conhecimento sobre Defesa, enfim, o estabelecimento de parâmetros designadores do estatuto de cientificidade da área. E aparece outra vez na questão do encaminhamento como área de conhecimento no debate acadêmico-científico brasileiro. A consideração pouco lisonjeira é que a Defesa se encontra em um limbo. Ou seja, a Defesa ainda não encontrou a exaltação de uma visão beatífica, e não é contemplada como área de conhecimento pelo CNPq. E o Comitê de Defesa, já existente durante um breve período, nos meados dos anos 2000, foi extinto há alguns anos. A questão é, portanto: aonde está a Defesa?

Não se trata de um simples dilema. Como área do conhecimento ela está onde estão os pesquisadores, nos ambientes em que se produzem reflexões, debates e de onde surgem proposições para o campo. Em relação à produção científica, aparece nitidamente em obras qualificadas, em produtos tecnológicos. Todavia, o estatuto, o patamar de valoração efetiva deste campo está por vir. Ou quando ele se anuncia, bem pouco tempo, na sequência, ele se retrai. E não há dúvida que há uma questão-chave: quando aqueles que se dedicam aos temas de Defesa têm a preocupação de, quando encaminham projetos, possam contar, pelo menos, com a consideração e o respeito de que as suas propostas e formulações possam ser avaliadas por pares da área, o que é uma condição absolutamente essencial para a aplicação do rigor acadêmico, mas com parâmetros orientados por uma razoabilidade de corte acadêmico. Este é um aspecto fundamental e importante.

Outra questão é se isso significa considerar os temas de Defesa como apartados, como distantes de outras áreas do conhecimento, como uma área tão específica que não consiga produzir o debate com áreas afins. É preciso tomar um cuidado entre o extremo do isolamento e da desconsideração e a excessiva fragmentação, de modo a garantir uma perspectiva mais institucionalizada que viabilize a consolidação da Defesa como área do conhecimento científico, respeitando um legado histórico que demanda um fortalecimento constante. É chegado o momento que exige cuidado com a excessiva euforia, porque, com dez anos da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, poder-se-ia, por inadvertência, considerar que foi atingido um patamar já satisfatório. Ainda há muito a se fazer. E a Universidade

precisa manter, ou pelo menos recriar, a sua condição de exercer um papel de vanguarda. A Universidade não pode ficar a reboque. É na Universidade que se propõe a agenda e a pauta. Há que se distinguir com muita clareza que a reflexão criteriosa, distante de doutrinas, de engessamentos, é papel da Universidade em seu pluralismo metodológico, epistemológico e ontológico. E com o cuidado de evitar o frequente risco de entorpecimento produzido por mecanismos burocráticos, aparentemente derivados das próprias proposições e que geram regras que aprisionam e que empobrecem o debate acadêmico.

E para evitar o isolamento, evadir-se de constituição de uma área apartada das Ciências Humanas e também de uma excessiva fragmentação. No campo estão inseridos temas já clássicos: estudos estratégicos, relações civis-militares, história militar, teorias da paz e da guerra, questões de gênero nas Forças Armadas, entre tantos outros. Propõe-se, para um debate franco e aberto, que a Defesa, desde um ponto de vista ontológico, está ligada ao campo das relações internacionais, em caixa baixa, pois não se está referindo ao campo específico do conhecimento, mas à externalização da Defesa no âmbito das relações internacionais. Este é o domínio ontológico da Defesa por excelência.

É preciso indagar-se acerca da concretude dos passos estabelecidos na esfera acadêmica e na dimensão da política. O fortalecimento acadêmico é tarefa essencial, embora não exclusiva, para conceder atributos fundamentais para a democracia e para o estatuto estratégico do país e da região. De um lado, o exercício constante para que se produzam as condições para o emprego da força máxima do Estado exclusivamente para ameaças externas, protegendo a cidadania de se tornar vítima dos elementos de força de seu próprio Estado. De outro, para que se evite uma *resignação estratégica*, que circunde a atuação das Forças Armadas a um papel subsidiário de polícias de fronteira, restritas a compor um aparato dedicado a conter fluxos de drogas ilícitas ou que se constituam, por fim, ao estatuto de polícias destinadas, muito equivocadamente, à Segurança Pública. Observe-se que este processo tem se apressurado, em dupla afronta: à democracia e à dimensão estratégica do país. Com ousadia e ambição é preciso conter este processo e ultrapassar a condição deste duplo debilitamento. É preciso estabelecer que a Defesa não está contida nos limites de fronteiras, físicas ou epistêmicas.

## NOTAS

1. Agradeço a Tiago Gabriel Tasca pela transcrição da exposição realizada durante o Encontro Regional da ABED – Sudeste, em novembro de 2015.

## POR UMA NOVA ONTOLOGIA DA DEFESA

### RESUMO

Ensaio acerca de como se desenvolveram os Estudos de Defesa no Brasil e como, no momento atual, é preciso que a área encontre o seu lugar na produção acadêmica brasileira. É preciso tomar um cuidado entre o extremo do isolamento e da desconsideração e a excessiva fragmentação, de modo a garantir uma perspectiva mais institucionalizada que viabilize a consolidação da Defesa como área do conhecimento científico, respeitando um legado histórico que demanda um fortalecimento constante.

Palavras-chave: Estudos de Defesa; Ontologia; Conhecimento Científico.

### ABSTRACT

Essay on how the development of the Defense Studies in Brazil and how, at the present time, it is necessary that the area finds its place in the Brazilian academic production. One has to take a care not to place the Defense Studies at the extreme isolation and not to avoid its excessive fragmentation, in order to ensure a more institutionalized approach that enables the consolidation of Defense Studies as an area of scientific knowledge, following a historical legacy that demands constant strengthening.

Key-words: Defense Studies; Ontology; Scientific Knowledge.

Recebido em 27/05/2016. Aprovado para publicação em: 03/06/2016.

## Breve Ensaio sobre Estudos de Defesa como Atividade Científica

### Brief Essay on Defense Studies as a Scientific Activity

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 2, jul./dez. 2015, p. 21-28  
ISSN 2358-3932

---

EUGENIO DINIZ

— | —

Quando se propõe uma discussão epistemológica, frequentemente pensa-se em Filosofia da Ciência e nas discussões correlatas: o que distingue Ciência de outras formas de conhecimento e de reflexão; se há ou não algo como método científico, e o que o distinguiria; problemas como falseabilidade, demarcação, corroboração; e outras bastante conhecidas. Mas este conjunto é apenas uma parte, dentre muitas outras, da discussão epistemológica, e seguramente não é o que nos interessa aqui, em que se trata de responder a um convite para discutir “a dimensão epistêmica da Defesa”. Parece-me que o mais relevante aqui é tentar identificar o que caracteriza os Estudos de Defesa como atividade científica. Antes, uma observação: para evitar a possibilidade de confusão em situações em que o termo “Defesa” poderá ser empregado, ao longo do texto, em referência a outras coisas que não à atividade científica de que se trata aqui, referir-se-á a esta última como “Estudos de Defesa” — como, de resto, é frequente na literatura em inglês (*Defence Studies* ou *Defense Studies*, dependendo do país). Mas isso apenas por comodidade: não se trata de nenhuma tomada de posição.

Começando pelo que é bem sabido, cabe lembrar que, entre os gregos, quando se pensava no problema epistêmico, tratava-se de diferenciar entre o conhecimento rigoroso e embasado e aquilo que fosse uma mera opinião ou palpite — no sentido em que hoje falamos, informalmente, de “achismo”, e não no sentido de uma avaliação solidamente construída de questões sobre as quais pesam doses consideráveis de incerteza e de diferenças

valorativas. Se, contemporaneamente, tratar de questões epistêmicas consolidou-se predominantemente na discussão do que constitui o que moderadamente chamamos de “Ciência”, por outro lado, isso está longe de esgotar o assunto.

No que concerne mais diretamente ao tema da nossa discussão — os aspectos epistêmicos dos Estudos de Defesa —, eu o poria nos seguintes termos: qual o lugar da Defesa como objeto de estudo? Devemos falar de uma “Ciência da Defesa” ou de uma “discussão cientificamente instruída sobre problemas de Defesa”? O ponto é que, claramente, é possível fazer uma discussão cientificamente instruída sobre assuntos de defesa — na verdade, é possível discutir-se cientificamente sobre praticamente qualquer coisa; falar de uma “Ciência da Defesa”, por outro lado, é claramente inapropriado. Passemos à argumentação, começando por aquilo que os Estudos de Defesa, como atividade científica, não são.

Uma observação: a agregação e a distinção entre atividades científicas se dará em grossas pinceladas, carregando nas tintas, para simplificar a discussão e torná-la mais prática. Não se trata de afirmar categoricamente que esta ou aquela disciplina, mencionada ao longo do texto, conforme-se, ou deva conformar-se, à sumária descrição aqui feita. Temos certeza de que, a rigor, nenhum dos membros das comunidades científicas das ciências ou disciplinas mencionadas considerará que a caracterização aqui feita reflete exatamente o que fazem, e nem é esta a intenção nesse ensaio. Trata-se apenas de avaliar e apontar caminhos para a comunidade científica que se debruça sobre problemas de Defesa, a partir de uma descrição muito sumária dos caminhos existentes. Como já ressaltado, não se trata de nenhuma reflexão mais formalizada do ponto de vista epistemológico.

— II —

Em primeiro lugar, não se pode falar em uma “Ciência da Defesa” no mesmo sentido em que se reconhecem ciências como, por exemplo, Física, Química, Biologia, Sociologia. Estas são ciências facilmente reconhecíveis como tal: têm cara de ciência, jeito de ciência, nariz de ciência, boca de ciência, orelha de ciência e andam como ciência. Ou seja, a atividade científica focada na identificação de hipóteses sobre relacionamentos entre fenômenos — com destaque para relações de causalidade, mas não necessariamente se resumindo a estas —, no teste dessas hipóteses, sua reformulação e sistematização em teorias de alcance mais amplo, incluindo mais fenômenos sob um mesmo marco conceitual, etc. Em larga medida, os fenômenos e relações que estudam são fundamentais, com fortíssimas implicações

sobre outros fenômenos, ou sobre outras relações entre fenômenos, que eventualmente são estudados ou explorados em outras disciplinas, ou por outras disciplinas — como no caso da dependência das Engenharias principalmente, mas não apenas, para com a Física, ou como da Medicina e da Veterinária para com a Biologia, por exemplo. Claramente, não vejo como falar apropriadamente de “Ciência da Defesa” nesses mesmos termos.

— III —

Em segundo lugar, não me parece apropriado tratar Estudos de Defesa do mesmo modo como geralmente referimo-nos às Engenharias, Medicina, Administração ou, de um modo mais peculiar, o Direito, como atividades científicas. Nesses ramos de atividade científica, trata-se em larga medida de integrar contribuições, abordagens, teorias, evidências, conclusões e *insights* provenientes muito frequentemente de outras disciplinas — e particularmente daquelas mencionadas logo acima —, com o foco direcionado para o enfrentamento de problemas muito concretos, e que, por sua vez, gera muitos problemas novos em termos de conhecimento, o que as torna muito fecundas com relação àquelas disciplinas, digamos, mais originais. Outra característica desse grupo de atividades científicas é que elas tendem a interagir fortemente entre si — ainda que haja maior afinidade entre algumas delas. Por exemplo, a Medicina interage intensamente com vários setores das Engenharias, no que concerne a técnicas e equipamentos para exames, procedimentos, tratamentos, etc.; talvez o exemplo mais impactante seja a crescente importância da tecnologia nuclear para tratamentos e diagnósticos, mas os exemplos são legião. Igualmente ilustrativa é a relação entre a pesquisa de fármacos e os diversos ramos e sub-ramos da Química — Química Orgânica, Química do Organismo Humano, etc.

Mas o caso das Engenharias é também bastante ilustrativo, especialmente no que concerne aos Estudos de Defesa. O desenvolvimento e a institucionalização das Engenharias estão fortemente relacionados ao desenvolvimento da Artilharia: o desenvolvimento de novas fortificações, que pudessem resistir à nova Artilharia, dependeu intensamente da aplicação de Matemática — as fortificações concebidas por Vauban são o exemplo histórico mais significativo. O exemplo é marcante porque sua importância histórica é enorme: quando se estuda, em História, a famosa “aliança entre o Rei e a burguesia”, frequentemente se deixa de lado o porquê de o Rei precisar do dinheiro da burguesia. O ponto é que dispor simultaneamente desses dois tipos de recursos — artilharia que derrubaria antigas fortificações e a construção de novas fortificações que permitissem enfrentar forças equipadas com as peças de artilharia de sítio, garantindo assim o controle



de áreas que eram tomadas aos demais senhores feudais — exigia riquezas que estavam além das disponíveis para os senhores feudais, dos quais o Rei era apenas um *primum inter pares*, mas cuja primazia era vantagem suficiente para que fosse o mais útil beneficiário potencial da aposta dos comerciantes na unificação política, fiscal e monetária de grandes espaços geográficos. Ou seja, pode-se arguir que, sem as Engenharias e sua relação com a Matemática, não haveria os Estados Nacionais como os conhecemos.

Outro exemplo recente, bastante interessante, é o caso da Engenharia de Produção. Dentre os problemas típicos dessa área, está o de integrar espaços, instalações, equipamentos, infraestrutura, pessoas e procedimentos para a viabilização de uma determinada função de produção. Desse modo, algumas outras áreas são de forte interesse para a Engenharia de Produção, como, por exemplo, Ergonomia e Fisiologia do Trabalho, que, por sua vez, interagem fortemente com Mecânica, Óptica, Biologia, Física de Materiais, entre outras; as pesquisas relacionadas a Logística, por sua vez, interagem intensamente com Mecânica, Geografia, Geologia, Economia, etc.; mas, ainda mais ilustrativa para nossos propósitos, é a Pesquisa Operacional — ramo típico da Engenharia de Produção —, que se relaciona estreitamente com Matemática, Estatística, Logística, Mecânica, Eletrônica, entre outras: a Pesquisa Operacional surge para, literalmente, encontrar submarinos alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, trata-se claramente de Engenharia — ainda que aplicada à solução de problemas relacionados à Defesa —, e não de Estudos de Defesa como tal.

#### — IV —

Também não me parece adequado falar de uma “Ciência da Defesa” no mesmo sentido em que, por exemplo, Economia, Meteorologia, Ecologia, Ciência Política ou História — esta última com alguns aspectos bem próprios — são ciências. Em tais disciplinas, os fenômenos a serem estudados são articulados em torno dos processos a que se visa compreender: no caso da Economia, as interações relacionadas aos processos de produção, circulação, distribuição da riqueza socialmente produzida, enfim, processos pelos quais as sociedades produzem o atendimento de suas necessidades materiais; no caso da Ciência Política, interações relacionadas à produção de regras e expectativas, formais ou informais, de gestão da vida coletiva, de atribuição de responsabilidades e de prerrogativas, de divisão de benefícios e custos das ações coletivas.

Além da Economia, da Ciência Política e das demais disciplinas citadas acima, creio que dois outros campos do saber que nos interessam mais diretamente pertencem a este grupo: Relações Internacionais, de um la-

do, e Estudos Estratégicos, de outro. No caso de Relações Internacionais, trata-se de compreender os processos pelos quais coletividades, independentemente de sua forma organizacional ou jurídica, estabelecem, mantêm, administram e modificam algum tipo de *modus vivendi*; no caso dos Estudos Estratégicos, trata-se de compreender os processos relacionados à gestão do emprego ou da possibilidade do emprego da força física como parte do relacionamento entre indivíduos, entre grupos, entre coletividades, seja na garantia ou na transformação da regulamentação do convívio no interior de uma dada sociedade, seja na manutenção ou transformação do *modus vivendi* entre coletividades — transformação que pode ser tão radical que culmine com a erradicação de uma, ou mais de uma, delas, incluindo, como possibilidade, a aniquilação mútua.

Cabe aqui um pequeno desvio: tanto as nossas experiências quanto as nossas linguagens nos levam a pensar que tanto Estudos Estratégicos quanto Relações Internacionais estariam relacionados exclusivamente a seres humanos — e o “nacionais” que constitui “Internacionais” enfatiza essa vinculação. Rigorosamente, falando, entretanto, isso é inapropriado. Eu começo minhas aulas de Estudos Estratégicos no curso de graduação em Relações Internacionais exibindo dois pequenos vídeos. O primeiro mostra uma águia disputando território (isso mesmo, território) com outra águia, ambas competindo por altitude — maior altitude significa maior energia potencial que, na medida em que a águia desce, converte-se progressivamente em energia cinética —, de modo a tentar obter vantagem energética ao agarrar a outra pelas patas e fazê-la girar para, em seguida, arremessá-la ao chão, um penhasco ou uma outra superfície rígida, maximizando a energia do impacto: *isso é claramente um fenômeno típico de Estudos Estratégicos*. O outro vídeo mostra um bando de chimpanzés discretamente invadindo (emprego esse termo deliberadamente) *em formação* o território (emprego também esse termo deliberadamente) habitado por outro bando de chimpanzés, evitando fazer ruídos que denunciem sua presença, *destacando batedores* que tentam localizar onde o outro bando estava, até que, encontrando-o, os invasores iniciam um assalto *coordenado*, com desfecho trágico para os assaltados; *trata-se de fenômeno típico de Estudos Estratégicos e, nos seus elementos fundamentais, também de Relações Internacionais* — por mais inapropriado que seja referirmo-nos a bandos de chimpanzés como “nações”; mas isso é um problema da nomenclatura “relações internacionais”.

Mas, como somos humanos, interessamo-nos mais quando abordamos esses fenômenos quando humanos estão envolvidos. Mais uma vez, o hábito e a praticidade nos levam a associar mais frequentemente Estudos Estratégicos a Relações Internacionais; entretanto, inúmeras atividades, ações, operações policiais não só podem como deveriam ser analisadas a partir das categorias,

conceitos e relacionamentos próprios dos Estudos Estratégicos — assim como disputas entre gangues ou brigas de rua. O ponto que quero fazer a partir disso é o seguinte: apesar da também óbvia afinidade mútua, Estudos Estratégicos e Estudos de Defesa são atividades distintas.

Mas, além disso, como dito anteriormente, Estudos de Defesa — assim como Estudos de Segurança Pública, por exemplo — não constituem um tipo de atividade científica como as que mencionamos anteriormente. Diferentemente de Relações Internacionais, Estudos Estratégicos, Ciência Política ou Economia, entre outras, os Estudos de Defesa não estão voltados à compreensão de um conjunto de fenômenos e interações articulados em torno de determinados processos.

— V —

Onde entram, então, os Estudos de Defesa? Que tipo de atividade científica a gente tem em mente? Quando penso em Estudos de Defesa, penso na mobilização de um conjunto de conhecimentos provenientes de outros campos, de modo a enfrentar alguns tipos de problemas muito práticos relacionados às atividades de defesa.

No meu entendimento, quando falamos de Estudos de Defesa, temos em mente, na verdade, problemas relacionados a *políticas de defesa*. Começemos pelo eufemismo “defesa”. Não creio que ninguém pense que haveria duas áreas distintas: Estudos de Defesa e Estudos de Ataque. Fala-se de Estudos de Defesa porque há os Ministérios da Defesa, ou seus equivalentes — ou mesmo, se se trata de Ministérios separados, como era o caso no Brasil há alguns anos, há o conjunto de problemas associados à gestão das Forças Armadas —, que, por razões de sensibilidade política, não são chamados de Ministérios da Guerra e muito menos de Ministérios do Ataque.

Além disso, quando se pensa em Estudos de Defesa, pensa-se em muitas outras coisas além dos processos e necessidades relacionados a “defender” e/ou “atacar” (que, aliás, são problemas típicos de Estudos Estratégicos, obviamente relacionados a Estudos de Defesa, mas distintos): pensa-se em Relações Internacionais, por motivos óbvios; pensa-se em Relações Civis-Militares e em Sociologia das Forças Armadas — que, pode-se arguir, é quase uma aplicação de Sociologia das Organizações, mas que inequivocamente é, bem, Sociologia; pensa-se em Economia de Defesa — que é Economia; pensa-se em Logística, já mencionada anteriormente; necessariamente, não há como não pensar em Estudos Estratégicos, como já mencionado; pensa-se, enfim, em muitas disciplinas diversas, mas aplicadas ou mobilizadas para a discussão cientificamente informada de problemas típicos de política de defesa. E, finalmente, como no caso, por exemplo, de

Políticas Públicas, cuja afinidade com a Ciência Política é evidente — apesar de envolver tantas outras disciplinas —, os Estudos de Defesa, não obstante envolvam muitas disciplinas distintas, têm uma vinculação evidente a Relações Internacionais: afinal, quando se pensa em *Defesa*, pensa-se na defesa contra a ação de outrem, de outra coletividade, de outra sociedade, de outro país, de outro Estado, ou até mesmo de grupos em outros Estados ou grupos com presença transnacional. A situação pode ser comparada com, por exemplo, os estudos de Segurança Pública: claramente pode-se fazer, e faz-se, discussão cientificamente informada sobre problemas de Segurança Pública; várias disciplinas envolvidas na discussão são bastante parecidas com o que ocorre em Defesa — disciplinas de Sociologia, de Administração, Estudos Estratégicos, por exemplo; outras serão bem mais específicas — sendo Criminologia um exemplo bastante conspícuo; mas aqui, novamente, a afinidade é muito maior com Políticas Públicas, ou mesmo com Administração Pública, e não com Relações Internacionais. Já Defesa, claramente, sofre muito mais intensamente o peso das Relações Internacionais nas suas considerações.

Parece-me que é nesses termos que devemos entender a dimensão epistêmica dos Estudos de Defesa: deve-se pensar nela como uma atividade de discussão cientificamente instruída, voltada para a compreensão e enfrentamento de problemas ligados a políticas de defesa, mobilizando, para tanto, diversas disciplinas e direcionando-as para o tratamento daqueles problemas específicos, mas com uma afinidade particularmente intensa com Relações Internacionais.

BREVE ENSAIO SOBRE ESTUDOS DE DEFESA COMO ATIVIDADE CIENTÍFICA

RESUMO

O presente ensaio está voltado para uma caracterização dos Estudos de Defesa como Atividade Científica, a partir de um contraste com outras áreas. Conclui-se que os Estudos de Defesa, como atividade científica, caracterizam-se pela mobilização de um conjunto de conhecimentos provenientes de outros campos, de modo a enfrentar alguns tipos de problemas muito práticos relacionados às atividades de defesa.

Palavras chave: Defesa; Ciência; Relações Internacionais; Ciência Política.

ABSTRACT

This essay focuses on characterizing Defense Studies as scientific activity, by contrasting it with other disciplines and areas of knowledge. The conclusion is that the scientific activity we call Defense Studies is best characterized by the mobilization of knowledge from other fields, in order to address some very practical problems related to defense-policy activities.

Key-words: Defense; Science; International Relations; Political Science.

Recebido em 04/04/2016. Aprovado para publicação em: 11/05/2016.

# Ensaio sobre os Estudos de Defesa e a Comunidade que os Pratica

## Essay on Defense Studies and its Practicing Community

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 2, jul./dez. 2015, p. 29-39  
ISSN 2358-3932

---

HÉCTOR LUIS SAINT-PIERRE

Dois esclarecimentos iniciais: em primeiro lugar, diferentemente dos que me precederam na mesa “A Epistemologia dos Estudos de Defesa”, não sou ninguém e portanto não preciso dizer que não falo em representação de algo ou que falo em nome próprio: só posso falar em nome próprio. Em segundo lugar, concordando com a lógica de Antonio Jorge Ramalho, que assegura que as apresentações começaram da melhor para a pior, e sendo que sou o último orador, não esperem grande coisa do tenho para dizer.

Mas começaria por um breve, e conseqüentemente supérfluo, esclarecimento sobre as chamadas “ciências duras” e as outras tentando afastar alguns mitos. As ciências naturais não são mais objetivas que as sociais e estas não são mais subjetivas que a física por ter como objeto a ação social, sempre sujeita à intencionalidade. Como afirmava Max Weber, o que leva um cientista a tentar desenvolver uma fórmula e não outra qualquer é uma questão de fé. Ele também fala da dificuldade de compatibilizar essa fé, necessária para interessar ao cientista no seu objeto, com a necessária objetividade pretendida pela ciência. Em que consiste a “objetividade” da ciência se somos obrigados a partir, tanto na seleção da área epistêmica, quanto no recorte do objeto de estudo, de um âmbito puramente subjetivo? Mais do que um âmbito meramente subjetivo, a “subjetividade” aqui significa aquela fé que nos move a fazer o que estamos fazendo, a pesquisar o nosso objeto de estudo.

A fé na “realidade” que estamos analisando é, em última instância, a própria formulação da realidade e esta se apoia integralmente naquela. Desde Kant está claro que não há possibilidade de comprovar a existência de algo fora de mim, fora do que é produzido pelo meu entendimento, do

fenômeno. Daquilo fora de nós que postulamos como estando na origem do fenômeno, o que Kant chamou Noúmeno (do grego νοούμενον), nada podemos dizer. O objeto do conhecimento é apenas o que aparece depois de ter passado pelo filtro das categorias do entendimento, do meu aparelho cognitivo. Mas a exigência científica do princípio de “objetividade” se resolve na corroboração intersubjetiva. É dizer: minha subjetividade é corroborada por outras subjetividades e, resignadamente, isso é tudo o que pode fornecer alguma objetividade, como a pretendida pela ciência. Claro, essa intersubjetividade não atende a referência a qualquer subjetividade, mas trata-se de uma intersubjetividade qualificada. Aquelas subjetividades que fornecerão intersubjetivamente a pretendida “objetividade” científica são subjetividades qualificadas. A qualificação das subjetividades que podem fornecer objetividade ao conhecimento é definida pela intersubjetividade conhecida como “comunidade epistêmica”, isto é, uma comunidade de subjetividade cujas estruturas de entendimento foram formadas pela transmissão das subjetividades que constituem a “comunidade científica”.

Com essa qualificação das subjetividades, entramos na consideração do que chamamos “Comunidade epistêmica da Defesa”, que não é o mesmo que “Comunidade de Defesa”, que é outra comunidade formada por cientistas, assessores e atores da Defesa. A primeira é composta apenas por aqueles cuja atividade principal é a ciência, no nosso caso nacional, é a Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED). Os que integram esta comunidade estudam, desde diferentes espaços epistêmicos, a Defesa. Nisso reside a dignidade epistêmica da Defesa: no fato de ser objeto de nosso conhecimento, da nossa reflexão, da nossa vocação científica. Nós, que integramos esta comunidade, não nos consideramos “defensólogos”; somos historiadores, sociólogos, filósofos, cientistas políticos, especialistas em Relações Internacionais, etc. Nossa consistência científica nos é dada pela nossa formação numa área específica do saber, pela nossa pertinência a uma área epistêmica específica, mas o que nos reúne é um específico objeto de estudo em comum: a Defesa.

Essa é a nossa consideração científica. A comunidade científica nos outorga o título de doutores, nos reconhece como tais. Fazemos parte dessa comunidade, que por sua vez é custódia da ciência. A ciência é custodiada, e essa custódia é exercida pelos cientistas que são reconhecidos enquanto tal pela comunidade científica. São os cientistas que têm a obrigação de cercar o acesso à comunidade científica, que controlam o rito de passagem, pelo qual um estudioso passa a ser considerado um cientista por essa comunidade. Em outras palavras, quando um pós-graduando pretende ser doutor, deve passar por uma série de ritos e testes de reconhecimentos pelos seus futuros pares. Assim, para se doutorar numa área do saber,

ele aceita se submeter às condições e ritos de passagem predeterminadas pela comunidade científica que custodia esse saber. Quando considerado aprovado como candidato, se apresentará ante uma banca, um jurado formado por cientistas minimamente doutores, reconhecidos pela comunidade científica, que determinará se o candidato reúne as condições que essa mesma comunidade definiu como necessárias para ser outorgado o título de doutor nessa área do saber. Portanto, esse grupo de cientistas não apenas se considera justo custódia desse saber específico, mas também se considera justo avaliador das condições para ingressar nessa sua comunidade científica.

A ciência, como toda a atividade humana, é uma atividade política. Do ponto de vista político, interessa questionar por quem decide ou influencia nas decisões que afetam essa comunidade científica que constrói, divulga e custodia a ciência. Por isso, uma pergunta digna de ser formulada, eu que não pretendo responder aqui, é: A quem interessa defender a criação de uma área epistêmica específica de Defesa? Para quê criar uma área epistêmica de Defesa? Essas são as perguntas que devemos ter em mente quando se discute a criação de uma nova área do saber.

Nós temos o nosso reconhecimento científico em cada uma de nossas áreas (História, Sociologia, Ciências Políticas, Antropologia, Ciências Sociais em Geral, Relações Internacionais, com suas teorias e metodologias específicas), mas também nos reconhecemos mutuamente nas associações científicas às que nos associamos, tanto na ABED [Associação Brasileira de Estudos de Defesa], quanto na ABRI [Associação Brasileira de Relações Internacionais]. Nelas nos reconhecemos não apenas como cientistas, mas como cientistas que tem seu objeto específico de reflexão na Defesa; nessas associações nos reconhecemos mutuamente em nossa dignidade científica, assim como reconhecemos coletivamente a dignidade de nossos trabalhos. Para isso não precisamos contar com uma área epistêmica específica de Defesa, o que sim precisamos é de um Comitê Científico específico para o tema para realizar as avaliações de projetos no CNPq. Ter contado com um comitê científico, ainda que por pouco tempo, foi extremamente importante para o desenvolvimento e consolidação de nossa comunidade epistêmica de Defesa. E isso é muito importante, por quê? Porque como toda atividade, a ciência é uma atividade política e, em alguns casos, pesam mais os critérios políticos que os científicos na hora de decidir se uma solicitação de apoio financeiro procede ou não, se um pedido para publicação em mérito científico ou não, se um artigo para ser apresentado em congresso científico é meritório ou não.

O preconceito é um fenômeno político-sociológico bastante observado nas comunidades, tanto de praxe quanto científicas: se, por um lado,



alguns militares olham com certo desdém aos estudiosos de Defesa, por considerar que esse tema é exclusivo deles, por outro lado, devemos reconhecer que os Estudos de Defesa ainda sofrem de forte resistência para serem reconhecidos na sua dignidade epistêmica dentro das universidades. Ainda somos obrigados a ouvir, entre alguns historiadores, que “a História Militar e da Guerra é coisa de ‘milico’ e não tem nada a ver com História”. Assim, não é difícil imaginar que, por exemplo, um trabalho de História Militar submetido ao CNPq, para solicitar recursos para ser apresentado em congresso, seja recusado ante a alegação de que “não se trata de um trabalho propriamente historiográfico”, isto é, não é reconhecido pelos pares como História. Em Ciência Política e Relações Internacionais a dificuldade reside em que ambas pertencem ao mesmo Comitê da Capes e a *qualificação* de revistas e livros acadêmicos ainda é feita por uma e a mesma comissão, sem definir critérios de qualis específico para as publicações da área de Relações Internacionais.

Um dos passos históricos na construção da comunidade epistêmica da Defesa que não se mencionou aqui foi a consolidação do grupo de trabalho GT “Forças Armadas, Estado e Sociedade”, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ANPOCS. Esse grupo não apenas foi um importante antecedente da nossa comunidade como também da integração com a área de Relações Internacionais. Naquele momento na ANPOCS funcionava também o GT de Relações Internacionais e Política Externa, conhecido como GRIPE. Mas para esse congresso não tinham conseguido o número mínimo de trabalhos apresentados e não conseguiram aprovar o GRIPE, mas nós sim conseguimos aprovar o GT Forças Armadas, Estado e Sociedade, que já gozava de excelente prestígio na ANPOCS. Como coordenador deste GT, convidei os colegas do GRIPE a apresentarem seus trabalhos no nosso GT, já que considerava que muitos dos resultados de pesquisas do GRIPE poderiam perfeitamente ser acomodadas no nosso GT, pois tratavam de temas internacionais que também eram tratados no nosso GT, no qual tratávamos de temas internacionais. Depois de tudo, não há fenômeno mais dramático na história nem tema mais crucial nas Relações Internacionais do que a Guerra (o intento de evitar ou humanizar as guerras está na origem dos primeiros cursos de RI no período de entre guerras).

Não há nada mais dramático do que temas decorrentes dos conflitos armados nas Relações Internacionais, não há nada mais dramático do que a guerra. O primeiro livro de história, no sentido moderno, foi *A Guerra do Peloponeso*, de Tucídides. Trata-se, além de fundar metodologicamente a área de história no sentido moderno, de um livro de Relações Internacionais, no sentido duro do termo, e é um texto que fala da guerra.

Mas naquele momento de consolidação do GT Forças Armadas, Estado e Sociedade na ANPOCS, nas Relações Internacionais ainda prevalecia um certo preconceito contra quem estudava Defesa. Claro, considerava-se que os Estudos de Defesa eram relativos ao interior do Estado, que refletiam sobre a estrutura do Estado, sobre os militares como atores, sobre processos de transição à democracia, relações civis-militares, controle civil sobre os militares, mas desde as Relações Internacionais considerava-se que nosso estudo não guardava nenhuma relação com os seus temas específicos de estudo. Na verdade, naquele momento as Relações Internacionais estavam pensando sua identidade epistêmica e procurando sua autonomia com relação à Ciência Política e se aproximarem do nosso grupo poderia comprometer sua identidade e postergar essa autonomia. Mas a história da nossa comunidade de Estudos de Defesa passou por todos esses aspectos e momentos, que foram muito bem narrados pelos que me precederam e que me poupam de fazer outros comentários.

Naquela história, Julián González Guyen, um apreciado colega e amigo uruguaio especialista da nossa área, convidou-me a participar como comentarista de um trabalho que, com sua equipe, tinham feito sobre a Política de Defesa no Uruguai, analisando a questão de política de defesa dos uruguaios. O que estava no centro do profundo e longo trabalho era a tese, muito propagada naquele momento, de que a forma de controlar os militares e garantir a subordinação militar era por mérito do aperto no orçamento da Defesa: cortando ou fechando a torneira do orçamento seria possível controlar os militares. Achei algo errado nessa tese que me incomodava e montei meu comentário, imaginando que seria uma reunião puramente acadêmica, já que fora marcada na Faculdade de Direito da Universidade da República. Daí minha surpresa quando soube que também participavam da reunião o Ministro da Defesa e os comandantes. Não obstante o cenário tivesse mudado radicalmente, eu já havia preparado minha exposição e decidi apresentá-la, já que refletia o que pensava: quando se trata de um ator armado, ou se confia ou não se confia, não há situação intermediária. Se não se confia se desarma imediatamente, pois não se pode governar com um ator armado não confiável. Agora, no caso de confiar nesse ator, do que se trata quando pensamos na Defesa, que tipo de armamento, doutrina, preparo e formação precisa-se para cumprir da melhor maneira possível a missão que o Estado atribua para ele. Não importa, do ponto de vista acadêmico, quanto custa manter armado e preparado o instrumento da Defesa, o que importa é a destinação desse instrumento. O que importa na discussão, como acadêmicos que pretendem contribuir com a Defesa, é qual o objeto e destinação do monopólio da força do Estado e qual o meio, doutrina e preparo adequados para essa destinação. O Estado

não conta com Forças Armadas apenas para o desfile militar, as Forças Armadas cumprem um papel definido constitucionalmente, e para cumprir esse papel deve dispor das condições necessárias para seu emprego.

A reflexão sobre a destinação do monopólio legítimo da força por parte do Estado conduz a decidir sobre o lócus epistêmico dessa reflexão, que não diz apenas sobre a relação entre as Forças Armadas e o Estado, mas também, e principalmente, sobre a relação entre esse Estado e outros Estados com os quais convive num ambiente imprevisível, ante o qual, como diria Raymond Aron, se impõe o cálculo estratégico. Essa constatação sobre a perspectiva epistemológica dos Estudos de Defesa levou-me a escrever um brevíssimo artigo, cujo título diz muito mais do que o seu conteúdo: “A ‘revolução copernicana’ nos Estudos de Defesa”. Notei que estávamos analisando as questões relativas à Defesa como uma inflexão interior ao Estado: controle militar, condução, transição, etc. Estávamos perdendo nas nossas considerações o aspecto estratégico que supõe a projeção desse Estado num mundo incerto. Existe a Defesa como estrutura institucional do Estado, porque este se encontra alojado num mundo imprevisível porque não há nele uma normativa que obrigue a todos os Estados que nele se encontram. Nesse mundo não há uma lei (nem um monopólio da força por detrás dela) que impeça que um Estado ataque a outro por qualquer motivo que considere vital. Por isso, cada unidade política precisa calcular as capacidades dos seus vizinhos e a probabilidade de que algum deles se encaminhe pelo caminho de uma aventura militar que coloque em risco a autonomia da sua decisão, daí que se imponha o cálculo estratégico como forma inteligentemente precavida de sobreviver num mundo incerto onde o “outro” pode se constituir numa ameaça.

Por isso, naquele artigo defendo que o lugar epistêmico específico para estudar a Defesa são as Relações Internacionais, e nisso concordo com a exposição do meu colega, Samuel Alves Soares, em que a ontologia do objeto dos Estudos de Defesa é externa, sua referência é o outro, o “*xenos*”, o estrangeiro. Daí que também concorde com ele em que trata-se de uma patologia estatal a introdução do conceito de “inimigo” para o âmbito interno, o que significa tratar o compatriota como *xenos*, o que permite eliminá-lo. A América do Sul viveu esse drama durante a Guerra Fria e a incorporação da tristemente lembrada Doutrina da Segurança Nacional, DSN. Com ela se levou a questão das fronteiras ao âmbito ideológico e se considerou “inimigo” e passível de sequestro, tortura e desaparecimento forçado aqueles que professassem uma ideologia considerada desestabilizadora para o regime imposto. Com o traçado de fronteiras internas à sociedade, questões que deveriam ser resolvidas politicamente, dissolvidas agonalmente pela despolitização estatal, foram consideradas dentro da

DSN como “ameaças” e combatidas pelas Forças Armadas, que deveriam ser empregadas exclusivamente (pelo sua característica de letalidade) para as ameaças externas.

Estes fatos perturbaram durante décadas a realização normal dos Estudos da Guerra e de Defesa que, no caso do Brasil, se iniciam com a irrupção golpista contra a ordem institucional em 1964. Por isso, eu começaria a história da nossa área diretamente com a transição política à democracia que fornecerá a matéria para os primeiros estudos da nossa área. Notadamente e não por acaso, os primeiros estudos da área que começaram a congregiar nossa comunidade epistêmica serão estudos sobre os processos de transição.

Considero que há uma diferença substantiva entre “tema” epistêmico e “área” epistêmica. A área epistêmica é definida por uma conjugação de métodos específicos aceitos como corretos, isto é, uma metodologia, uma ou várias teorias específicas que comporiam o arcabouço teórico, e um objeto específico que ancora a disciplina. Os Estudos de Defesa contam como elemento comum apenas o seu objeto específico de estudo, as metodologias correspondem às áreas epistêmicas, a partir das quais se aborda esse objeto, e o mesmo pode ser dito em relação às teorias. Isso não significa que uma “indignidade epistêmica”, muito pelo contrário, isso representa uma riqueza epistêmica. Não ter método específico e teorias específicas nos permite ter o diálogo interdisciplinar que fortalece e enriquece a perspectiva dos Estudos de Defesa da nossa comunidade. Essa é a riqueza da nossa comunidade epistêmica que devemos preservar. Se formos pelo caminho da feudalização dos Estudos de Defesa, pretendendo constituí-los em área epistêmica específica, terminaremos criando odiosas fronteiras dentro da nossa comunidade. Logo mais os historiadores de guerra serão discriminados porque seus estudos não são da área epistêmica dos Estudos de Defesa; logo os estudos sociológicos sobre os militares serão discriminados por não serem da área; passaremos a discriminar os antropólogos, os psicólogos, e assim por diante. Mas por que discriminaremos? Porque a ciência é uma atividade política e o que está em jogo é a disputa por verba, por orçamento para a pesquisa, por um lugar na assessoria das financiadoras de pesquisa, pelo poder de determinar quem pode publicar numa revista de Estudos de Defesa, pelo poder de definir quem pode participar dos congressos da área, etc. Não se faz pesquisa sem orçamento que pague bolsas, viagens, encontros, publicações, e essa disputa pelo orçamento é que está trazendo essas questões da Defesa como área epistêmica.

“Ciências Militares” são aquelas ciências que informam ao militar para melhor desempenhar sua função específica, que é se preparar para a guerra. Ciências Militares, como uma unidade de conhecimento, *não constitui*

*uma ciência.* O militar na sua função específica não faz ciência, assim como o construtor de uma nave espacial tampouco o faz. Não quero dizer que não existam militares cientistas ou militares intelectuais, porque os há e alguns conheço, sendo muito bons e sofisticados intelectuais. Mas quem colocar a sua vida ao serviço da ciência não vai bater nas portas da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPECEEx), ele se dirigirá aos portões da universidade, do mesmo modo que aquele cuja vocação seja pela carreira militar, não acudirá a uma universidade civil, mas irá à preparatória. Uma vocação não é nem mais nobre nem mais digna que a outra; a nobreza e dignidade de uma vocação reside na entrega e seriedade com que se assume.

Com efeito, mais do que de atividades, quando falamos do indivíduo que a exerce, se trata de vocações. O militar tem uma função específica e o cientista outra, e acredito que isso resulta meridianamente claro para ambos. Aceitar esta consideração não significa pensar que um cientista não possa ir à guerra, seria ignorar aqueles heróis acadêmicos que morreram em combate como soldados cumprindo seu dever/direito cívico de defender a pátria. Do mesmo modo que seria injusto e inverídico não reconhecer o valor intelectual de muitos oficiais dedicados à reflexão teórica e científica sobre o homem, a sociedade e a guerra. Quem dos aqui presentes não estudou com entusiasmo e respeito os escritos de Jomini, de Clausewitz, de Lidell Hart, de Beaufre e tantos outros? Eles eram militares de profissão e sobretudo de vocação, verdadeiros e tenazes combatentes, mas que não se furtaram de refletir sistemática e metodicamente sobre o mesmo objeto de reflexão que nos congrega.

Mas o que devemos reconhecer é que, simplesmente, para ascender em sua carreira militar, um oficial não precisa escrever um livro, publicar um artigo em revista qualis, participar em congressos científicos e orientar alunos. No caso do cientista, publicar é fundamental, embora dificilmente seria prejudicado na sua carreira acadêmica por decisões ou ações erradas tomadas em combate, coisa que para o militar sim. São duas vocações que exigem de quem por elas se enveredem diferentes desafios, mas desafios que o consumirão diuturnamente com exclusividade.

As Ciências Militares informam ao militar sobre conhecimentos que possam lhe ser úteis na sua profissão específica, mas esse conjunto de saberes não tem como objetivo formar um cientista, mas auxiliar um militar. Uma coisa é que o militar precise de noções de química, ou saber alguns conceitos de física, que saiba de balística e todas essas ciências que contribuem com o militar, aprimorando sua prática como militar. Outra coisa é o estudo da Física por aquele que pretende dedicar sua vida a essa área específica do saber humano, que pesquisará e ministrará aulas de Física,

participará de congressos de Física e formará outros físicos. Para estudar Física profissionalmente, o estudante deve estar liberado de fazer guarda, ordem fechado, treinamento de tiro e salto de paraquedas. Esse profissional deve estar estudando as leis e teorias da física desde a manhã até a noite, como se faz em qualquer disciplina acadêmica, como se faz na profissão militar o que deve ser feito para ser um militar. A atividade do cientista é claramente diferente da atividade do militar, nem mais nem menos nobre, apenas diferente.

Como cientistas que temos como objeto os Estudos de Defesa e como patriotas brasileiros, devemos nos debruçar sobre os conceitos e teorias correntes para explicar o nosso objeto, que é a Defesa. Muitos desses conceitos e teorias são importados de maneira acrítica e implementados sem critério, sem levar em conta as particularidades e necessidades nacionais da Defesa. Assim como com a implantação de teorias econômicas formuladas nas metrópoles se estabelece a dependência econômica, aceitando esses conceitos e teorias estratégicas se importa também a dependência epistêmica sobre a que se baseia a dependência estratégica. Não tenho lugar aqui para desenvolver isto, apenas quero enfatizar a importância de pensar com autonomia e levando em conta as características nacionais, tanto os conceitos quanto as teorias que nutrem os Estudos de Defesa. Não estou pregando a ignorância de todos os conceitos e teorias que circulam pelo mundo (muitos dos quais formulados especificamente para consolidar a dependência estratégica da periferia), mas sim analisar profundamente o que está por detrás desses conceitos e teorias, procurando desconstruir o discurso da dependência para reconstruir nosso próprio discurso estratégico, para buscar a reflexão que defenda a autonomia e a decisão soberana. Acho que não tenho muito mais o que dizer, na realidade creio que esgotei o tema no capítulo “Pensamento em Defesa no Brasil em perspectiva filosófica e histórica”, presente no livro *Pensamento Brasileiro em Defesa*, de Alvaro Dias Monteiro, Érica Winand e Luiz Rogério Franco Goldroni.

Nossa área está crescendo, com trabalhos em maior quantidade e de melhor qualidade científica. Nas nossas associações (ABED e ABRI), onde apresentam suas pesquisas tanto civis quanto militares, não há nenhum tipo de discriminação, com a única condição de que seja comprovada a qualidade científica do trabalho. Estamos com uma ABED consistente e forte. Na ABRI, a área temática de Segurança Internacional, Estudos Estratégicos e Política de Defesa é uma das áreas mais concorrida, com um número crescente de trabalhos, tanto quantitativamente quanto qualitativamente.

Então, tentando resumir minha apresentação: para os antigos gregos a ciência, que eles chamavam epistême, se encontrava entre outros dois tipos de conhecimento, a *doxa* e o *nous*, que poderíamos traduzir como a opinião

e o conhecimento intelectual. Para eles, o que definia a epistémé era se tratar de um conhecimento verdadeiro ou também um conhecimento pelas causas, conheço cientificamente quando conheço pelas causas ou quando meu conhecimento é verdadeiro. Hoje, depois das críticas epistemológicas, mudou o conceito de ciência e a verdade já não faz parte da definição, pois não há forma lógica de verificar uma teoria. Por isso, nos vemos obrigados a ressignificar o conceito de ciência e alguns epistemólogos concluem que a ciência só é definível como uma certa atividade humana que persiste através dos tempos e das revoluções científicas. Por isso, como diria Raymond Aron, ainda sabendo que logicamente a verdade é inatingível, temos a obrigação ética de persegui-la, não obstante cientificamente não acreditemos nela. Assim como devemos eticamente continuar perseguindo a paz, ainda sabendo que ela é impossível. Se a ciência a que nos devotamos é uma atividade, ela deve ser regida por uma ética: ainda que ciência resignadamente nos informe da sua impossibilidade, como incansáveis peregrinos em busca da fonte da felicidade eterna, devemos guiar eticamente nossa atividade orientados pela paz e pela verdade, ainda que não acreditemos nelas.

## NOTAS

1. Foi o Grupo de Trabalho número 8 do 30º Encontro Anual da ANPOCS, o qual ocorreu em 2006, na cidade de Caxambu/MG.
2. Ver artigo completo em: <[https://www.academia.edu/3768143/A\\_REVOLU%C3%87%C3%83O\\_COPERNICANA\\_NOS\\_ESTUDOS\\_DA\\_DEFESA](https://www.academia.edu/3768143/A_REVOLU%C3%87%C3%83O_COPERNICANA_NOS_ESTUDOS_DA_DEFESA)>.

## ENSAIO SOBRE OS ESTUDOS DE DEFESA E A COMUNIDADE QUE OS PRATICA

### RESUMO

Consideramos a ciência como uma atividade humana e, em enquanto tal, uma atividade política. Com esse critério, analisamos os Estudos de Defesa como a atividade principal desenvolvida pelos membros da comunidade epistêmica de Defesa. Fazemos uma breve referência histórica da sua evolução e da composição sociológica da comunidade que a pratica. Defendemos que a Defesa não constitui uma área epistêmica, mas um digno objeto epistêmico abordado desde diferentes dimensões epistêmicas.

Palavras chave: Defesa; Estudos de Defesa; Epistemologia da Defesa; Comunidade Epistêmica de Defesa.

### ABSTRACT

We consider science as a human activity, and as such a political activity. As from this criterion, we analyze the Defense Studies as the main activity carried out by members of the epistemic community of Defense. We make a brief historical reference of its evolution and sociological composition of the community that practices it. We argue that Defense is not an epistemic area itself, but a worthy epistemic object approached from different epistemic dimensions.

Key-words: Defense; Defense Studies; Defense Epistemology; Defense Epistemic Community.





Artigos

---



# Da Epistemologia dos Estudos de Defesa e os seus Campos Híbridos

## From the Epistemology of Defense Studies and its Hybrid Fields

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 2, jul./dez. 2015, p. 43-55  
ISSN 2358-3932

---

SABRINA EVANGELISTA MEDEIROS

### INTRODUÇÃO

Com a ascensão de estudos que têm a defesa como tema principal entre acadêmicos brasileiros de variadas gerações nos últimos 10 anos, cabe pensar qual o lugar que ocupa este campo de conhecimento em origem, estrutura e métodos de classificação. Cabe observar a construção deste campo e, em especial, no Brasil, para que a consciência sobre o lugar em que se encontra seja compatível com o que representa como interesse nacional e diante dos demais campos de conhecimento correlatos.

Este artigo volta-se ao tema dos estudos de defesa, que nem sempre são assim nomeados, suas demarcações enquanto campo do conhecimento, suas variações e indagações a respeito de uma área de crescente importância. Minha postulação decorre da hipótese da presença de campos híbridos, não objetivamente qualificados e, certamente, maiores do que as definições normativas no Brasil podem abrigar. Embora a epistemologia enquanto conceito trate da relação entre o ser indagador e o objeto inerte, a nossa premissa parte da concepção de que é a epistemologia regida pela natureza, etapas e limites do conhecimento, o que faz dela dinâmica e variável em seu resultado.

Portanto, apresentaremos as razões e incertezas do campo da defesa em sua configuração teórica e a partir dos seus temas e objetos constituintes. De outro modo, localizaremos como se configurou entre políticas e modelos institucionais. Por fim, iremos propor uma análise que configure um espaço onde hierarquias e o núcleo operativo do campo não destituam

a existência dos aqui nomeados campos híbridos, detectados a partir de regiões interdisciplinares igualmente relevantes para a caracterização do crescimento do interesse e número de pesquisadores na área.

## DA EPISTEMOLOGIA E DA FORMAÇÃO DE UMA COMUNIDADE EPISTÊMICA EM DEFESA

Utilizando-me de Schopenhauer (1819; trad. 2001), procurando atribuir algum ceticismo às minhas origens rawlsianas (Rawls, 1971) e institucionalistas, parto do pressuposto que a vontade humana é regente, contudo, incapaz de conscientemente abrigar aquilo que é formado pelas condições externas e intraduzíveis ao homem em conjunto com suas escolhas. Isso porque há algo de inevitável no que vemos nos últimos anos no campo da defesa, entre o que fizemos e do que vimos construir-se. Há algo entre o que conscientemente fizeram os atores e o que se modificou pela conjuntura externa, pelas necessidades institucionais, pela evolução natural das instituições.

Pois se abstrairmos inteiramente daquele *mundo como representação* propriamente dito, nada resta além do *mundo como vontade*. A vontade é o em-si da ideia, esta objetivando perfeitamente aquela; ela também é o em-si da coisa individual e do indivíduo que conhece esta; estes objetivando imperfeitamente aquela (Schopenhauer, 2001, p. 23).

O pressuposto que aqui reside é o de que ações são combinadas às reações, previstas e não previstas, causando evolução constante dos interesses e instituições. Desse modo, partimos com base em uma visão funcionalista (Parsons, 1975) do campo dos estudos de defesa, no que diz respeito à configuração parcialmente vinculada ao que deveria ser e parcialmente ao que se tornou de fato, cuja crença está em um movimento contínuo e gradual. Também reverbera aqui a crença no projeto institucional em curso, estruturante, e na vinculação deste projeto aos padrões históricos inexoráveis a cada processo, de modo que importam as instituições criadas ao longo e os seus mecanismos regulatórios.

Para isso, alguns elementos são determinantes para esta abordagem. Primeiramente, o processo de criação deste campo é entendido por meio de uma análise macrosociológica. Segundo, as diferentes partes do processo contribuem para a formação do campo, ou seja, há uma função para cada parte. Terceiro, a interdependência entre estas partes gera o equilíbrio que se quer, por exemplo, na existência de um campo de estudos. Por último, a consideração de que é este campo formado por elementos de ordem evolucionária, onde a complexidade é predominante e subsistemas

e sistemas vão adaptando e sendo adaptados progressivamente (Turner, 1991; Wallace e Wolf, 1995).

Tal combinação entre uma evolução funcional do campo da defesa e sua evolução institucional gradual, na qualidade de regras, normas, área ou editais, nos parece ser a configuração mais próxima entre a demanda, os resultados e os movimentos de ordem social que permeiam o processo, como da aproximação entre o mundo civil e o mundo militar.

Portanto, esta não foi constituída como uma fala completa ou objetiva, posto que dotada de uma observação tão particular quanto a minha – também regida pelo princípio da vontade de Schopenhauer, que limita a minha representação do mundo ordinário. Além disso, está em jogo a minha particular experiência como fruto da ascensão deste campo, tal como escolhi observá-lo. O que se enuncia é uma observação livre e filosófica, passível de ser falseada e refutada, em seus princípios, dados de observação e consequências (Popper, 1972; Diniz, 2010).

Assim, quando da manifestação de uma nova área de conhecimento, observando-se a natureza mutante do próprio conhecimento por meio de uma abordagem evolucionária da epistemologia (Popper, 1972), é natural que a organização dos espaços demande também a reorganização dos recursos, baseada nas novas formas de disposição das necessidades humanas. Dentro disso, há algo de intrínseco, particular do universo cultural ou político onde se está inserido – brasileiro, regional, federativo, municipal – assim como há algo de universal, algo a ser observado em outras realidades e experiências.

Neste último caso, as experiências internacionais devem ser observadas com vistas à participação e relevância desta comunidade epistêmica, que sempre irá dispor de algo inusitado e relevante. Por outro lado, dadas as particularidades de cada comunidade epistêmica, há de se reconhecer que mecanismos nacionais próprios devem ser construídos para que os interesses espontaneamente criados sejam respaldados por e para esta comunidade.

A este respeito, Peter Haas publicou um artigo seminal sobre comunidades epistêmicas e política internacional (Haas, 1992). É interessante notar que o artigo trazia o tema das incertezas e complexidade progressiva para contribuir com a construção de um campo que era composto por meio das relações internacionais e que fazia prevalecer o interesse crescente nas instituições, embora o campo se dividisse entre crédulos e incrédulos nelas. Os problemas das relações internacionais pareciam mais voltados do que antes à capacidade de manutenção do consenso sobreposto induzido por Rawls (1971) anos antes de Haas, entre atores estatais, crescentemente movidos por atores de outra ordem.

Neste mesmo texto, Haas ressalta que o uso que faz do conceito de comunidade epistêmica está em algum lugar entre o limitado conceito das ciências naturais e aquele usado por alguns dos mais tradicionais filósofos, como Karl Marx que, segundo Peter Haas, voltava-se para a defesa de uma comunidade que tem as mesmas crenças em métodos e na construção de uma verdade.

Do contrário, em sua definição, as comunidades epistêmicas seriam organizadas em algum grau de racionalidade, impresso na ordem entre causas e consequências, onde a observação garantiria uma ação social comum em busca de resultados e do desenho de soluções para os problemas detectados. Se transnacionais, estas comunidades epistêmicas teriam capacidade de provocar novos e renovados tipos de relações interestatais.

Muito embora o texto de Haas também proponha uma subdivisão dentre os modelos de compreensão das Relações Internacionais, que incluiriam ainda os neorealistas e os pós-estruturalistas, as comunidades epistêmicas, tal como apresenta, reuniram características que transpassariam profissões (no sentido de formações, tal como a de economista) e que reuniriam grupos e subdivisões voltados para os mesmos problemas.

## DA NATUREZA E FONTES DE CONHECIMENTO DO CAMPO

A começar pela natureza do campo, é possível notar que estudos relacionados à defesa são comumente identificados por nomenclaturas mais antigas do que a pesquisa em defesa (*defense research*), tal como as ciências militares (*military sciences*), os estudos militares (*military studies*), os estudos estratégicos (*strategic studies*). Em todas estas definições há elementos de interdisciplinaridade que podem ser observados à luz das ciências puras e aplicadas ou das ciências humanas e sociais. É possível dizer-se, inclusive, que não há um só estudo de defesa que não prescindia de teoria política, das relações internacionais ou da sociologia, em combinação com métodos e objetos provenientes da economia, do estudo dos conflitos, da administração.

No entanto, embora determinantes porque pertencentes às relações estatais, os estudos de defesa pouco foram constituídos por projetos que combinam as ciências exatas a todas áreas supracitadas. Isso não quer dizer que projetos de defesa de natureza das ciências exatas não contribuam com a composição do campo; apenas sua interdisciplinaridade é restrita, porque distintas em nível: o técnico e o estratégico. Decerto, quanto mais técnico, mais determinado por fronteiras observáveis, ainda que também dotadas de interdisciplinaridade. Além disso, no que diz respeito às questões de ordem técnica, a presença de estudos de caráter sigiloso é mais presente nes-

ta área do que em outras das ciências duras, da saúde ou da natureza. Isso porque enquanto a inovação rege a tecnologia, na defesa ela está sujeita ao interesse nacional maior do que a obtenção de patentes pode representar (Moreira, 2011).

Neste âmbito, os estudos estratégicos formaram a grande produção do campo, comumente voltada aos estudos da guerra e da paz. Neste caso, não só o assunto era privilégio e prioridade de instituições militares, como também o seu escopo voltado para os períodos de enfrentamento – frutos do estabelecimento, ampliação geopolítica e de sobrevivência dos Estados – assim como os períodos de recuperação e preparação para a guerra. O lócus parte do tema da guerra e a fronteira é assim determinada pelas necessidades subjacentes a ela.

O problema reside no reconhecimento de que, não raro, estudos interdisciplinares sofrem do efeito de subcampos disciplinares. Neste sentido, as disciplinas tradicionais como a ciência política ou as engenharias ainda representam os estudos de defesa de forma limitada justamente porque tal dicotomia e separação não representa as conexões entre estes campos. Talvez, de fato o subcampo exista como área de especialidade, mas a hierarquia que reforça na composição de um subcampo prejudica ainda mais a visualização de sua representação como fonte da conexão entre áreas principais e objetivamente delimitadas.

Isso porque a interposição de campos e disciplinas não é comumente representada em redes complexas – aqui proponho uma representação multidimensional baseada em mapa, cuja representação de campos híbridos se dá por meio de *clusters* de proximidade. Trazendo os estudos epistemológicos para as necessidades interpostas neste debate, alinharíamos a pergunta sobre qual a melhor maneira de observar como a realidade pode ser entendida e como ela tem sido representada.

Considerando-se esta disposição em rede, o primeiro dos vínculos ocorreria entre os estudos estratégicos e as áreas que estruturam as componentes necessárias à guerra. Tal conceito é observado neste momento à luz do vínculo tradicional com as estruturas militares disponíveis ao enfrentamento interestatal clássico, ao conflito intraestatal ou de ordem civil, à guerra irregular, ou à guerra por recursos – esta última, entendida como a disposição de manter reduzida a vulnerabilidade estatal quanto à ausência de energia, minerais variados, alimento, água.

Procurando organizar em estruturas de conhecimento esta rede, ao começar pela guerra, lateralmente podemos nos remeter aos subsídios à guerra ou aos resultados dela. São componentes desta face das relações o estudo dos materiais bélicos, das componentes militares; da tecnologia militar. Como uma das intersecções com a administração, a logística, ainda



com as engenharias, as operações de guerra e não guerra (Ministério da Defesa, 2007; Beirão, 2013). Este campo é dominado pelas escolas militares de formação em todo o mundo e muito pouco foram estudados no âmbito civil, além de serem comumente parte da formação textual doutrinária.

Em contrapartida, tanto estudos de estratégia no que diz respeito às corporações e à própria guerra quanto estudos de logística, provocaram o avanço das ciências da administração no início do século (Rüdiger, 1990, p. 211). Do mesmo modo ocorreu quanto às ciências econômicas desde Adam Smith (Smith, 2001, cap. 5) até o pós-guerra, onde até a sua versão liberal tem expressa a relevância dos investimentos em defesa pelo Estado. Como parte dos estudos de recuperação econômica face à redução em investimentos de ordem bélica, também as ciências econômicas da defesa avançaram por meio do planejamento econômico, do orçamento de longo prazo, da otimização de gastos e das mais presentes teorias, como o dilema da manteiga *versus* canhões.

Por outro lado, esta componente civil da teoria econômica de caráter militar nos conduz à dualidade tecnológica, em que pese o uso cada vez mais intenso de investimentos de ordem militar com benefícios e propósitos de ordem civil. Neste ponto, faz-se necessária a ligação com os objetos das ciências aplicadas e exatas que compõem a parte ou o todo de um processo dual. Aqui estão incluídos estudos que distam sobre o papel da indústria, incluindo as suas relações com o Estado e em outros Estados.

A partir destes elementos, podemos também destacar outro ponto de intersecção possível a partir da guerra, ligados aos processos. Vigem processos do ponto de vista administrativo e logístico, mas também aqueles relacionados à formação de recursos humanos, em treinamento, capacitação, formação. Reverberam neste campo setores do conhecimento ligados à educação, à pedagogia ou à andragogia. Mas também são a este campo limítrofes os da psicologia e medicina, dotados pelas necessidades da guerra, dos limites físicos e psicológicos humanos. A estes campos associam-se os da sociologia, no que tange os conflitos causados por decisões sempre humanas, assim como as novas faces do exercício da defesa, em setores sociais e de apoio ao Estado.

Por último, não menos importante, as relações humanas não só tangenciam o campo das decisões e ações pertinentes ao campo da defesa, mas as experiências que reforçam ou afastam a incidência de determinadas teorias sobre a guerra e a paz. Por esta razão, não se pode observar o campo da defesa sem as interpretações históricas e as variações pertencentes à história da humanidade, onde se encontram os estudos sobre os regimes políticos, a incidência da democracia, suas instituições, os partidos políticos.

Diante disso, ao buscar nas bases os temas que foram enquadrados em revistas científicas ou grupos de pesquisa, encontramos o grupo de temas

a seguir que, em nossa classificação compõem áreas tradicionais e campos híbridos da defesa, mesmo que eventualmente contidos em subáreas de diversas áreas. O resultado desta pesquisa está aqui apresentado na forma de um mapa de clusters, de modo a concentrar, de maneira não hierárquica, temas de caracterização dos estudos de defesa.



Figura 1 – Temas de caracterização dos estudos da defesa

Fonte: Elaborada pelos autores.

## POR UMA PROPOSTA DE REGIÕES HÍBRIDAS NO BRASIL

A partir do tema da guerra é possível encontrar muitas variações, como se pode ver. Este trabalho foi feito com base em pesquisa nas principais bases de artigos científicos e nos grupos de pesquisa registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq. Cabe notar que na estatística por área do DGP não há distinção da área de defesa entre as 77 áreas com indicadores, que também não distingue a área de relações internacionais, por exemplo.<sup>1</sup>

O efeito disto sobre Programas interdisciplinares é bastante notável, porque não aparecem como representativos de áreas de conhecimento consideradas estáveis, com grau razoável de distinção das demais. Em recente apresentação na forma de aula inaugural para o Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM) da Escola de Guerra Naval, o presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino

Superior (Capes), Carlos Nobre, acentuou a necessidade de que programas provenientes das ciências humanas e aplicadas sejam parte integrante de áreas estratégicas, como as ciências do mar, recentemente contempladas por um edital particular. Como demonstra o diagrama sobre o estado da pós-graduação na área de Ciências do Mar, o PPGEM – cujo mestrado profissional volta-se ao público de profissionais de setores como portos, logística, comércio, petróleo e jurídico – fora enquadrado no grupo de programas estratégicos, cujo escopo é o das ciências duras que não só as engenharias, mas as geociências, a biodiversidade e biotecnologia ou as ciências ambientais. Com isso, com base nos programas especializados da área de defesa, outra malha de áreas de conhecimento se abre, ampliando o escopo e o interesse pelos temas originalmente limitados à guerra.



Figura 2 – Mapa dos cursos de pós-graduação em Ciências do Mar  
Fonte: Plataforma Sucupira.

Portanto, na qualificação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos como sendo pertencente à área de Ciência Política e, apesar de sua submissão original para área multidisciplinar junto à Capes, há um reforço das humanidades nesta faixa de campos híbridos. De fato, um número

maior de temas tende a concentrar-se em torno de clusters voltados para as humanidades, que progressivamente também são ampliadas em subáreas.

Por outro lado, um outro dado que pode demonstrar a imperfeição do sistema nos limites clássicos do entendimento de defesa é exemplificado na figura a seguir. Em uma busca feita na plataforma da SciELO, uma das maiores do mundo em acesso livre, foram encontrados somente 5 artigos com base nas palavras-chave defesa, militar e estratégia, demonstrando que mesmo dentro da defesa o campo mais tradicional não parece ser dominante do ponto de vista da indexação.

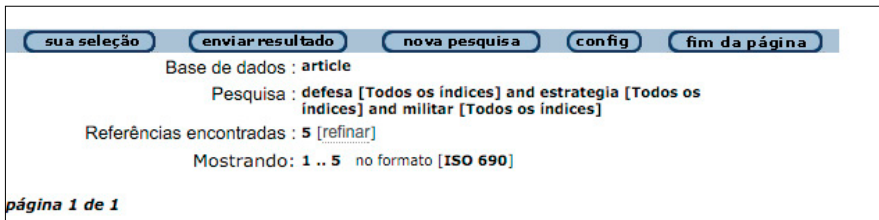


Figura 3 – Resultado de busca na base de dados SciELO

Fonte: Adaptado de SciELO.

Certamente, a criação da Associação Brasileira dos Estudos de Defesa, estimulada pela presença do Edital Pró-Defesa e Pró-Estratégia dentro dos últimos 10 anos não pode ser representada por este dado. Mas, se esta comunidade epistêmica é maior do que estes assuntos, como constituir empiricamente números confiáveis de sua representação? Na presença de indexadores incompletos e na observação por grandes e subáreas, a ciência brasileira está menos voltada ao impacto – que agrega valor aos campos híbridos – do que às áreas tais como definidas pelos órgãos de controle e fomento, onde também não há um modelo único vigente de parâmetros de indexadores de área.

Minha proposta é voltada para uma visão multidimensional e não hierárquica entre as partes, salvo pela detecção, em volume, do número de estudos que cada um representa, possibilitando por meio de análise de *clusters* quais os campos mais robustos. Em se pensando em fomento público, a lógica se reproduziria na maior parte das ocasiões, de forma a atender as demandas de maneira proporcional. O contrário disso poderia ser observado por meio de demandas induzidas, exclusivamente dotadas de recursos por objetivos estratégicos particulares e temporários, normalmente.

A importância da internacionalidade dos estudos desta área é, portanto, de ambos: a natureza dos estudos de defesa e seu alcance. O que procura-

mos demonstrar é que os estudos de defesa não perderam a sua constituição inicial, de estudos da guerra, algo que nasce muito antes da criação dos Estados-Nação. Contudo, os estudos de defesa, que também tem algo de internacional, tem algo de particular, estritamente nacional, porque modelos cada vez mais se estendem nacionalmente e não são objeto apenas de produtores de conhecimento detentores de poder militar robusto.

Isso quer dizer que há um espaço particular de criação entre *emerging countries* como o Brasil que configura não só um mercado específico, mas uma conjuntura de desenvolvimento do conhecimento em defesa específica, conjuntural e baseada na comunidade epistêmica recém-criada. Há indícios de que estas comunidades de especialistas provocam o uso progressivo deste tipo de expertise em propostas de ordem política substantivas (Jacobs e Benjamin, 2005, p. 117).

Neste campo, a defesa, ganha contornos novos, provocados pela ascensão da incidência da ciência e tecnologia, da economia, da sociologia militar e das organizações. Também não é menor a contribuição da filosofia, da ética, da moral, do âmbito do direito, internacional, constitucional, ou direitos humanos. Cabe nesta interpretação a influência que comunidades epistêmicas podem ter sobre os processos, como partícipes de sua construção. Os estudos de defesa garantem isso, sobremaneira, fundamentalmente em uma década de crescimento expressivo dos investimentos em defesa.

Os contornos de seus temas principais, que evocam o estado de guerra, pré-guerra e pós-guerra, são interesses de Estado, embora reconfigurados no foco na estabilidade, reputação e defesa. Neste espaço, vigoram, pois, dois modelos de pensamento, muito recentemente aproximados, de origem civil e de origem militar. Alguns destes assuntos foram exercício de um ou outro grupo, dentre os que mais produziram estudos na área (Castro e Carreras, 2013; Gialdino, 2009).

## À GUIA DE CONCLUSÃO

No Brasil, a presença de interesse na área acontece com a ascensão da área de relações internacionais, mas também, com a criação do Ministério da Defesa, com a reforma e constituição do próprio Estado, com o fomento dirigido pelos últimos governos. Assim se fizeram militares no *ethos* da Academia e civis no *ethos* dos militares. Ambos campos se abriram por uma conjuntura econômica favorável de progressiva internacionalização, uma comunidade epistêmica em formação – embora de relativa espontaneidade –, e algumas políticas públicas voltadas para isso, que encorajaram a reprodução dos trabalhos em defesa.

Minha proposta para tempos de crise, em que pese a retenção dos investimentos em capital humano, formação, fomentos dirigidos, dentre outros, é a de que chega o melhor momento para a primeira parada, para que se observe qual o impacto de 10 a 15 anos de configuração do campo da defesa. Minhas observações sugerem a necessidade de estudos bibliométricos e de ordem estatística desta comunidade epistêmica e dos estudos de defesa que tenham como propósito observar como funcionalmente se constituíram estes clusters e sua produção.

Assim, hoje me constituo como parte disso. Ao olhar ao lado, me vejo neste campo, constituindo um novo pedaço dele com colegas de olhares com os quais compartilho os meus, em alguns – não somente um – destes clusters. Por meio destas zonas híbridas de conhecimento, a garantia de que suas faces estão inscritas em órbitas que escapam às grandes áreas em suas tradicionais lentes, mas que podem estar por elas absorvidas porque de valor estratégico, prioritariamente. Neste âmbito, como ordenar a este campo sem prejuízo aos demais e vice-versa é o desafio posto. Decerto, a divisão é sempre o pior caminho. Em um mundo regido pelo mercado, a demanda também assim se faz. Em um mundo regido pelas necessidades de um acerto entre a sociedade e como se deseja ver adiante, é inevitável pensar estes temas com afincos, com ardor, com desenvoltura. Construimo-nos.

## REFERÊNCIAS

BEIRÃO, A. P. *In Bello, Pax: a responsabilidade penal dos brasileiros em Operações de Paz*. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,

BUZAN, B.; HANSEN, L. *The evolution of international security studies*. Cambridge: Cambridge University Press,

BUZAN, B.; HANSEN, L. Beyond the evolution of international security studies? *Security Dialogue*, 41 (6), p. 659-667,

CASTRO, C.; CARREIRAS, H. *Qualitative methods in military studies. Research experiences and challenges*. Oxon: Routledge,

DINIZ, E. Epistemologia, história e estudos estratégicos: Clausewitz versus Keegan. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 39-90, jun. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-85292010000100002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292010000100002&lng=pt&nrm=iso)>.

FRENCH, P.; UEHLING, T. H. K.; WETTSTEIN. *Studies in Epistemology*. Minneapolis: University of Minnesota Press, GIALDINO, I. V. de. *Ontological*

and Epistemological Foundations of Qualitative Research. *Forum: Qualitative Social Research*, v. 10, n. 2, art. 30, may 2009. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1299/3163>>.

HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. *International Organization*, Cambridge, v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.

HANNAN, B. *The riddle of the world: a reconsideration of Schopenhauer's philosophy*. Oxford: Oxford University Press,

JACOBS, L. R.; BENJAMIN, I. Who influences U.S. foreign policy? *Page Source: The American Political Science Review*, v. 99, n. 1, p. 107-123, feb.

MINISTÉRIO DA DEFESA. *Glossário das Forças Armadas*. Disponível em: <<<[http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35\\_g\\_01\\_glossario\\_fa\\_4aed2007.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf)>>>

MOREIRA, W. de S. *Ciência e tecnologia militar: "política por outros meios"?* Concurso de artigos sobre o Livro Branco de Defesa Nacional, Assessoria de Planejamento Institucional, Ministério da Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/projetosweb/livrobranco/arquivos/apresentacao-trabalhos/artigo-william-souza-moreira.pdf>>.

PARSONS, T. *Social systems and the evolution of action theory*. New York: The Free Press,

POPPER, K. R. *Objective knowledge, an evolutionary approach*. Oxford: Oxford University Press,

RAWLS, J. *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press,

RÜDIGER, P. The history of business administration and management education in the two Germanies - a comparative approach. *The International Journal of Human Resource Management*, v. 1, i. 2, p. 211-230,

SCHOPENHAUER, A. *O mundo como representação*. Livro III, Edição Acrópolis. Versão para E-book. 2001 [1819]. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/representacao3.pdf>>.

SMITH, A. *Wealth of Nations*. Edited by C. J. Bullock. Vol. X. The Harvard Classics. New York: P. F. Collier & Son, TURNER, J. H. *The structure of sociological theory*. 5. ed. Belmont: Wadsworth,

WALLACE, R. A.; WOLF, A. *Contemporary sociological theory: continuing the classical tradition*. 4. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

## NOTA

1. Para acesso às estatísticas de Grupo de Pesquisa: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/relatorios/relIndicadoresGerais.jsf>>.

DA EPISTEMOLOGIA DOS ESTUDOS DE DEFESA  
E OS SEUS CAMPOS HÍBRIDOS”

## RESUMO

Este artigo trata da epistemologia dos estudos de defesa a partir de uma premissa de ordem evolucionária, onde o campo vem sendo configurado a partir de uma relação constante entre o que a sua comunidade vem propondo como sua parte constituinte e o que as instituições e políticas têm provocado nele. A primeira parte do artigo, pois, volta-se às bases filosóficas que constituem as bases da hipótese da existência de campos híbridos quantos aos estudos de defesa. A segunda parte do artigo é voltada para os diversos temas constituintes do campo da defesa, o estudo de sua natureza na qualidade de objeto científico e sua relação com os demais temas e disciplinas. Por fim, sugere-se a existência de estudos bibliométricos que sejam capazes de permitir uma observação mais precisa deste campo de estudos no Brasil, por meio de sua produção, interesses e arranjos institucionais.

Palavras-chave: Estudos de Defesa; Bibliometria; Ordem Evolucionária; Brasil.

## ABSTRACT

This paper is based on the epistemology of defense studies from an evolutionary point of view, where the area has been configured from a constant relationship between what the community is proposing as its constituent part and what the institutions and policies have provoked. The first part of the article, therefore, proposes the philosophical ties that support the hypothesis of the existence of hybrid fields all around defense studies. The second part of the article is devoted to the various constituent themes of the defense studies area, the study of its nature as a scientific object and its relationship with other subjects and disciplines. Finally, it suggests the need of bibliometric studies that are able to allow a more accurate observation of this field in Brazil, through its production, interests and institutional arrangements.

Key-words: Defense Studies; Bibliometry; Evolutionary Order; Brazil.

Recebido em 14/03/2016. Aprovado para publicação em: 11/05/2016.





# Ensino e Pesquisa em Defesa no Brasil: Estruturação do Campo e Desafios

## Teaching and Research on Defense in Brazil: Field Structuring and Challenges

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 2, jul./dez. 2015, p. 57-73  
ISSN 2358-3932

---

**ADRIANA A. MARQUES**  
**ALEXANDRE FUCCILLE**

### INTRODUÇÃO

O processo de institucionalização dos Estudos de Defesa nas universidades brasileiras é bastante recente. Os primeiros Programas de Pós-Graduação com área de concentração em assuntos de Defesa foram criados nos anos 2000. O primeiro curso de graduação em Defesa começou a funcionar na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2010. No entanto, a gênese do que hoje se convencionou chamar Estudos de Defesa remonta há algumas décadas quando um pequeno grupo de jovens pesquisadores – oriundos da Ciência Política, em sua maioria – começou a estudar de forma sistemática o aparelho militar brasileiro, suas especificidades, comportamento e padrão de relacionamento com o sistema político nacional.

Neste artigo iremos delinear a trajetória dos Estudos de Defesa no Brasil, começando com um breve panorama das percepções da intelectualidade brasileira sobre as Forças Armadas – em especial dos cientistas sociais nas décadas de 1960 e 1970 –, passando então à identificação dos primeiros estudos que impulsionaram a configuração do campo e algumas iniciativas mais estruturadas que deram suporte ao seu crescimento ao longo das décadas para, em seguida, acompanharmos as mudanças estruturais nos contextos políticos internacional, nacional e regional na década de 1990 e suas conexões com o ambiente acadêmico da Ciência Política e

---

Alexandre Fuccille – Doutor em Ciência Política (Unicamp) e professor de Relações Internacionais (UNESP). E-mail: fuccille@hotmail.com

Adriana A. Marques – Doutora em Ciência Política (USP) e professora de Defesa (UFRJ). E-mail: adri-marques@uol.com.br

das Relações Internacionais no Brasil. Também detalharemos a estruturação de linhas de pesquisa em Defesa nos Programas de Pós-Graduação a partir da criação de editais de fomento à pesquisa, voltados especificamente para o campo e, por fim, abordaremos o processo de criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e os desafios colocados para o campo de estudos nos próximos anos.

## A PESQUISA SOBRE OS MILITARES DURANTE A DITADURA (1964-1985)

As décadas de 1960 e 1970 na América Latina foram marcadas por uma sucessão de golpes militares que mudaram drasticamente o panorama político e social do continente. No Brasil, os militares tomaram diretamente o poder em 1964 e, rompendo um padrão de comportamento centenário, permaneceram no governo por duas décadas. É importante sublinhar que apesar de sua evidente importância histórica e peso político, as Forças Armadas não mereceriam a devida atenção da academia brasileira até o golpe de 1964. A quebra de padrão no comportamento dos militares, que ao invés de derrubarem o governo João Goulart e respaldarem a realização de novas eleições em 1966 (como esperava a elite política que havia batido às portas dos quartéis, como tantas outras vezes, em busca de um árbitro para suas disputas), decidiram se manter no poder e fechar progressivamente o regime, colocou alguns condicionantes políticos e acadêmicos para os estudiosos brasileiros.

Do ponto de vista político, estudar a caserna durante a ditadura tornou-se um empreendimento perigoso e complicado, haja vista que o foco dos estudos poderia recair sobre a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), os chamados Partidos Militares, o Estado Militar, etc. Perigoso porque o fechamento cada vez maior do regime dificultava sobremaneira a tarefa de quem se propusesse a realizar uma pesquisa sobre a instituição que ocupava o poder e complicado porque se o risco de ser considerado um inimigo do regime a procura de informações que pudessem derrotá-lo era grande (e trazia riscos a própria integridade física), havia a possibilidade, igualmente ampla, de ser identificado como simpatizante do regime, o que também prejudicaria a carreira, especialmente nas Ciências Sociais, que se constituíram em um foco importante de resistência ao autoritarismo.

Havia ainda um problema acadêmico que turvava a visão de quem se propusesse a refletir sobre por que os militares não haviam devolvido o poder aos civis, como sempre haviam feito até então, pois a escassa bibliografia existente sobre as Forças Armadas brasileiras tendia a posicionar os militares na dinâmica das classes sociais. Dentro deste modelo explicativo, havia a tese marxista clássica para o golpe de 1964, segundo a qual os militares

seriam um instrumento da classe dominante, que teria abdicado de exercer o poder diretamente, em um momento Brumário (Moraes, 1987). Mas era especialmente forte entre a intelectualidade brasileira a tese de que os militares seriam representantes das “classes médias” e agiriam de acordo com os interesses desta parcela da população.<sup>1</sup> Esta tese, mais otimista em sua origem, uma vez que os militares eram vistos como um setor progressista e modernizador que se contrapunha à elite política e econômica conservadora, foi perdendo sua capacidade explicativa à medida que o regime foi se fechando e a oposição a ele foi crescendo nas camadas médias urbanas.

Para compreender melhor a força das ideias apresentadas acima, faz-se necessário clarificar o contexto em que estes debates acadêmicos ocorriam. O sistema universitário brasileiro nas décadas de 1960 e 1970 era pequeno e altamente concentrado na região sudeste, mais especificamente no eixo Rio-São Paulo, no que concerne às Ciências Sociais. Em São Paulo, na USP e mais tarde na Unicamp, que criou seu mestrado em Ciência Política em 1974, a influência do estruturalismo francês e do marxismo era bastante proeminente, e reforçava a percepção reinante nestes centros de pensamento de que a ação política das Forças Armadas nada mais era do que um epifenômeno da luta de classes no Brasil.

É importante lembrar que neste período não haviam núcleos, centros de pesquisa dedicados ao estudo das Forças Armadas brasileiras, havendo apenas algumas iniciativas isoladas que buscavam dar conta da nova realidade política do país, o que exigia uma reflexão mais sistematizada sobre a instituição que estava no poder. Um exemplo bastante significativo destas iniciativas pode ser encontrado na coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, coordenada por Sérgio Buarque de Holanda, um dos pensadores mais expressivos na história das Ciências Sociais no Brasil. A coleção abrange toda a história de nosso país do período colonial até 1964, e conta com dois capítulos do próprio Sérgio Buarque de Holanda, um sobre a influência do positivismo no pensamento militar brasileiro e outro sobre o papel desempenhado pelas Forças Armadas no ocaso do Império, nos tomos que tratam do período monárquico.

Outro proeminente intelectual uspiano que se dedicou à compreensão da participação dos militares na vida política brasileira foi o professor do Departamento de Ciência Política, Oliveiros Ferreira, que além da carreira acadêmica, trabalhou no jornal *O Estado de S. Paulo*. Em 1964, ano do golpe, Ferreira publicou *As Forças Armadas e o desafio da Revolução*, onde reuniu alguns artigos escritos para o periódico da família Mesquita nos anos de 1962 e 1963. No livro, o autor retoma a tese otimista de que os militares seriam a única instituição do Estado capaz de libertar o Brasil do atraso e da corrupção. O foco da análise de Oliveiros Ferreira reside,

portanto, no comportamento político dos militares, assim como a grande maioria dos estudos sobre a instituição militar produzidos no país durante a ditadura. Mas o autor também avançou no estudo de outros temas relativos à Defesa, que até então mereciam pouquíssima atenção da academia.

Neste sentido, precisamos recuperar uma outra característica marcante do período em que os Estudos de Defesa começaram a se configurar no Brasil, qual seja, o insulamento burocrático de temas como geopolítica, estratégia e política externa nas Escolas Militares, na Escola Superior de Guerra (ESG) e no Itamaraty. Uma iniciativa que tentou romper este insulamento e trazer a discussão sobre assuntos estratégicos para um público mais amplo foi o Seminário Internacional *Política e Estratégia* promovido pela Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura em São Paulo, em 1979, e organizado pelo professor Oliveiros Ferreira e pelo general Meira Mattos.

A agenda do evento, realizado já no período de distensão do regime militar, visava promover a aproximação entre civis e militares para a discussão de temas relativos à defesa nacional e incluía a seguinte pauta para análise: a participação do Brasil no sistema internacional; a influência da geopolítica na formação da política internacional; a estratégia das grandes potências; e o pensamento militar.

Os resultados deste seminário foram publicados posteriormente na revista *Política e Estratégia* que teve sua primeira edição em 1983 e circulou até 1990, sendo, neste período, a única publicação acadêmica voltada para os temas de defesa produzida fora dos quartéis. Outra iniciativa pioneira da Sociedade Convívio foi a criação de um Centro de Estudos Estratégicos em 1983, no mesmo ano em que foi editado o primeiro número da *Política e Estratégia*.<sup>2</sup> No Rio de Janeiro, por seu turno, a criação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), em 1969, na Universidade Cândido Mendes, representou um passo importante para a consolidação e autonomização da Ciência Política no Brasil. Formado sobre forte influência americana, o IUPERJ trazia para a academia brasileira uma reflexão sobre o papel dos atores políticos nos processos de mudança social que se afastava substancialmente dos modelos explicativos do estruturalismo francês e do marxismo. No que concerne à discussão teórica sobre a participação dos militares na vida política brasileira, esta abordagem contribuiu para a elaboração dos primeiros estudos que analisavam o comportamento das Forças Armadas com base na dinâmica interna da própria instituição.

Ainda sobre as contribuições da então nascente área de Ciência Política no Brasil para os estudos sobre a instituição militar, devemos ter em mente que esta disciplina consolidou-se no país a partir da criação de Programas de Pós-Graduação, cujos recursos humanos foram formados, em grande

parte, no exterior, em decorrência da política de ensino superior da ditadura e da conjuntura política de repressão, que forçou o exílio de intelectuais e militantes que se opunham ao regime de exceção instaurado no país desde 1964.

No caso específico dos Estudos de Defesa, os estudantes de pós-graduação se beneficiaram significativamente dos convênios internacionais estabelecidos pelo governo brasileiro, especialmente com a França e os Estados Unidos. Estes convênios internacionais permitiram que jovens pesquisadores brasileiros fossem estudar as Forças Armadas fora do Brasil, e este distanciamento do momento político que nós vivíamos foi fundamental para o futuro da produção acadêmica no campo. Primeiro porque estes estudantes passaram a conhecer novas técnicas de pesquisa e tomaram contato com uma discussão teórica que lhes possibilitou pensar a questão da Defesa para além da questão do regime militar no Brasil.

Além disso, cabe lembrar que durante a ditadura o acesso às fontes de pesquisa para se produzir sobre Defesa era muito restrito, e de maneira geral os estrangeiros denominados *brazilianistas* eram mais bem sucedidos do que os brasileiros na coleta de dados sobre as Forças Armadas. Neste contexto, produzir teses sobre os militares brasileiros fora do Brasil tornou-se a alternativa mais viável para a pequena comunidade acadêmica que tinha interesse neste objeto de estudo.

Os estudantes brasileiros que foram para a França, por meio de acordos de cooperação internacional ou forçados pelo exílio, reuniram-se em torno do professor Alain Rouquié, um especialista em América Latina que estudava o papel dos militares na formação dos Estados na região. Rouquié propunha uma nova leitura sobre o poder militar no Brasil que se afastasse da concepção instrumental, ou seja, da concepção segunda a qual as Forças Armadas seriam um instrumento de classe. Em sua visão, o Exército era um espelho das tensões da sociedade, mas um espelho deformador, uma vez que as tensões sociais que adentravam os quartéis eram absorvidas e refratadas pelo prisma institucional militar (Rouquié, 1980, p. 20). A pesquisa de Manuel Domingos Neto, sobre a presença militar francesa no Brasil no início do século XX, e de Eliézer Rizzo de Oliveira, sobre o processo decisório durante o governo Geisel, são bastante representativas das preocupações teóricas e metodológicas do grupo de acadêmicos que fizeram sua formação doutoral na França.<sup>3</sup> Os Estados Unidos foi o outro destino dos estudantes de Ciência Política na década de 1970. Nas universidades norte-americanas, os jovens pesquisadores tiveram contato com a promissora área de sociologia militar, que tinha então como principal expoente Morris Janowitz, autor de clássicos como *O soldado profissional: um estudo social*

*e político* (1967). O cientista político Alexandre Barros foi seu aluno em Chicago e sua tese sobre a socialização profissional e atuação política dos militares brasileiros foi escrita sob a influência da perspectiva organizacional do sociólogo estadunidense.

Dois outros pesquisadores que estudaram nos EUA e produziram estudos seminais sobre as Forças Armadas Brasileiras a partir de uma perspectiva organizacional foram José Murilo de Carvalho e Edmundo Campos Coelho, que após retornarem ao Brasil se radicaram no IUPERJ. Carvalho publicou um capítulo sobre o papel político dos militares brasileiros na Primeira República na prestigiosa coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, em 1977. No ano anterior, Edmundo Campos Coelho publicou seu livro *Em busca de identidade: militares e política no Brasil*.

### A NOVA REPÚBLICA, O FIM DA GUERRA FRIA E A ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO DA DEFESA

A década de 1980 foi marcada por um processo de redemocratização na América Latina e em outras partes do mundo, no esteio do que se convencionou chamar de Terceira Onda de democratização (Huntington, 1994). Assim como as intervenções militares das décadas de 1960 e 1970, os processos de redemocratização dos anos 1980 estiveram no centro da agenda de pesquisa dos cientistas sociais. Cabe destacar que a ‘transitologia’ constituía neste período uma importante área de estudos da Ciência Política, tendo contribuído para o desenvolvimento teórico e metodológico da disciplina nos seus principais centros produtores de conhecimento.<sup>4</sup> O foco do interesse nas Forças Armadas residia então na possibilidade ou não de os militares virem a ameaçar a estabilidade dos novos regimes democráticos.

No Brasil, o falecimento do presidente eleito no Colégio Eleitoral, Tancredo Neves, e a posse do então vice-presidente José Sarney – afiançada pelo novo ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves –, deram início à chamada Nova República que dependeu em larga medida do aval dos militares para se manter em uma fórmula que ficou conhecida como tutela militar.<sup>5</sup>

Na década de 1990, com o fortalecimento do Parlamento no período pós-ditatorial, entre as mudanças institucionais que influenciaram o padrão das relações civis-militares destacamos a fusão das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional na Câmara dos Deputados,<sup>6</sup> que resultou na criação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN),<sup>7</sup> a promulgação da primeira versão da Política de Defesa Nacional (PDN) em 1996, além da criação do Ministério da Defesa já no final da década, em 1999.

Retrocedendo na digressão histórica, na academia brasileira a década de 1980 foi marcada pela volta dos pesquisadores que foram estudar os militares fora do país por força do golpe ou de acordos de cooperação. Estes acadêmicos ingressaram nas universidades, criaram linhas pesquisa, formaram novos mestres e doutores e alguns deles criaram os primeiros núcleos de pesquisa dedicados aos Estudos de Defesa.

Neste novo contexto foram criados dois núcleos voltados para o estudo de assuntos relativos à defesa no estado de São Paulo: o Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) na Unicamp e o Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas Públicas e Estratégia (NAIPPE) na USP.

O seminal NEE foi fundado em 1985 por um grupo de pesquisadores bastante eclético que tinha uma agenda de pesquisa que cobria temas que iam das relações dos militares com o sistema político às mudanças na agenda de segurança internacional. Entre os pesquisadores que participaram da criação do Núcleo de Estudos Estratégicos, destacamos a participação de Eliézer Rizzo de Oliveira, já citado anteriormente, que desenvolveu no Núcleo dois projetos de pesquisa bastante importantes na década de 1990, um que tratou do papel do Poder Legislativo nas questões atinentes às Forças Armadas e outro que analisou o processo de criação do Ministério da Defesa. O coronel Geraldo Cavagnari, um militar da reserva, que em uma atitude então inédita foi contratado como pesquisador pela Unicamp, dedicou-se ao estudo do pensamento estratégico brasileiro, tendo atuado também como consultor do Partido dos Trabalhadores (PT) para temas relativos às Forças Armadas brasileiras. Já Shiguenoli Miyamoto, um dos primeiros civis a realizar um estudo sistemático sobre o pensamento geopolítico brasileiro, também desenvolveu projetos voltados para a análise da política externa brasileira e os impactos da globalização para as relações internacionais. Finalmente, vale destacar a atuação de João Quartim de Moraes, filósofo e militante comunista, que desenvolveu um original projeto sobre os militares brasileiros de esquerda.

No NAIPPE, criado em 1991, o professor Braz Araújo ensaiou uma primeira tentativa de inserir os assuntos de defesa na agenda das políticas públicas. Havia também no Núcleo de Análise Interdisciplinar de Políticas Públicas e Estratégia uma linha de pesquisa voltada para o estudo da história militar. Hoje o NAIPPE se mantém ativo, mas dedicado a temáticas de ações públicas nas áreas de gestão, saúde, educação, energia e transporte.

Ainda em São Paulo, a partir dos esforços do professor João Roberto Martins Filho, temos a implantação, com início em 1996, do Arquivo de Política Militar Ana Lagôa (AAL) na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), originalmente surgido com farta documentação cobrindo o período do regime militar, e posteriormente ampliado para também abranger material sobre assuntos estratégicos e militares em geral.



No Rio de Janeiro, em 1986, os professores René Dreifuss<sup>8</sup> e Eurico de Lima Figueiredo – nas figuras de, respectivamente, coordenadores executivo e adjunto – criaram o Núcleo de Estudos Estratégicos (NEST) na Universidade Federal Fluminense (UFF). Vale sublinhar que estes dois pesquisadores estudaram no Reino Unido na década de 1970 (Escócia e Inglaterra, nessa ordem), e de lá trouxeram uma perspectiva britânica dos estudos estratégicos. O NEST teve um funcionamento limitado mas serviu de embrião para a criação, neste século XXI, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST) e, já na segunda década dos anos 2000, do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST-UFF).

Outra iniciativa importante ocorrida no Rio de Janeiro na década de 1990 foi capitaneada pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que, a partir de um projeto de história oral que entrevistou figuras-chave do regime militar, publicou uma série de oito livros sobre os militares do golpe de 1964 à Nova República.

Por fim, também destacamos a criação do Grupo de Estudos Estratégicos (GEE), em 1991, pelo professor Domício Proença Júnior, no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), focado na adequação dos meios militares aos objetivos políticos do Estado.

Ao longo da década de 1990, os esforços iniciais realizados na década anterior pela geração dos pioneiros nos Estudos de Defesa começaram a surtir efeito. Um conjunto maior de pesquisadores já formados no Brasil e com novas preocupações teóricas e metodológicas ingressaram nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Humanas e a agenda de pesquisa sobre as Forças Armadas começou a se dinamizar, passando a explorar outros aspectos da instituição, além de agregar pesquisadores em diferentes estágios de formação (da iniciação científica ao pós-doutoramento).

Datam da década de 1990 as primeiras publicações de etnografias realizadas sobre Escolas Militares. Em 1990, Celso Castro publicou sua dissertação de mestrado, *O espírito militar: um antropólogo na caserna* (1990), narrando a pesquisa de campo realizada três anos antes na Academia das Agulhas Negras. Já no final da década, Piero Leirner publicou sua experiência de pesquisa na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), *Meia volta-volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar* (1997). A reinserção dos militares no regime democrático continuou a mobilizar a comunidade de estudiosos de Defesa e o debate sobre o nível e o tipo de autonomia que os militares mantinham em relação ao sistema político se estendeu durante toda a década. Em relação

a este tópico os analistas brasileiros e estrangeiros<sup>9</sup> se dividiam entre os que identificavam na manutenção de prerrogativas militares uma ameaça latente à democracia brasileira, os que identificavam avanços na direção política sobre as Forças Armadas (apesar da manutenção das prerrogativas militares), e a visão mais otimista, preconizada por Wendy Hunter (1997), segundo a qual os militares brasileiros estariam perdendo progressivamente sua influência política devido a ampliação das regras e normas inerentes à democracia.

Outro tema que despertou o interesse dos pesquisadores na década de 1990 foi a paulatina mudança de foco nas preocupações estratégicas brasileiras das fronteiras ao sul do país para as fronteiras amazônicas ao norte (MARQUES, 2003). Esta mudança de percepção de ameaça impulsionou dois conjuntos de análises sobre a questão. Por um lado, o arrefecimento das rivalidades estratégicas com a Argentina e o processo de aproximação com o vizinho platino inaugurou uma linha de pesquisa dedicada à análise do relacionamento entre os países em matéria de segurança e defesa, suas especificidades e possibilidades de cooperação. A importância atribuída pelos militares brasileiros às fronteiras norte, ou mais especificamente à Amazônia, também inaugurou uma importante linha de pesquisa caracterizada por sua pluralidade disciplinar, que reúne trabalhos da História, Antropologia, Sociologia, Geografia, Ciência Política e Relações Internacionais. O contexto político e social das fronteiras amazônicas também suscitou o debate sobre a natureza das ameaças percebidas na região, em larga medida apresentadas sob a rubrica de “novas ameaças”, das ameaças não estatais à segurança do Estado, ocupando um espaço importante nas reflexões sobre as questões de segurança e defesa no Brasil e na América do Sul. Cabe destacar que os temas acima listados ainda são parte relevante da atual agenda de investigação no campo de Estudos de Defesa.

## DEFESA NACIONAL NO SÉCULO XXI

O novo século tem sido auspicioso para os Estudos de Defesa no Brasil. Além da estruturação de uma pequena comunidade epistêmica que trabalha com o tema, que foi se formando nas universidades brasileiras ao longo da década de 1990, um conjunto de iniciativas governamentais propiciou que os temas relativos à defesa nacional passassem a ter mais visibilidade.

No que concerne ao arcabouço institucional, os anos 2000 marcam a estruturação do Ministério da Defesa, a revisão da Política de Defesa Nacional (2005) e a criação da Estratégia Nacional de Defesa (2008). Na segunda década do século, além da revisão da Política de Defesa Nacional (PDN), agora denominada Política Nacional de Defesa (PND), e da Estratégia

Nacional de Defesa (END) em 2012, veio a público nesse mesmo ano a primeira versão do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). No âmbito regional, a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) no interior da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) reflete o novo patamar ocupado pelas questões atinentes à defesa nacional em nossa sub-região.

Na academia brasileira, a partir dos anos 2000 começam a surgir os primeiros Programas de Pós-Graduação com área de concentração em Defesa. O Programa de Relações Internacionais San Tiago Dantas foi criado em 2003 a partir da associação de três universidades paulistas: a Unesp, a Unicamp e a PUC-SP, e conta com uma área de concentração em *Paz, Defesa e Segurança Internacional* e cursos em nível de mestrado e doutorado. Em 2008, começou a funcionar na UFF o Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança que conta com um curso de mestrado e mais recentemente, em 2011, o Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais passou a oferecer cursos de mestrado e doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Em 2010, os Estudos de Defesa ganham o primeiro curso de graduação na área: o Bacharelado em Defesa e Gestão Estratégica Internacional na UFRJ, um curso de natureza interdisciplinar que foi criado a partir da associação do Núcleo de Estudos Internacionais, do Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração e do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva.

Outro aspecto a destacar na segunda década do século XXI é a decisão das Escolas Militares de Comando e Estado-Maior das três Forças de submeter propostas de Programas de Pós-Graduação em nível de mestrado à avaliação do Ministério da Educação. Em 2012, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército obteve a autorização da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para o funcionamento de seu mestrado acadêmico. No mesmo ano a Universidade da Força Aérea (Unifa) iniciou seu mestrado profissional em Ciências Aeroespaciais e, por fim, em 2013, a Escola de Guerra Naval (EGN) teve seu mestrado profissional em Estudos Marítimos recomendado.

A criação destes Programas de Pós-Graduação nas Escolas Militares, vale recordar, foi induzida em parte com recursos disponibilizados pelas agências de fomento governamentais por meio de programas como o Pró-Defesa (Capes e Ministério da Defesa) e o Pró-Estratégia (Capes e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República), já que ambas as propostas de financiamento se caracterizam pelo estímulo à parceria entre universidades e escolas militares. Também graças a estes dois programas de fomento foram criados centros e linhas de pesquisa voltados para os Estudos de Defesa em todo país, matizando a alta con-

centração de recursos humanos e pesquisas do eixo Rio-São Paulo. Não menos importante, temos uma inserção dos Estudos de Defesa nos principais Programas de Pós-Graduação na grande área de Ciência Política e Relações Internacionais.

Este último ponto possui um duplo significado que merece ser exposto. Por exigir uma nota mínima para os Programas de Pós-Graduação que coordenarão o projeto interinstitucional, nota cinco para concorrer ao Edital Pró-Estratégia e nota quatro para concorrer ao Edital Pró-Defesa, estes editais “forçaram” a associação entre instituições já consolidadas e Programas de Pós-Graduação, centros, núcleos e laboratórios de pesquisa ainda em fase de estruturação, que representam a grande maioria da ainda pequena comunidade epistêmica de Estudos de Defesa.<sup>10</sup> Se, por um lado, este movimento é positivo porque estimula a alocação de recursos humanos altamente qualificados das principais universidades brasileiras para o desenvolvimento de pesquisas no campo, por outro, esta exigência de pontuação mínima impede a alocação direta de recursos financeiros para a maioria dos Programas de Pós-Graduação, centros, núcleos e laboratórios de pesquisa vocacionados para os estudos atinentes à defesa,<sup>11</sup> perpetuando um relação de “dependência acadêmica” nada salutar para o desenvolvimento de nosso campo de estudos.

Em 2005, a nascente comunidade epistêmica de Estudos de Defesa começou a se articular formalmente com a criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), a partir de um desdobramento do Grupo de Trabalho Forças Armadas e Sociedade da ANPOCS. A ABED realizou seu primeiro encontro anual em 2007 na Universidade Federal de São Carlos. Desde então podemos observar um aumento significativo de pesquisadores dedicados aos Estudos de Defesa e a sedimentação de uma agenda de pesquisa com características próprias. No espaço de uma década, o processo de formação de estudiosos de Defesa deixou de ser fortemente verticalizado e centralizado na região sudeste e passou a ser mais horizontal e descentralizado, com a criação de linhas de pesquisa por todo o país.

No que tange à agenda de pesquisa em Defesa no século XXI, verifica-se uma crescente dinamização tanto do conjunto de temas tratados quanto das abordagens disciplinares, teóricas e metodológicas a partir das quais os estudos são realizados. Os novos marcos legais para o setor de defesa no Brasil, representados pela Política Nacional de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco de Defesa Nacional, bem como o processo de aproximação dos países sul-americanos em matéria de segurança e defesa e, mais recentemente, a ampliação da participação do Brasil em missões de paz sob o mandato das Nações Unidas, explicitaram a necessidade de se pensar o aparelho militar como um instrumento do Estado que desempenha um papel relevante para a inserção internacional brasileira,

engendrando um processo que Héctor Luis Saint-Pierre denominou “revolução copernicana” nos Estudos de Defesa (Saint-Pierre, 2013).

Sem ter a pretensão de esgotar os temas abarcados pelos Estudos de Defesa na contemporaneidade, cabe registrar que a agenda de pesquisa do campo hoje difere substantivamente, em abrangência e profundidade, da discussão sobre o comportamento político dos militares que inaugurou os primeiros estudos listados neste artigo. A falta de coordenação entre as burocracias responsáveis pela face externa do Estado brasileiro, a adequação, ou melhor, a não adequação dos meios militares aos objetivos traçados nos documentos governamentais para setor de defesa, a delimitação do entorno estratégico brasileiro, as percepções de ameaças ao patrimônio nacional e à sociedade, qual a melhor forma de se contrapor a estas ameaças, qual a influência das tecnologias no setor militar, as características do parque industrial de defesa, uma reflexão mais estruturada sobre as possíveis mudanças ou não na natureza da guerra, as especificidades organizacionais das três Forças Armadas, questões relacionadas ao sistema educacional militar, gênero e família entre outras, são hoje parte da agenda que pesquisa da comunidade epistêmica de Estudos de Defesa.

### UMA BREVE CONCLUSÃO E ALGUNS APONTAMENTOS PARA O FUTURO DO CAMPO DE ESTUDOS

Os Estudos de Defesa no Brasil vêm ganhando importância acadêmica e visibilidade desde a última década. A criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa representou um passo decisivo para que este processo se dê de forma sustentada. A incorporação de uma nova geração de estudiosos e a dinamização da agenda de pesquisa do campo mostram o vigor de uma área emergente e em expansão no Brasil. Ao olhar retrospectivamente para um contexto político e acadêmico não tão distante, procuramos identificar os fundamentos do campo de estudos ora denominado Defesa. Inaugurado em um período histórico bastante adverso para o tratamento de um tema que desperta – por sua natureza – reações apaixonadas daqueles que não têm por profissão traduzi-lo e analisá-lo com a objetividade científica possível, os Estudos de Defesa foram se desenvolvendo paulatinamente à medida em que a conjuntura política do país e o processo de institucionalização do setor de defesa foram exigindo uma reflexão qualificada sobre as questões que a realidade colocava.

No entanto, é possível verificar a partir da agenda de pesquisa mais recente a configuração de um campo de estudos que tem potencial para ir além da análise de temas suscitados pela conjuntura política. Este é o desafio que devemos enfrentar para garantir a sobrevivência e a consolidação dos Estudos

de Defesa no Brasil. Por tratar-se de um campo que é capaz de dar respostas, senão satisfatórias, ao menos objetivas, aos formuladores de políticas públicas, criou-se uma dinâmica onde os formuladores de política tendem a acorrer à comunidade acadêmica em busca de subsídios para tratamento de temas com os quais estão trabalhando, e a comunidade acadêmica procura subterfúgios para se adequar às demandas dos formuladores de política e, ainda assim, preservar seus interesses de pesquisa. O formato dos editais específicos para a área de Defesa que citamos neste artigo são bastante representativos desta dinâmica.

Acreditamos que a comunidade epistêmica de Estudos de Defesa deva agir de forma a encontrar um equilíbrio entre o atendimento às demandas dos formuladores de política e a garantia de um espaço para o desenvolvimento de pesquisas históricas, teóricas e metodológicas que não dialogam com a dinâmica da conjuntura política, mas são fundamentais para a consolidação do campo. Apenas olhando além da conjuntura poderemos contribuir para uma reflexão qualificada sobre os temas com os quais teremos que lidar no futuro. Eis o desafio colocado para os próximos lustros.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, J. M. de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder de-estabilizador. In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil republicano, sociedade e instituições (1889 -1930). 2. vol. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.
- CASTRO, C. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- COELHO, E. C. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- DANTAS, S. T. *Dois momentos de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949.
- DREIFUSS, R. A. *1964: A conquista do Estado, ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, O. *As Forças Armadas e o desafio da Revolução*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1964.
- FUCCILLE, L. A. National defense in the brazilian legislative agenda: a critical balance. *Security and Defense Studies Review*, n. 6, p. 181-195, 2006.
- HOLANDA, S. B. de. Da maçonaria ao positivismo. In: HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil monárquico, do Império a República. 2. ed. 5. vol. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

\_\_\_\_\_. A fronda pretoriana. In: HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. Tomo II: O Brasil monárquico, do Império a República. 2. ed. 5. vol. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

HUNTER, W. *Eroding military influence in Brazil: politicians against soldiers*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1997.

HUNTINGTON, S. P. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1994.

JANOWITZ, M. *O soldado profissional: estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

LEIRNER, P. de C. *Meia volta-volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

MARQUES, A. A. Concepções estratégicas brasileiras no contexto internacional do pós-guerra fria. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p. 69-85, jun. 2003.

MIYAMOTO, S. Os Estudos Estratégicos e a academia brasileira: uma avaliação. *Research and Education in Defense and Security Studies*, 22-25 maio 2001, Center for Hemispheric Defense Studies, Washington.

MORAES, J. Q. de (Org.). *A tutela militar*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1987.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. (Ed.). *Transitions from authoritarian rule: tentative conclusions about uncertain democracies*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986.

OLIVEIRA, E. R. de. (Org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Editora Papirus, 1987.

PION-BERLIN, D. (Ed.). *Civil-Military relations in Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2001.

ROUQUIÉ, A. (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

Saint-Pierre, H. L. Pensamento em Defesa no Brasil em perspectiva filosófica e histórica. In: MONTEIRO, Á. D.; WINAND, É. C. A.; GOLDONI, L. R. F. *Pensamento Brasileiro em Defesa*. VI ENABED. Aracaju: Editora UFS, 2013.

SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

## NOTAS

1. Essa tese de San Tiago Dantas, em *Dois Momentos de Rui Barbosa* (1949), foi posteriormente endossada por autores como Nelson Werneck Sodré, em sua *História Militar do Brasil* (1965).
2. Na apresentação do primeiro número da revista *Política e Estratégia* (1983), o jornalista Antonio Carlos Pereira expõe os propósitos do periódico e do Centro de Estudos Estratégicos da Convívio. O histórico destas atividades foi recuperado a partir do artigo do professor Shiguenoli Miyamoto, *Os Estudos Estratégicos e a Academia Brasileira: Uma Avaliação*, escrito em 2001. Além das atividades patrocinadas pela Convívio, Miyamoto aponta outros três grandes acontecimentos que marcaram a inserção da universidade brasileira ou de professores individualmente em assuntos de defesa: 1) a criação do Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp e de sua revista, a *Premissas*; 2) os Simpósios de Estudos Estratégicos Argentino-Brasileiros, organizados pelos Estados Maiores dos dois países. Este Simpósio foi realizado em Buenos Aires em sua primeira versão, em 1987, e em São Paulo no ano subsequente. Os resultados desses eventos foram publicados na *Política e Estratégia*; 3) as primeiras edições dos Encontros Nacionais de Estudos Estratégicos que tiveram lugar em Brasília (1994), São Paulo (1995), Rio de Janeiro (1996) e Campinas (1998). Ressaltamos que o artigo de Miyamoto é o primeiro esforço de sistematização da trajetória do campo de Defesa no Brasil e seu autor é uma referência importante para nossa comunidade epistêmica.
3. Os resultados das pesquisas de Eliézer Rizzo de Oliveira e Manuel Domingos Neto foram publicados no livro organizado por Alain Rouquié, *Os partidos militares no Brasil* (1980).
4. Entre os trabalhos de maior repercussão nesta área de estudos destaca-se o livro organizado Guillermo O'Donnell e Philippe Schmitter, *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusions about Uncertain Democracies* (1986).
5. “A tutela corresponde a uma manifestação específica do papel militar na preservação da ordem social num momento em que a corporação castrense não se encontra no exercício do poder de Estado, sem no entanto haver perdido a importância orgânica no conjunto dos órgãos do Estado” (OLIVEIRA, 1987, p. 61).
6. A dificuldade em se preencher os cargos desta última – lembrando que cada parlamentar só pode ter assento como titular em uma única Comissão – fez com que os parlamentares abrissem num primeiro momento uma exceção, permitindo que os deputados membros da



Comissão de Defesa Nacional pudessem fazer parte de uma segunda Comissão. Mais à frente, dando-se conta do equívoco que tal posicionamento acarretava e procurando valorizar institucionalmente o tema defesa nacional na Casa, os legisladores optaram por resgatar a norma de um deputado por Comissão e por fundi-la com a Comissão de Relações Exteriores, haja vista que, em tese, ambas tratavam de assuntos afins. Para maiores detalhes, ver Fuccille (2006).

7. A mesma Comissão no Senado – CRE – tende a atuar quase que exclusivamente no campo das relações internacionais, sancionando a nomeação de embaixadores, apreciando matérias referentes a comércio exterior, assuntos ligados a organismos multilaterais, etc.
8. Vale destacar que René Dreyfuss havia publicado alguns anos antes o prestigioso livro *1964: A Conquista do Estado* (1981), uma das principais referências acerca do golpe militar.
9. Uma coletânea que contempla visões diferentes sobre as relações civis-militares no Brasil durante a década de 1990 foi organizada por Pion-Berlin em 2001 em *Civil-Military Relations in Latin America*.
10. Recentemente esta postura foi reiterada por meio do *Programa Álvaro Alberto de Indução à Pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional*, financiado pelo CNPq e Ministério da Defesa, que exigiu que as propostas fossem apresentadas por pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação com nota quatro ou superior.
11. A descentralização dos recursos financeiros de cada projeto aprovado nestes editais deve ser pactuada pela equipe proponente do projeto.

ENSINO E PESQUISA EM DEFESA NO BRASIL:  
ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO E DESAFIOS”

## RESUMO

Neste artigo iremos delinear a trajetória dos Estudos de Defesa no Brasil começando com um breve panorama das percepções da intelectualidade brasileira sobre as Forças Armadas – em especial dos cientistas sociais nas décadas de 1960 e 1970 –, passando então à identificação dos primeiros estudos que impulsionaram a configuração do campo e algumas iniciativas mais estruturadas que deram suporte ao seu crescimento ao longo das décadas para, em seguida, acompanharmos as mudanças estruturais nos contextos políticos internacional, regional e nacional na década de 1990 e suas conexões com o ambiente acadêmico da Ciência Política e das Relações Internacionais no Brasil. Também detalharemos a estruturação de linhas de pesquisa em Defesa nos Programas de Pós-Graduação a partir da criação de editais de fomento à pesquisa voltados especificamente para o campo e, por fim, abordaremos o processo de criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED) e os desafios colocados para o campo de estudos nos próximos anos.

Palavras chave: Defesa; Relações Internacionais; Ciência Política; Estudos Militares.

## ABSTRACT

In this article we will outline the trajectory of Defense Studies in Brazil starting with a brief overview of the perceptions of the Brazilian academy of the Armed Forces - in particular social scientists in the 1960s and 1970s - then passing to the identification of the first studies that boosted the field configuration and some more structured initiatives that supported the growth over the decades for, then, following the structural changes in the international, regional and national political contexts in the 1990s and its connections with the academic environment of Political Science and International Relations in Brazil. We will also detail the structuring of research lines in Defense in Graduate Programs from the creation of funding announcements for research specifically focused on the field and, finally, we discuss the process of creating the Brazilian Defense Studies Association (ABED) and the challenges posed to the field of Defense Studies in the coming years.

Key-words: Defense; International Relations; Political Science; Military Studies.

Recebido em: 01/05/2016. Aprovado para publicação em: 11/05/2016.



# A defesa na Imprensa Militar do século XIX: Brasil e Argentina<sup>1</sup>

## Defense on the Military Press of the 19th Century: Brazil and Argentina

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 2, jul./dez. 2015, p. 75-86  
ISSN 2358-3932

---

JOSÉ MIGUEL ARIAS NETO

### INTRODUÇÃO

Esta exposição versará sobre uma parte do projeto “A imprensa militar: um estudo dos periódicos navais 1851-1882”. Tentar-se-á compreender a formulação de uma ideia de defesa nacional em periódicos do Brasil e da Argentina no século XIX. Este texto é apenas uma aproximação inicial da questão. Advirto ao leitor que mantereí no texto o tom mais informativo da exposição realizada na mesa *A dimensão epistêmica da defesa*, ocorrida durante o 1º Encontro Regional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa / Sudeste, na sede do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, na UNESP/SP.

### A DEFESA NO SÉCULO XIX

A pergunta inicial é: há alguma discussão sobre defesa no século XIX? Bem, pelas fontes disponíveis diria que não. E, no entanto, por acaso, muito por acaso, acabei me deparando com um conjunto de fontes onde essa discussão vai aparecer. Trata-se da imprensa militar que emerge como fenômeno internacional em meados do século XIX. Até este período, predominam as perspectivas e formulações aristocráticas sobre a guerra, decorrentes da persistência do Antigo Regime, que caracterizam as permanências de uma visão aristocrática de mundo até pelo menos metade do século XX. Evidentemente foi a Prússia, a partir de 1808, que criou o primeiro regulamento que obrigava a formação de militares em academias militares. Ainda assim pode-se afirmar que a discussão sobre defesa não

---

José Miguel Arias Neto – Doutor em História Social (USP) e professor de História (UEL). E-mail: josemiguel2009a@gmail.com.

acontece nas academias militares. Pelo menos no Brasil no século XIX, se forem verificados os programas de cursos de formação de oficiais da marinha, nada referente à defesa aparece. Também não aparece na documentação do governo. Quem faz uma reflexão sobre guerra, a partir da experiência da guerra, são militares: Clausewitz, Mahan, Jomini. E, no caso do Brasil, e em outros lugares, essa discussão vai aparecer aqui, na imprensa militar. E que imprensa é essa?

Ela já é uma imprensa que nasce internacional e decorrente da rápida modernização tecnológica que ocorre após a Segunda Guerra Mundial. As mudanças são dramáticas. Em 1850 a artilharia era composta de canhões com alma lisa, granadas sólidas e carregamento pela boca. Vinte anos mais tarde, em 1870, já existe artilharia raiada, balas explosivas e tubos lança-torpedos. Em termos de construção naval, na década de 1850 começa a surgir o revestimento da couraça de ferro, no caso dos navios e, em 1880, o casco já é inteiramente de aço. No ano de 1863, o comandante Francisco Manuel Barroso, chefe da divisão naval do Rio da Prata, em seu relatório para as autoridades navais destacava a situação do armamento dos navios lá estacionados:

O da corveta *Berenice* compõe-se de 14 canhões obuses de calibre 30, à Paixhans, cujo carretame e vestimenta se acha em bom estado. O de cada uma das canhoneiras de duas peças longas de calibre 68 em rodízio, e de quatro peças da mesma qualidade, de calibre 32 em bateria, artilharia inglesa. Este armamento há quatro anos era o melhor que se conhecia, e o preferido por todas as potências marítimas; mas os canhões raiados depois disto vieram fazer uma completa revolução; de sorte que aquelas já não satisfazem as exigências da época. Forçosamente havemos de acompanhar este movimento progressivo da artilharia, embora com o sacrifício do atual material, e com novas despesas, se não quisermos ficar neste ponto em uma inferioridade deplorável” (Barroso, 1863, p. 2).

Os termos do relatório de Barroso são instigantes: revolução; progresso. Mas também é importante pensar o sujeito/inimigo oculto ou não enunciado, talvez porque de todos conhecido e que indicam a partir de que tipo de paradigma eram pensadas as forças navais neste período.

De fato, nos anos de 1863, várias guerras eram por demais conhecidas em seus resultados e efeitos: Crimeia (1853-1856), Segunda Guerra do Ópio (1856-1860), como estava em curso a Guerra Civil nos Estados Unidos (1860-1865). A famosa batalha de Hampton Roads (1862), na qual foram empregados dois navios encouraçados, o *CSS Virginia* (pela Confederação) e o *USS Monitor* (pela União).

A modernização das Marinhas esteve, portanto, vinculada à Revolução Industrial, e é interessante verificar que nos anos de 1860, no vocabulário militar brasileiro, o termo revolução está vinculado à ideia de progresso técnico e suas consequências, como a possibilidade de multiplicação da potência de destruição de uma força armada, isto é, dos meios ou instrumentos da violência. É, pois, a esta revolução a que se refere Barroso – às drásticas transformações que ocorriam nos meios de produção da guerra. Estas consistiam em mudanças paradigmáticas, na medida em que um navio de madeira e a artilharia tradicional não eram antecessores naturais dos navios de ferro ou da artilharia raiada, que exigiam uma nova base produtiva.

Além disto, Barroso afirmava que o Brasil não poderia ficar em posição de inferioridade no quesito da artilharia. Para onde se dirigia o olhar de Barroso quando fez esta afirmação? Embora no próprio documento o chefe da divisão naval se remeta às “potências marítimas”, seguramente não é a elas que ele pensa em se equiparar, quer no quesito artilharia, quer no quesito força naval. De fato, no momento em que redigia o seu relatório a esquadra brasileira era composta por aproximadamente 41 navios, sendo 15 a vela, 15 vapores de rodas, 13 vapores mistos (hélice/vela). Para efeitos comparativos, o Brasil possuía, em 1851, 59 navios, sendo 49 a vela e 10 a hélice. No mesmo período, em 1854, a Inglaterra possuía 491 navios de guerra, sendo 301 navios a vela, 77 a hélice e 113 vapores de rodas, enquanto que, em 1853, os EUA possuíam 74 navios de guerra, a Áustria 104, a Dinamarca 120, a Espanha 90, os Países Baixos 88, e Portugal 46. Assim, nos anos 1850 a esquadra brasileira poderia equiparar-se apenas a Portugal.<sup>2</sup> Neste sentido, se Barroso olhava para a Europa e, especialmente para os EUA, cuja Marinha cresceu fantasticamente devido à Guerra Civil, no que diz respeito aos progressos técnicos que precisávamos adquirir, não era, certamente, nem nos EUA, nem na Europa que estava pensando quando afirmava a necessidade de equiparação de forças. Era a América do Sul, especialmente a recém-formada Argentina e o Paraguai, que nesta ocasião ampliava suas forças armadas, que estava no horizonte de Barroso.

Então as mudanças se processavam rapidamente e eram discutidas em uma imprensa que já nasce internacional. Não se trata, portanto, apenas do surgimento de periódicos em vários lugares do mundo, mas são periódicos que conversam entre si. Eles circulam, os artigos são traduzidos de um para outro e os próprios periódicos são enviados de um lugar para o outro.

Em um levantamento bastante incompleto feito a partir do catálogo da Biblioteca Imperial da França, de 1857, do Boletim do Centro Naval da Argentina do ano de 1882, e do Jornal da Biblioteca Britânica, pudemos verificar a existência de 20 periódicos ou mais relativos à discussão de temas

navais. No caso do Brasil, a *Revista Marítima Brasileira* (RMB) não é apenas o periódico mais longo, mas é o que tem o maior número de edições.

A partir de 1850 ocorrem duas coisas importantes: primeiro, o encerramento do tráfico negreiro e o deslocamento da agenda de relações internacionais do Brasil para a região do Prata. Mas, ao mesmo tempo, do ponto de vista da tecnologia, se há, desde a vinda da família real, um mercado editorial bastante consistente no Rio de Janeiro, no final da década de 1840, a implantação da prensa litográfica rotativa promoveu uma explosão das revistas ilustradas e uma grande dinamização da imprensa militar. Esta é uma imprensa que também já nasce em rede, porque já nasce traduzindo artigos de jornais estrangeiros e nasce discutindo com a grande imprensa do Rio de Janeiro. Fazendo uma contagem dos textos publicados pela RMB foi possível verificar o seguinte: dos quarenta artigos publicados sobre tecnologia no primeiro ano da revista, 30%, ou seja, doze, são traduções. Então, eles já iniciam a publicação da revista inseridos neste debate internacional e dentro da perspectiva do iluminismo instrumental, que no caso do Império Português era chamado de reformismo ilustrado, que se desenvolveu a partir da administração pombalina, isto é, o programa iluminista do desenvolvimento científico e tecnológico. Este programa havia expurgado, portanto, aquilo que no período era conhecido como “abomináveis ideias francesas” (as ideias de liberdade e igualdade) e enfatizava o desenvolvimento científico e sua aplicabilidade tecnológica de modo a dinamizar o império português e o desenvolvimento econômico das colônias. É nesta perspectiva que nossa elite, formada prioritariamente em Coimbra, configurou o Estado brasileiro.

Neste sentido é importante perceber que a RMB discute a necessidade de nacionalização da marinharia, já que se contratavam muitos mercenários no exterior. Mas a revista defende também a indústria de construção naval nacional, mais precisamente o Arsenal de Marinha, contra a perspectiva de se adquirir navios construídos em estaleiros privados.

A revista também vai traçar planos para a organização da Marinha e das esquadras. A carreira, o montepio militar, o asilo de inválidos, as promoções e os soldos serão objetos de preocupação da revista ao lado de temas como o recrutamento, a profissionalização, a reforma do Regimento Provisional, que era o regimento que regia a disciplina naval. A RMB também procura se fazer porta-voz dos interesses da “classe militar” na medida em que procura participar da discussão parlamentar acerca da fixação das forças navais anuais e propugna a criação de um conselho naval.

Os editores da revista tem formação na Academia da Marinha. Giacomo Raja Gabaglia, que faleceu em 1870, era membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, e fez parte daquela grande expedição científica que

a IHGB faz para o Ceará nos anos 1850. Ele também estudou construção hidráulica na Europa. O Sabino Eloi Pessoa, também, foi bibliotecário, lente da Academia da Marinha, secretário do Conselho Naval. Em 1868 ele pede demissão do serviço da armada, mas em 1881 ele volta como editor de outra revista de Marinha.

Para os editores da RMB havia uma clara definição do que era a Defesa Nacional no século XIX e qual o lugar da Marinha neste conjunto.

A marinha é por essência a base da força e da influência política dos estados, a protectora nata do commercio, o elemento primordial da prosperidade material das nações, e por tal forma tem contribuído para o desenvolvimento da civilização que chegou a constituir-se no mundo uma *força superior cuja direção suprema envolve o futuro das sociedades humanas*. [E enunciando um paradigma que fez escola no pensamento militar ao longo do século XIX e XX ainda acrescenta:] E com a força que ha podemos defender a nossa liberdade e a honra nacional? Poderá essa força ser porventura um antemural de nossa independência, uma garantia de ordem e prosperidade para o vasto império destinado pela providência a ocupar lugar distinto no catálogo das principaes nações marítimas do mundo? (Revista Marítima Brasileira, 1854, p. 5, grifos do autor).

Aparentemente muito simples, caberia à Marinha a defesa do comércio e da prosperidade da nação. Mas o artigo vai muito além, pois a Marinha deveria ser a força e a projeção de potência dos estados, uma força superior na construção da civilização do presente e do futuro. No conjunto da defesa nacional caberia à Marinha a defesa da independência, isto é, a manutenção da integridade territorial e garantia da ordem, isto é, de uma determinada ordenação da propriedade e de uma projeção de potência imperial no Rio da Prata e na América do Sul.

No já citado relatório da divisão naval do Rio da Prata de 1863, Barroso afirmava:

Não podendo, nem devendo nós manter uma marinha grande, parece, contudo de intuição, que os poucos navios que tivermos, devem preencher todas as condições de perfectibilidade introduzidas nas marinhas militares mais adiantadas [...]. A defesa do País está exigindo a cada momento, que a nossa marinha de guerra sofra também a transformação que se vai operando aos nossos olhos, na França, na Inglaterra, e nos Estados Unidos; sob pena de ficar inutilizada no momento preciso; de não poder desempenhar a sua missão; de não corresponder ao apelo da Pátria nos seus dias de aflição, com vergonha para o governo, e desar para a Corporação. Para salvar interesses tão caros; para poupar-nos à futuras humi-



lhações, não há quantia alguma, por mais avultada que pareça que tenha importância. A economia neste ponto alia-se pouco com a dignidade nacional, e para selar esta, é preciso sacrificar um pouco aquela, e creio que nenhum brasileiro quererá que se faça o contrário (Barroso, 1863, p. 2).

É importante destacar que, como já se havia notado aqui, a Europa e os EUA são as referências de Barroso para a constituição da Força Naval do ponto de vista tecnológico. Há, no entanto, nesta passagem outras associações que são importantes para destacar o conceito de defesa em construção no Oitocentos. Em primeiro lugar, se não for possível desempenhar a missão da defesa, se não puder corresponder ao chamado da pátria, isto será uma vergonha para o governo e um desar para a corporação. Esta associação entre pátria-governo-corporação compõe o sujeito e o objeto da defesa: a Pátria (o objeto), o governo e os militares (os sujeitos). Caberia aos segundos, especialmente aos governos, o financiamento das forças armadas, cujos cálculos não seguiriam, aparentemente, um raciocínio lógico que tomaria em consideração o fator econômico, visto que nenhuma quantia, “por mais avultada que seja”, tem importância diante da sacralidade da missão confiada aos militares, a defesa da Pátria. Este argumento é corrente entre os militares no século XIX, encontrando-se o mesmo em inúmeros documentos e mesmo na imprensa militar. É só aparentemente que se constitui um exagero. De fato, é uma resposta a uma fala também corrente entre os políticos civis, de que a guerra é um desar, um mal necessário e que despesas militares são improdutivas. É na medida do crescimento da oposição entre civis e militares que já se enuncia na imprensa dos anos 1850 em diante, que este se tornará um diálogo de surdos até que configure uma contradição insuperável. Assim, não é de somenos o argumento de Barroso e nem constitui um absurdo redigido por um militar tão circunspecto quanto o chefe da divisão do Rio da Prata. De fato, neste mesmo relatório ficam explícitos os limites do que seria a defesa no século XIX. Traçando suas considerações finais acerca da missão da divisão, Barroso observava:

Os navios de guerra da Divisão, em hombridade neste porto com os das primeiras nações marítimas, não se mostram inferiores à eles nem em asseio, nem em disciplina, e vão desempenhando, como devem a sua missão essencial de proteger os interesses nacionais, e a marinha mercante do Império, que frequenta em grande escala o Rio da Prata. Não se deve, pois, calcular somente a utilidade da Divisão pelas comissões que ela executou; mas principalmente pela força moral que dela irradia para garantia de tão importantes interesses (Barroso, 1863, p. 9).

Embora não empregue o termo “dissuasório”, é exatamente este o papel que atribui à sua Divisão, pois ela é importante não só “pelas comissões que ela realizou, mas pela força moral que dela irradia para a garantia de tão importantes interesses”. Em outras palavras, a política de defesa no século XIX seria a implantação de forças militares que representassem uma presença moral, uma força da qual irradiasse a garantia dos interesses comerciais do Brasil, da qual irradiasse uma projeção de potência na América do Sul, a garantia da propriedade e do desenvolvimento do capitalismo nascente nestas plagas e a liderança do Império do Brasil na região. Esta seria a projeção de custos e o limite para o financiamento das forças militares no Brasil. Verifica-se, portanto, que a ideia de defesa cunhada nos anos 1850 pelos redatores da RMB projetou-se no tempo e coadunava-se com as expectativas da corporação.

Na Argentina verifiquei a existência de seis revistas que caracterizariam uma imprensa militar. São elas: Revista Militar (1875), Revista Militar y Naval (1881-1883), Boletim del Centro Naval (1884-nd.); Revista Militar Argentina (1887), Revista de La Union Militar (1890) e Almanaque Prensa Militar (1898). A Revista Militar e Militar y Naval eram institucionais publicadas pelo Ministério da Guerra e Marinha, os outros boletins estão vinculados a associações militares, o Boletim do Centro Naval ao Centro Naval, a Revista Militar Argentina ao Clube Militar e a Revista da União Militar à União Militar. Essas revistas são predominantemente históricas, ou seja, elas fazem a história da instituição ao mesmo tempo que articulam também uma discussão sobre a organização das forças militares argentinas em seus aspectos técnicos e humanos.

Também nelas há um discurso acerca do dever da defesa. De acordo com a Revista Militar:

Es, pues, un deber del pais, mantener su defensa nacional en el estado que le indica la posicion de su territorio, el numero de sus ciudadanos y los intereses que tiene que proteger. Asi es que la mayor parte de las naciones civilizadas, y aun las mas pacificas, han organizado sus milicias de un modo tal que las permita utilizar en cualquier emergencia todos los recursos del pais en hombres instruyendoles de antemano en servicio de las armas (Revista Militar, 1875, p. 3).

Para a Revista Militar a defesa nacional implica na preservação do território, dos cidadãos, do estado e da ordem de propriedade, isto é, dos interesses capitalistas que têm que proteger. Assim, é preciso mobilizar os recursos necessários que possam ser mobilizados em qualquer emergência.

O Boletim do Centro Naval avança nesta definição, delineando mais especificamente os lugares a serem ocupados pela Marinha e seus homens na defesa nacional:

La Marina Argentina, tiene vastos horizontes ante sí, puede perfectamente llenar su mision en bien, no solamente de esta nuestra patria, sino tambien en pró de la humanidad toda; ella es uno de los elementos más poderosos que deben contribuir al desarrollo de nuestras grandes riquezas. No es permaneciendo en la oscuridad que los Oficiales subalternos de la Armada pueden propender a la más pronta realización de las reformas que es necesario introducir en la Armada para su mejor y definitiva reorganizacion; todos deben contribuir a tan patriótico fin, y deber es de los subalternos ayudar a sus Superiores en la esfera de sus fuerzas. [...] queremos que el Gobierno y el país sepan que tienen Oficiales de marina dignos de llevar tan distinguido como honroso uniforme y que, prosiguiendo en el trabajo y en el deber, dén glorias a la patria en la paz y en la guerra! (Boletín del Centro Naval, 1884, p. 5-7).

Destaca-se que os editores do Boletim – assim como os da RMB em 1850 – atribuem às Marinhas um papel de alcance universal, abrangendo toda a humanidade, que é o de contribuir para o desenvolvimento das riquezas nacionais. Para isto, o oficial não deveria permanecer na obscuridade, mas ocupar o centro da ação política, para realizar as reformas e a reorganização que a Marinha necessita para atuar na guerra e na paz na consecução da manutenção da ordem e do desenvolvimento econômico.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se, pois, com base em uma preliminar observação da imprensa militar e de demais documentação do século XIX, que a ideia de defesa está vinculada num sentido amplo e genérico ao desenvolvimento econômico e à expansão da sociedade capitalista. Mais especificamente, a ideia de defesa se prende à consolidação e manutenção de uma determinada ordem de propriedade, o que, em termos de desenvolvimento do Estado Moderno, significa a defesa das fronteiras, da unidade nacional e das rotas de comércio, do progresso econômico.

Derivado destas preocupações mais amplas, ao menos no caso de Brasil e da Argentina, predomina a noção de dissuasão, ou seja, não há uma projeção expansionista militar, a despeito de haver, em alguns momentos conflitos em torno de definições territoriais. Brasil e Argentina não desenvolveram e não tinham a pretensão de desenvolver forças militares vinculadas a um processo de conquista, como foi o caso dos Estados Unidos, por exemplo.

Um terceiro elemento é importante. Neste conceito de defesa a história da guerra vai ocupar um espaço importante e isto se manifesta nos pe-

riódicos navais elencados, pois a história da guerra tem a função de criar a identidade das corporações e dos militares, ela tem uma função cívica e pedagógica de reproduzir uma memória institucional heroica. Por isto, desde o início a História Militar feita pelas instituições militares é fundamentada na perspectiva da *magistra vitae* e no âmbito da história *exemplar*, não comportando a dimensão de análise crítica da guerra, das instituições e das corporações.

A organização das forças militares, a carreira implicando a discussão de uma formação especializada estão imbricadas na ideia da defesa na medida em que dois aspectos preocupam estes intelectuais do Oitocentos: como articular a estrutura social, econômica e cultural e a profissionalização de um oficial militar, em suma: como seria o recrutamento e a formação deste oficial? Não é ao acaso que os editores da RMB são abolicionistas. Eles partilhavam das ideias de José Bonifácio, que afirmava ser uma sociedade escravista obstáculo à constituição de Forças Armadas homogêneas e harmônicas

A ciência e a tecnologia aplicadas à defesa é um outro elemento fundamental para o tema da defesa no século XIX. Havia, desde o início do século XIX, a clara consciência de que sem o desenvolvimento industrial a tendência ao aprofundamento da dependência em relação aos centros industrializados seria crescente. Não é ao acaso que no Brasil o primeiro núcleo industrial é militar: os arsenais da Marinha e da Guerra, fábricas de munição e de pólvora, de modo que o pensamento industrializante aprofundou-se na mentalidade militar do século XX.

E, finalmente, os sentidos que o termo “defesa” adquire no século XIX, é um sentido que é internacionalizado e se dá a partir dessa rede de discussão entre militares e que avançou ao século XX, pelo menos até 1945, quando o domínio da energia nuclear reconfigura totalmente o paradigma da defesa e da guerra.

Obrigado!

## REFERÊNCIAS

### Fontes:

BRASIL. Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios de Marinha (1850-1900).

BRASIL. Relatório da divisão naval do Rio da Prata (1863) – IHGB.

Revista Marítima Brasileira (1851-1855; 1881-18??).

Revista Militar (1875).

Revista Militar y Naval (1881-1883).

Boletim del Centro Naval (1884-18??).

Revista Militar Argentina (1887).

Revista de La Union Militar (1890).

Almanaque de La Prensa Militar (1898).

### Bibliografia

ARIAS NETO, J. M. A Revista Marítima Brasileira - 1851-1855: Um projeto de Marinha para o Império do Brasil. In: PAULA, L. C. C. de; RESTIER JUNIOR, R. J. P.; LOUREIRO, M. J. G.; CHAGAS, F. M. da S. (Org.). *A guerra e a formação dos Estados Nacionais contemporâneos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013, p. 116-139.

\_\_\_\_\_. *Em busca da cidadania: praças da Armada Nacional 1867-1910*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2001.

\_\_\_\_\_. Revista Marítima Brasileira: 1851-1855 - A Liberdade de Pensamento na Marinha Imperial e o Projeto de Nação no século XIX. *Revista Brasileira de História Militar*, v. 8, p. 4-29, 2012.

BARROSO, F. M. *Ofício nº 24 - Apresentando relatório do Comando da Divisão Naval do Rio da Prata, relativo ao ano de 1862*. Divisão Naval do Rio da Prata, 1863. 37 p.

BENTIVOGLIO, J. Historiografia e máquinas de guerra: a história da história como um estudo de relações de forças com breves apontamentos sobre a Escola Histórica Alemã e a Escola dos *Annales*. *História Revista*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 223-238, jan./jun. 2012.

COSTA, D. Conselheiro Sabino Eloi Pessoa (1821-1897). *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 9-10, p. 939-973, 1939.

COSTA, V. P. *A espada de dêmocles: o exército, a guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: HUCITEC/Editora da UNICAMP, 1996.

DARNTON, R. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tratado de nomadologia. Vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DUBY, G. *O domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GUIMARÃES, M. L. S. *Historiografia e nação no Brasil 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

KRACAUER, S. *O ornamento da massa*. São Paulo: Cosacnaif, 2009.

KURY, L. (Org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O patriota ( 1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial ( 1820-1840)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2010.

RÉMOND, R. (Dir.). *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988.

TARDE, G. *A opinião e as massas*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

## NOTAS

1. Esta exposição é parte do projeto “A imprensa Militar: um estudo dos periódicos navais 1851-1882”.
2. Fontes: Relatório da Secretaria de Negócios da Marinha, 1864 e Revista Marítima Brasileira, 1854.

## RESUMO

Este texto faz uma primeira prospecção acerca da concepção de Defesa Nacional presente no pensamento militar brasileiro e argentino, expresso através de documentação variada e de publicações editadas por oficiais de marinha.

Palavras chave: Imprensa Militar; Defesa; Oitocentos.

## ABSTRACT

This paper is a first survey on the design of National Defense present in the Brazilian and Argentine military thinking expressed by varied documentation and edited publications by naval officers.

Key-words: Military Press; Defense; Eight Hundred.

# Ontologia, Metodologia e Prioridades nos Estudos de Defesa<sup>1</sup>

## Ontology, Methodology and Priorities on the Defense Studies

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, nº 2, jul./dez. 2015, p. 87-106  
ISSN 2358-3932

---

**ANTONIO JORGE RAMALHO DA ROCHA**

Este artigo combina as reflexões de um assíduo estudante de Relações Internacionais com a vivência de um professor que acumulou alguma experiência na gestão pública. Uma das vantagens da vida acadêmica é que a cada dia reduzimos a nossa ignorância, o que é gratificante, mesmo sabendo que jamais conheceremos tudo o que é relevante e útil – para não falar do que julgamos apenas interessante.

É assim a vida. Sabendo levar, dizia o Barão (de Itararé, claro), é bem melhor do que a morte.

Dividi minhas observações em pequenas seções, a bem da brevidade, “irmã do talento”, como nos lembrava Tchecov. Se não alcanço o talento, com disciplina imponho-me a brevidade. Já é algo. Em busca de leveza, reduzi as citações, mas compartilho uma lista de referências para os que quiserem se aprofundar nesses assuntos.

\*\*\*

Em suas pesquisas, o professor José Miguel Árias registrou debates parlamentares brasileiros, em meados do século XIX, em torno dos assuntos examinados nos periódicos europeus que tratavam de política internacional. Lembrei-me das crônicas de Machado de Assis sobre o Velho Senado. Quem não as leu, não sabe o que está perdendo.

Que inveja daqueles tempos!

Não sei o que acontecerá hoje a quem oferecer aos nossos parlamentares revistas especializadas no exame das questões de segurança internacional. Nossos parlamentares não parecem interessados em política internacional. É o Parlamento que temos. Ninguém ali foi nomeado, e quero crer que re-

---

Antonio Jorge Ramalho da Rocha – Doutor em Sociologia (USP) e professor de Relações Internacionais (UnB/ESUDE). E-mail: antonio.ramalho@gmail.com.



presenta, em alguma medida, as preocupações de nossa sociedade, entre as quais as políticas externa e de defesa jamais foram prioritárias.

Examino, neste artigo, questões ontológicas e metodológicas em nossa área, com a esperança de engajar os colegas mais jovens no debate sobre essa dimensão mais abstrata de nosso campo de estudos.

Tratarei brevemente da evolução desse campo no Brasil e o papel que a ABED pode desempenhar, compartilhando o que pude observar, nesses anos, do funcionamento do Ministério da Defesa. Agrego à perspectiva acadêmica, a de um observador comprometido em contribuir para consolidar em nossa sociedade uma comunidade de especialistas em Estudos de Defesa. E termino propondo eleger uma prioridade em nossa agenda: o apoio à criação de uma carreira civil no Ministério da Defesa.

### A CONSTITUIÇÃO DE AGENTES POLÍTICOS NO CAMPO DA DEFESA: PRIMEIRA OBSERVAÇÃO ONTOLÓGICA

Começamos pela ontologia de nosso campo de estudos. Vivemos hoje em um período de muita confusão. Não por acaso, adjetiva-se o conceito de guerra, na literatura especializada.<sup>2</sup> Fala-se de guerra irregular, de conflitos assimétricos, de guerra de quarta geração, etc. Busca-se compreender a essência da guerra moderna – para alguns, a da pós-moderna –, ou da guerra do futuro, presumindo que os fundamentos tradicionais dos conflitos entre as comunidades políticas perderam relevância.

Não perderam.

As questões de defesa e segurança internacional sobre as quais nos debruçamos tradicionalmente apenas ficaram mais complexas desde o fim da Guerra Fria. Prevalece, em nossa comunidade, o consenso de que o pensamento político e jurídico moderno – e, para muitos, a própria ordem internacional contemporânea – se distingue pela assunção, pelos Estados, do monopólio sobre a Guerra. Essa realocação da violência organizada entre comunidades políticas no plano dos Estados nacionais levou inclusive à criação de um corpo de leis da Guerra (*Jus Belli ac Pacis*), mas não retirou de outros grupos organizados a capacidade de empregar a força em busca de seus interesses.

Ocorre que a necessidade de contra-arrestar a violência oriunda de agentes não estatais, por mais relevante e urgente, não constitui uma guerra. A retórica política, compreensível no plano da ação diplomática ou militar, não deve ser apropriada acriticamente nas discussões acadêmicas.

Conto-lhes dois casos recentes dessa confusão conceitual, que impactam objetivamente a realidade internacional e ilustram, em linha com os

argumentos oriundos da “virada linguística” em nosso campo, o processo de coconstituição de agentes e estruturas no ambiente internacional.<sup>3</sup>

O primeiro foi a reação do governo francês aos trágicos atentados em Paris. Não faz sentido declarar guerra a um conceito ou a uma tática de combate (Guerra ao terror ou ao terrorismo); não é inteligente fazê-lo a um grupo de poder que almeja justamente se legitimar como uma entidade de pleno direito no ambiente internacional. Um grupo que busca novos seguidores e se autointitula, contraditoriamente, um Estado Islâmico.

Há grande diferença entre o chamado Estado Islâmico e a Al Qaeda. Embora se declare interessado em fundar um califado – uma entidade política que não reclama uma base territorial, mas apenas a legitimidade de seus integrantes, para se estabelecer –, o Estado Islâmico também se apresenta como um candidato a Estado.

A Al Qaeda é diferente, pois, sendo uma ideia, está em toda parte. Isso lhe confere enorme *influência*, e não é casual o movimento do Estado Islâmico no sentido de começar a operar também nesses moldes, embora não exclusivamente.<sup>4</sup>

Ora, a maneira mais eficaz de se ajudar um grupo de poder a se transformar em um Estado nacional é declarar-lhe guerra. A França caiu na armadilha do Estado Islâmico, interessado em ser reconhecido como ator no ambiente internacional. Mais que os atentados de Paris, a resposta do governo francês o aproximou desse objetivo.

Quando um Estado tradicional, com a influência que tem a França, adota essa postura, ele contribui para constituir o que poderia ser considerado um grupo insurgente, uma entidade paraestatal, ou mesmo uma organização criminosa, em um candidato a um Estado nacional.

Essa não é uma maneira eficaz de se reagir a um atentado terrorista.

Ao declarar guerra, empregando força dimensionada para contra-arrastar ameaças advindas de outros Estados nacionais contra um grupo de poder, como o Estado Islâmico, a França foi além de chamar a atenção para a causa defendida por esse grupo. Ela também contribuiu para difundir, mundo afora, a mensagem que seus líderes queriam veicular: a de que eles podem restabelecer, em um ambiente westfaliano, uma forma de organização política típica de arranjos do passado.

Trata-se de erro político, influenciado pela confusão conceitual a que me referi, provavelmente motivado pela percepção da necessidade de responder prontamente a uma agressão sofrida.

A França elegeu um inimigo cujas ações podem se manifestar a qualquer momento e em qualquer lugar, o que a obriga a manter-se em guarda permanentemente, a custos obviamente insustentáveis no longo prazo. Essa guarda permanente pode ser vã, ademais, dado que um próximo

ataque pode simplesmente jamais se realizar. Mas a sangria imposta pela necessidade de se defender em todos os momentos e espaços é certa, e influenciará o debate político interno da França.

Em parte, esse erro decorre da decisão de haver declarado guerra a uma entidade cuja natureza se distingue da de um Estado, pois sua localização não é discreta e sua liderança não se restringe a um grupo organizado, baseado em um espaço territorial conhecido. Então não há um inimigo a derrotar, um objetivo a conquistar, uma possibilidade clara de se encerrar o conflito, seja com derrota, seja com vitória.

Ademais, o chamado Estado Islâmico possui um projeto de longo prazo capaz de inspirar seguidores em várias partes do mundo, inclusive na França, prejudicando a coesão da sociedade francesa.

Ou seja, é provável que a França repita o erro dos Estados Unidos: estender um conflito por longos anos, exaurindo seu tesouro, sem chegar a resultado satisfatório do ponto de vista da segurança de sua população.

Esse tipo de ameaça se combate mais com inteligência e cooperação do que com a força; e é contraproducente declarar guerra a quem a perpetra.

Mas tampouco é fácil oferecer uma resposta pronta e eficaz a semelhante agressão, o que explica o erro.

O outro caso recente que merece atenção foi a resposta do governo espanhol aos atentados de Madri. Com todos os problemas que à época tinha o governo Aznar, sua resposta foi pragmática, embora parcialmente equivocada. Aznar errou ao tentar associar os ataques ao ETA – e argumenta-se que perdeu a eleição por isso –, mas não cedeu à tentação de promover a causa dos terroristas.<sup>5</sup> Sua reação específica aos atentados foi inteligente, ao retirar o conteúdo político do ato, ao esvaziar a intenção dos terroristas de mobilizar a sociedade em torno de sua causa, ao tratá-los como criminosos comuns.

Com isso, sinalizou aos possíveis perpetradores de atentados terroristas que eles não alcançariam seu objetivo precípuo: expor-se à mídia, chamando atenção para sua causa com atos violentos. O recado foi o de que essa tática implicaria o emprego da polícia e o tratamento dispensado a criminosos comuns. Isso desestimulou os ativistas a recorrer ao terror para alcançar seus objetivos políticos.

Sabidamente, os governos que se sucederam não mudaram essa linha de ação.

Se é assim, a resposta francesa, além de ineficaz, ilustra a confusão conceitual no seio das lideranças políticas atuais, que, em alguma medida, obscurece o debate sobre questões de segurança nacional.

Em síntese, tenhamos claro que as visões tradicionais de emprego da força armada por uma entidade política constituída contra a de outra entidade

política permanece importante, como nos recordam os acontecimentos cotidianos no Oriente Médio, no Mar do Sul da China, das fronteiras da Europa.

Mas é fato que as fontes de ameaças se multiplicaram, o que obrigará os Estados a desenvolver outros instrumentos para enfrentá-las.

Em vez disso, frente às dificuldades para identificar os meios apropriados a reagir às ameaças que enfrentam, os governos empregam o instrumento militar em situações que vão muito além daquelas para as quais se dimensionaram as forças armadas dos Estados nacionais.

Em que medida nossos estudos podem contribuir para evitar erros dessa natureza? Como podem os governos identificar seus inimigos e bem dimensionar suas ações? A seção seguinte aprofunda esse debate.

### TERRITÓRIOS, GUERRAS E OUTROS CONFLITOS NO CAMPO DA DEFESA: SEGUNDA OBSERVAÇÃO ONTOLÓGICA

Nosso campo de estudos abriga um conjunto de aproximações discursivas, inclusive metodologicamente distintas entre si, favorecendo o diálogo interdisciplinar. Não praticamos uma disciplina no sentido tradicional, centrada no emprego de um paradigma (ou no confronto de vários candidatos a paradigmas de análises); nosso campo de estudos, por definição, está aberto a contribuições de várias disciplinas de pensamento.

Aquilo que se caracteriza como Estudos de Defesa compartilha objetos, conceitos e métodos com o campo das Relações Internacionais. O professor Eugênio avançou parte do que diria, e o fez melhor do que eu faria. Mas permitam-me recordar aspectos relevantes para se compreender a ontologia do nosso campo.

O primeiro foi sublinhado, há décadas, por Quincy Wright (1942), em seu estudo sobre a guerra. Eram tempos de violência, marcados pelos processos de independência na África e na Ásia. Wright caracterizava a guerra como apenas uma espécie de conflito, a interação violenta (com o emprego de força de considerável magnitude) entre grupos de poder, entre comunidades políticas.<sup>6</sup> Não falava de indivíduos, mas de coletividades que se organizam à luz de uma autoimagem, de identidades socialmente construídas, tanto em sua mútua interação quanto na interação dos indivíduos que as integram, os quais com ela se identificam e, nesse processo, constroem sua própria identidade.

É o que sói acontecer com os Estados nacionais, mas não apenas com eles. Trata-se de um processo complexo, em que se empregam narrativas destinadas a tornar possível aos indivíduos conceber-se, e apresentar-se, como constituintes dessas entidades coletivas, como seus promotores e defensores.

Por essas mesmas narrativas, diferenciam-se umas coletividades das outras, e, gradualmente, define-se a substância de suas interações, que não são necessariamente conflituosas. Há também cooperação, que, aliás, se observa até mesmo em plena guerra, mediante diálogos, tréguas, negociações e, eventualmente, armistícios.

Do ponto de vista ontológico há, pois, pelo menos três elementos-chave no debate contemporâneo sobre segurança e defesa, relevantes para a nossa discussão. As coletividades que interagem mutuamente, de forma cooperativa e conflituosa; o grau de legitimidade dessas entidades e de sua base territorial; e os processos de sua constituição como atores políticos. Esses processos se inter-relacionam, e merecem atenção detida.

Vejamus a questão do empenho em se afirmar politicamente. As interações que nos interessam aqui envolvem pelo menos uma entidade politicamente constituída. Normalmente, quem não está constituído como Estado busca isso, dado que o ambiente internacional contemporâneo favorece os Estados em detrimento de outras coletividades. Essa constituição implica, todavia, o reconhecimento dos que já se estabeleceram. Não foi diferente no passado. As negociações conducentes ao reconhecimento da soberania das ex-colônias americanas, africanas e asiáticas ilustraram bem esse processo.

Nesse contexto, a territorialidade é uma referência importante, mas não necessária. O ressurgimento de conceitos como o de califado, que não pressupõe um território delimitado, desafia o requisito da territorialidade. O califado se constitui na – e pela – relação dos indivíduos que se submetem ao Califa. Mesmo nômades, dispersos em territórios de diversos Estados nacionais, esses indivíduos continuam leais ao Califa. A relação de mando, a relação de autoridade constituída, dá-se entre eles e o seu Califa.

Pensem nas implicações disso.

A territorialidade, nesse caso, é chave para situar e explicar, mas não tanto para entender, o processo político, inclusive os embates que venham a dar-se entre as partes.<sup>7</sup> Mas ela não é necessária para explicar o fenômeno da guerra nem a afirmação do grupo de poder como entidade política reconhecida no âmbito internacional.

Um califa pode entrar em guerra contra um Estado territorialmente bem constituído, sem ter a pretensão de ocupar aquele território, de se estabelecer permanentemente naquele lugar, de controlar aquele espaço. Pelo critério de Wright, na medida em que esse Califa represente uma coletividade e seja capaz de empregar força de considerável magnitude em seus embates com outros grupos de poder, observar-se-ia uma guerra.

Mas notem que, para o Califa, pode ser suficiente conquistar os corações e mentes, a lealdade dos seus seguidores. Se é assim, ele pode ampliar

seu poder, já que seus súditos podem ter a cidadania reconhecida pelos governos dos Estados nacionais. Isso é possível porque este senhor não apela a identidades nacionais, étnicas nem tribais, mas a um sentido de comunidade que encontra respaldo em um contexto religioso e/ou filosófico.

Há uma outra manifestação atual e relevante desse processo de “destritorialização” da política internacional. Trata-se do emprego de identidades linguísticas como substrato de uma comunidade mais ampla. Quando o presidente Putin afirma a responsabilidade da Grande Rússia pelos que falam russo, outros governos percebem nisso uma ameaça. Se em seu território há comunidades que falam russo, então, parece haver razão para preocupar-se, especialmente depois do que ocorreu na Ucrânia.

Embora relevante, a disputa territorial não é, como se vê, crucial para se definir os conflitos, e quiçá as guerras, de hoje. As disputas de poder travam-se entre comunidades políticas organizadas, cada qual com sua visão de futuro, com uma expectativa de sua presença, de seu papel nesse futuro. Eventuais conflitos entre essas expectativas podem levar esses grupos políticos organizados a empregar a força.<sup>8</sup>

Quando se fala de Defesa, fala-se disso. Fala-se da defesa dessa comunidade por cada governo constituído, fazendo uso das armas disponíveis. Por muito tempo, pelo menos desde a constituição dos Estados nacionais, isso esteve claro; hoje não está tanto assim. Não é casual que alguns autores, em fins dos anos 1990, tenham começado a caracterizar as relações internacionais como uma nova Idade Média.

Redefinem-se as relações de poder mundo afora e há dúvidas sobre se o modelo westphaliano seguirá pautando as relações internacionais contemporâneas.<sup>9</sup>

Em outras palavras, estamos acostumados a conferir precedência analítica aos Estados nacionais bem constituídos, que se reconhecem mutuamente, com sua territorialidade, com suas fronteiras, com forças armadas profissionais em interação permanente. Estamos habituados a presumir que essa dinâmica estrutura o cenário político internacional, condicionando mais do que sendo influenciada pelas relações que envolvem outros grupos de poder. Mas esses são apenas nossos hábitos de pensamento – a verdade é que não sabemos se esse modelo prevalecerá no futuro previsível.

A perplexidade diante de transformações que podem ser tão profundas na ordem internacional decorre, em parte, da ontologia de nosso campo de estudos. Quem são os atores chave? O que os move? Que processos engendram dinâmicas coletivas – sistêmicas ou societais, conforme a abordagem conceitual – capazes de moldar o ambiente internacional e seus constituintes?

Construímos mais de uma resposta razoável para essas perguntas, o que nos leva a um debate metodológico. Passemos, então, a essa discussão.

## DA RELEVÂNCIA DO MÉTODO PARA JULGAR CIENTÍFICAS AS CRENÇAS COM QUE DAMOS SENTIDO AO MUNDO

Recupero, aqui, a questão metodológica que lhes prometi examinar.

Ainda não encontrei argumento mais claro e conciso sobre o assunto do que o do filósofo Alfred North Whitehead (1929), para quem a produção de conhecimento científico consiste em apenas uma das funções da razão. Para ele, as narrativas científicas devem submeter-se a um conjunto de critérios específicos, a fim de se validarem nessa condição.

O fato de atenderem a estritos critérios metodológicos, contudo, não lhes retira a condição de uma narrativa convalidada inter-subjetivamente, de uma crença especial.

Segundo Whitehead, os discursos que produzimos sobre a realidade, para serem considerados científicos, necessitam atender simultaneamente a pelo menos quatro critérios básicos:

(1) O primeiro é a clareza do conteúdo da exposição: o discurso deve ser claro, articulado, compreendido e compreensível pelos que falem o idioma no qual se expressa uma crença científica. Não pode ser uma narrativa obscura, hermética, que se pretenda sofisticada porque os ouvintes ou leitores não a compreendem (já se vê que isso é algo difícil para muitos de nossos colegas, especialmente em áreas como Economia e Direito).

(2) O segundo critério é a consistência lógica interna das categorias analíticas empregadas na construção da narrativa. Os conceitos devem conviver uns com os outros do ponto de vista lógico; o discurso não pode ser contraditório.

(3) O terceiro é a consistência lógica externa também: o discurso não pode ser negado por outras narrativas que também interpretam os mesmos fenômenos da realidade, sob pena de perder credibilidade.

(4) Por fim, impõe-se a questão empírica: o que se afirma sobre a realidade deve possuir ampla conformidade com o que se observa. Tanto o narrador quanto seus interlocutores devem constatar a correspondência entre o que se afirma acerca dos processos em exame e a observação fática da realidade. Da mesma forma, não se deve observar qualquer discrepância profunda daquela narrativa, pois, como demonstrou Popper, basta um cisne negro para demonstrar falsa a assertiva, corroborada milhões de vezes, de que todos os cisnes são brancos.

Em outras palavras, para ser validada por uma comunidade científica, o discurso deve atender pelo menos a esses critérios. O argumento de Whitehead acerca da validação de argumentos nas ciências humanas e sociais aplicadas é, a meu ver, mais sólido do que o de Weber, embora ambos realcem a importância do método como critério de validação do discurso

científico e se preocupem com a consistência lógica dos discursos e com sua comprovação empírica.

Como nos ensina o professor Saint-Pierre, em seu excelente ensaio sobre Weber, a “validade e a objetividade passam a ser propriedades metodológicas: a validade do conhecimento científico dependerá da objetividade dos métodos empregados.” Essa validade dependerá “de que a estrutura lógica destes [métodos] possa garantir a verdade dos enunciados observacionais às hipóteses e vice-versa, pois por essa via se poderá cumprir o requisito fundamental da objetividade científica exigido por Weber: a verificação empírica dos resultados obtidos” (Saint-Pierre, 2009 [2004], p. 21).

Em outras palavras, Weber crê em que, ao se empregar apropriadamente o método científico, pode-se estabelecer uma verdade científica universal, validada pela lógica e pela empiria. Whitehead, por seu turno, ressalta que a consistência lógica do discurso não lhe confere valor de verdade; apenas lhe assegura uma estrutura de enunciados válidos, que, como nos demonstram há milênios os silogismos, podem ser falsos.

O corolário de seu argumento é o de que, na medida em que atendam a esses critérios, discursos concorrentes podem coexistir e ser considerados científicos.

Trata-se de uma postura mais humilde com relação à capacidade humana de produzir ciência acerca de sua própria experiência, a qual realça a virtude da confrontação de narrativas científicas.

Ademais, insiste em que, mesmo que as narrativas válidas logicamente sobrevivam ao teste empírico, não se lhe deve conferir valor de verdade absoluta; mas apenas o de uma verdade provisória, um consenso a que se chega com os artifícios lógicos de observação da realidade disponíveis.

Whitehead enfatiza, pois, o caráter consensual e *intersubjetivo* da produção do conhecimento científico, enquanto Weber preocupa-se mais com a distinção entre os diferentes papéis desempenhados pelo homem de ciência, ao ressaltar a necessidade de se distinguir claramente os argumentos que falam ao intelecto dos que falam à razão (Weber, 1982). Ou seja, o foco de Weber recai nas operações mentais de cada pensador, enquanto o de Whitehead, sem negar a necessidade dessa distinção entre as operações mentais e suas consequências para a ação do indivíduo, salienta a dimensão social da produção científica.

Afinal, é por isso que publicamos nossos achados, que nos educamos nesses discursos, que aprendemos a empregar propriamente seus conceitos, de modo a legitimarmos as narrativas que nos permitem conferir sentido, coletivamente, à realidade em que vivemos.

Assim reconstruímos, no plano discursivo, de forma disciplinada, por critérios lógicos e empíricos, e mediante sua confrontação com outras nar-



rativas científicas sobre os mesmos fenômenos da realidade, uma interpretação válida do mundo que examinamos. É isso o que distingue a crença científica da não científica.

Mas observem que ambas são crenças. A diferença está em que uma é validada, ou aprovada, por uma comunidade supostamente conhecedora – logo, autorizada a validar – dos métodos apropriados para se produzir ciência. Outras narrativas se sujeitam a outros conjuntos de critérios (estéticos, dogmáticos, etc.), obviamente, empregados em suas respectivas comunidades epistêmicas.

Com esses critérios, Whitehead nos dá uma lição de humildade. Devemos aproveitá-la. Não se produz conhecimento apenas pelos métodos científicos. Também na literatura, nas artes e na própria religião é possível produzir conhecimento relevante sobre o mundo e sobre a humanidade. Vocês confiariam em um psicólogo que não conhece Dostoiévsky, Machado de Assis ou Shakespeare?

Eu não.

Whitehead sublinha, enfim, que a ciência se faz de uma maneira específica, mas que não deixa de produzir implicações éticas e morais. Afinal, esses consensos influenciam o modo como as pessoas pensam sobre a realidade e, por conseguinte, suas ações. Quem não se lembra dos argumentos racistas baseados em teorias eugênicas, que influenciaram tanta gente e produziram tantas desgraças no século passado?

Na medida em que as pessoas acreditam em que a realidade funciona daquela maneira específica, elas atuam nessa – e sobre essa – realidade em função de suas crenças; portanto, de modo enviesado, porque informado por essa leitura da realidade.<sup>10</sup>

A implicação lógica desse processo é que, pelo menos no plano das interações humanas – de que tratam as ciências humanas e sociais aplicadas, ou as ciências da “cultura”, como se dizia antigamente –, pode ser que a realidade tenha adquirido a dinâmica observada não por causa de sua natureza intrínseca, mas devido a processos desencadeados pelas crenças compartilhadas entre os seres humanos acerca dessa realidade e de seu lugar nela.

Keynes, aliás, já nos lembrava de que políticos de hoje sempre agem, saibam disso ou não, em conformidade com o que algum teórico, decerto falecido há muito, disse da realidade em que vivemos.

O poeta Mario Quintana dizia o mesmo, mais suavemente: “Os livros não mudam o mundo, os livros mudam as pessoas. As pessoas mudam o mundo”.

Então, se vocês quiserem exercer influência sobre as pessoas, escrevam livros que mudem a forma como as pessoas veem o mundo.

O que espanta nessa discussão é o fato de tantos intelectuais sustentarem, com base em suas convicções, a pretensão de neutralidade nas ciên-

cias humanas. Neutralidade não existe no campo das ciências humanas; e é possível argumentar que tampouco exista no campo das ciências exatas e biológicas. Apenas as ciências formais, a lógica e a matemática, se marcariam por discursos intrinsecamente neutros, o que não assegura que suas aplicações se farão com imparcialidade. Mas essa é outra discussão, que nos levaria a debates mais abstratos, incongruentes com este fórum.

As intervenções narrativas que produzimos, não importa quão rigorosas, contribuem seja para manter, seja para transformar a realidade. Elas são apropriadas pelos atores políticos, cujas narrativas tendem a ser menos precisas e rigorosas do que as científicas. Afinal, sem ambiguidades linguísticas não se produzem acordos políticos.

Recai sobre nós, analistas, a responsabilidade de articular discursos que permitam tratar com maior transparência os fenômenos sobre os quais se atua, deixando claras as posições de cada ator envolvido nos processos de negociação – inclusive as nossas, ao explicitar nossos valores, como bem recomendava Weber.

Ao fazê-lo, contribuímos para que a sociedade se eduque e possa decidir conscientemente sobre seus destinos, iluminada também pela razão científica. Devemos estar conscientes, contudo, de que nem sempre as evidências científicas prevalecem, como as negociações sobre mudança climática tão bem ilustram.

Mas, ao termos clara a ontologia do nosso campo e a necessidade de se empregar rigor metodológico na construção de nossos discursos, estamos fazendo a nossa parte. A consolidação da área de Estudos de Defesa no Brasil requer um debate científico sofisticado, que contribua para instruir e capacitar nossa sociedade a, consciente e responsavelmente, tomar decisões políticas nesse campo.

A próxima seção discute o papel que deve ter uma associação científica como a nossa no campo da defesa.

## DO FOMENTO AOS ESTUDOS DE DEFESA, DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA E DO PAPEL DA ABED

O debate encetado neste artigo produz consequências para a consolidação dos Estudos de Defesa no Brasil. Tanto do ponto de vista ontológico, quanto do metodológico, os desafios enfrentados pelos Estudos de Defesa não diferem dos que avultam em campos conexos, como Ciência Política e Relações Internacionais.

Entretanto, um dos temas em debate neste e em outros encontros setoriais da ABED envolve a criação de comitês de área que se dediquem exclusivamente aos temas de defesa. Muitos de nós trabalhamos para criar, no

CNPq, um comitê de área. Logramos apenas criar um comitê temático, que teve vida breve, a cuja extinção nos opusemos publicamente, eu e o professor Eliézer Rizzo, infelizmente sem êxito. Éramos poucos, então, e o CNPq não enxergou a necessidade de investir por mais tempo na consolidação dessa área. Mais recentemente, a autarquia voltou atrás, por iniciativa do Instituto Pandiá Calógeras, ao lançar o edital Álvaro Alberto.

Posições divergentes acerca desses comitês indicam, na verdade, disputas por recursos de fomento a pesquisas, as quais expõem a natureza cartorial da estrutura de fomento à pesquisa hoje em voga no Estado brasileiro. É certamente necessário mudar essa dinâmica, mas isso vai além das capacidades de nosso campo de estudos.

A verdade é que, dos pontos de vista ontológico e metodológico, o que fazemos não difere substancialmente do que se faz nos campos das Relações Internacionais e da Ciência Política. Se é assim, convém explicitar a posição que nossa associação quer adotar sobre o assunto, pois não se trata apenas de uma questão técnica. Trata-se também de adotar uma posição ética, com implicações políticas.

A meu ver, uma associação científica deve posicionar-se a favor de um debate que se fundamente no mérito dos discursos científicos que empregamos para dar sentido ao mundo, os discursos que ajudamos nossos alunos a aprender. Os recursos devem destinar-se aos projetos que sejam mais robustos em termos teóricos, mais rigorosos em termos metodológicos, mas inovadores em sua capacidade de interpretar aspectos relevantes da realidade em que vivemos. Projetos que levem a resultados consistentes em seu papel de orientar a ação política.

É por isso que continuamos estudando relações internacionais ao longo de nossas vidas, com o mesmo empenho, com a mesma humildade, com a mesma vontade de produzir interpretações que sejam a um tempo rigorosas e consequentes para a realidade em que vivemos.

Ao fazê-lo, nossa associação se legitima como ator relevante nesse debate, um debate que não terá fim, pois a natureza do que estudamos é velha como a Humanidade. Continuaremos vivendo em grupos e essas coletividades continuarão engendrando conflitos no porvir. Hoje entendemos melhor a natureza desse processo, inclusive porque aprendemos a empregar métodos adequados na construção de nossas narrativas sobre a realidade internacional.

Na medida em que se firma com autoridade na promoção desse debate, a ABED contribui para que ele se aperfeiçoe e para que saibamos equacionar melhor o tipo de relação entre civis e militares que queremos construir nesse longo processo de transição para a democracia pelo qual a sociedade brasileira vem passando.

\*\*\*

Não quero concluir minha fala sem uma reflexão acerca do amadurecimento institucional do Ministério da Defesa.

Discuti questões ontológicas e metodológicas de nosso campo; realcei a importância de a ABED posicionar-se claramente sobre a importância de critérios metodológicos como base da distribuição de recursos para a pesquisa em nosso país. Felizmente, a qualidade das pesquisas na área vem melhorando a cada ano, assim como a formação de mestres e doutores, que se expande e sofisticada continuamente. Pouco a pouco, nossa comunidade ganha massa crítica e começa a participar ativamente no processo decisório, ainda tão hermético nesse campo.

Nesse contexto, se há uma bandeira a levantar, se há uma causa a eleger como prioritária, essa deve ser a criação de uma carreira de Estado no Ministério da Defesa.

Hoje, ainda prevalecem, na conformação de nossas políticas de Defesa, visões parciais, das três Forças, confluindo, em maior ou menor harmonia, conforme o assunto, para se implementar a política e a estratégia nacional de defesa. A formação de nossos militares ainda se faz do ângulo de suas respectivas Forças, e é natural que seja assim. Essas coisas levam tempo para mudar. Levaram muito tempo para mudar no mundo inteiro e aqui não será diferente.<sup>11</sup>

É por isso que se deve explicitar e examinar a resistência à criação dessa carreira. Para ter a capacidade de conduzir politicamente o setor de defesa no Brasil, o Ministério da Defesa necessita que se estabeleça uma carreira de Estado, integrada por servidores capacitados em assuntos de defesa e dedicados, em caráter permanente, a implementar as prioridades nacionais nesse setor. Servidores que guardem a memória da instituição, que tenham um plano de cargos e salários razoável e a perspectiva de dedicar sua vida profissional a esse setor. Servidores que sejam capazes de se relacionar em pé de igualdade com os militares, conhecendo-lhes as especificidades, respeitando-lhes os valores e os pontos de vista, convencendo-lhes da necessidade de caminharmos juntos na direção de criar uma cultura de defesa em nosso país.

Observe-se que uma carreira civil não deve espelhar a formação do militar. Não se deve ter a expectativa de que os concursados para essa carreira, sejam eles civis ou militares, só terão condições de influir nas decisões da pasta depois de 25 ou 30 anos.

É óbvio que as posições superiores demandarão largo tempo de formação, a fim de que os servidores adquiram o conhecimento e a experiência necessária para bem ponderar decisões em um campo tão sensível. Mas isso não

significa que os jovens servidores devam se restringir a tarefas operacionais ou táticas nos primeiros 10 ou 15 anos de carreira. O tipo de aprendizado que eles precisam realizar e as competências que precisam desenvolver requer exposição a decisões estratégicas desde o princípio de sua carreira.

Antes de discutir suas características, é preciso criar a referida carreira. E, para tanto, há que se vencer a silenciosa, mas eficaz, resistência burocrática a essa decisão. Isso é natural; é de se esperar que quem ocupa as posições administrativas a serem preenchidas pelos servidores concursados não queira ser desalojado. Também seria muito estranho encontrar nas Forças Armadas um forte interesse em criar uma carreira que lhes diminuísse a autonomia decisória, por mais que haja nas Forças quem perceba a importância de fazer prevalecer critérios de interoperabilidade, maior ênfase no preparo conjunto, economias de escala na gestão administrativa, enfim, uma série de aperfeiçoamentos necessários a melhor aprestar as tropas para cumprir sua missão constitucional.

Contudo, entre essa visão do que é necessário no futuro e as pressões de curto prazo, estas tendem a prevalecer, especialmente quando se observa intensa rotatividade das lideranças seniores no Ministério, inclusive dos ministros.

A bem da verdade, essa resistência vem sendo matizada, uma vez que os próprios militares já se deram conta da necessidade de pensar a defesa de forma integrada. O fato de muitos oficiais-generais terem passado pelo MD levou-os a conhecer melhor as características das outras Forças, além de haverem criado laços de amizade e camaradagem com seus colegas das Forças irmãs. Hoje, os altos-comandos tem visão de conjunto, em contraste com o que ocorria há alguns anos.

Em um passado não muito distante, para vocês terem uma ideia, nossas Forças trabalhavam com hipóteses de emprego específicas, diferentes umas das outras. Eu vi isso. Na época, imaginava como elas articulariam esforços caso o Brasil entrasse em um conflito real. Hoje, isso não existe mais; há uma visão integrada dos cenários, há uma experiência acumulada de exercícios conjuntos, há mais conhecimento compartilhado sobre as práticas utilizadas em cada uma das Forças. Ainda precisamos avançar na criação de comandos conjuntos e na harmonização geográfica dos comandos setoriais, mas já houve progresso nesse sentido.

O grande desafio é, pois, o de institucionalizar a carreira de defesa, criando um ambiente de plena confiança entre civis e militares. Todos temos de fazer nossos respectivos deveres de casa com relação a isso, de modo a construir confiança entre as novas gerações de civis e militares.

Por isso, acho tão importante ver na plateia jovens estudantes interessados em participar desse processo.

Um dos problemas que enfrentamos para construir esse ambiente de confiança tem que ver com o que considero um hiato de percepção entre as elites civis e militares.

Examinem-se as percepções sobre o regime militar, por exemplo. Se vocês conversarem com os chefes de hoje, oficiais-generais de três, quatro estrelas, vocês verão que eles têm dificuldade em compreender porque isso ainda é um assunto tão debatido e tão controverso, como evidenciou o processo conduzido pela Comissão da Verdade, a um par de anos. Para eles, isso é coisa do passado. Quem tinha alguma capacidade de decisão naquela época ou já faleceu ou está na reserva há muito tempo. Por força da lei de carreiras, de 1965, houve uma renovação das elites militares.

Para as elites civis, contudo, isso ainda é presente. Líderes influentes no setor privado, na mídia, na academia, nas artes e na política viveram aqueles tempos. No Brasil, civis e militares percebem de forma diferente esse período histórico. Se não entendermos isso, será difícil engajarmo-nos em um diálogo franco, construtivo, que permita à sociedade deixar o passado em seu lugar e inaugurar uma nova fase na relação cívico-militar em nosso país. Uma relação que, não é demais lembrar, historicamente sempre foi muito intensa e rica.

Chamei a atenção de vocês com exemplos de temas sabidamente controversos, a carreira civil no MD e a relação entre civis e militares em nossa sociedade. Ambos carecem de exame sistemático, de análises científicas que nos permitam melhor compreender a dinâmica observada na sociedade brasileira, a fim de aperfeiçoar o setor de defesa em nosso Estado e de consolidar uma cultura de defesa em nossa sociedade.

Então, para concluir, eu diria que é razoável esperar resistências nesse processo de modernização institucional do Ministério da Defesa. Não o digo normativamente, isto é, não digo que deva ser assim. Também é razoável esperar que os ministros de defesa sejam cautelosos ao propor mudanças.

Basta ver a resistência que se observou à criação do Instituto Pandiá Calógeras, apenas por se tratar de uma célula de pensamento civil ligada à cúpula do MD. E olhe que estamos falando de uma estrutura modesta, que não toca em aspectos sensíveis dos interesses das Forças, podendo mesmo ser-lhes útil.

A primeira vez que eu discuti a criação de algo com essas características foi com o vice-presidente José Alencar, que, por força de uma crise política, acumulou temporariamente o Ministério da Defesa. Ele achou uma boa ideia, mas, ao perceber a enorme resistência à ideia, mineiramente deixou-a de lado.

O ex-ministro Jobim retomou o assunto, com sua proverbial assertividade. Houve um movimento para instalar o Pandiá no seio da ESG, o que lhe retiraria tanto o caráter civil quanto a autonomia de pensamento. Não

fosse o fato de a ESG possuir características de uma organização militar e a ideia do Pandiá ser a de um *think tank* civil, é provável que o Instituto não houvesse sido criado ou que houvesse sido absorvido pelo Centro de Estudos Estratégicos da ESG.

Mesmo havendo tomado a decisão, o ex-ministro Jobim não conseguiu implementá-la. Foi preciso um diplomata para recuperar o projeto e levá-lo adiante, depois de quase oito anos. E, prestem atenção, o Pandiá ainda não se firmou inteiramente. Faltam-lhe cargos, pessoal, orçamento, autonomia. O ideal é que ele funcione como um desses institutos vinculados ao MCTI (O IMPA, o CGEE, o INPE), que possuem uma lei própria, uma carreira própria, um corpo muito pequeno de pesquisadores muito qualificados, capazes de se relacionar com a elite do pensamento mundial no campo da segurança e defesa.

Mas isso não poderia acontecer agora, por falta de massa crítica em nossa área. Isso é um processo. Daqui a alguns anos, depois que o Pandiá mostrar serviço, ficará claro que o país precisa de um órgão com essas características.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Este texto resulta de uma comunicação em um seminário destinado a debater temas tão diversos quanto o papel da ABED na institucionalização da área de defesa no Brasil, as experiências colhidas ao longo do extenso processo de criação de uma comunidade de Estudos de Defesa em nosso país e questões abstratas ligadas à ontologia e aos métodos empregados em nosso campo de estudos.

Não se poderia esperar dele, portanto, uma estrutura argumentativa simples ou direta, a demonstração de uma tese. Ao contrário, tratava-se de responder às demandas dos organizadores deste evento e de levantar questões que me parecessem, à luz do debate aqui realizado, importantes para pensarmos o nosso campo de estudos.

Não obstante, o bom nível de debates e a alta qualidade intelectual da plateia me permitiram elaborar um argumento que demonstra a relevância dos aspectos ontológicos e metodológicos na construção de discursos científicos sobre questões de defesa no Brasil. Mais que isso, ao sustentar a necessidade de se empregarem critérios meritocráticos como base para a alocação de recursos para o fomento à pesquisa, e então assumir posição clara com respeito à prioridade de uma carreira de defesa no MD, a ABED se firmará como interlocutor chave no processo de fortalecimento da comunidade de defesa em nosso país, contribuindo para o aperfeiçoamento institucional do Ministério da Defesa.

## REFERÊNCIAS

BALDWIN, D. The concept of security. *Review of International Studies*, 23, p. 5-26, 1997. Disponível em: <[http://www.princeton.edu/~dbaldwin/selected%20articles/Baldwin%20\(1997\)%20The%20Concept%20of%20Security.pdf](http://www.princeton.edu/~dbaldwin/selected%20articles/Baldwin%20(1997)%20The%20Concept%20of%20Security.pdf)>.

BOWDISH, R. *Military strategy: theory and concepts*. Tese (doutorado em Filosofia). University of Nebraska, Nebraska, 2010. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1026&context=poliscitheses>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

COOPER, R. *The breaking of nations: order and chaos in the twenty-first century*. London: Atlantic Books, 2003.

DUNLAP, C. Neo-strategicon: modernized principles of war for the 21<sup>st</sup> century. *Military Review*, p. 42-49, mar./apr. 2006. Disponível em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/milreview/dunlap.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

EUROPEAN COMMISSION & HIGH REPRESENTATIVE. *Review of the european neighbourhood policy*. Joint Communication 50 final. Brussels, EU. 2015.

FOSTER, G. *A case for demilitarizing the Military*. Lobelog – Foreign policy, 19 mar. 2016. Disponível em: <<http://lobelog.com/a-case-for-demilitarizing-the-military>>. GAL-OR, N.; GIESEN, K. G. The concept of war. *Peace Review*, 19: 2, p. 149-156, 2007. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10402650701353240>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

GRIFFITHS, M.; O'CALLAGHAM, T. *International relations - the key concepts*. London & New York: Routledge, 2002.

HOLLIS, M.; SMITH, S. *Explaining and understanding international relations*. London: Clarendon Press, 1991.

HURD, I. Legitimacy and authority in international politics. *International Organization*, 53, 2, p. 379-408, spring 1999.

KALDOR, M.; SOLANA, J. (Ed.). *From hybrid peace to human security: rethinking EU strategy towards conflict*. The Berlin Report of the Human Security Study Group. London: London School of Economics and Political Science, 2016.

LASSWELL, H. D.; KAPLAN, A. *Power and society*. New Haven: Yale University Press, 1959.

LIPSHUTZ, R. D. *On security*. New York: Columbia University Press, 1995.



MACLEAN, S. J.; BLACK, D. R.; SHAW, T. M. *A decade of human security: global governance and new multilateralism*. Hampshire: Ashgate, 2006.

ONUF, N. G. *World of our making: rules and rule in social theory and international relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

POPPER, K. *Conjectures and refutations*. London: Routledge & Kegan Paul, 1969.

REQUENA, M. (Ed.). *Luces y sombras de la seguridad internacional en los albores del siglo XXI*. 3 vol. Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado – UNED, 2008.

Saint-Pierre, H. L. *Max Weber: entre a paixão e a razão*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2009.

SALCH, A. Broadening the concept of security: identity and societal security. *Geopolitics Quarterly*, v. 6, n. 4, p. 228-241, winter 2010. Disponível em: <[http://www.sid.ir/en/vewssid/j\\_pdf/10802112013.pdf](http://www.sid.ir/en/vewssid/j_pdf/10802112013.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2016.

SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. *International theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1982.

WHITEHEAD, A. N. *The function of reason*. Princeton: Princeton University Press, 1929.

WRIGHT, Q. *A study of war*. Chicago: Chicago University Press, 1942.

## NOTAS

1. As opiniões expressas são de inteira responsabilidade do autor e não necessariamente correspondem às posições das instituições a que ele se vincula profissionalmente.
2. Veja-se, para breves resumos, por exemplo, Bowdish (2010), Dunlap (2006), Gal-Or e Giesen (2007), Hollis e Smith (1991), Hurd (1999), Lipshutz (1995) e Salch (2010).
3. Onuf (1989) permanece a melhor referência teórica.
4. Sobre a diferença entre poder e influência, sugiro releitura (para os mais jovens será a leitura) de Lasswell e Kaplan (1959), sobretudo pela insistência na necessidade de se possuir clareza e precisão conceitual.
5. O erro de avaliação política consistiu em apostar que, no calor da campanha eleitoral, a população apoiaria um governo que se mostrasse no polo oposto ao ETA, cujos atos de violência já fatigavam a população espanhola.
6. Observem a diferença entre este conceito e o que utiliza a Convenção de Genebra: WAR: “Any difference arising between two States and leading to the intervention of members of the armed forces...” (Convention (IV) relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War, 12 August 1949. Commentary – Article 2. Part I: General provisions).
7. Para essa diferença, que atualiza o debate metodológico alemão do século XIX e o aplica ao campo das Relações Internacionais, veja-se Hollis e Smith (1991).
8. Então, a trindade de que nos falava Clausewitz revela, uma vez mais, sua capacidade explicativa. O povo, o governo constituído e a força armada se unem em torno de um objetivo coletivo, não necessariamente restritos em um território predeterminado.
9. Cooper (2003) e Kaldor e Solana (2016), por exemplo.
10. Essa discussão é retomada tanto pelos pós-positivistas quanto pelos construtivistas, contemporaneamente. Entre os melhores textos para se inteirar do modo como se procede a essa recuperação desse debate, veja-se Smith et al. (1996) e Onuf (1989).
11. Ainda hoje se fala em crise nas relações entre civis e militares nos EUA, para se ter uma ideia. Veja-se, por exemplo, a fundada crítica de Foster (2016).

## RESUMO

Este artigo combina as reflexões de um assíduo estudante de Relações Internacionais com a vivência de um professor que acumulou alguma experiência na gestão pública. Uma das vantagens da vida acadêmica é que a cada dia reduzimos a nossa ignorância, o que é gratificante, mesmo sabendo que jamais conheceremos tudo o que é relevante e útil – para não falar do que julgamos apenas interessante. Dividi minhas observações em pequenas seções, a bem da brevidade, “irmã do talento”, como nos lembrava Tchecov. Se não alcanço o talento, com disciplina imponho-me a brevidade. Já é algo. Em busca de leveza, reduzi as citações, mas compartilho uma lista de referências para os que quiserem se aprofundar nesses assuntos.

Palavras chave: Ontologia; Metodologia; Estudos de Defesa; Epistemologia.

## ABSTRACT

This article combines the reflections of an assiduous student of International Relations with the experience of a teacher who has accumulated some experience in public management. One of the advantages of academic life is that every day we reduce our ignorance, which is gratifying, even though we never know everything that is relevant and useful - not to mention that we judge just interesting. I divide my remarks into small sections, for the sake of brevity, “the sister of talent” as remembered in Chekhov. If I do not reach the talent with discipline let me be brief. It’s something. In search of lightness, I have reduced the quotations, but I share a list of references for those who want to delve into these matters.

Key-words: Ontology; Metodology; Defense Studies; Epistemology.

# Estudos Estratégicos como Área de Conhecimento Científico

## Strategic Studies as an Area of Scientific Knowledge

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, n° 2, jul./dez. 2015, p. 107-128  
ISSN 2358-3932

---

**EURICO DE LIMA FIGUEIREDO**

A teoria deve ser suficientemente flexível e aberta para levar em conta os imponderáveis e conter o potencial para futuros desenvolvimentos.

*Peter Paret*

Este artigo sustenta a constituição dos Estudos Estratégicos como área de conhecimento científico.

Menos de dez anos atrás, o VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos (ENEE), realizado em Brasília, em novembro de 2007, sob patrocínio do Gabinete Institucional da Presidência da República, se constituiu em um bom exemplo do que os Estudos Estratégicos *não são*. Os objetivos propostos pelos organizadores do evento foram quatro: o “Futuro da População”; o “Futuro do Território”; o “Futuro da Globalização”; e o “Futuro da Ciência e Tecnologia”. Entre os vinte subtemas previstos nos quatro blocos, *apenas um* relacionou-se, diretamente, com a questão estratégica (“as Forças Armadas de que o Brasil irá necessitar”). Entre os trabalhos apresentados, figuraram temas como as epidemias e as desigualdades, o comércio mundial e as empresas brasileiras no exterior, as células-tronco, a biossegurança, entre outras temáticas tão amplas quanto imprecisas do ponto de vista analítico. O termo “Segurança” foi deixado em aberto, podendo referir-se à segurança internacional, à segurança nacional ou, ainda, à segurança pública. Em nenhum dos blocos foi proposto o “futuro da segurança internacional e da defesa nacional”, conceitos centrais nos Estudos Estratégicos, tal como neste trabalho se propõe (cf. Figueiredo, 2010).

Mais uma vez o termo “estratégico” ganhou o sentido de “generalidade” visando, talvez, contribuir para o planejamento da ação estatal. As imprecisões terminológicas permanecem na atualidade, mesmo no campo da comunidade acadêmica que milita na área. A expressão “Estudos Estratégicos” disputa lugar com outras, tais como “Estudos da Defesa”, “Estudos da Segurança Internacional”, “Assuntos Estratégicos”, ou, simplesmente, “Estratégia”. Há, ainda, o registro de outras combinações possíveis. Ronda a questão em pauta o risco de se cair em certo tipo de nominalismo extremado, em que a imprecisão é resolvida por escolhas impressionistas, um *flatus vocis*, mera emissão fonética destituída de precisão conceitual.

O objetivo central deste artigo é contribuir para o melhor esclarecimento das nomenclaturas empregadas, no Brasil, pelos estudiosos e pesquisadores da área. Pretende contribuir para o debate sobre a questão, tanto em sentido conceitual como prático. Postula que os Estudos Estratégicos se constituem em área de conhecimento próprio não só porque são identificáveis com a natureza de seu objeto de pesquisa, como também porque o conjunto de saberes que a tal natureza corresponde permite identificar suas temáticas próprias, tendo em vista os fins de “ensino, pesquisa e aplicações práticas”.<sup>1</sup> Justifica sua necessidade de reconhecimento tendo em vista, por um lado, a existência de considerável número de pesquisadores que exercem suas atividades profissionais na área, tanto no âmbito acadêmico civil como militar. Propõe que seus tratamentos e procedimentos – teóricos, metodológicos e empíricos – requerem conhecimentos que não são ofertados pelas demais *áreas* do conhecimento científico, mesmo aquelas que podem ser consideradas próximas ou afins, tais como a Ciência Política ou as Relações Internacionais. Os Estudos Estratégicos não se confundem com essas, embora suas fronteiras conceituais se avizinhem. Advoga, por fim, que o *objeto de investigação* dos Estudos Estratégicos é o complexo *defesa nacional/segurança internacional*.

Visando o melhor encaminhamento da argumentação, a primeira seção abordará a questão das áreas de conhecimento científico. A segunda proporrá, à luz da argumentação desenvolvida na seção anterior, os Estudos Estratégicos como área de conhecimento científico. A seguinte discutirá o objeto dos Estudos Estratégicos, o complexo Defesa Nacional/Segurança Internacional, enquanto que, na última, far-se-á sumário da argumentação desenvolvida.

## ÁREA DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Em 2005, visando melhor disciplinar a questão das áreas de conhecimento no país, a Capes, o CNPq e a Finep resolveram designar uma comissão para organizar uma nova “Tabela das Áreas de Conhecimento” (TAC). Ela deveria ser contemporânea às necessidades e aos desenvolvimentos experimentados pela comunidade científica brasileira.<sup>2</sup> Essa tabela é, em geral, utilizada pelas agências de fomento brasileiras e, não raro, revela claras inconsistências, resvalando para soluções tipo *ad hoc*. A TAC do CNPq, na época de trabalho da comissão, registrava a existência de uma *grande área*, designada *Outros*, com 23 itens listados por ordem alfabética.<sup>3</sup>

A comissão propôs que se entendesse como área de conhecimento o “conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas”.<sup>4</sup> Tendo em vista tal definição, foi proposta, de início, a criação de 24 novas áreas, entre elas *Relações Internacionais* e *Defesa e Segurança*. Essa última compreenderia as seguintes subáreas: *Pensamento Estratégico*, *Políticas de Defesa e Segurança*, *Estudos Militares* e *Instituições de Defesa*. O encaminhamento encontrou resistências entre os especialistas em Relações Internacionais que “entenderam que os estudos relativos à Economia Política Internacional e à Defesa e a Segurança deveriam permanecer no âmbito das Relações Internacionais” (Domingos Neto, 2007, p. 367-368). O presidente da comissão registrou que

[...] após alongadas negociações, ciente de que qualquer classificação passaria necessariamente por reajustes a partir de sua aplicação prática, os especialistas em Relações Internacionais propuseram a criação da *área de Relações Internacionais* com as seguintes subáreas: Teoria das Relações Internacionais, Instituições e Organizações Internacionais; Integração Regional; Economia Política Internacional; e (finalmente) Paz, Conflito e Meio Internacional (Domingos Neto, 2007, p. 367-368). *Defesa e Segurança*, portanto, nessa acepção, desapareceriam como área autônoma, ficando, por assim dizer, “imersas” ou “diluídas” nas diversas subáreas das Relações Internacionais. Embora se pudesse entrever alguma tênue adequação entre Estudos Estratégicos e a subárea *Paz, Conflito e Meio Internacional*, ela era, no mínimo, forçada. As questões concernentes à paz e ao conflito fazem *parte* do objeto dos Estudos Estratégicos, a Defesa e a Segurança Internacional, mas não permitem divisar a complexidade de suas temáticas. A ótica embutida na proposta era de alcance menor. Continha, quiçá, traços de uma mera disputa por espaços acadêmicos na vida universitária, o que não é incomum.

Os trabalhos da referida comissão foram entregues em dezembro de 2005, mas o relatório final, até o momento, não ganhou força de execução. Há de se registrar, entretanto, que a classificação acima, com cinco subáreas, aparece ainda mais retraída no site “Memória”, do CNPq, relativo ao assunto. Lá aparecem apenas três: *Fundamentos Teóricos, Diplomacia, Relações Internacionais Especializadas*.<sup>5</sup>

A comissão entendeu que “os pesquisadores vinculariam livremente suas *especialidades* às áreas e subáreas que julgassem mais adequadas”. No entanto, o eventual encaixe de *Defesa e Segurança* na rubrica *Relações Internacionais Especializadas* seria, pelo menos, discutível, senão mesmo forçado e arbitrário. As especialidades relacionadas na tabela vinculada no site Memória, do CNPq, com o termo “Estudos” são todas elas bastante genéricas, tais como: “Estudo de Mercado”, “Estudos da Habitação”, “Estudos de Átomos e Moléculas Especiais”, “Estudos de Organização do Espaço Exterior”, “Estudos de Usuários, Estudos e Caracterização de Efluentes Industriais”, “Estudos Naturalísticos do Comportamento Animal”. Uma das especialidades, “Estudos sobre as Soberanias”, mantém clara afinidade com os Estudos Estratégicos. No entanto, sem se precisar qual o conteúdo conceitual de tais estudos, e qual o contexto epistemológico em que se enquadra, a rubrica bem poderia incluir aportes da Teoria Política, da Teoria das Relações Internacionais, da História, da Economia, entre outros. Sendo, nesse caso, o termo “especialidades” tão genérico quanto impreciso, pode-se supor que a expressão *Relações Internacionais Especializadas* foi empregada como espécie de “guarda-chuva” que pudesse abrigar pleitos diversos, tanto no âmbito das Relações Internacionais, como no dos Estudos Estratégicos.

Acrescente-se ainda que, nas especialidades listadas no site do CNPq, o termo “defesa” só aparece sob a denominação “Defesa Fitossanitária”, enquanto o termo “segurança” apenas surge em especialidades tais como: “Segurança Alimentar e Nutricional”, “Segurança Privada”, “Segurança Pública”, “Segurança, Localização e Licenciamento de Reatores”. Não se registrava, assim, nada semelhante à *Defesa Nacional* e à *Segurança Internacional*, conceitos essenciais aos Estudos Estratégicos, como se procurará deixar evidente neste trabalho.<sup>6</sup>

Em suma, neste trabalho, sem entrar nas implicações de ordem ontológica e epistemológicas subjacentes à questão,<sup>7</sup> a definição anteriormente aludida da área de conhecimento, como o “conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas”, serve aos objetivos pretendidos. Ela destaca os quatro pontos

que permitem conceituar os Estudos Estratégicos como área de conhecimento científico, a saber:

- a) Conjunto de conhecimentos inter-relacionados;
- b) Saber coletivamente construído;
- c) Tal saber é reunido segundo a natureza do objeto de investigação;
- d) Tem como propósito o ensino, a pesquisa e as aplicações práticas da área de conhecimento que se pretende identificar.

## OS ESTUDOS ESTRATÉGICOS COMO ÁREA DE CONHECIMENTO

A proposta de uma área de Estudos Estratégicos atende ao conjunto de requisitos acima indicado, quando se examina cada uma das condições contidas na definição proposta. Veja-se.

### A) Conjunto de conhecimentos inter-relacionados

Os Estudos Estratégicos referem-se aos fenômenos relativos à Defesa Nacional e à Segurança Internacional.<sup>8</sup> Requerem conhecimentos que se inter-relacionam porquanto não podem, a não ser analiticamente falando, ser pensados sem que uma face da moeda não se refira a outra. Conceituar a Defesa Nacional de um dado país em um espaço vazio, meramente abstrato, é inócuo. Ela só ganha sentido e conteúdo *real* quando se intercala em espaço objetivamente dado e externo a ela: a ambiência da segurança internacional. Considerar a segurança internacional – seja qual for a definição que se queira lançar mão – em si e por si mesma, sem localizá-la em uma moldura ainda mais ampla, retira do conceito sua concretude. A segurança internacional deve ser compreendida como formando um subsistema que supõe um outro ainda maior, o sistema de relações internacionais. Tratar desses conceitos requer jargões científicos próprios, teorias e metodologias apropriadas aos seus objetivos, temáticas específicas, formações acadêmicas singulares capazes de corresponder aos intentos pretendidos. Os temas presentes nos Quadros 1 e 2 permitem vislumbrar a riqueza temática do complexo “Defesa Nacional/Segurança Internacional”, em rápido recorte, meramente indicativo.<sup>9</sup>



QUADRO 1 – Temas relacionados à Defesa Nacional

Ameaças (novas e tradicionais)	Estratégias Militares	Recrutamento nas Forças Armadas
Antropologia Militar	Estratégia Nacional de Defesa	Relação militares <i>versus</i> militares
Aprestamento Militar	Estudos Aeroespaciais	Revolução Civil
Aquisição de material militar	Estudos Marítimos	Revolução nos assuntos militares
Atividades subsidiárias das Forças Armadas	Forças Armadas e Sociedade	Políticas de Defesa
Cerceamento tecnológico militar	Indústria da Defesa	Teoria e análise dos assuntos de Defesa
Ciências Militares	Infraestrutura de Defesa	Teoria Política dos Estudos Estratégicos (viés “Defesa”)
Ciência, Tecnologia e Inovação para fins militares	Instituições e Organizações Militares	Segurança Nacional (relacionada à Segurança Internacional)
Cultura de Defesa	Inteligência	Segurança Pública (relacionada à Segurança Nacional)
Cultura Militar	História Militar	Serviço Social Militar
Cultura Estratégica	Gênero e Forças Armadas	Sistemas de comando, controle, comunicações, computação e inteligência
Defesa Nacional	Logística Militar	Sociologia Militar
Defesa Civil	Mobilização Nacional	
Diplomacia Militar	Pesquisa e Desenvolvimento voltados para indústria de Defesa	
Dissuasão	Planejamento Estratégico	
Doutrina Militar	Pensamento Estratégico	
Economia de Defesa	Polemologia	
Educação e Ensino Militares	Psicologia Militar	

## QUADRO 2 – Temas relacionados à Segurança Internacional

Ameaças e novas ameaças Cenários regionais de Segurança e Defesa Cerceamento tecnológico em Defesa e Segurança Contrabando de armas Cultura Estratégica Direito Humanitário Direito Internacional dos conflitos armados Economia Política dos Estudos Estratégicos	Estudos Estratégicos e Relações Internacionais Geopolítica Geoestratégia Guerra (*) Missões de Paz Mobilização Narcotráfico Novas conflitualidades Mercenários e empresas militares privadas	Organizações internacionais e regionais de segurança e defesa Operações de paz Segurança Internacional Pirataria Políticas de Segurança Internacional Teoria e análise dos assuntos de Segurança Teoria Política dos Estudos Estratégicos (viés “Segurança”) Terrorismo e Contraterrorismo (**)
---	--	--

(\*) Guerra Assimétrica, Guerra Cibernética, Guerras de diferentes gerações, Guerras em diferentes dimensões, Guerra Civil, Guerra Espacial, Guerra Interestatal, Guerra de Guerrilha, Guerra Irregular, Guerra Marítima, Guerra Nuclear, Guerra Psicológica, Guerra submarina, Guerra Terrestre, Jogos de Guerra.

(\*\*) Terrorismo Ambiental, Terrorismo Biológico, Terrorismo Cibernético, Terrorismo Nuclear.

A análise da Defesa Nacional e da Segurança Internacional obriga o analista da área a dominar, por conseguinte, na sua formação, amplo *conjunto de conhecimentos inter-relacionados que é dado por extensa temática.*

## B) Saber coletivamente construído

Não se pode falar em um “saber coletivamente produzido” enquanto não se dispõe de sistemas de produção da ciência institucionalmente reconhecidos. Isso só aconteceu, no campo dos Estudos Estratégicos, nos últimos dez anos. A primeira área de concentração em Estudos Estratégicos no Brasil foi instituída no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP/UFF), cursos de mestrado e doutorado, em 2005/2006. O primeiro Programa de Pós-Graduação na área surgiu também naquela mesma universidade, com o credenciamento pela Capes, em 2007, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança Internacional (PPPGEST/UFF), que iniciou suas atividades no ano seguinte. Ainda nessa mesma instituição em lide, começou a operar o curso de Relações Internacionais com ênfase em Estudos Estratégicos, em 2008. Em 2012 foi inaugurado o

Instituto de Estudos Estratégicos, uma unidade isolada e autônoma da Universidade Federal Fluminense (o INEST/UFF), com *status* de faculdade, com uma graduação e uma pós-graduação, voltado para as temáticas da área, contando, em 2016, com um contingente de mais de 500 pessoas. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2010, foi iniciado o Bacharelado em Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI/UFRJ), o primeiro e até agora único curso de graduação em Estudos Estratégicos do país. Também em 2010, foi credenciado pela Capes o Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEEI/UFRGS), com suas três linhas de pesquisa, Política Internacional, Economia Política Internacional e Segurança Internacional, as duas primeiras mais afins às Relações Internacionais, enquanto a última claramente integrada aos Estudos Estratégicos.

No âmbito das chamadas “instituições militares de altos estudos”, o crescimento é mais recente, porém, vertiginoso. Em 2011 foi autorizado a funcionar, na Universidade da Força Aérea (Unifa) o curso de mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Aeroespaciais (PPGCA/UNIFA). Na Escola de Comando de Estado-Maior do Exército, no seu Instituto Meira Mattos, a Capes autorizou o curso de mestrado (acadêmico) em Ciências Militares (PPGCM), com área de concentração em Defesa Nacional, em 2012. Na Escola de Guerra Naval, foi autorizado pela Capes, em 2013, o curso de mestrado profissional do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM/EGN). Há informações de que, em breve, a Escola Superior de Guerra (ESG) proporá também à Capes o credenciamento de um curso de mestrado.

Além desses programas, verifica-se, também, a implantação e desenvolvimento, em todo o Brasil, de áreas de concentração e linhas de pesquisa em outras pós-graduações de universidades, públicas e privadas, no espaço de questões afeitas aos Estudos Estratégicos. Contabiliza-se, assim, em menos de dez anos, na área em tela, a formação de massa crítica, institucionalmente amparada, para a produção do saber científico coletivamente construído. Esse feito não poderia ter sido possível sem o estímulo do Estado brasileiro no período em lide através de programas de indução. Eles resultaram da parceria entre o Ministério da Educação (MEC), através da Capes, e o Ministério da Defesa (MD), que lançaram os chamados Programas Pró-Defesa (em 2005, 2008 e 2013). A Secretaria de Assuntos Estratégicos, também em consórcio com a Capes/MEC, participou do esforço, através do Pró-Estratégia, em dezembro de 2011.<sup>10</sup> Embora esses programas tenham dividido seus recursos entre as áreas das Ciências Humanas e outras áreas “duras”, eles tiveram um notável

impacto no desenvolvimento dos Estudos Estratégicos do país. No futuro, espera-se que tais recursos sejam dirigidos, tão somente, para a área em tela.<sup>11</sup> Afinal, as chamadas “ciências duras”, por exemplo, vêm contando com editais e chamadas que as têm beneficiado na história da ciência brasileira, com recursos muito maiores aos que foram previstos pelos Pró-Defesa e Pró-Estratégia.

A área de Estudos Estratégicos, tendo se desenvolvido celeremente nos últimos dez anos, *produz, autonomamente, saber coletivamente construído e chancelado pelas agências supervisoras do desenvolvimento da ciência no Brasil*.<sup>12</sup>

C) *Tal saber é reunido segundo a natureza do objeto de investigação* Defesa Nacional e Segurança Internacional supõem um ente conceitual que os formule e os ponha em prática. Este ente é o Estado nacional.<sup>13</sup> O cientista político poderia argumentar que defesa e segurança, entendidas como perímetros últimos do resguardo e proteção do Estado (sua soberania), estão compreendidas dentro da área de conhecimentos que lhes é própria. O especialista em Relações Internacionais igualmente poderá reivindicar para sua área os estudos e pesquisas relativos a tais questões, na medida em que se trata de conceitos que, no âmbito externo, se referem às interações interestatais. Nenhuma das duas áreas, entretanto, contam com formação própria – teorias, metodologias, conceitos, linguagens – capaz de analisar e investigar, com propriedade, as especificidades da área dos Estudos Estratégicos. As questões da defesa e segurança, no âmbito dos Estudos Estratégicos, exigem conhecimentos específicos relativos a assuntos que passam à margem do foco político e dos que desenvolvem seus estudos e pesquisas na área das Relações Internacionais. A listagem das temáticas singulares da área pode ser extensa. Basta indicar-se algumas, por enquanto, para deixar claro como elas se encontram distantes dos focos da Ciência Política e das Relações Internacionais: forças armadas e sociedade; cultura de defesa; cultura estratégica; terrorismo; revolução nos assuntos militares; dissuasão; jogos de guerra; o próprio fenômeno da guerra, etc.<sup>14</sup>

Em breve e conclusivamente: a natureza ontológica e epistêmica dos Estudos Estratégicos é política. Seu “ser” mais íntimo e profundo é político; sua *episteme*, também. É a partir da angulação política que os conhecimentos referentes ao seu objeto, o “complexo “Defesa Nacional e Segurança Internacional”, são colhidos e integrados, ganhando substância conceitual. Caso não fosse assim, estar-se-ia ante um conjunto de conhecimentos superpostos, desarticulados entre si, sem coerência, nem consistência maior. A perspectiva do analista cria o objeto: da natureza política dos Estudos Estratégicos deriva a integração dos seus variados temas, dando-lhe consistência e coerência internas.

D) Tem como propósito o ensino, a pesquisa e as aplicações práticas da área de conhecimento que se pretende identificar

É a produção de novos conhecimentos que permite que a pesquisa enriqueça, continuamente, as práticas de ensino. Não existe a produção científica sem a prévia montagem de sistemas de graduação e de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, da área que se tem em vista. A constituição desses cursos, por si só, exige a presença de massa crítica composta por professores e investigadores que conte com a necessária formação na área do conhecimento que se quer estabelecer.

Nos últimos dez anos, no Brasil, o Estado induziu, por meio de quatro ministérios, a formação de uma comunidade de pesquisadores no campo dos Estudos Estratégicos.<sup>15</sup> Embora recente, ela tem experimentado crescente expansão. O número de monografias, dissertações, teses, livros, artigos e demais tipos de produção científica geraram conhecimentos que têm instrumentalizado, em todo país, não só o ensino e a pesquisa na área, mas também propiciado suas aplicações práticas, no âmbito do Estado e na sociedade civil.

Ainda não se pode mensurar o impacto dessa produção em termos de sua aplicação prática, ela está obviamente em curso, enquanto que não poderia se dizer o mesmo há pouco tempo atrás. Toda atividade prática é conduzida tendo em conta o aspecto teórico e prático. Se a atividade prática é conduzida levando em conta as leis, os métodos e os princípios estabelecidos pela teoria, os ensinamentos advindos da prática retornam, como se em um círculo, ao enriquecimento da própria teoria.

Conclui-se, portanto, que já existe no Brasil as condições necessárias para que isso já esteja acontecendo.

## DEFESA NACIONAL

A adequada compreensão do complexo Defesa Nacional/Segurança Internacional encontra dificuldades oriundas de uma realidade que está em permanente transformação. O retrospecto das relações políticas praticadas pelos estados na arena global, no decorrer do século XX, e atual, registra, em cada momento, a presença de complexas variáveis, tais como a força do desenvolvimento econômico de países ou blocos de países, a construção de expressivos poderios militares, a capacidade de gerar ciência, tecnologia e inovações aplicadas à indústria de defesa (ou capacitação por ela gerada), a criação de novas fórmulas hegemônicas, a composição de forças e arcos de alianças no plano mundial, etc. Assim, no relacionamento entre os Estados, os choques derivaram de assimetrias variadas de poder que surgiram da

sua interação. A questão da Defesa Nacional ganha complexidade porque ela não pode ser compreendida de *per se*: sua compreensão mais detida e adequada requer a análise do sistema de segurança internacional. Esse também, por sua vez, não se explica por si mesmo, mas quando enquadrado em uma moldura ainda mais ampla, o sistema de relações internacionais. Tal sistema, ainda mais, resulta de macroprocessos históricos que levaram a sua constituição. Ele não é um “dado” que se apresenta ao analista como tivesse sido ocasionado por si mesmo, mas resulta de um passado que precisa ser explicado para que se entenda a lógica de seu presente (cf. Figueiredo, 2008). Países diferentes podem dispor de concepções diferentes sobre o significado de Defesa Nacional. Como todo conceito socialmente produzido, comunidades acadêmicas nacionais tendem a espelhar as dificuldades presentes nas relações políticas, ou nos conflitos de interesses que caracterizam as relações internacionais e estratégicas.

Alguns autores abordam o conceito através de uma perspectiva “modal”/“material”, sendo ela compreendida como “meios ou métodos de proteção”; ou como a “capacidade de resistir a ataques”, ou ainda, “ao equipamento ou a estrutura de proteção, ao complexo industrial que autoriza e supervisiona a produção e aquisição de armamentos e demais recursos militares afins” (Delgado, 2003, p. 219). Outra abordagem possível é a que se baseia na retórica oficial dos Estados sobre a questão. Na *Política de Defesa Nacional* do governo brasileiro, o conceito é apresentado como “[...] conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (Presidência da República, 2005). Em termos mais analíticos, “Defesa Nacional” compreende aspectos que podem ser percebidos em termos *restritos e amplos*. Em sentido *restrito*, “Defesa” refere-se, por uma parte, ao uso da força, e exhibe caráter militar; e, por outra parte, ao emprego dos instrumentos diplomáticos que permitem, em situação de tensão entre Estados, a negociação dos interesses e objetivos das partes envolvidas, visando a manutenção da paz. Diz respeito à capacidade de dissuadir eventuais oponentes, quando a diplomacia se faz apoiada pela possibilidade do uso superior da força armada. Relaciona-se, ademais, e de modo ainda mais importante, à capacidade de, desfechado o ataque, resisti-lo, absorvê-lo e, em continuidade, manter a capacidade de contra-atacar com êxito de vitória final. Todavia, há de se supor que, nas estratégias de defesa, entrando em colapso o Estado, devido ao sucesso do ataque, sobre-exista, na sua dimensão mais profunda, a capacidade de reação em solo nacional.<sup>16</sup> Tal noção de “defesa” pode ser compreendida, entretanto, de uma maneira “agressiva” por Estados poderosos ou “superpotências”. Esses, na medida em que divisam a projeção de seus

interesses e objetivos para além de seus territórios nacionais, projetam suas estratégias de defesa nos espaços além de suas fronteiras. Entendem que quaisquer ameaças a eles se constituem em ameaças à sua própria “defesa”. Esse é o cerne, por exemplo, de uma política de defesa imperial.

Em sentido *amplo*, o termo “defesa” refere-se ao estágio de desenvolvimento econômico e tecno-científico, à estrutura social prevalecente, à resiliência das instituições políticas, ao histórico da cultura de defesa, ao tamanho do território, à composição demográfica da sociedade, aos seus recursos naturais, à sua localização geográfica (sua inserção no mapa geopolítico), à capacidade de mobilização interna, etc. A defesa de uma dada sociedade, no plano mais profundo, radica-se no solo vivido da própria sociedade.

[...] as questões que dizem respeito à política de defesa nacional não podem prescindir, por conseguinte, do conhecimento e do debate no seio da sociedade, essencialmente na busca incessante da construção de um consenso a respeito das estratégias de proteção do país e de seu povo, considerado um só, além da faixa de terra e de um Estado organizado, mas fundamentalmente formado por pessoas – sejam elas quais forem – e seus conflitos de interesses (Amorim, 2007, p. 104-116).

Estados que pretendem ser dotados de preeminência e autonomia no cenário internacional não podem prescindir de uma política pública tão importante como a da defesa e a da segurança. Afinal, em última análise, tal política diz respeito à essência última do próprio aparato estatal, mormente quando se trata de sua inserção na política mundial. Cabe aqui lembrar Aron, quando define poder no campo das Relações Internacionais como “a capacidade de uma unidade política impor sua vontade às demais” (Aron, 1986, p. 99).

## SEGURANÇA INTERNACIONAL

O conceito de “segurança internacional” não se beneficia de pacífico consenso entre os analistas. São várias as escolas interpretativas que dialogam, ou não, entre si. No entanto, sua concretude é evidente. A história do mundo tem sido, também, a história das diferentes configurações que marcaram os modos pelos quais os homens procuraram assegurar a convivência entre as nações de modo que não reinasse entre elas, brutalmente, o “estado da natureza” hobbesiano. Mas se a discussão sobre “segurança internacional” pode ser para o teórico abstrata e nebulosa, ela é tragicamente objetiva para os que sofrem, nos dias de hoje, o despejo de toneladas de

bombas sobre suas cabeças. Ou, então, padecem das resultantes de embates armados que, com causalidades distintas, mas mantendo objetivos políticos e ideológicos, acontecem em várias regiões do mundo. São todas vítimas dos conflitos e tensões, mais ou menos intensos, como maior ou menor grau de letalidade, que integram o quadro atual do que se possa entender como “segurança internacional”, seja qual for a compreensão dos analistas ou dos teóricos sobre a questão.

O mundo em que vivemos é marcado por antinomias, paradoxos e contradições herdadas do processo histórico que chegam até o presente. A atualidade em que vivemos no último quarto de século, desde o colapso da União Soviética em 1991, tem sido marcada por novas e conhecidas ameaças. Ambas compõem um mural de contrastes e confrontos que expressam as incertezas dos tempos em que se vive. Se o núcleo formal do que se pode denominar como “ordem internacional” é o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), falta-lhe força de gravidade política para impor a paz. Os últimos 25 anos têm sido marcados por guerras estatais, revoluções, terrorismos de várias espécies, conflitos tribais e étnicos, colapsos estatais, “limpezas étnicas”, etc., que redundaram em milhões de mortos e feridos, além de êxodos em massa, segregações, confinamentos, e assim por diante.

Não obstante tudo isso, há uma *ordem mundial* que resulta (principalmente, mas não apenas) de equilíbrios de forças que prevalece no cenário mundial, conferindo-lhe relativa estabilidade. Tal ordem é também tensa e intensa. O Conselho de Segurança da ONU é composto por superpotências nucleares que guardam rivalidades econômicas, políticas e ideológicas entre si. Armazenam incalculáveis estoques de destruição nuclear, sendo que as duas maiores economias do planeta, Estados Unidos e China, disputam a hegemonia do processo internacional. Por outro lado, se a Grã-Bretanha e a França se alinham aos interesses “ocidentais” liderados pelos estadunidenses,<sup>17</sup> a Rússia, não só mantém, como até, qualitativamente, expandiu, o potencial destrutivo de seu arsenal nuclear, desenvolvendo política em consonância com seus interesses e objetivos no cenário macroestratégico mundial. Ademais, dispõe, todas as cinco, de forças armadas convencionais críveis, enquanto os Estados Unidos ostentam *status* de superpotência presente em todos os continentes, com bases espalhadas por todo mundo. Índia, Paquistão e Coreia do Norte (recentemente) são igualmente potências nucleares, havendo fortes evidências de que Israel também o seja. A existência de Estados nucleares (minoría) e Estados não nucleares (imensa maioria) hierarquiza a ordem político-militar dos Estados no sistema de segurança internacional, ocasionando implicações diretas no planejamento estratégico das defesas, tanto das potências nucleares como das não nu-



cleares. Os estados nucleares estratificam-se também entre si, não só pelo potencial de letalidade que dispõem (produção e armazenagem de ogivas), como também pelo alcance e disponibilidade dos seus vetores de lançamentos, como bombardeios estratégicos, submarinos nucleares de ataque e mísseis de toda espécie.<sup>18</sup> Em um patamar inferior, os Estados não nucleares estratificam-se também em função do tamanho das suas forças armadas, das suas indústrias de defesa, de seus equipamentos, do seu aprestamento etc.,<sup>19</sup> donde a possibilidade de caracterização de “potências médias” (Gantet, 2003) e “pequenas potências”.<sup>20</sup>

A esse desequilíbrio entre as superpotências nucleares, a par das rivalidades suscitadas pelos seus interesses e objetivos tantas vezes antagônicos, e a situação da grande maioria dos países não nucleares, médios e pequenos, que vislumbram também suas próprias conveniências e metas, há de se adicionar os problemas do futuro e as dificuldades do presente.

Entre os primeiros, há de se listar o contínuo crescimento demográfico mundial, a necessidade de se manter a busca do desenvolvimento econômico, o uso cada vez maior de reservas naturais disponíveis, as alterações climáticas que podem dar margem a novas configurações geopolíticas. Além disso, há de se contar com a progressiva escassez de bens necessários à existência humana, entre eles, a energia, os gêneros alimentícios e a própria água.

Em relação às dificuldades do presente, há de se referir às chamadas “novas ameaças”, destacando-se três fenômenos internacionais: o terrorismo fundamentalista, o crime organizado transnacional e a pirataria marítima. Os três compartilham uma característica em comum: são compostos por atores não estatais que não agem exclusivamente em um Estado, mas que transpassam fronteiras, perseguindo suas metas sem limitações territoriais. Se as três diferem quanto aos seus objetivos, meios e recursos, dividem, em comum, seu caráter *transnacional*. Tal característica requer uma nova percepção da ordem internacional, já que atores não estatais se mostram capazes de impactarem a segurança dos Estados no ambiente internacional. Chamam a atenção para as múltiplas dimensões transnacionais no campo econômico e financeiro, para a velocidade das comunicações, para o “fenômeno internético” que é capaz de ligar todos a tudo, para as novas sensibilidades políticas que se conectam e se aproveitam de oportunidades além dos territórios nacionais. Assim, e desde já algum tempo, além da “segurança internacional”, afeitas primordialmente às *relações interestatais*, há de se levar em conta uma outra, a da “segurança transnacional” (cf. Kaiser, 1990). Essas “novas ameaças”, entretanto, não retiram a centralidade do papel do Estado nas relações internacionais. Elas não só têm como referência política o próprio Estado, como têm nele seu principal

adversário. Ademais, o Estado é ator essencial à própria constituição da ordem internacional.

O quadro acima, longe de ser exaustivo, sumariza apenas alguns dos traços característicos que integram o sistema de segurança internacional. Servem ao propósito de relacionar, como já anteriormente proposto, os sistemas de defesa dos Estados com o sistema de segurança internacional, aqui entendidos como o objeto dos Estudos Estratégicos. *É que o “pensar da Defesa” não se faz reflexamente, olhando-se cada Estado a si mesmo, mas, ao contrário, supõe, e necessariamente, sua intercalação em uma realidade maior que o contém e lhe confere sentido, o sistema de segurança internacional.* Tal relacionamento forma um complexo único, no qual suas duas facetas “defesa nacional/segurança internacional” só podem ser abstraídas uma da outra apenas por necessidade analítica. Convivem simultaneamente, referenciam-se mutuamente, *estão em movimento*. Devem, assim, ser cogitados, dialeticamente, como partes de uma mesma realidade, em face de outras unidades estatais com as quais necessariamente interage. Nenhum Estado é uma ilha.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Denominações gerais podem abrigar denominações particulares; entretanto, logicamente, o inverso não é possível. Assim como a expressão Relações Internacionais contém ampla variedade de assuntos que compõe sua área de ensino e pesquisa, a denominação “Estudos Estratégicos” refere-se a um conjunto temático dado pelo seu objeto, “Defesa Nacional/Segurança Internacional”. Ambas requerem trabalho multidisciplinar, mas, no caso, dos Estudos Estratégicos ressalta o *caráter político*, pois o complexo “Defesa Nacional/Segurança Internacional” diz respeito ao fenômeno do poder do Estado (sua própria existência como tal, ou sua “soberania”). Deitando raízes que vêm de longe, os Estudos Estratégicos já se incorporaram ao jargão utilizado nos principais centros de pesquisa e ensino espalhadas pelo mundo. Há quase 30 anos, os pioneiros na implantação desse campo de pesquisa no Brasil escolheram essa denominação.

O presente artigo postulou que os Estudos Estratégicos se constituem em área de conhecimento próprio, identificando seu objeto no compósito “Defesa Nacional/Segurança Internacional”. Mostrou que o tal objeto corresponde a vasta temática de conhecimentos inter-relacionados. Justificou o reconhecimento científico da área tendo em vista não só a presença de considerável número de pesquisadores que exercem suas atividades profissionais na área, mas também devido à formação, tanto no âmbito acadêmico civil como militar, de especialistas que já dominam os tratamentos e procedimentos – teóricos, metodológicos e empíricos – requeridos pela área.

O conhecimento científico não é jamais “neutro”, não obstante a busca persistente da “objetividade” seja o seu “espírito”. Na ciência – assim como na vida – não se obtém as respostas pretendidas quando e se inexistente a maturação das necessárias perguntas. A identificação dos Estudos Estratégicos como área de conhecimento no país requer que se situe a análise tendo em vista a realidade brasileira. O que, na verdade, já seria uma outra incursão, que aqui, entretanto, pode ser apenas sugerida.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, A. P. de. Defesa e Segurança. *Revista Jurídica*, Brasília, v. 9, n. 84, p.104-116, abr./maio 2007.

ARON, R. *Paz e guerra entre as Nações*. Brasília: Editora da UnB, 1986.

BAYLIS, J. International and global security. In: BAYLIS, J.; SMITH, S.; OWENS, P. *The globalization of world politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 226-241.

BRASIL. *Estratégia de Defesa Nacional*. Brasília: Ministério da Defesa, 2008.

BRIGAGÃO, C.; PROENÇA JÚNIOR, D. (Org.). *Paz e Terrorismo*. Textos do Seminário “Desafios para a política de segurança internacional: Missões de Paz da ONU, Europa e Américas”. São Paulo: Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. *Panorama Brasileiro de Paz e Segurança*. São Paulo: Hucitec, 2004a.

BUZAN, B.; WAEVER, O. *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CARR, E. *Vinte anos de crise: 1919-1939*. Brasília/São Paulo: Editora da UnB/IPRI/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

D'ARAÚJO, M. C.; MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A. (Org.). *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas*. Textos selecionados do Segundo Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), 2008. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

CLAUSEWITZ, K. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *On War*. New Jersey: Princeton University Press, 1976. (Edição revisada 1984, com ensaios e comentários de Michael Howard, Peter Paret e Bernard Brodie).

COUTAU-BÉGARIE, H. *Traité de Stratégie*. 4. ed. Paris: Institut de Stratégie Comparée / Economica, 2003.

D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, S. A.; SVARTMAN, E. (Org.). *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

DELGADO, P. *Reflexos sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Brasília: Ministério da Defesa, 2003.

DOMINGOS NETO, M. A defesa nacional como área do conhecimento científico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 6., Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2006. *Anais...* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.

\_\_\_\_\_. 'Defesa e Segurança' como área de conhecimento científico. *Tensões Mundiais. Revista do Observatório das Nacionalidades*, Fortaleza, v. 2, n. 3, jul./dez. 2006.

FIGUEIREDO, E. de L. Globalização, neoliberalismo e estratégia de poder: os jogos não estão feitos. In: SANTOS, T. (Coord.). *Globalização: dimensões e alternativas (hegemonia e contra-hegemonia)*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RJ / São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. Sociedade, Estado e Defesa Nacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 6., Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2006. *Anais...* Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2007.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: D'ARAÚJO, M. C.; SOARES, S. A.; SVARTMAN, E. (Org.). *Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas*. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. A produção do conhecimento: poder, política e defesa nacional. In: ROCHA, M. (Org.). *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro: Unifa, 2009.

\_\_\_\_\_. Os estudos estratégicos, a defesa nacional e a segurança internacional. In: LESSA, R. (Org.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil* (Ciência Política). São Paulo: Anpocs/Editora Barcarolla/Diálogo Editorial/ICH, 2010.

GANTET, C. *Guerre, paix et construction des Etats*. 1618-1714. Vol. 2. Paris: Seuil, 2003.

KAISER, K. A política transnacional: para uma teoria da política multinacional. In: BRAILLARD, P. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 262-293.

KALDOR, M. *New and old wars – organized violence in a global era*. Stanford: Stanford University Press, 2002.

LANGEWIESCHE, W. *O bazar atômico*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MATHIAS, S. K.; SOARES, S. A. (Org.). *Novas ameaças: dimensões e perspectivas*. São Paulo: Sicurezza, 2003.

MIYAMOTO, S. *Os estudos estratégicos e a academia brasileira: uma avaliação*. CD Rom REDES 2001. Washington: Center for Hemispheric Defense Studies/National Defense University, 2001.

OLIVEIRA, E. R. de (Org.). *Segurança e Defesa Nacional: da competição à cooperação regional*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007.

\_\_\_\_\_. Constituinte, Forças Armadas e autonomia militar. In: OLIVEIRA, E. R. et al. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

PARET, P. (Coord.) *Construtores da estratégia moderna*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

\_\_\_\_\_. *Construtores da estratégia moderna*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Política de Defesa Nacional*. Brasília: Presidência de República, 2005.

PROENÇA JÚNIOR, D.; DINIZ, E. *Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

STEPAN, A. *The military in politics*. Changing patterns in Brazil. Princeton: Princeton University Press, 1971.

\_\_\_\_\_. *Rethinking military politics – Brazil in the Southern Zone*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

SNYDER, G. H. *Deterrence and Defense: toward a theory of national security*?. Princeton: Princeton University Press, 1961.

TOWNSHEND, C. *Terrorism: a very short introduction*. Nova York: Oxford University Press, 2002.

WALTZ, K. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva, 2002.

## NOTAS

1. Cf. adiante o conceito de “área de conhecimento”.
2. Cf. Domingos Neto (2007, p. 366). O autor foi presidente da comissão em tela e, na época, exercia o cargo de vice-presidente do CNPq. Ver também Domingos Neto (2006, p. 136-149; 2007, p. 363-370).
3. A TAC publicada atualmente no sítio do CNPq registra em relação a Grande Área denominada “Outros” quatro rubricas em ordem alfabética: Bioética, Ciências Ambientais, Defesa, Divulgação Científica. O comitê temático de Defesa, entretanto, foi extinto nos últimos meses de 2008.
4. Para efeito deste trabalho, trabalha-se apenas tendo como referência o CNPq. O processo de avaliação e fomento realizado pela CAPES é também feito a partir da configuração da Tabela de Áreas de Conhecimento e é em função delas que são organizadas as *Áreas de Avaliação*. Cf. <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pós-graduação>>. As agências de fomento estaduais seguem a mesma orientação.
5. O CNPq dispõe de um site sobre assunto: <<http://www.cnpq.br/áreas/cee/proposta.htm>>. Embora ele possa ser ainda acessado, foi desativado em agosto de 2006.
6. Cf. <<http://www.cnpq.br/áreas/cee/proposta.htm>>.
7. Sobre as questões epistemológicas que envolvem a conceituação dos Estudos Estratégicos, ver Figueiredo (2009).
8. Adiante se caracterizará o objeto dos Estudos Estratégicos (“Defesa Nacional/Segurança Internacional”).
9. A decisão de se relacionar um dado tema em uma rubrica (Defesa Nacional ou Segurança Internacional) é meramente arbitrária. Muitas temáticas se encaixam em uma ou outra, dependendo do ponto de vista do analista. Elas necessariamente se entrelaçam e se interfecundam. Não poderia ser de outra maneira, já que o objeto dos Estudos Estratégicos – a Defesa Nacional e a Segurança Internacional – formam um só compósito, apenas separados, como já se chamou a atenção, pela distinção analítica.
10. *Pró-Defesa*, tão somente, foi como ficou conhecido, entre a comunidade de pesquisadores na área, os editais da Capes denominados “Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional”. A denominação completa do *Pró-Estratégia* foi “Programa de Apoio ao Ensino e Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Defesa Nacional”.
11. Os Programas Pró-Defesa e Pró-Estratégia aprovaram, em todas suas edições, um total de 67 projetos. Desses, apenas 19 poderiam ser consi-

- derados relacionados à área de Estudos Estratégicos. Todos os demais devem ser capitulados em outras áreas (engenharias, física, saúde, informática, etc.).
12. Sobre a história dos Estudos Estratégicos no Brasil, confronte Myiamoto (2001) e Figueiredo (2010).
  13. Claro está que aqueles que se opõem ao Estado e visam mesmo destruí-lo seguem planejamento igualmente estratégico, caso se entenda que o cerne de tal planejamento tem como objetivo atingir os sistemas estatais de defesa e segurança. Mas aí já se estará em outro campo: o da sublevação, o da insurgência e da contrainsurgência, dos movimentos armados, etc., com maior ou menor força contestatória em relação a ordem estatal vigente. No limite, uma revolução vitoriosa institui um Estado próprio que só se consolida (ou não) na linha do tempo, caso seja dotado de “engenho e arte”.
  14. Adiante será proposta relação mais extensiva, mas não exaustiva, das temáticas afeitas à Defesa e à Segurança.
  15. O Ministério da Defesa, em conjunto com o Ministério da Educação e a Capes, instituiu os chamados editais Pró-Defesa I (2005), II (2008) e III (2013). A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, também em parceria com a Capes, seguiu o mesmo caminho em 2011, com o Pró-Estratégia. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e o Ministério da Defesa, via o Instituto Pandiá Calógeras, lançaram o Programa Almirante Álvaro Alberto de indução à pesquisa em Segurança Internacional e Defesa Nacional, em 2014.
  16. A Estratégia Nacional de Defesa previu, no caso brasileiro, a guerra de resistência (Brasil, 2008, p. 27).
  17. Na Europa ocidental, países como a Alemanha e a Itália não possuem armamentos nucleares, mas estão sob a guarda da Otan, liderada pelos Estados Unidos, maior potência mundial do mundo. São assim também, de certa forma, Estados potencialmente nucleares; seus planejamentos de defesa levam em conta, obviamente, esse dado crucial. Na Ásia, o mesmo acontece com o Japão.
  18. Os mísseis são de vários tipos com alcances diversos: míssil balístico de curto alcance (SRBM), míssil balístico de médio alcance (MRBM), míssil balístico de alcance intermediário (IRBM), míssil balístico intercontinental (ICBM), míssil balístico intercontinental de alcance limitado (LRICBM), míssil balístico intercontinental de alcance total (FRICBM). As siglas entre parênteses referem-se às denominações em inglês.

19. Como já se fez referência anteriormente.
20. “Pequenas potências”, apesar das limitações intrínsecas, são reconhecidas como um ator estratégico, embora de menor relevância. Diferenciam-se dos “pequenos Estados” pois esses “adaptam-se” ao sistema internacional, incapazes de atuar, mesmo em posição subalterna, no cenário político-estratégico.



## ESTUDOS ESTRATÉGICOS COMO ÁREA DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO

### RESUMO

Este artigo aborda a questão das áreas de conhecimento científico no Brasil e propõe que os Estudos Estratégicos preenchem as condições necessárias para serem reconhecidos como uma área de conhecimento científico. Sustenta que os Estudos Estratégicos compreendem conjunto de conhecimentos inter-relacionados e coletivamente construídos. Defende que seu objeto de ensino e pesquisa é o complexo Defesa Nacional/Segurança Internacional. Preconiza que a natureza de seu objeto é de caráter político. Mostra que a área cumpre com as exigências de servir ao ensino e à pesquisa, além de gerar saberes que instrumentalizam suas aplicações práticas.

Palavras chave: Área de Conhecimento; Estudos Estratégicos; Defesa Nacional; Segurança Internacional.

### ABSTRACT

This article addresses the issue of scientific knowledge areas in Brazil and proposes that Strategic Studies fulfill the necessary conditions to be recognized as an area of scientific knowledge. It maintains that Strategic Studies include a set of interrelated and collectively built knowledge. It argues that its teaching and research object is the National Defense / International Security complex. It assumes the political nature of its object. It shows that the area meets the requirements to serve teaching and research, besides generating knowledge that instrumentalizes its practical applications.

Key-words: Knowledge Area; Strategic Studies; National Defense; International Security.

Recebido em: 15/03/2016. Aprovado para publicação em: 11/05/2016.

# A Ciência da Guerra: Epistemologia e Progresso nos Estudos Estratégicos

## Science of War: Epistemology and Progress on Strategic Studies

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, n° 2, jul./dez. 2015, p. 129-150  
ISSN 2358-3932

---

**ÉRICO ESTEVES DUARTE**  
**FLÁVIO PEDROSO MENDES**

Anyone for whom all this is meaningless either will admit no theoretical analysis at all, or his intelligence has never been insulted by the confused and confusing welter of ideas that one so often hears and reads on the subject of the conduct of war. These have no fixed point of view; they lead to no satisfactory conclusion; they appear sometimes banal, sometimes absurd, sometimes simply adrift in a sea of vague generalization; and all because this subject has seldom been examined in a spirit of scientific investigation (Clausewitz, 1984, p. 132).

### INTRODUÇÃO

Os Estudos Estratégicos são um campo de pesquisa tardio, por isso apresenta um número significativo de inconsistências e irregularidades. A mais perversa delas é a capacidade questionável de delinear parâmetros claros e inequívocos de progresso científico. Ou seja, a falta de critérios para distinção entre pesquisa científica e compromissos expedientes, metodologias científicas e abordagens falaciosas e entre contribuições científicas e pseudociência (Kapferer, 2004, p. 64-72).

Por um lado, o íntimo relacionamento entre o estudo da estratégia com as várias agendas de governos e forças armadas, sem qualquer demarcação

---

Érico Esteves Duarte – Doutor em Engenharia de Produção (UFRJ) e professor de Estudos Estratégicos Internacionais (UFRGS). E-mail: ericoduarte@gmail.com.  
Flávio Pedroso Mendes – Doutor em Relações Internacionais (USP) e professor de Relações Internacionais (UFU). E-mail: flaviopedroso@ie.ufu.br.

epistemológica, tem resultado na subordinação dos Estudos Estratégicos a outras ambições normativas que comprometem a sua contribuição. Ainda que se reconheça a impossibilidade de neutralidade absoluta em um campo que lida com poder, os Estudos Estratégicos não podem ser utilizados de maneira espúria para avançar ou resolver as disputas entre grupos burocráticos e de interesse no interior dos departamentos governamentais e das forças armadas. Por outro lado, o menosprezo ou falta de zelo de acadêmicos com relação à forma como se produzem estudos estratégicos não pode ser considerada aceitável por qualquer que seja o argumento.

A utilidade social dos Estudos Estratégicos é prover conhecimento compreendido e corroborado sobre guerra e paz. Para ser capaz de qualificar as atividades estatais relacionadas, o campo deve definir claramente quais são seus objetos de estudo, teorias, fontes empíricas e critérios para validação de hipóteses (Kugler, 1993). Portanto, a qualidade da sua contribuição depende do rigor dos seus pesquisadores e da utilidade do conhecimento que produzem ao preverem e explicarem eventos relacionados ao uso da força. Nesse sentido, os Estudos Estratégicos podem e devem ser enquadrados segundo os mesmos compromissos e critérios normativos que qualquer outro campo do conhecimento considerado científico.

O presente artigo propõe a aderência à Metodologia de Programas de Pesquisa Científica de Imre Lakatos como uma solução epistemológica para o incremento na demarcação, consistência e progresso dos Estudos Estratégicos (Lakatos, 1979). Busca-se desenvolver a proposta pela exemplificação da utilidade dessa metodologia em estabelecer agendas de pesquisa sobre a guerra. Mais especificamente, o artigo usa essa metodologia como ferramenta para organização das interpretações e usos das proposições conceituais de Carl von Clausewitz em relação a abordagens alternativas.

Argumenta-se que essa proposta de demarcação epistemológica pode converter o interminável debate sobre as interpretações e usos dos conceitos de Clausewitz, principalmente devido à tragédia na comunicação de seus escritos, em um programa de pesquisa científico que clarifique como e quais conceitos de Clausewitz podem ser emendados e quais não podem; quais interpretações oferecem melhores explicações para eventos históricos e contemporâneos e quais foram falseadas; e, finalmente, quais proposições são adições ao pensamento de Clausewitz e quais pertencem a outro programa de pesquisa. De maneira similar a outros campos do conhecimento, a proposta epistemológica de Lakatos é capaz de prover rigor e orientação para um debate acadêmico mais produtivo nos Estudos Estratégicos, bem como parâmetros claros de inclusão e utilidade de novas contribuições.

O artigo está organizado da seguinte forma: a seguir, discutimos a metodologia de Lakatos e seus critérios de aplicação; após, apresentamos nosso juízo acerca dos elementos que dão forma, à luz da métrica lakatosiana, ao Programa Clausewitziano de Pesquisa Científica; finalizando, apresentamos as considerações finais, ilustrando a utilidade analítica da abordagem pela discussão das contribuições de Julian S. Corbett e Michael Handel e sua colocação diante de tal programa.

## LAKATOS E A METODOLOGIA DOS PROGRAMAS DE PESQUISA CIENTÍFICA (MPPC)

Lakatos propõe sua metodologia em meio ao principal embate da filosofia da ciência do século XX, entre o programa falseacionista de Karl Popper (Popper, 2007) e a abordagem sociológica de Thomas Kuhn (Kuhn, 1962). A profícua produção de Popper nasceu como reação à tendência verificacionista que exercia enorme influência nas primeiras décadas do século XX, talvez de forma mais plenamente representada pelos positivistas lógicos ou neopositivistas que encorpavam o Círculo de Viena.<sup>1</sup> Em linhas gerais, para estes autores a linha de demarcação entre proposições científicas e não científicas (i.e., metafísicas) residia em sua possibilidade de comprovação a partir de um confronto direto com dados empíricos. Popper criticou o fundamento lógico dessa perspectiva, apoiada no método indutivo, afirmando que uma teoria jamais poderia ser logicamente comprovada por uma sucessão de corroborações empíricas. Tentativas de trabalhar com noções probabilísticas, último recurso verificacionista para defender a tese da comprovação factual de proposições científicas, tampouco soavam logicamente convincentes para Popper.

A solução proposta foi o programa falseacionista, a partir do qual Popper afirmava que, apesar de não poder ser logicamente comprovada por dados da realidade, uma teoria científica ainda poderia ser *seguramente* falseada diante de uma contraevidência empírica. O processo dedutivo garantiria a base lógica e a validade universal do processo. Nascia uma nova linha de demarcação entre proposições científicas e não científicas: as primeiras seriam aquelas passíveis de falseamento, ou seja, que são capazes de estabelecer *a priori* os seus falseadores potenciais (instâncias que, se verificadas, refutariam definitivamente a proposição); e as últimas seriam aquelas completamente protegidas contra possíveis refutações, ou seja, incapazes de estabelecer *a priori* os seus falseadores potenciais. Assim, “amanhã poderá ou não chover” seria uma proposição não científica, posto que não pode ser desconfirmada qualquer que seja o resultado no dia seguinte. Já “todos os cisnes são brancos” seria uma efetiva proposição científica, na

medida em que uma única observação de um cisne negro pode, logicamente, refutar a hipótese de que todos os cisnes são brancos (Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 1999).

A resposta mais contundente ao programa falseacionista de Popper partiu de Kuhn e sua nova caracterização do processo da ciência. Para ele, a visão da ciência como um contínuo processo de falseamento de teorias por meio de “experimentos cruciais” e sua posterior substituição por teorias ainda não refutadas (mas refutáveis) é uma postura ingênua e ideal, que não corresponde à efetiva história do conhecimento científico. Kuhn acredita que o espírito crítico, tão importante para a epistemologia popperiana, é de fato uma exceção e representa um estágio “extraordinário” ou “revolucionário” da ciência. O estágio natural, denominado “normal” por Kuhn, seria marcado pela adesão da comunidade científica a um determinado *paradigma*, constituído por problemas e teorias próprios, que subsistiria mesmo diante de contraevidências – que para Popper deveriam levar à sua derrocada. Elementos extracientíficos – culturais, sociais, psicológicos, etc. – dariam conta dos motivos que levaram a comunidade científica a aderir a um determinado paradigma, assim como das razões que poderiam desencadear o processo de crise paradigmática e levar à sua substituição por um novo paradigma. Lakatos assim resume a divergência epistemológica dos programas de Popper e de Kuhn:

Para Popper, a mudança científica é racional ou pelo menos passível de reconstrução racional e recai no campo da *lógica da descoberta*. Para Kuhn a mudança científica – de um ‘paradigma’ para outro – é uma conversão mística que não é e nem pode ser governada por regras da razão e que recai totalmente no campo da (*sócio*)*psicologia da descoberta*. A mudança da ciência é um tipo de mudança religiosa (Lakatos, 1979, p. 112).

A Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica se origina diretamente do embate Popper-Kuhn e pode ser encarada como uma sofisticação do programa falseacionista pela incorporação de críticas introduzidas por Kuhn e seus seguidores. A vertente do falseacionismo discutida anteriormente, que Lakatos chama de “dogmática”, encerra, para o autor, dois pressupostos principais: (i) é possível traçar uma clara linha entre proposições teóricas e proposições factuais ou empíricas; (ii) e uma proposição atestadamente factual ou empírica é verdadeira e comprovada pela realidade (Lakatos, 1979, p. 118). O corolário dos dois pressupostos somados é o critério de demarcação proposto por Popper e previamente mencionado: teorias científicas são aquelas passíveis de refutação a partir de sua confrontação com proposições factuais ou empíricas. Lakatos se aproxima de Kuhn ao criticar a plausibilidade dos pressupostos do falseacionismo dog-

mático, reconhecendo a interdependência entre teoria e fato, e, portanto, a impossibilidade de se estabelecerem dados puramente factuais ou empíricos.<sup>2</sup> Chega-se à conclusão de que, além de não ser capaz de comprovar logicamente uma teoria, a empiria tampouco pode refutá-la peremptoriamente. A solução kuhniana para sair do dilema colocado à forma dogmática do falseacionismo também não parece adequada a Lakatos. Apesar de reconhecer a “falibilidade dos fatos” e o fato de que os cientistas persistem tenazmente com suas teorias diante de aparentes anomalias, a epistemologia proposta por Kuhn insere um elemento de irracionalidade que Lakatos resiste em aceitar na reconstrução do processo científico.<sup>3</sup> Popper assimila as críticas aos pressupostos de seu falseacionismo dogmático e propõe uma versão mais elaborada: o falseacionismo metodológico. Neste, a falibilidade dos fatos e a decorrente impossibilidade de falseamento decisivo de teorias a partir da empiria devem levar o cientista a tomar algumas decisões metodológicas, principalmente quanto ao estabelecimento de um “conhecimento de fundo” não problematizável, aproximando-o um pouco da metodologia dos convencionalistas franceses.<sup>4</sup> Popper reconhece que essas decisões metodológicas envolvem riscos e um certo grau de arbitrariedade, mas as considera melhores do que a alternativa de não dispor de um método racional para apurar o conhecimento científico. Contudo, como lembra Lakatos, a nova proposta de Popper, apesar de significar um avanço, ainda nutria problemas básicos do falseacionismo dogmático e não resolvia as principais dificuldades colocadas pela história da ciência.<sup>5</sup>

O *falseacionismo metodológico sofisticado* é a solução que Lakatos propõe ao ceticismo epistemológico que parecia inevitável, constituindo a base de sua MPPC e derivada diretamente de sua leitura de Popper. De início, tem-se um novo critério de demarcação:

Para o falseacionista ingênuo, qualquer teoria que possa ser interpretada como experimentalmente falseável é ‘aceitável’ ou ‘científica’. Para o falseacionista sofisticado uma teoria é ‘aceitável’ ou ‘científica’ somente se possuir um excedente empírico corroborado em relação à sua predecessora (ou rival), ou seja, somente se conduzir à descoberta de novos fatos. Essa condição pode ser analisada em duas cláusulas: que a nova teoria tenha excedente empírico (*‘aceitabilidade 1’*) e que parte desse conteúdo excedente seja verificada (*‘aceitabilidade 2’*). A primeira cláusula pode ser verificada instantaneamente por meio de uma análise lógica *a priori*; a segunda só pode ser verificada empiricamente e isso pode tomar um tempo indefinido (Lakatos, 1979, p. 141-42).

O critério de demarcação introduzido pelo falseacionismo metodológico sofisticado deve ser entendido a partir do reconhecimento de que teo-

rias não são falseadas pela experiência, e cientistas, quando deparados com aparentes anomalias, esforçam-se para defender suas teorias a partir da introdução de *hipóteses auxiliares* para conformá-las com o comportamento anômalo. O critério racional proposto por Lakatos para a apuração do desenvolvimento científico passa a ser a *natureza deste tipo de tentativa de salvar as teorias diante de evidências discrepantes*. Os convencionalistas, particularmente duhemianos, já reconheciam este processo e propunham uma maneira de verificar sua “legitimidade” ou “cientificidade”: a incorporação de emendas ou hipóteses auxiliares só é válida na medida em que não comprometa dramaticamente a simplicidade das teorias científicas. O caráter subjetivo do que *simplicidade* pode significar para um cientista tornava esse critério inaceitável para Lakatos. Já o critério de demarcação da forma sofisticada do falseacionismo, com suas duas cláusulas de aceitabilidade, parecia trazer de volta a objetividade desejada: a nova teoria, emendada para fazer frente a anomalias, precisa gerar excedente empírico (pelo menos parcialmente) corroborado em relação à sua predecessora. Desse critério se origina outro, que tem a ver com as regras de falseamento ou eliminação de uma teoria:

Para o falseacionista ingênuo, uma teoria é falseada por uma (‘fortificada’) sentença ‘observável’ que conflita com ela (ou que ele decida interpretar como conflitante com ela). Para o falseacionista sofisticado, uma teoria científica T é *falseada* se, e somente se, outra teoria T’ tenha sido proposta com as seguintes características: (1) T’ tem excedente empírico com relação a T: isto é, ela prevê novos fatos, isto é, fatos improváveis à luz de, ou mesmo proibidos, por T; (2) T’ explica o sucesso prévio de T, isto é, todo o conteúdo irrefutado de T está incluído (dentro dos limites observáveis de erro) no conteúdo de T’; e (3) parte do excedente empírico de T’ é corroborada (Lakatos, 1979, p. 142).

Dos critérios acima, uma conclusão é particularmente importante: o processo científico não é e não deve ser observado em teorias isoladas, mas antes em *seqüências de teorias*. Uma teoria só pode receber o título de científica em relação a uma anterior, sendo o árbitro final o seu excedente empírico (pelo menos parcialmente) corroborado. Similarmente, uma teoria não é falseada ou eliminada senão pelo surgimento de uma teoria melhor, com excedente empírico (pelo menos parcialmente) corroborado. Dá-se lugar a um mundo da ciência em que não há teorias isoladas, mas teorias que se sucedem e se relacionam, constituindo um *programa de pesquisa científica*.

Da maneira proposta por Lakatos, um programa de pesquisa tem quatro elementos principais: um núcleo duro, uma heurística negativa, uma

heurística positiva e um cinturão protetor. O núcleo duro consiste em pressupostos invioláveis. Seu conteúdo é protegido pela heurística negativa do programa, que funciona como “um conjunto de proposições que expressam que o seu conteúdo [do núcleo duro] não pode ser diretamente desafiado ou testado” (Elman e Elman, 2003, p. 26). O delineamento do núcleo duro é uma decisão metodológica, resquício da influência convencionalista de que Lakatos julga ser impossível fugir por completo. No interior do programa de pesquisa da física newtoniana, por exemplo, o núcleo duro era formado pelas três leis da dinâmica de Newton e por sua lei da gravidade (Lakatos, 1979, p. 133). Sua heurística negativa proibia que qualquer desenvolvimento teórico dentro do programa fêrisse alguma dessas leis.

O cinturão protetor é, ao contrário, especialmente designado para ser modificado e reajustado, por meio da introdução de hipóteses auxiliares, com vistas a proteger o núcleo duro contra eventuais anomalias. É ele quem recebe diretamente os golpes da empiria e trata de acomodá-los. Seu ajustamento, no entanto, não é feito de modo desordenado, mas antes obedece às determinações da heurística positiva do programa, definida como “um conjunto parcialmente articulado de sugestões e dicas acerca de como mudar e desenvolver as ‘variantes refutáveis’ do programa de pesquisa; de como modificar, sofisticar o ‘refutável’ cinturão protetor” (Lakatos, 1979, p. 165). A heurística positiva indica que, contrariamente à concepção de um falseacionista ingênuo, o desenvolvimento de um programa de pesquisa envolve a previsão de prováveis anomalias e a elaboração de diretrizes para guiar o seu tratamento. Por isso, a heurística positiva é responsável pelo que Lakatos chama de (relativa) *autonomia da ciência teórica* (Lakatos, 1979, p. 163).

Uma passagem de Lakatos é particularmente útil para que se entenda como a cientificidade de emendas teóricas ao cinturão protetor deve ser verificada:

Peguemos uma série de teorias, T1, T2, T3... em que cada teoria subsequente resulte da adição de cláusulas auxiliares a (ou de reinterpretações de) uma teoria anterior com vistas a acomodar alguma anomalia, cada teoria possuindo pelo menos um conteúdo irrefutado tão grande quanto o de sua predecessora. Diga-se que tal série de teorias é *teoricamente progressiva* (ou ‘constitui uma mudança de problema [problemshift] teoricamente progressiva’) se cada nova teoria tiver algum excedente empírico em relação à sua predecessora, isto é, se ela predisser algum fato novo, previamente inesperado. Diga-se que uma série de teorias teoricamente progressiva é também *empíricamente progressiva* (ou ‘constitui uma mudança de problema empíricamente progressiva’) se parte de seu excedente empírico é também corroborada, isto é, se cada nova teoria nos conduz à real descoberta de um fato



*novo*. Finalmente, chame-se uma mudança de problema de *progressiva* se ela é tanto teórica quanto empiricamente progressiva, e de *degenerativa* se ela não o for. Nós ‘*aceitamos*’ mudanças de problema como ‘científicas’ somente se elas forem pelo menos teoricamente progressivas; se não forem, nós as ‘*rejeitamos*’ como ‘pseudocientíficas’. O progresso é mensurado pela medida de progressividade de uma mudança de problema, pela medida em que uma série de teorias nos conduz à descoberta de novos fatos. Nós consideramos ‘falseada’ uma teoria da série quando ela for suplantada por uma teoria com maior conteúdo corroborado (Lakatos, 1979, p. 143-144).<sup>6</sup>

Para ser considerada científica, portanto, uma teoria tem de ser *teoricamente progressiva*, ou seja, precisa levar à *previsão* de novos fatos.<sup>7</sup> Lakatos denominou as emendas teóricas que visavam somente a salvar uma teoria de discrepâncias empíricas, sem prever fatos novos, de *ad hoc 1*. Para que um programa de pesquisa seja considerado progressivo, sua mudança teórica, além de ser teoricamente progressiva, deve ser *empiricamente progressiva*. Isso significa que pelos menos parte dos novos fatos previstos deve ser corroborada empiricamente. Lakatos denominou as emendas teóricas que, apesar de prever novos fatos, não passavam pelo teste empírico (não tinham nem parcela de seus novos fatos corroborada) de *ad hoc 2*. Essa rígida condição dupla de progresso corresponde aos dois critérios de aceitabilidade mencionados previamente.

Ainda um terceiro critério deve ser observado, que se pode chamar de critério *heurístico*. Lakatos não foi ingênuo diante da possibilidade concreta de que a agregação de hipóteses auxiliares poderia ser feita de forma desordenada e sem critérios, formando um amontoado desconexo de teorias, mesmo levando à previsão de novos fatos empiricamente corroborados. Para ele, “pode-se atingir tal ‘progresso’ por séries remendadas e arbitrárias de teorias desconexas [...] podendo-se rejeitá-las mesmo como não sendo genuinamente científicas” (Lakatos, 1979, p. 217). Neste ponto, avulta-se a importância da heurística positiva de um programa de pesquisa, que deve orientar a continuidade do seu desenvolvimento. Desta forma, além de prever fatos novos pelo menos parcialmente corroborados, uma teoria deve refletir o poder heurístico do programa de pesquisa em que se insere. Lakatos chama de *ad hoc 3* as emendas teóricas que, não obstante apresentarem os requisitos de aceitabilidade propostos (não são *ad hoc 1* nem *ad hoc 2*), falham em respeitar as regras colocadas pela heurística positiva do programa de pesquisa.

Finalmente, cumpre destacar os dois tipos possíveis de mudanças teóricas: intraprogramáticas e interprogramáticas (Elman e Elman, 2003, p. 28). O primeiro é caracterizado por alterações no cinturão protetor de um

programa de pesquisa sem, contudo, ferir o seu núcleo duro. Neste caso, continua-se no interior de um mesmo programa de pesquisa, o qual é considerado *progressivo* se as alterações respeitarem os critérios de aceitabilidade e de heurística. Caso contrário, está-se diante de uma mudança *degenerativa*. O segundo tipo é originado por modificações no núcleo duro de um programa de pesquisa, contrariamente às determinações de sua heurística negativa. Aqui há a criação de um novo programa de pesquisa, formado em torno do novo núcleo duro constituído. Para que este processo seja considerado progressivo, no entanto, é necessário somente que se respeite os critérios de aceitabilidade (não sejam *ad hoc 1* ou *ad hoc 2*), dispensando-se o critério heurístico (pode ser *ad hoc 3*). Essa exigência é perfeitamente natural, na medida em que a transição de um programa de pesquisa para outro não deve impor as regras da heurística positiva do primeiro. O novo programa de pesquisa constituído deve, então, desenvolver sua própria heurística positiva.

Com sua metodologia, Lakatos acreditava ter logrado apresentar uma visão racional do processo científico, apesar das inerentes limitações ao conhecimento impostas pela interdependência entre teoria e fato, e que ao mesmo tempo permitia descrever a efetiva história interna das ciências de maneira mais fidedigna do que suas principais rivais epistemológicas:<sup>8</sup> o verificacionismo, o falseacionismo ingênuo e a abordagem sociológica de Kuhn (Lakatos, 1998).

## O PROGRAMA CLAUSEWITZIANO DE PESQUISA CIENTÍFICA

Nesta seção, exemplifica-se o uso da epistemologia lakatosiana como recurso para organização da pesquisa e debate acadêmicos em torno da obra de Carl von Clausewitz. Para além de se evitar o seu uso de maneira dogmática e morta – como ele mesmo condena –, a epistemologia lakatosiana auxilia no ordenamento das pesquisas que se apoiam e mesmo daquelas que se opõem e buscam superar suas contribuições. Portanto, a tentativa aqui não é de concluir um entendimento sobre a Teoria da Guerra, distante disso, mas introduzir ‘regras do jogo’ que permitam que os vários pesquisadores da estratégia consigam posicionar de maneira mais clara e bem embasada seus objetos de pesquisa e os graus de concordância e discordância com relação aos seus pares.

De acordo com Lakatos, a proposta de um programa de pesquisa, bem como a adesão a ele, são decisões tomadas por pesquisadores de forma voluntária e consistente. Portanto, o que se propõe a seguir não deve ser tomado como algo definitivo, mas antes como um convite a uma nova perspectiva diante do desenvolvimento da Teoria da Guerra de Clausewitz. A

única regra de ouro é a honestidade intelectual dos interlocutores e de suas críticas. Uma regra de prata, não menos necessária ao desenvolvimento do programa, é mais difícil de ser executada: o teste empírico de proposições, o que exige compromissos e fontes de pesquisa mais rigorosos.

Uma segunda precaução – na realidade um pressuposto – é a de que as contribuições teóricas de Clausewitz vão além do *Da Guerra* e não podem ser restringidas a ele. As distinções, insuficiências e erros das diversas traduções e edições da obra magna de Clausewitz são bem conhecidos, como também o é a necessidade de complementar o *Da Guerra* com o restante dos textos do autor em suas *Obras Completas (Hinterlassene Werke)*. Mais ainda, a proposição de um Programa Clausewitziano de Pesquisa Científica deve lidar com o fato de que o pensamento de Clausewitz apresenta diferentes estágios de maturidade, que não são claramente classificados ou mesmo reconhecidos.<sup>9</sup> Colocar ordem em tudo isso é a promessa por trás da metodologia de Lakatos.

### Núcleo Duro e Heurística Negativa

O núcleo duro de um programa de pesquisa científica é o que lhe confere identidade como abordagem distintiva em um campo de investigação empírica. Ele é protegido pela heurística negativa e qualquer violação de seu conteúdo implica transição automática a uma abordagem rival. Com relação à proposta do Programa Clausewitziano de Pesquisa Científica, ajuizamos o seguinte conteúdo:

#1 – *A centralidade do combate na guerra*. Nas palavras de Clausewitz, a definição de guerra como “um ato de força para obrigar nosso inimigo a fazer a nossa vontade” (Clausewitz, 1984, p. 75) deve ser seguida pela conclusão lógica de que na guerra tudo deriva, direta ou indiretamente, do combate. Isto se dá mesmo quando o combate não tem lugar concretamente – quer dizer, quando cálculos e decisões são feitos com base não nos resultados reais do combate, mas na sua antecipação (Clausewitz, 1984, p. 95).

#2 – *A guerra como instrumento político*. Na teoria clausewitziana da guerra, a relação essencial entre guerra e política não é simplesmente dada por definição – “a guerra é a continuação da política com outros meios” (Clausewitz, 1984, p. 87). Trata-se de uma conclusão lógica e empírica a partir da profunda investigação de Clausewitz sobre o fenômeno da guerra. É um ponto de chegada, não de partida, que a guerra é um verdadeiro instrumento político e não apenas a continuação da política – ou seja, que a política não só dá à luz a guerra, mas a controla e dirige plenamente.

#3 – *A superioridade intrínseca da defesa sobre o ataque*. Este é o fator singularmente mais importante para explicar as diferenças entre as guer-

ras reais e a guerra no papel (guerra absoluta). É, portanto, também o fator singularmente mais importante que dá conta do retorno do objetivo político após o início da guerra, tornando-a um verdadeiro instrumento político.<sup>1</sup> É claro, o entendimento adequado deste poderoso elemento da construção teórica clausewitziana exige o *conceito pleno de defesa* – que aborda a condução da guerra como um todo e permite a consideração das manifestações estratégicas da superioridade intrínseca da defesa e os pontos culminantes do ataque e da vitória – e não simplesmente o seu conceito estrito (tático).<sup>1#4</sup> – *A Trindade*. A *Wunderliche Dreifaltigkeit*<sup>12</sup> é o que garante a correspondência, na teoria da guerra, entre os axiomas que definem a guerra e os demais conceitos e categorias analíticas para o estudo da guerra. A trindade é o que permeia a apreensão cognitiva dos elementos fundamentais da guerra: as paixões, o campo da probabilidade e do acaso, e a razão. O efeito dos seus relacionamentos permite a consideração dos aspectos mais amplos entre a gramática do uso da força e seus possíveis propósitos políticos. A trindade também educa o analista/comandante sobre as considerações que devem ser vislumbradas em uma dada guerra para aprimorar o seu julgamento: as motivações das coletividades envolvidas; as condições do comandante e suas forças combatentes; e as instituições políticas que orientam ambos os lados e estabelecem seus objetivos finais.

### Heurística Positiva

Propõe-se aqui que o Programa Clausewitziano de Pesquisa Científica deve abarcar todo o amplo espectro de fenômenos sociais em que a *força é empregada, em ato ou potência, para fins políticos*. Em outros termos, o Programa Clausewitziano pode ser legitimamente expandido para tratar de qualquer ‘fato novo’ que possa ser analiticamente decomposto em considerações táticas, estratégicas e políticas.

Aplicando-se a epistemologia lakatosiana, pode-se delimitar que as fronteiras heurísticas do Programa Clausewitziano são a História Estratégica do Mundo (Gray, 2007). Também é nosso entendimento – que idealmente deveria ser elaborado, não fossem as restrições de espaço – que o Programa Clausewitziano não possui rival à altura no campo dos Estudos Estratégicos e de Defesa. Destarte, é honesto e útil reconhecer que o Programa Clausewitziano é, ao menos presentemente, o único edifício teórico capaz de sustentar a demanda dos Estudos Estratégicos por reconhecimento como campo de investigação científica, e as fronteiras heurísticas do programa devem ser amplamente reconhecidas como sendo as fronteiras do campo ele mesmo.

## Cinturão Protetor

O cinturão protetor organiza o conteúdo teórico de um programa de pesquisa científica. Ele compreende as proposições conceituais, hipóteses e teorias auxiliares que se tornam complementares entre si enquanto compartilham o mesmo núcleo duro. Esse conteúdo teórico deve ter como meta prever e explicar fatos da realidade relacionados aos problemas e fenômenos demarcados pelo núcleo duro e se tornar a heurística positiva do programa, ou seja, aquela sujeita a expansões e alterações. Devido a constantes emendas, o cinturão protetor nunca deve ser definitivo, mas evoluir enquanto o programa de pesquisa científica for progressivo.

Seguindo essas orientações, o que desenvolvemos a seguir são linhas gerais de pesquisa apontadas por Clausewitz no capítulo 2 do Livro 1 do *Da Guerra*, seu último escrito, em articulação com seu Livro 2, notadamente aquele em que ele desenvolve os elementos epistemológicos e metodológicos das suas proposições.

*Teorias dos Fins:* a linha de pesquisa obrigatória derivada de uma abordagem a partir de Clausewitz é com relação às metas para o uso da força através das quais objetivos políticos podem ser atendidos. Enquanto “nós verificamos que o objeto de qualquer guerra pode variar, assim como seu propósito político e suas reais circunstâncias”, o emprego da força varia da combinação de três metas gerais: as forças combatentes, a sociedade e a administração pública de um oponente (Clausewitz, 1984, p. 90).

As circunstâncias políticas variam em termos de época e região, mas principalmente de uma instância de relacionamento político para outra. Clausewitz conceitua dois tipos de guerras – ilimitadas e limitadas – que abarcam todas as guerras na realidade em termos de seus parâmetros coercitivos. Portanto, uma linha constante de pesquisa é como os planos de guerra de cada sociedade podem servir a seus propósitos políticos ao longo do tempo em relação a cada um de seus rivais.

*Teorias dos meios:* A centralidade da guerra é o uso da força e esta é sua própria gramática. Portanto, uma agenda de pesquisa permanente é sobre as forças combatentes, em suas várias formas, ao longo da história e no tempo contemporâneo. Clausewitz aponta como as diferentes composições de forças combatentes – móveis, imóveis, permanentes, temporárias, profissionais ou amadoras – possibilitam diferentes tipos e graus de enfrentamentos e campanhas no ataque e na defesa. Ainda que todas elas sejam unidas pelos mesmos propósitos em terra, as teorias dos meios podem ser expandidas para outros ambientes, modais e técnicas e tecnologias de combate relacionadas onde os seres humanos travam guerras entre si.

*Teorias dos métodos:* no capítulo 2 do Livro 1, Clausewitz sintetiza dois tipos de estratégias – estratégias de prostração (*Niederwerfungstrategie*) e estratégias de exaustão (*Ermattungstrategie*) – e elas se desdobram em vários métodos da guerra, dependendo das condições relativas de força e da intenção positiva ou negativa de um lado sobre o outro.

Eles variam entre *a destruição das forças oponentes, a conquista de seu território, a ocupação temporária ou invasão, as operações com um propósito político imediato e, finalmente, a espera passiva pelo fim do ataque do oponente.* Qualquer um desses pode ser usado para sobrepor a vontade do oponente: a escolha vai depender das circunstâncias (Clausewitz, 1984, p. 94).

Por isso, assim como as várias distinções e condições que se aplicam aos meios da guerra, os métodos da guerra também merecem ser objeto de inferência e avaliação crítica. Esses métodos são especializados e subordinados às dimensões em que se conduz guerra – terra, mar, ar e espaço. Porém, considerando a natureza da guerra, elas precisam ser de alguma maneira conectadas com a realidade social do homem em terra.

*Análise crítica:* Clausewitz textualmente pontua que a ambição de sua contribuição era a educação de comandantes e a elaboração de um arcabouço para se pensar apropriadamente sobre a guerra. Ele propõe a análise crítica como a metodologia para educação de pessoas sobre como pensar e tomar decisões sobre a guerra, para testar a teoria da guerra e seus conceitos e, por último, para expandir a compreensão sobre as guerras do passado e do presente.

Uma análise crítica é a investigação das principais relações causais entre decisões políticas e estratégicas, a disponibilidade de meios de combate, as interações entre oponentes e os resultados de um estudo de caso. Apesar dele não desconsiderar o recorte de guerras como um todo, o estudo é metodologicamente mais viável se limitado a uma campanha: o emprego de forças combatentes em enfrentamentos para um resultado estratégico. Contextualiza-se um caso pelas formas como decisões sobre guerra são tomadas e como uma dada sociedade apoia tais instituições políticas, as características biográficas e possivelmente psicológicas das personalidades que comandam as forças combatentes e os números e as condições destas últimas. Daí, ela se desdobra em três partes. Primeiro, a análise dos fins em que se define o tipo de guerra que se estuda – limitado ou ilimitado – e sua necessidade/utilidade para os beligerantes. Segundo, a análise dos meios em que se reconstrói uma campanha contrastando hipóteses de conduta da campanha desenvolvidas a partir da teoria com os planos dos comandantes e, a partir disso, reconstruindo e analisando os principais enfrentamen-

tos. Por fim, há a avaliação das decisões políticas e estratégicas tomadas, apresentando-se alternativas viáveis segundo as informações e condições que cada comandante tinha à mão em seu dado tempo, e critica-se negativamente uma dada figura histórica apenas quando uma dessas alternativas com potencial de maior sucesso ou menor dano não foi seguida.

Através de vários estudos de campanhas, Clausewitz verificou não apenas conceitos e entendimentos, mas a própria análise crítica como uma ferramenta metodológica. Por isso, o incremento de métodos para o ensino e pesquisa sobre a guerra é uma agenda de pesquisa permanente (Clausewitz, 1984, p. 141).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exemplificaremos a seguir como o Programa Clausewitziano é capaz de promover um corpo unificado de estudos sobre estratégia. De um lado, defende-se que o trabalho teórico de Julian S. Corbett representa uma emenda intraprogramática ao pensamento de Clausewitz, acrescentando uma agenda de pesquisa *teórica* e *empírica* progressiva, ao mesmo tempo em que preserva o núcleo duro do Programa Clausewitziano. De outro, argumenta-se que a modificação da Trindade proposta por Michael Handel ultrapassa os limites da heurística negativa do programa e deve ser apreendida como uma mudança teórica interprogramática.

As proposições conceituais, e seus devidos testes empíricos, de Julian Corbett são, possivelmente, os principais progressos já realizados no Programa Clausewitziano. Sua pesquisa científica não apenas foi importante por organizar o arcabouço teórico de Clausewitz e reafirmar seu compromisso epistemológico para o século XX, como também é uma das mais originais contribuições sobre a guerra (Gat, 2002; Handel, 2000, p. 121; Widen, 2012).

Corbett foi quem organizou mais claramente o pensamento de Clausewitz em teorias dos fins, meios e métodos, através do qual ele reconheceu e definiu as distinções dos meios de uso da força no mar e na terra. A teoria das operações marítimas foi apresentada em *Some Principles of Maritime Strategy* (1911) e teve suas proposições testadas e expandidas em *The Maritime Operations of Russo-Japanese War 1904-1905* (2015, publicado originalmente em 1914).<sup>1</sup> No primeiro livro, Corbett expandiu o Programa Clausewitziano em concorrência à abordagem da guerra no mar predominante até então, baseada nas obras de Alfred Mahan (Goldrick e Hattendorf, 1993).<sup>1</sup> Já na segunda obra, além da verificação do poder explanatório de suas proposições, Corbett faz mais um avanço conceitual que reafirma o compromisso epistemológico e agenda de pesquisas científicas

a partir de Clausewitz (Angstrom e Widen, 2014, p. 96). Corbett antecipou como a combinação dos meios de guerra no mar com as forças combatentes em terra resultavam em novos métodos da guerra. Ao visualizar a realidade das operações conjuntas de japoneses e russos, Corbett reafirmou a importância da educação teórica para o desenho dos planos de guerra e sinergia entre comandantes de diferentes forças e destes com a liderança política. Ele apontou como teorias da guerra são fundamentais na produção de uma solidariedade similar entre comandantes e a liderança política que compõem um conselho de guerra. Nesse sentido, a teoria funciona como uma linguagem que possibilita a devida concepção e exposição de ideias entre expoentes de distintas tradições e trajetórias políticas e militares. Mas ela é ainda um método pelo qual um conselho de guerra pode distinguir entre fatores essenciais e não essenciais e ser capaz de dar forma com precisão e rapidez a um curso de ação ou plano de guerra. A especialização e expansão dos serviços militares em estruturas burocráticas e o número e diversidade de missões impõem que as deliberações de conselhos de guerra ocorram a grandes distâncias geográficas das atuais operações e forças combatentes e com grande dificuldade de sincronização temporal. Corbett lidava com o desafio da articulação dos meios de força, globalmente dispersos, do Império Britânico. Porém, não é difícil sustentar que esse seja um problema comum entre as demais potências dos séculos XX e XXI.

Como resultado, Corbett expandiu consideravelmente a utilidade do Programa Clausewitziano. Ele emendou novos conceitos corroborados empiricamente ao cinturão protetor e reafirmou a perspectiva e compromissos normativos do núcleo duro. Com isso, ele ofereceu elementos que permitem atestar tal programa como *científico e progressivo*.

De outro lado, nos anos 1980, o professor do *US Naval War College*, Michael Handel, propôs que Clausewitz seguia sendo o grande pensador da guerra, mas apenas como um ponto de partida e demandava a revisão de sua teoria para perpetuação de sua utilidade contemporânea (Handel, 1986). Ele afirmava que a partir da Revolução Industrial uma série de alterações tecnológicas teriam modificado as realidades econômicas, sociais, políticas e, como não poderia deixar de ser, da própria guerra. Isso embasava sua proposta de revisão da Teoria da Guerra para a “era da tecnologia”. Num esforço de sistematização de todas as perspectivas tecnológicas de seu tempo, Handel tentou formular uma perspectiva tecnológica integrada da Teoria da Guerra com a Revolução dos Assuntos Militares (em inglês *Revolution of Military Affairs* – RMA) e da Teoria do Balanço Ataque-Defesa. Por fim, ele defendeu a revisão da trindade clausewitziana, que passaria a ter uma quarta componente tecnológica, desencadeando assim uma agenda particular de pesquisas.



A proposta foi incorporada a uma gama de autores contemporâneos de estudos de defesa. Por um lado, por aqueles que desejaram estender o estudo dos impactos da tecnologia na guerra e na Teoria da Guerra de Clausewitz, os autodenominados Neoclausewitzianos.<sup>1</sup> Por outro lado, pelos autores que passaram a apontar a obsolescência da Teoria da Guerra de Clausewitz (exemplarmente, Creveld, 1991 e Kaldor, 1999). É útil entender as consequências das duas agendas de pesquisas utilizando-se a epistemologia de Lakatos.

No primeiro caso, a proposta que Handel e seus aderentes empreendem é uma emenda fundamental no núcleo duro do Programa Clausewitziano. E esse grupo de pesquisadores e suas pesquisas podem apenas ser considerados como parte de um programa de pesquisa alternativo e distinto das proposições de Clausewitz e Corbett. Para serem considerados *científicos*, eles precisam mais do que identificar ‘novos fatos’: suas abordagens devem explicar os eventos previstos e explicáveis por Clausewitz e Corbett. Esse novo programa tornar-se-ia a partir de então concorrente ao Programa Clausewitziano. Para serem considerados *progressivos*, eles precisam ter suas proposições conceituais testadas empiricamente. Ou seja, para uma abordagem alternativa ser considerada um programa de pesquisa científica, não basta apenas explicar as anomalias do programa concorrente, pois o ganho de conhecimento seria marginal em relação a tudo que foi produzido anteriormente. É necessário prever ‘novos fatos’, que precisam ser (pelo menos parcialmente) empiricamente corroborados, e ser capaz de continuar a explicar os ‘antigos fatos’.

No segundo caso, a busca pelo falseamento do Programa Clausewitziano é notadamente uma agenda de pesquisa degenerativa, pois segue uma heurística negativa e não contribui com a produção de conhecimento novo. A busca pelo falseamento de programas concorrentes não favorece a identificação e a compreensão de novos eventos da guerra – é, portanto, inútil. De um ponto de vista acadêmico e estrito, essa é uma orientação irracional e apenas pode ser calcada em motivações psicossociológicas, nas linhas desenvolvidas por Thomas Kuhn. Do ponto de vista da contribuição social do conhecimento, esforços dessa natureza são desperdício de recursos.

Essa argumentação sustenta que as teorias da guerra e das operações marítimas de Clausewitz e Corbett, combinadas, atendem a todos os requerimentos normativos de Imre Lakatos e sua Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica e configuram um programa científico e progressivo de pesquisa. Isso também permite, ao assumir tal programa como referência, qualificar os ganhos e perdas na adesão pelos pesquisadores a agendas de pesquisas em estratégia e assim poderem melhor organizar suas contribuições em termos de foco, consistência e utilidade.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNADJER, F. *O método nas Ciências Naturais e Sociais*. São Paulo: Pioneira e Thomson Learning, 1999.
- ANGSTROM, J.; WIDEN, J. J. *Contemporary military theory: the dynamics of war*. London: Routledge, 2014.
- BALL, T. From paradigms to research programs: toward a post-kuhnian political science. *American Journal of Political Science*, v. 20, n. 1, p. 151-177, 1976.
- BLAUG, M. Kuhn versus Lakatos, or paradigms versus research programmes in the history of economics. *Hope*, v. 7, n. 4, p. 399-433, 1975.
- BUNKER, R. J. *Technology in a Neo-Clausewitzian Setting*. The Hague: Kluwer Law International, 1997.
- CLAUSEWITZ, C. v. *On War*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- CORBETT, J.S. *Some principles of maritime strategy*. London, New York: Longmans, Green and Co, 1911.
- CORBETT, J.S. *Maritime operations in the russo-japanese war: 1904-1905*. Annapolis: Naval Institute Press, 2015.
- CREVELD, M. V. *The transformation of war: the most radical reinterpretation of armed conflict since Clausewitz*. New York: Free Press, 1991.
- DINIZ, E. *Clausewitz, o balanço ataque-defesa e a Teoria das Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Coppe/UFRI, 2002.
- DINIZ, E.; PROENÇA JR., D. A criterion for settling inconsistencies in Clausewitz's *On War*. *Journal of Strategic Studies*, v. 37, n. 6-7, p. 879-902, 2014.
- DUHEM, P. *Algumas reflexões sobre as teorias físicas*. São Paulo: Ciência e Filosofia, 1989.
- ELMAN, C.; ELMAN, M. F. Lakatos and neorealism: a reply to Vasquez. *American Political Science Review*, v. 91, n. 4, p. 923-926, 1997.
- ELMAN, C.; ELMAN, M. F. How not to be Lakatos intolerant: appraising progress in IR research. *International Studies Quarterly*, v. 46, p. 231-262, 2002.
- ELMAN, C.; ELMAN, M. F. Lessons from Lakatos. In: ELMAN, C.; ELMAN, M. F. (Ed.) *Progress in international relations theory: appraising the field*. Cambridge: MIT Press, 2003, p. 21-70.

- GAT, A. *A history of military thought*. New York: Oxford University Press, 2001.
- GOLDRICK, J.; HATTENDORF, J. (Ed.). *Mahan is not enough: the proceedings of a conference on the works of Sir Julian Corbett and Admiral Sir Herbert Richmond*. Annapolis: Naval War College Press, 1993.
- GRAY, C. *War, peace and international relations: an introduction to strategic history*. London: Routledge, 2007.
- HANDEL, M. Clausewitz in the age of technology. In: HANDEL, M. *Clausewitz and modern strategy*. London: Frank Cass, 1986, p. 51-92.
- HANDEL, M. Corbett, Clausewitz, and Sun Tzu. *Naval War College Review*, v. 53, n. 4, p. 106-124, 2000.
- HOOKER JR., R. Beyond Vom Kriege: the character and conduct of modern war. *Parameters*, v. 35, n. 2, p.4-17, 2005.
- KAPFERER, B. Old permutations, new formations? War, State, and global transgression. *Social Analysis*, v. 48, n. 1, p. 64-72, 2004.
- KUGLER, J. Political conflict, war, and peace. In: FINIFTER, A. (Ed.). *Political science: the state of the discipline II*. Washington: American Political Science Association, 1993, p. 483-509.
- KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago, London: The University of Chicago Press, 1962.
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.
- KURTH, J. Clausewitz and the two contemporary military revolutions: RAM and RAM. In: LEE, B.; WALDING, K. (Ed.). *Strategic logic and political rationality: essays in honour of Michael Handel*. London: Frank Cass, 2005, p. 274-297.
- LAKATOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Org.) *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979, p. 109-233.
- LAKATOS, I. *História da Ciência e suas reconstruções racionais*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- LYNN, J. War of annihilation, war of attrition, and war of legitimacy: a neo-clausewitzian approach to twentieth-century conflicts. *Marine Corps Gazette*, v. 80, n. 10, p. 64-84, 1996.

MENDES, F. P. *Lakatos, o realismo ofensivo e o programa de pesquisa científico do realismo estrutural*. São Paulo: IRI/USP, 2013. NEURATH, O. et al. A concepção científica do mundo: o círculo de Viena. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 10, p. 65-76, 1986.

PETERS, R. The New Strategic Trinity. *Parameters*, v. 28, n. 4, p. 73-80, 1998.

POINCARÉ, H. *A Ciência e a Hipótese*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1984.

POPPER, K. *The logic of scientific discovery*. Cambridge: International Society for Science and Religion, 2007.

ZAHAR, E. Why did Einstein's Programme Supersede Lorentz's?. *British Journal for the Philosophy of Science*, 24, p. 95-123, 1973.

## NOTAS

1. Para a proposta central do Círculo de Viena, ver Neurath e al. (1986).
2. O exemplo extremo é a própria ‘observação’ direta de fenômenos, que, no limite, pode ser relacionada a uma teoria fisiológica do aparato humano de visão.
3. A crítica de que insere um elemento de irracionalidade é algo que Kuhn rejeitou veementemente. Ver, por exemplo, o posfácio de seu *Estrutura das Revoluções Científicas* (Kuhn, 2005).
4. Ver, principalmente, Poincaré (1984) e Duhem (1989).
5. Especificamente, Lakatos argumenta que os testes teóricos não têm tradicionalmente estado entre uma teoria e os dados empíricos, mas antes estão, pelo menos, em “embates trilaterais entre teorias rivais e o experimento”; ainda, afirma que “alguns dos experimentos mais interessantes resultam, *prima facie*, em confirmação e não em refutação” (Lakatos, 1979, p. 140).
6. Note-se que com a expressão “mudança de problema” (*problemshift*) Lakatos queria de fato dizer “mudança teórica” (*theoryshift*), porém preferiu não usar a última expressão por considerá-la problemática.
7. Desde a publicação da MPPC tem havido uma enorme controvérsia em torno do significado de “fato novo”. Há pelo menos quatro interpretações principais (Elman e Elman, 2002, p. 238-241). Destas, a que propõe o critério de *novidade heurística* – também conhecido como Zahar/Lakatos<sup>3</sup> –, de acordo com o qual o fato anômalo que originou a mudança teórica não pode contar como instância corroborativa da nova teoria, é a mais coerente com o espírito da epistemologia de Lakatos.
8. Para a defesa particular da superioridade analítica da metodologia lakatosiana para a compreensão da evolução científica de diversas áreas do conhecimento, ver: na física, Zahar (1973); na economia, Blaug (1975); na ciência política, Ball (1976); nas relações internacionais, Elman e Elman (1997; 2002; 2003) e Mendes (2013).
9. Uma proposta importante e bem-vinda para superar estas dificuldades é o recente artigo de Diniz e Proença Jr. (2014).
10. Se não fosse pela superioridade intrínseca da defesa, a guerra absoluta resultante seria dominada por considerações táticas, dispensando as considerações políticas e, conseqüentemente, também as estratégicas. Nesse tipo de guerra, a política ainda daria início à guerra, mas, começadas as hostilidades, o objetivo político original seria deslocado pela lógica propriamente combatente até o desfecho do enfrentamento (Diniz, 2002).

11. Parece-nos óbvio que a falha em reconhecer o conceito pleno de defesa é o que tem mantido os proponentes da abordagem do Balanço Ataque-Defesa no caminho errado por tanto tempo (Diniz, 2002).
12. Trindade paradoxal, na tradução de Paret e Howard (Clausewitz, 1984) e trindade esquisita no entendimento de Diniz (2002).
13. A publicação e divulgação dessa obra seguiu vários percalços, o que resultou no seu limitado reconhecimento. Primeiro, ela teve seu processo de publicação encerrado meses antes do início da Primeira Guerra Mundial, por isso apenas em 1915 houve sua primeira tiragem, de 400 livros. Segundo, o próprio Corbett seria tomado pela guerra, como um dos principais assessores de Churchill e não teria condições de compartilhar ou debater seus resultados. Terceiro, esse livro seguiu como contrato com o Comitê da Defesa do Império e com o benefício de um grupo de oficiais da seção histórica e os relatórios e documentos restritos do Japão sobre a guerra, conseqüentemente a sua limitada tiragem era conseqüência de sua confidencialidade estabelecida pela divisão de inteligência da Marinha Real. Por isso, era uma publicação restrita a oficiais da Marinha Real do Reino Unido. Quarto, em 1994, ela receberia uma segunda edição pela *Naval War Institute* dos Estados Unidos, mas ainda com uma tiragem bastante limitada. Apenas em 2015 a obra seria disponibilizada amplamente, inclusive em formato digital.
14. Na medida em que pesquisas baseadas em Mahan não possuem proposições conceituais que abarquem a guerra em outros ambientes que o mar, a conseqüência lógica desse exercício é que um suposto Programa Mahaniano seria degenerativo em relação ao Programa Clausewitziano.
15. Só para citar alguns: Hooker (2005); Kurth (2005); Peters (1998); Bunker (1997); Lynn (1996).

A CIÊNCIA DA GUERRA: EPISTEMOLOGIA  
E PROGRESSO NOS ESTUDOS ESTRATÉGICOS

RESUMO

Propõe-se a aderência do campo dos Estudos Estratégicos à Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica de Imre Lakatos como forma de prover rigor e cientificidade ao estudo do fenômeno bélico. Apresenta-se como o Programa Clausewitziano atende aos requisitos da rigorosa epistemologia lakatosiana, delimitando o seu núcleo duro, o seu cinturão protetor de hipóteses auxiliares e suas orientações heurísticas. Conclui-se com uma breve ilustração da força heurística e da progressividade do Programa Clausewitziano, a partir das contribuições de Julian S. Corbett, e com um exemplo de mudança teórica interprogramática, a partir da proposta de Michael Handel.

Palavras chave: Lakatos; Clausewitz; Estudos Estratégicos; Progresso científico.

ABSTRACT

We propose the adherence of Strategic Studies to Imre Lakatos's Methodology of Scientific Research Program as a way to provide scientific rigor to the study of war. We argue how the Clausewitzian Program fulfills Lakatos's rigorous epistemological requirements, while delimiting its hard core, protective belt and heuristic orientations. We conclude with a succinct illustration of the program's progressiveness and heuristic strength, as a result of the works of Julian S. Corbett, and with an example of an interprogrammatic theoryshift, based on Michael Handel's contribution.

Key-words: Lakatos; Clausewitz; Strategic Studies; Scientific progress.

Recebido em: 20/01/2016. Aprovado para publicação em: 11/05/2016.

# Política y Guerra: Apuntes para una Analítica Agónica de los Estudios Estratégicos

## Politics and War: Notes for an Agonic Analysis of Strategic Studies

## Política e Guerra: Notas para uma analítica agônica dos Estudos Estratégicos

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, n° 2, jul./dez. 2015, p. 151-171  
ISSN 2358-3932

---

**THIAGO RODRIGUES**

- “Don’t you say Bonaparte. He is the Emperor! His name is sacred!” came the angry shout.
- “Damn and sod your Emperor!”

Leo Tolstoy, *War and Peace*, p. 185

### LA MIRADA DE LA GUERRA

En un frío día de marzo de 1861, el escritor ruso Leo Tolstói por fin conoció a uno de sus más admirados pensadores sociales: el libertario francés Pierre-Joseph Proudhon. Exiliado en Bélgica por su vida de luchas y por la resoluta oposición al gobierno de Luis Napoleón, el ya anciano Proudhon esperaba el momento propicio para volver a Francia. Tolstói, en gira por Europa Occidental, tuvo la oportunidad que tanto deseaba. Impresionado por encontrar al hombre cuya obra conocía bien, quiso Tolstói saber en qué trabajaba Proudhon. El filósofo, entonces, explicó por horas sobre el nuevo libro que concluía respecto al tema de la guerra como energía fundamental a organizar la vida humana. Con gran erudición, Proudhon expuso a Tolstói el resumen de sus investigaciones sobre la “filosofía de la guerra y la política internacional” (Proudhon, 1987, p. 216), que resultaría en un largo libro cuyo título sería “La guerre et la paix” (“La paz y la guerra”).

Tolstói quedó tan impresionado con el original análisis de la guerra y de su relación con la “Justicia”, el “derecho” y el “orden político” que con-



fesó a Proudhon estar él también escribiendo una gran novela con centenares de personajes, pero con uno sólo protagonista: la guerra. Admirado, Tolstoi pidió a Proudhon su permiso para homenajear su reflexión nombrando su novela con el mismo título. Proudhon accedió pero no alcanzó a ver la novela publicada, pues falleció en enero de 1865, el mismo año de publicación del clásico “Guerra y Paz” de Tolstoi.

Lo que ha impresionado a Tolstoi fue lo mismo que desagradó a muchos críticos de Proudhon, tanto en los círculos conservadores como entre los anarquistas y socialistas: el rol que Proudhon atribuyó a la *guerra* como energía formadora de todas las instituciones, códigos y órdenes político-económicas y sociales. Sus críticos acusaron a Proudhon de ser apologista de la guerra, irresponsable e ingenuo, provocando una amarga decepción en el filósofo (Jourdain, 2006). Para autores como Prichard (2013), la potencia de su libro no fue notada en su momento porque contrariaba elementos centrales de la filosofía política moderna. De veras, Proudhon afirmó que por muchos siglos, juristas, estadistas, autoridades religiosas, filósofos morales y humanitaristas de todo tipo habían considerado la guerra como “un hecho de pura bestialidad” (1998, p. 37). Nada sería producido por la guerra, sino destrucción, muerte y caos.

Sin embargo, Proudhon buscó en la filosofía de los clásicos griegos, en especial la tradición presocrática – de pensadores como Heráclito de Éfeso (535-484 a.C.) – otra visión de la guerra. Como registra uno de los pocos fragmentos heraclíticos que sobrevivieron a los tiempos, “la guerra de todos es padre; de todos es rey; a los unos los designa como dioses, a los otros, como hombres; a los unos los hace esclavos, a los otros, libres”. Esa noción de guerra como principio ordenador de la vida, definidor de las categorías sociales y de los valores le parecía a Proudhon como un elemento fundamental que todos los juristas y filósofos de la Modernidad se esforzaron por reinterpretar.

Para Proudhon, el Estado y las ideas, los valores morales y las formas de producción y apropiación de la riqueza, las virtudes y vicios no obedecían a naturalezas acabadas y universales, sino han sido siempre producidos por el combate entre distintas perspectivas, visiones de mundo y posiciones ético-políticas. Así, la obra de filósofos como Thomas Hobbes (1588-1679) o Hugo Grotius (1583-1645) fueron tentativas de borrar el *hecho de la guerra* tanto del momento de nacimiento del Estado, como de la conducción cotidiana de la política. Según Proudhon, “mientras dure la paz, ella se ejerce por el manejo de las armas, ella es hecha como una pequeña guerra [*pétite guerre*]” (1998, p. 79).

La vida social, o el espacio de la “paz civil” – presuntamente demarcado y defendido por el Estado, – no sería un ambiente desproveído de conflicto,

en donde los hombres vivirían protegidos bajo una cumbre constituida por “paz y justicia” (“pax et justitia”, el moto del Estado Moderno europeo). El análisis de Proudhon no sugirió que la guerra fuese “buena” o “mala”, sino *productora* o *instauradora* de valores, instituciones, posiciones de poder. Su crítica a la “guerra destructora de los Ejércitos” tenía que ver con su crítica del capitalismo y de la apropiación de la fuerza guerrera de los pueblos para defender las desigualdades sociales, el poder político centralizado en el Estado y la propiedad privada. Sin embargo, esa crítica no le impidió de notar que “la guerra” formateaba todo lo que los hombres vivían porque había un “derecho de la guerra [droit de la guerre]” a establecer los principios que, en un específico momento histórico eran afirmados (y creídos) como *verdades*. La vida de los hombres – a veces amos, a veces esclavos – latería al ritmo de los combates y enfrentamientos sin pacificación y sin destinación final.

La mala recepción de la obra de Proudhon fue seguida de silencio total. Los muchos escritos de Proudhon fueron leídos y comentados en todo mundo desde el siglo XIX. Sin embargo, su “La guerre et la paix” mereció solamente dos reediciones en francés (en 1927 y 1998), nunca siendo traducido íntegramente hacia otro idioma. Lo que planteó Proudhon con su libro escapó de lo que se discutía sobre la guerra y el derecho. El francés estaba casi sólo, pero no totalmente, como indica el interés de Tolstoi y algunos posibles ecos que se podrían notar en el filósofo alemán Friedrich Nietzsche, aunque eso sea tema para alguna especulación que exige investigación y reflexión adensadas (Jourdain, 2006). Sería, quizás, más productivo considerar que la tradición en que se inscribe Proudhon y también Nietzsche es aquella que proviene de pensadores como Heráclito, con sus nociones de *vida* y *política* apartadas de los trascendentes universales y de las dualidades absolutas de la filosofía platónica que, articulados históricamente con la moral cristiana, se consolidaron como la base del pensamiento dicho “Occidental” (Rodrigues, 2010).

Esa tradición de la “vida como batalla” fue retomada por filósofos contemporáneos, influenciados por Nietzsche, como, por ejemplo, el francés Michel Foucault (1926-1984). En su recorrido intelectual, interesado en comprender como cada persona es históricamente constituida como un “sujeto”, o sea, como cada “singularidad somática”, como cada “cuerpo humano” (Foucault, 1998, p. 03) es proveído con una “personalidad”, con un “alma”, con una identidad, Foucault se dedicó a estudiar las varias tecnologías de poder responsables por esa *modelación de las subjetividades*. Comentando su búsqueda por la constitución de los sujetos, Foucault definió las relaciones de poder como relaciones *agónicas* a partir del concepto griego de “agón” que, conforme explican Rabinow y Dreyfus, significa “un

combate físico en que los opositores desarrollan una estrategia de reacción y de injurias mutuas, como si estuvieran en una sección de lucha” (1995, p. 245, traducción mía).

Ese combate, diferentemente del “polemós” – concepto griego para la guerra – no tendría que ver con el “agón”, pues ese no significa el choque entre grandes fuerzas militares organizadas bajo una jerarquía y con propósitos vinculados a racionalidades del poder político centralizado (una polis, un imperio, un Estado Moderno), sino es un enfrentamiento que no necesariamente conduce a la muerte o a la sujeción duradera del “derrotado”. Ese “combate” no sería el momento de máximo y dramático enfrentamiento entre soldados, sino la fricción constante y cotidiana entre distintas voluntades, propósitos, posiciones políticas, intenciones de sujetar y resistencias a tales intenciones. El “agón” está relacionado al concepto de poder – y por extensión, al de política y Estado – que Foucault desarrolló principalmente en sus investigaciones de los años 1970, en cursos en el Collège de France (“Defender la sociedad”, de 1976, y “Seguridad, Territorio, Población”, de 1978), además del primer volumen de su *Historia de la Sexualidad*, también de 1976, nombrado “La voluntad de saber”.

Argumentamos que hay en Foucault una “mirada de la guerra” que revela una *perspectiva agonística* del análisis del poder, del Estado y de la política que se articula a una tradición cuyas procedencias se encuentran en pensadores como Proudhon y Heráclito. Esa tradición, marginada en la historia-política y en el pensamiento filosófico Occidental puede potenciar importantes análisis de las conflictividades contemporáneas, en especial las llamadas “nuevas guerras” (Kaldor, 2001) o, como trataremos adelante, de los “estados de violencia” (Gros, 2009) producidos por los “conflictos trans-territoriales” (Passetti, 2007) que no respetan las lógicas de la espacialidad, tampoco de la legalidad de los Estados. Si eso es fiable, entonces, algunos breves apuntes sobre el agonismo pueden contribuir para el estudio de importantes aspectos de la conflictividad contemporánea. Afirmamos que una *analítica agónica* aplicada a los Estudios Estratégicos y a los estudios de seguridad internacional puede lanzar miradas distintas de las más conocidas perspectivas epistemológicas en esos campos de saber, abriendo interesantes conversaciones.

## LA POLÍTICA COMO GUERRA

En la clase de 7 de enero de 1976 en el Collège de France, Michel Foucault planteó a sus alumnos un análisis del Estado y de la política que contrariaba la tradición contractualista. Pensaba Foucault en filósofos co-

mo Thomas Hobbes para quiénes el Estado es fruto de un pacto entre los hombres que, ansiosos por evitar la muerte violenta y el saqueo de sus bienes, aceptan vivir bajo una autoridad central sumamente más fuerte físicamente. Esa asimetría entre el Estado y todos los súbditos garantizaría una “paz civil” evitando la famosa fórmula hobbesiana de la “guerra de todos contra todos”.

Para iniciar su reflexión, Foucault recurrió no a Hobbes, sino al famoso teórico de la guerra, el general prusiano Carl von Clausewitz, solamente para proponer una inversión de su famoso moto “la guerra es la política continuada por otros medios”.<sup>1</sup> Afirmó Foucault, entonces, que “la política es la continuación de la guerra por otros medios” (2001, p. 29). No interesaba al filósofo francés discutir propiamente a Clausewitz, porque no se trataba de analizar a la lógica de la guerra entre Estados o a los grandes acontecimientos militares (el *polemós*). Lo que le importaba era introducir otra definición de “la política” o “del político” más allá de la concepción contractualista.

La política, para Foucault, era el conjunto heterogéneo de las múltiples y cotidianas relaciones de poder que tienen como propósito instaurar relaciones de gobierno de las “conductas” (Foucault, 1988, p. 20), o sea, producir relaciones de *comando* y *obediencia* en todos los niveles del cuerpo social, desde las relaciones macroscópicas (entabladas por el Estado, trabadas en su medio y por medio de sus instituciones) hasta las incontables, cotidianas y cercanas relaciones de fuerza que suceden en la dimensión de la microfísica del poder. Conforme piensa Foucault (2001), el poder no es un “bien” que uno tenga ante la carencia de otro, sino una fuerza que se ejerce – potenciada por las capacidades de poder (materiales e inmateriales) – de unos sobre otros buscando establecer relaciones de *gobierno*. Así, el propósito del ejercicio del poder sería *conducir conductas*.

No obstante, ese propósito puede enfrentar resistencias, desobediencias, sublevaciones. Siempre es posible resistir a una intención de gobierno. Por eso, para Foucault, el ejercicio del poder no se resume a relaciones de dominación, pues, ante una tentativa de control y conducción, hay siempre la viabilidad de enfrentársela: “donde hay poder hay resistencia” (1998, p. 57). De esa manera, las situaciones en las cuales se ejerce y se resiste al poder podrían ser tomadas, según Foucault, como “situaciones estratégicas” y las relaciones de poder habrían que ser estudiadas a partir de nociones de “táctica, estrategia [y] relaciones de fuerza” (2001, p. 31). De ahí la noción de “agón”, pues “la relación de poder y la rebeldía de la libertad no pueden, pues, separarse” (Foucault, 1988, p. 16). De ese modo, la “política” no sería solamente la “política institucional” (el Estado y su aparato), sino ese conjunto de incontables combates.

Además del *agonismo* cotidiano de las relaciones de poder, el propio campo de la política – o el espacio doméstico delimitado por la soberanía estatal – no podría ser considerado un ambiente de paz. Para Foucault, dentro del Estado, en el espacio de la política,

dentro de esa las luchas políticas, los enfrentamientos con respecto al poder, con el poder, por el poder, las modificaciones de las relaciones de fuerza –acentuaciones de un lado, inversiones, etcétera–, todo eso, en un sistema político, no debería interpretarse sino como las secuelas de la guerra (2001, p. 32).

Cerca de los estudios críticos sobre la formación de los Estados – que se puede encontrar, por ejemplo, en autores de distintas vertientes como Charles Tilly (1992), Benedict Anderson (1991), John Keegan (2002), Philip Bobbitt (2003) – es análisis de Foucault explícita todavía más que una negación del discurso contractualista, pues hoy en día no habría como creer que las alegorías filosóficas de un Thomas Hobbes pudiesen retratar hechos históricos. Lo que está en cuestión para Foucault es la *moral* y la *ontología del Estado*, o sea, la aceptación de que el Estado es una entidad históricamente inevitable (colmo de un proceso teleológico de evolución de las instituciones) y positiva en si misma (como la única posibilidad de mantener “la paz” entre los hombres).

Así, el Estado Moderno de origen europeo fue fundado por la guerra y sostenido desde su consolidación por la guerra. Esa “guerra” ha sido, a la vez, interna (las variadas tácticas – más o menos sutiles – de gobierno de las conductas de los súbditos) y externa (los enfrentamientos entre las fuerzas militares): *polemós* y *agón*, la guerra de los Estados y la “pétite guerre” cotidiana. Ese análisis articulado entre las dos dimensiones es posible desde una mirada que comprenda la *política como guerra*, aceptando que lo que llamamos “paz” es solo la realización de muchas modalidades de relaciones de fuerza. El *agonismo* como perspectiva analítica puede, de ese modo, cambiar el foco sobre lo que entendemos sobre los conflictos y los enfrentamientos en un mundo de fronteras atravesadas por *transterritorialidades*.

### SIN “DENTRO” Y “FUERA”

En las clases finales de su curso de 1976 intitulado “Seguridad, Territorio, Población”, Michel Foucault se dedicó a analizar un asunto muy familiar a los estudiosos de los Estudios Estratégicos y de las Relaciones Internacionales: los Tratados de Westfalia y la formación del sistema de Estados europeo. Interesaba al filósofo comprender la emergencia de una

nueva racionalidad del gobierno – la Razón de Estado – y como ella activaba un conjunto de tecnologías de poder para enfrentar nuevos desafíos para la gestión de poblaciones, territorios y riquezas.

El tema podría ser común a los estudios más tradicionales del derecho internacional o de las Relaciones Internacionales, sin embargo el interés de Foucault – y su noción de poder y política – le llevaron a otra modalidad de análisis. Para Foucault (2006), la “invención de Europa” fue la constitución de un “sistema de seguridad” elaborado por algunos Estados emergentes interesados en afirmar esa nueva racionalidad del poder, a la vez distinta de la medieval y de la memoria del poder político centralizado que resonaba desde la antigüedad imperial romana.

Para Foucault (2006), desde un punto de vista político, la Modernidad europea fue el momento del confronto entre los modelos medievales – basados en la fragmentación político-militar que convivía con la “idea de Imperio” representada por la noción de “comunidad cristiana” reportada al vicario de Roma – y combinación entre las pretensiones políticas de los príncipes interesados en gobernar efectivamente y de las emergentes fuerzas económicas mercantiles interesadas en *producir* y *transitar*. Los Tratados de Westfalia, de ese modo, fueron cristalizaciones de un complejo proceso en que una “nueva economía de las armas” (Foucault, 1998, p. 52) – propiciada por tecnologías nuevas como las armas de fuego – permitió la concentración del poder político, pues las sublevaciones locales pudieron ser militarmente controladas y sujetadas. La Guerra de los 30 Años, concluida por aquellos Tratados, fueron ellas mismas expresiones de esa dinámica que combinó la consolidación de la autoridad de los grandes príncipes (como el rey de Francia) sobre su propio reino y la elaboración de un diseño político para la Europa que emergía.

Esa Europa, afirmó Foucault (2006), se formó en un tenso equilibrio entre unidades políticas que se fijaban en el ejemplo imperial romano – el poder absoluto de César – pero que no admitían ningún Imperador sobre toda Europa. La solución encontraba – la fórmula westfaliana – fue el *equilibrio de poder* entre una aristocracia de grandes Estados equivalentes en tamaño, recursos naturales, población y fuerza militar. Para Foucault, ese equilibrio fue posible porque se organizó un sistema diplomático-militar por lo cual cada unidad política desarrolló, simultáneamente, nuevas estructuras de poderío bélico y de capacidad de diplomática. El componente diplomático del dispositivo comprendió el establecimiento de las misiones permanentes y una inicial “profesionalización” del diplomático. De ese modo, los canales de conversación, representación y negociación – pero también los de información y espionaje – pudieran permanecer abiertos y constantes.

Ese instrumento fue, para el filósofo, importante por dos razones fundamentales: primero, para que cada Estado supiese mínimamente las capacidades de poder y los planes estratégicos de sus equivalentes; en segundo lugar, para que la negociación fuese siempre una opción viable para que los intereses pudiesen ser alcanzados sin la necesidad de recurrir a la guerra. El otro elemento que componía y apoyaba el dispositivo diplomático fue el dispositivo militar. Para Foucault, ese dispositivo militar permanente comportó

[primero] una profesionalización del hombre de guerra, la constitución de una carrera de las armas; segundo, una estructura armada permanente, susceptible de servir de marco a los reclutamientos excepcionales en época de conflicto bélico; tercero, un equipamiento de fortalezas y transportes; y cuarto y último, un saber, una reflexión táctica, tipos de maniobras, planes de ataque y defensa; en suma, toda una reflexión propia y autónoma sobre la cosa militar y las guerras posibles (2006, 352-353).

La guerra articulada por ese emergente Estado fue, de ese modo, parte constitutiva del intento de monopolizar la violencia física organizada, derrotando a las fuerzas locales (milicias, señores feudales, insurgencias religiosas, revueltas campesinas) – en su lado interno – y de equiparar fuerzas con los demás aparatos militares en el ambiente exterior. Así, la guerra pasó a asumir aquello que siglos después sería conocido como la *fórmula clausewitziana*: la guerra como fuerza destructiva manejada por militares bajo control del Estado para ser usada como medio para agotar la capacidad de resistencia de otro Estado oponente de manera que el derrotado se sujetase a la voluntad (autoridad política) del vencedor.

La emergencia de lo que podríamos llamar de la “guerra de la *voluntad de Estado*” fue, entonces, la captura de las fuerzas históricas de la violencia organizada por un aparato centralizado de poder político que buscó convertir milicianos y guerreros (con diferentes perfiles y lealtades) en disciplinados soldados del rey. Esa guerra, antes de ser una energía destructora caótica, fue disciplinada como dispositivo para mantener un “sistema de seguridad” en Europa, un sistema en equilibrio: sea como *fuerza de disuasión* (aplicando el moto del estratega romano Flavius Vegetius “si quieres paz, prepárate para la guerra”), sea cómo *recurso extremo* (“ultima ratio”) para recomponer un equilibrio deshecho por un Estado que decidiera romper el equilibrio para conquistar o agredir a los demás.

Foucault, sin embargo, sumó a la dimensión internacional del dispositivo de seguridad europeo un segundo nivel de análisis: el interno. Para Foucault, la cristalización del Estado – y de una nueva razón gubernamen-

tal, la Razón de Estado – fue posible por la articulación de un dispositivo volcado hacia afuera (el dispositivo diplomático-militar) con otro volcado hacia adentro que denominó “dispositivo de policía”. Para Foucault, entre los siglos XVI y XVIII, “policía” no era la fuerza estatal represiva como la conocemos hoy, sino “el conjunto de los medios a través de los cuales se pueden incrementar las fuerzas del Estado a la vez que se mantiene el buen orden de éste” (Foucault, 2006, p. 357). En tiempos de emergente economía mercantilista, los nacientes Estados europeos buscaron controlar lo máximo posible las fuerzas vivas del reino, organizando, detallando y disciplinando las fuerzas para que la riqueza y “el esplendor del Estado” pudiesen crecer sin que esto desequilibrara el orden político, económico y social. Según Foucault (2006), fue solamente con la crítica fisiócrata-liberal, en fines del siglo XVIII, que doctrinas como la “autorregulación” del mercado prevalecieron contra el intervencionismo estatal. Fue en ese entonces que “policía” se resumió al “pequeño ejército” volcado para mantener el orden interno.

En los límites de ese breve recorrido por las tesis de Foucault, interesa subrayar que su análisis del sistema de Estados – el mismo sistema que se mundializó siguiendo la expansión colonial e imperialista europea – es, sobretudo, un *sistema de seguridad* producido por los Estados para su auto-protección en un ambiente sin autoridad global, “imperial” o superior. Ese sistema, desde sus principios, fue parte de un “nuevo arte de gobernar” que conectaba – con dispositivos articulados – las dimensiones interna y externa del poder político (Rodrigues, 2013).

Recuperando las nociones de poder y política de Foucault expuestas en la sección anterior, es posible notar que esa articulación de los dispositivos indica un análisis que no reproduce los predominantes modos de pensar “el Estado”, “lo político” y “el internacional” en el campo de las Relaciones Internacionales y de los Estudios Estratégicos. Esas áreas de conocimiento, fundadas en una tradición de corte contractualista, establecen una separación rígida entre “lo doméstico” y el “espacio internacional”, considerando el primero como “paz civil” (regida por leyes y protegido por el Estado) y el segundo como “anarquía internacional”.

La lectura foucaultiana, apartada de la idea de que el Estado pacifica una “guerra primordial” o “natural” (el “estado de naturaleza” hobbesiano, por ejemplo), comprende “lo político” como distintas modalidades de enfrentamiento que no tienen origen histórica en un “gran consenso” entre los hombres, sino por victorias y derrotas entre diferentes clanes, grupos económicos, posiciones políticas, sublevados o conservadores en constante pelea. En esa perspectiva, “la guerra” no es solamente el enfrentamiento bélico del “dispositivo militar”, sino un grande y complejo conjunto de



prácticas políticas, tácticas de control, acciones represivas, discursos de legitimación, conformaciones institucionales etc. El espacio para la violencia organizada, para la guerra, es simultáneamente – y de variados modos – *interior, exterior y constitutivo* del Estado.

Esa mirada anti-contractualista llamó la atención de investigadores de las Relaciones Internacionales interesados en entender las dinámicas políticas y conflictivas que emergían en fines del siglo XX. Para ellos, esas dinámicas contrariaban la separación estanque entre “dentro” y “fuera”, entre “paz” y “guerra”, entre “doméstico” e “internacional”. Así, en los años 1980, autores como estadounidense Richard K. Ashley y el británico R.B.J. Walker empezaron a cuestionar las bases epistemológicas y los compromisos políticos de las corrientes preponderantes en el campo de las Relaciones Internacionales: el debate entre neorrealistas y neoliberales (Wæver, 1996). Los dos investigadores indicaron como que las tradiciones liberal y realista, aunque en aparente confrontación, tienen los mismos orígenes epistemológicos y terminan por defender la inevitabilidad del Estado como modelo de organización política, aceptando que la ausencia del Estado significa la “guerra de todos contra todos” y, por consiguiente, identificando la “política” con el “Estado” y, a ambos, como sinónimos de “paz” (Ashley y Walker, 1990).

Richard Ashley (1986), criticando especialmente al neorrealismo, identificó el “estatismo” como su principal fundamento. Para él, los neorrealistas entienden el Estado como “una unidad sin problemas: una entidad cuya existencia, los límites, las propias estructuras, factores constitutivos, la legitimación, intereses y capacidades para la toma de decisiones son tratadas como hechos” (1986, p. 268, traducción mía). En ese sentido, el Estado sería una entidad terminada, sin historia, sin contradicciones ni conflictos internos, dotada de una voluntad autónoma y egoísta (el “interés nacional”) y gobernada por el objetivo de sobrevivir en un sistema “anárquico” (Ashley, 1988). En suma, el “Estado” sería ontológicamente definible siguiendo los mismos términos: entidad política semejante a las demás, dotada de una Razón de Estado interesada siempre en *sobrevivir* y *expandir* en un espacio peligroso que es *ambiente internacional*.

Para Ashley (1986), el concepto neorrealista de Estado es un “compromiso metafísico” que parte de un *a priori* incuestionable – y, por lo tanto, con *status* de dogma – que es el del Estado es una entidad pacificadora que practica eventualmente la guerra con otros Estados en el espacio “anárquico” de las relaciones internacionales. Agregaríamos aquí que esa premisa ontológica no es exclusiva de la tradición realista, pues los liberales – aunque crean en la posibilidad de arreglos institucionales y espacios de cooperación internacional – igualmente comparten con los realistas las mismas

procedencias contractualistas: si no es Hobbes, como hacen los realistas, hay como buscar esa lógica en Kant o en Locke.

La separación ontológica entre “Estado” versus “Internacional” es, también parte de los intereses analíticos de de R.B.J. Walker. En obras como *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*, de 1993, Walker defiende que la dicotómica distinción entre “lo doméstico” (el interior) y el espacio internacional (el exterior) es una invención moderna, en un intento de lidiar con los problemas de gobierno y los intereses políticos que surgieron a finales de la Edad Media europea vinculados al antagonismo permanente entre lo particular y lo universal, entre lo local y lo global.

Según Walker (1993), ese discurso fue exitoso por variadas razones, entre las cuales está la elegancia con la que presuntamente respondía a cuestiones existenciales y políticas como “quiénes somos” o “dónde estamos” pues permitió la producción de identidades políticas ampliada – la pertenencia al Estado y, después, el sentimiento nacional – marcando la separación entre “amigos” y “enemigos”. Para Walker, la imagen de la alteridad (el otro, el ciudadano de otro país, el enemigo, el extranjero) sería esencial para sedimentar la identidad del “yo”, porque éste no se completa sin la identificación de un “otro” que es distinto por la cultura, las tradiciones, el idioma, los valores o la nacionalidad. Así, afirma Walker, “el principio de la soberanía es menos un argumento abstracto que una práctica política excepcionalmente densa” que resolvería “la relaciones entre unidad y diversidad, entre interno y externo, y entre espacio y tiempo” (1993, p. 154, traducción mía).

El espacio exterior y peligroso de la “anarquía internacional” funcionaría como una constante imagen del miedo de la muerte violenta (individual y de la colectividad) que justificaría la existencia del Estado como entidad protectora, una redoma de defensa en contra el “salvaje” mundo exterior. Para Walker, “la violencia que hay [hacia afuera] permite que [exista] la paz y la justicia interna [hacia adentro]” (1993, p. 151, traducción mía). No obstante, para el británico, las categorías de “orden” y “anarquía” no son “naturales”, sino constituidas históricamente en Europa desde fines de la Edad Media. Además, ellos no son polos opuestos, sino elementos co-constitutivos que se refuerzan y amparan: el Estado necesita de la existencia de la amedrentadora “anarquía” para ampliar su legitimidad interna, garantizar la obediencia espontánea de los ciudadanos (que temen los peligros del mundo exterior) y movilizar los recursos militares o de defensa que son, en última instancia, los medios para ejercer la autoridad política.

Walker (1993) incluso provoca a los teóricos internacionalistas de filiación contractualista cuando sostiene que la común expresión “política internacional” es contradictoria en los propios términos de realistas y

liberales, pues si en el espacio que existe entre los Estados hay “anarquía”, y “lo político” es establecido solamente por el Estado, entonces no habría “política” en el ambiente internacional. En suma, si “anarquía” es el opuesto de “política”, no hay “política internacional”. Bajo otros marcos, como el agónico que aquí se plantea, sí se puede hablar de política internacional, pues “lo político” no se confina a su representación estatal, tampoco está preso dentro de las fronteras rígidas del *inside* y del *outside* (Rodríguez, 2014).

De ese modo, la conexión entre *inside* y *outside* en el análisis de Walker es cercana a la noción de *sistema de seguridad* en Foucault, pues conecta los ambientes doméstico e internacional en un *continuum* de seguridad (Bigo, 2010) que, podemos afirmar, es una articulación continuada entre variadas manifestaciones de la “guerra”. Las políticas de seguridad *hacia afuera* y *hacia adentro* se comunican y la práctica gubernamental de los Estados – la intención de conducir conductas – es operada como un dispositivo de seguridad heterogéneo pero coherente. Lo que está en disputa es siempre cómo gobernar, cómo disminuir resistencias al poder constituido, cómo regular los flujos de productos, recursos, ideas que atraviesan los territorios y marcan a las poblaciones. El desafío de gobernar en la aurora de la Edad Moderna pasó, siguiendo las indicaciones de Foucault, por la constitución de dispositivos de seguridad conectados (o a servicio) de una nueva razón gubernamental. Hoy en día, los problemas de gobierno son distintos, y el sistema de seguridad cambia con velocidad.

## LA “GUERRA” Y MÁS ALLÁ DE LA GUERRA

Pensando las transformaciones de la “guerra” desde fines del siglo XX, el filósofo francés Frédéric Gros (2009), también bajo una clave de reflexión foucaultiana, argumentó que el gran embate militar entre Estados – la guerra como fenómeno público regido por tratados y por un derecho consuetudinario – estaba en su agonía. Para el autor, después de la Segunda Guerra Mundial, las modalidades “no-estatales” de guerra crecieron vertiginosamente y en sentido inversamente proporcional a las guerras entre Estados. Los conflictos revolucionarios, las guerras de liberación nacional y las guerra civiles (muchas veces inmiscuidas) de los años 1950, 1960 y 1970 fueron atravesadas por la emergencia de otras formas de conflicto todavía más lejanos de la lógica clausewitziana, como el terrorismo y los múltiples ilegalismos transnacionales con destaque para el narcotráfico.

La reflexión de Gros se inscribió en una amplia literatura surgida en fines de los 1980 y, principalmente, en los 1990, dedicada a pensar las “nuevas” modalidades de guerra. Una de las tesis más debatidas en ese momento

fue planteada por la investigadora británica Mary Kaldor que, justamente, veía la decadencia de la “guerra entre Estados por un fin político definible, es decir, el interés estatal” (2001, p. 15). Las “nuevas guerras” (*new wars*) evocarían, para Kaldor, una nueva racionalidad – basada en lazos de identidad *trans* o *infra* estatales (nacionalidades sujetadas históricamente, grupos religiosos reprimidos) – y una nueva capacidad para movilizar, financiar y realizar la “violencia organizada” distinta de las “antiguas guerras” (*old wars*) clausewitzianas.

Así como Kaldor, Gros nota una racionalidad o lógica específica en los nuevos conflictos, recusándose a definir las aparentemente tan distintas manifestaciones de la violencia desde los 1990 como *barbarismo* o como presuntos retornos al “estado de naturaleza”. La noción de *barbarie* presupondría, para Gros, una creencia previa en la existencia del “contrato social” y en la validez del Estado como entidad mantenedora de la “paz”. Diríamos acá, a partir de lo expuesto anteriormente, que clasificar a las “nuevas conflictividades” de *bárbaras* significaría naturalizar al Estado y a la “guerra controlada por el Estado” como las guerras justas y justificables mientras las otras violencias serían todas criminales o injustas.

Gros afirma que las guerras entre Estados ceden espacio para lo que nombra como “estados de violencia”, entendidos como una “nueva distribución contemporánea de las fuerzas de destrucción” (2009, p. 232) y que han cambiado los “principios básicos de estructuración” (*idem*, p. 229) de la guerra que son: el *tiempo*, el *espacio*, la *legalidad* y la *movilización*. Para Gros, los “estados de violencia” no tienen una temporalidad discernible, pues no se sabe precisamente cuando empiezan y cuando (o si) terminan. Ellos tampoco tienen espacios claramente demarcados para ocurrir, pudiendo manifestarse dentro de Estados, en ciudades, calles, atravesando fronteras o simultáneamente en varias partes del globo. En cuanto a la legalidad, los “estados de violencia” no respetan leyes nacionales, tratados internacionales, compromisos formales o informales de la guerra justa estatal (tanto el *jus ad bellum* – el derecho de ir a la guerra – como el *jus in bello* – los compromisos durante el conflicto). Por fin, sobre la movilización, Gros defiende que las fuerzas armadas regulares encogen aún más como protagonistas de los conflictos abriendo espacio para milicias, grupos privados legales o ilegales, antiguas y nuevas guerrillas, organizaciones terroristas, nuevas unidades élite de las fuerzas armadas de los países centrales, etc.

Las cuatro dimensiones de los “estados de violencia” nos hacen pensar en las guerrillas provenientes de la Guerra Fría y que encontraron nuevas motivaciones (como las FARC en Colombia), en grupos armados privados contratados por empresas y por gobiernos para actuar en una zona gris de la legalidad internacional (como las empresas de tipo *Blackwater*

actuantes en Irak o en Afganistán), en organizaciones del llamado crimen organizado transnacional (como las mafias de todas partes del globo), en los genocidios y violencias dichas “étnicas” en África o Asia, en los enfrentamientos entre milicias, policías y pandillas en metrópolis de América Latina, en el terrorismo llamado “fundamentalista islámico”, con su gran movilidad y descentralización, entre otras situaciones y acontecimientos.

Pensando precisamente sobre la emergencia de ese “terrorismo fundamentalista”, Passetti (2007) propuso activar la noción de “transterritorial” para analizar los grupos, flujos y agentes (privados o públicos, estatales o multilaterales, legales o ilegales) que transitan por las dinámicas vías de la globalización planteando otra referencia para definirse a las circulaciones de cosas, ideas, “amenazas” y personas: no más en el “Estado” o en el “nacional”, sino en el “territorio”. Para Passetti (2007), expresiones consagradas como la de “transnacional” siguen tomando el “nacional” (o el Estado Nacional) como referencia. Sin embargo, los *flujos* de ese momento histórico que el filósofo francés Gilles Deleuze (2006) denominó como “sociedad de control” cruzan las fronteras nacionales estableciendo relaciones de nuevo tipo entre entidades y personas, otras identidades político-sociales, nuevos arreglos institucionales y nuevas conexiones económicas que no prescinden del Estado – tampoco lo superan – pero que lo reconfiguran. Muchas de esas conexiones, espacios y territorialidades locales se conectan directamente sin pasar por la dimensión de la identidad o de la institucionalidad estatal.

En el caso del “terrorismo fundamentalista”, grupos articulados por un discurso común (un conjunto compartido de creencias y métodos de acción) pudo realizar, desde los 1990, una serie de ataques contra blancos occidentales en varias partes del mundo (no solamente en el Occidente). Eses grupos, genéricamente agrupados bajo la designación de “Al Qaeda” no se articularon como tentáculos vinculados a una sola centralidad (como atestó la continuidad de los ataques después de la muerte de “líderes” como Osama Bin Laden). El “fundamentalismo” actúa como un “programa de acción” a ser apropiado y replicado por quienes estén afinados a sus premisas generales (Passetti, 2007). La descentralización y la ausencia de un proyecto nacional, estatal o revolucionario aleja a esa modalidad de terrorismo de otras más tradicionales, como los “terrorismos” de la Organización para Liberación de la Palestina, entre los 1960 y los 1990; o los vascos do ETA, en España, las acciones del Baader Meinhoff alemán, en los 1970, o aún de los montoneros argentinos en el mismo período, entre tantos otros ejemplos.

Si tomamos un fenómeno como el narcotráfico, las diferencias son aún más grandes con las violencias que tiene al Estado como referencia, pues

es una actividad económica ilegal, con conexiones locales, transfronterizas e intercontinentales que moviliza fuerzas estatales en su combate (policiales y militares), pero que no plantea cambios políticos, banderas ideológicas o tomas del Estado. Aunque accione políticas de seguridad, la llamada “guerra contra las drogas” tiene simultáneamente características internacionales – las articulaciones entre fuerzas armadas, la cooperación en inteligencia – y locales (las iniciativas represivas locales, los combates y ocupaciones de *favelas* etc.). Por su turno, la propia actividad del narcotráfico conecta regiones muy distintas del globo (plantaciones ilegales, laboratorios ocultos, favelas controladas, rutas marítimas y aéreas, control de barrios y calles en centros consumidores) de modo descentralizado pero articulado (Rodrigues, 2015). En el camino, esa “guerra” impulsa muchas situaciones de violencia sin espacialidad fija, sin temporalidad definida, sin combatientes claramente identificados y con marcos legales que no acompañan a la velocidad de esa economía, tampoco las reales estrategias de enfrentamiento de los Estados.

Los “estados de violencia”, por lo tanto, son modalidades transterritoriales de conflicto que no abolen la “guerra entre Estados”, pero agregan dimensiones y vectores distintos de la “lógica clausewitziana”. Esas conflictividades conectan espacios o ambientes que no respetan claramente a la cisión entre “dentro” y “fuera”, “nacional” y “internacional”. El resultado es una creciente indistinción entre estos ambientes que se refleja en las redefiniciones de los roles de las fuerzas armadas y las policías que lleva a un proceso global de “policialización de los militares” acompañado de la “militarización de las policías” (Balko, 2011; Graham, 2010; Saint-Pierre, 2015). Permitirse pensar en ese campo de la “transterritorialidad” y de los “estados de violencia” es abrirse para comprender una historia de las conflictividades en el presente, abandonando rígidos conceptos ontológicos sobre el “Estado”, la “política”, la “guerra” y la “paz”.

## UN ANÁLISIS NÓMADE

Escrito poco antes del fallecimiento de Michel Foucault, el texto “El sujeto y el poder” es una afirmación de sus caminos como investigador. Luego en el comienzo, Foucault afirma que su intención nunca fue crear una “teoría del poder”, sino “crear una historia de los diferentes modos de subjetivación del ser humano en nuestra cultura” (1988, p. 03, traducción mía). Al filósofo francés le interesaba comprender cómo nosotros nos tornamos *nosotros*, admitiendo que no hay una “naturaleza humana”, sino múltiples e históricamente constituidos procesos de producción de lo que pensamos, sentimos, evaluamos, creemos. Foucault, en sus investigaciones,

notó que muchas técnicas y prácticas fueron utilizadas a lo largo de la historia para promover esa “producción del sujeto”, siendo aplicadas sobre los cuerpos y subjetividades como relaciones de fuerza o ejercicios del poder.

Por eso, Foucault sintió la necesidad de desarrollar otro modo de analizar al poder fuera de la tradición de la filosofía política contractualista que lo entendía como fuerza meramente represiva y accionada solamente desde una centralidad jerárquicamente superiora. De ese modo, Foucault se acercó de una definición de poder como “situación estratégica”, práctica de combate, enfrentamiento y lucha. Esa perspectiva fue importante no sólo para ofrecer conceptos válidos para comprender como las subjetividades eran constituidas cotidianamente en un sin-número de lugares (la familia, la fábrica, el hospital, la escuela, la caserna etc.), sino también, para evitar una conclusión fatalista sobre ese proceso, pues comprender el poder como una energía solamente represiva impide pensar las posibilidades de sublevación, revuelta, cambio, insurrección. Saber que no tenemos un “alma universal”, o una ontología fija de nuestra “naturaleza”, abre la posibilidad de reivindicar una “estilística de si” (Foucault, 1998), es decir, una voluntad de intervenir sobre uno mismo, planteando un estilo de vida propio.

Aunque no haya pensado el poder como “teoría” – o quizás por esa misma razón – las sugerencias metodológicas y conceptuales de Foucault permiten pensar lo propio al campo de las ciencias políticas, de las Relaciones Internacionales y de los Estudios Estratégicos desde una perspectiva alijada de las premisas que son tomadas como *a priori*, impidiendo una reflexión crítica sobre lo que parece natural, listo y universal. Esa parálisis del pensamiento no permite que se avance en la comprensión de la “violencia organizada” hoy en día: llamémosla con todas las letras de “guerra”, libertando esa palabra de sus *cadena modernas*, o sea, de su exclusividad clausewitziana. La violencia entre los pueblos y dentro mismo de los espacios de sociabilidad es un hecho propio a la existencia humana, asumiendo incontables formas en tiempos y lugares distintos son formas distintas de “guerra”.

Liberarse de la exclusividad estatal de la guerra, sin embargo, no significa ingenuamente descartar al Estado como agente – seguramente aún el más fuerte e importante – de la “violencia organizada”. No obstante, el propio Estado cambia sus tácticas y la configuración de sus fuerzas, asumiendo la dimensión transterritorial de los conflictos contemporáneos. Comprender lo que hacen los Estados, cómo mesclan capacidades de poder antes formalmente separadas entre diferentes cuerpos armados y cómo incorporan empresas privadas y nuevas tecnologías de control exige no *absolutizarlo*, tampoco tomar a los autores, como Clausewitz, como enunciadore de verdades universales, desconsiderando que su genio tiene que ver con lo que pudieron pensar en el tiempo en que vivieron. Los mismos análisis de



Foucault son pasibles de problematización cuando se piensa la configuración de dispositivos de seguridad más allá de la referencia estatal, pues los dispositivos diplomático-militares todavía tienen el Estado como objeto, y mucho de los conflictos de hoy traspasan *transterritorialmente* las fronteras nacionales (Passetti, 2011; Rodrigues, 2013).

De todo modo, es necesario un análisis que acepte la necesidad de no cristalizar posiciones o conceptos. Si los problemas de gobierno cambian, como pensaba Foucault, hay que acompañar estos cambios para comprender nuevas configuraciones y nuevos medios de practicar la guerra. De igual modo, las fuerzas sociales no son harmónicamente dominadas por el Estado. Hay siempre fuerzas resistentes, contestadoras, planteando nuevas configuraciones (revolucionarias, reformistas, reaccionarias o conservadoras). La política como guerra es una política viva. La perspectiva agónica como mirada analítica es móvil, nómada y se presenta contra las teorías sedentarias en sus ontologías rígidas. Pensar exige movimiento, pues los acontecimientos vibran.

En los años 1970, cuando empezó a desarrollar su analítica del poder, Foucault afirmó que en el pensamiento político aún no se había “guillotinado al rey”. Dijo eso porque le parecía que el concepto de poder solamente se reportaba al poder central, al Estado, a una fuente única del poder. Ese pensamiento es aquel formateado en fines de la Edad Media precisamente por los interesados en afirmar una nueva “razón gubernamental” basada en la idea de soberanía absoluta. En aquel momento histórico, la “guerra” fue apropiada como medio para que ese poder político centralizado pudiese nacer y afirmarse *hacia adentro* y pudiese resistir, equilibrar o eventualmente agredir *hacia afuera*. La teoría política y, por extensión las corrientes teóricas más tradicionales en las Relaciones Internacionales y en los Estudios Estratégicos, son pensamientos “coronados” por su proximidad con el “rey” (con el “Estado”) y por su asociación epistemológica con la lógica de la Razón de Estado.

No es coincidencia, por lo tanto, que una tradición agonística haya sido desbloqueada en el siglo XIX por un pensador como Proudhon, interesado que era en exponer al Estado como estructura política histórica posible de ser superada no por la “anarquía” en sentido hobbesiano, pero por la “anarquía” como él propio la definía: “la más grande expresión del orden”. Pensaba Proudhon en otra forma de política (la federativa) y en otra forma de economía (la mutualista), y en la viabilidad de un orden sin Estado. Foucault, un siglo después, y con otros intereses políticos, se interesó por mostrar que la vida política es dinámica y que ninguna sujeción es eterna. Los tiempos y los problemas éticos y políticos impulsan cambios en los modos de pensar y actuar. Comprender es moverse como nómada. Así, el



*agonismo* como perspectiva analítica es una invitación para descentralizar los referenciales que nos parecen claros, evidentes, sólidos; afirmando una posición de combate potente para comprender – desde el tema de los conflictos – las inconstancias y velocidades de la vida política contemporánea.

## REFERENCIAS

ANDERSON, B. *Imagined Communities*. London/New York: Verso, 1991.

ASHLEY, R. K. The Poverty of Neorealism. In: KEOHANE, R. O. (Ed.). *Neorealism and its Critics*. New York: Columbia University Press, 1986, p. 120-186.

ASHLEY, R. K. Untying the Sovereign State: a double reading of the Anarchy Problematique. *Millennium*, v. 17, n. 2, p. 55-73, 1988.

ASHLEY, R. K.; WALKER, R. B. J. Speaking the language of exile: dissent though in International Studies. *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 3, p. 02-09, sep. 1990.

BALKO, R. *The rise of the warrior cop: the militarization of America's police forces*. New York: Public Affairs, 2013.

BIGO, D. Guerras, conflitos, o transnacional e o território. In: MILANI, C. R. S. (Ed.). *Relações Internacionais: perspectivas francesas*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 65-84.

BOBBITT, P. *A guerra e a paz na História Moderna*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CLAUSEWITZ, C. von. *On War*. Traducción y notas Michael Howard y Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1976.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre las sociedades de control. *Revista Polis*, n. 13, Disponible en: <<https://polis.revues.org/5509>>.

FOUCAULT, M. El sujeto y el poder. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 15, n. 3, jul./sept. 1988.

\_\_\_\_\_. *Historia de la sexualidad*. Vol. 1 – La voluntad de saber. Madrid: Siglo XXI Editores, 1998.

\_\_\_\_\_. *Defender la sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

\_\_\_\_\_. *Seguridad, territorio, población*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

GRAHAM, S. *Cities under siege: the new military urbanism*. London/New York: Verso, 2010.

GROS, F. *Estados de violência: ensaio sobre o fim da guerra*. Aparecida: Ideias & Letras, 2009.

JOURDAIN, É. *Proudhon, Dieu et la guerre*. Paris: L'Harmattann, 2006.

KEEGAN, J. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

PASSETTI, E. Terrorismos. In: PASSETTI, E. *Anarquismo urgente*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

\_\_\_\_\_. Ecopolítica: procedências e emergência. In: CASTELO BRANCO, G.; VEIGA-NETO, A. (Ed.). *Foucault: filosofia & política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PRICHARD, A. *Justice, Order and Anarchy: the international political theory of Pierre-Joseph Proudhon*. New York: Routledge, 2013.

PROUDHON, P.-J. De la guerra a la paz. In: PROUDHON, P.-J. *Apuntes autobiográficos*. Textos escogidos y ordenados por Bernard Voyenne. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 213-227.

\_\_\_\_\_. *La guerre et la paix*. Tome I. Antony: Édition Tops/H. Trinquier, 1998.

RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

RODRIGUES, T. *Guerra e política nas relações internacionais*. São Paulo: Educ., 2010.

\_\_\_\_\_. Ecopolítica e segurança: a emergência do dispositivo diplomático-policial. *Ecopolítica*, n. 5, p. 117-158, 2013.

\_\_\_\_\_. Agonismo y genealogía: hacia una analítica de las Relaciones Internacionales. *Relaciones Internacionales*, n. 24, p. 89-107, 2014.

\_\_\_\_\_. Drug trafficking and security in contemporary Brazil. In: RYAN, G. (Ed.). *World politics of security*. Rio de Janeiro: CEBRI/FKA, 2015, p. 235-249.

Saint-Pierre, H. Breve Reflexión sobre el empleo de las Fuerzas Armadas. *Voces en el Fénix*, n. 48, p. 14-21, 2015. Disponible en: <<https://unesp.academia.edu/H%C3%A9ctorLuisSaintPierre>>.

TILLY, C. *Coerción, capital y los Estados Europeos (990-1900)*. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

TOLSTOY, L. *War and Peace*. Traducción de Anthony Briggs. London: Penguin,

WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory*. Cambridge: Cambridge, 1993.

## NOTA

1. Foucault no cita a Clausewitz literalmente, sino menciona la formulación en su presentación más popular o informal. El trecho de Clausewitz, en la consagrada traducción inglesa de Michael Howard y Peter Paret, es: “war is not merely an act of policy but a true political Instrument, a continuation of political intercourse, carried on with other means” (Clausewitz, 1976, p. 87).

POLÍTICA Y GUERRA: APUNTES PARA UNA ANALÍTICA AGÓNICA  
DE LOS ESTUDIOS ESTRATÉGICOS

RESUMEN

El artículo presenta el análisis agónico como una contribución para la investigación de los “nuevos conflictos” en la política global. Activando una tradición distinta de la prevalente teorías contractualistas, esa reflexión invoca autores como Pierre-Joseph Proudhon y Michel Foucault para introducir una nueva perspectiva para el análisis de la guerra contemporánea.

Palabras-clave: Agonismo; Estudios Estratégicos; Conflictos Contemporáneos; Poder.

ABSTRACT

This article intends to present the agonistic analysis as a contribution to the research on the “new conflicts” in global politics. By activating a tradition different from the prevalent contractualist theory, this reflection evokes authors such as Pierre-Joseph Proudhon and Michel Foucault in order to address a new perspective for the analysis of contemporary warfare.

Key-words: Agonism; Strategic Studies; Contemporary Conflicts; Power.



# Rompendo o Paradigma Estratégico-Realista: por uma Perspectiva Epistemológica Eclética dos Estudos de Defesa

## Breaking the Strategic-Realist Paradigm: for an Eclectic Epistemological Perspective of Defense Studies

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, n° 2, jul./dez. 2015, p. 173-195  
ISSN 2358-3932

---

**GILBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA**

### INTRODUÇÃO

Subjacente à questão sobre “como a defesa deve ser estudada”, colocada em debate nesta edição especial da RBED, encontra-se um importante “problema de demarcação”:<sup>1</sup> dentro de uma emergente área de estudos de defesa, que se propõe afirmar como conhecimento científico, que critérios permitem demarcar a fronteira entre uma ciência da defesa e uma doutrina da defesa? Mais importante ainda: considerando o que fica dentro dos limites científicos da defesa, como os pesquisadores devem conhecer o seu objeto de estudo? No atual contexto acadêmico brasileiro, onde se observa a emergência de programas de graduação e pós-graduação dedicados ao estudo da defesa, acompanhado de um movimento em prol da institucionalização da defesa como área de pesquisa científica, essas questões epistemológicas adquirem especial relevância.

A preocupação científica com o estudo da guerra – e com os seus desdobramentos no domínio da defesa nacional e da segurança internacional – não é particularmente nova. A estratégia, com o seu foco conceptual centrado na relação entre guerra e política, procurou articular-se como conhecimento científico, principalmente a partir da influência marcante da teoria da guerra de Clausewitz e da sua crescente familiarização com os métodos científicos (positivismo, quantificação, teoria dos jogos) ainda no decorrer da primeira metade do século XX. Nas décadas seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial, dentro de um quadro fortemente condicio-

---

Gilberto Carvalho Oliveira – Doutor em Relações Internacionais (Universidade de Coimbra) e professor de Relações Internacionais (UFRJ). E-mail: gilbertooliv@gmail.com.

nado pelas dinâmicas políticas próprias da Guerra Fria, pelo imperativo tecnológico nuclear e pela institucionalização da estratégia como agenda de investigação “legítima” no estudo da segurança internacional, principalmente nos Estados Unidos, os estudos estratégicos e a abordagem realista das Relações Internacionais encontraram as condições propícias para uma aproximação. Com o campo disciplinar das Relações Internacionais mergulhado no seu “segundo grande debate” – onde a disputa “tradicionalismo-cientificismo” substituía a disputa “realismo-idealismo” que marcara o nascimento da disciplina –, as afinidades entre a estratégia e o realismo, até então limitadas a uma convergência conceptual em torno de noções basilares como as de sobrevivência, poder e interesse nacional,<sup>2</sup> passavam a ser marcadas, também, por uma convergência acadêmico-científica-institucional (BUZAN e HANSEN, 2009, p. 66-100).

Com essa aliança estabelecida ao longo da Guerra Fria, consolida-se no domínio das Relações Internacionais uma perspectiva racionalista/neopositivista<sup>3</sup> da segurança internacional, que se pode rotular de “paradigma estratégico-realista” (OLIVEIRA, 2015a, 2015b), contra o qual passam a se posicionar as abordagens constitutivas/pós-positivistas (orientadas por um viés construtivista social e compostas por uma variedade de teorias sociais como a teoria crítica, o pós-estruturalismo, o feminismo, etc.). Perante a incapacidade dos estrategistas e realistas de anteverem o fim da Guerra Fria e de explicarem o seu desfecho pacífico, apesar de todo o aparato explanatório neopositivista desenvolvido para produzir generalizações e previsões sobre as interações estratégicas entre as duas superpotências, as abordagens constitutivas/pós-positivistas emergem com o claro objetivo de desafiar a epistemologia causal que está na base do paradigma estratégico-realista (FIERKE, 2005, p. 13). Assumindo a dificuldade de conhecer a política internacional em sua materialidade e de explicar a relação entre guerra e política através da identificação de relações causais objetivamente observáveis e generalizáveis (tal como prevalece no paradigma estratégico-realista), as abordagens constitutivas/pós-positivistas passam a defender novas lentes para a compreensão e o estudo das questões de segurança. Conforme argumentam Krause e Williams (1997, p. 49-50), esse movimento produz um salto epistemológico para além do objetivismo e do racionalismo predominantes nos estudos estratégicos e no realismo, a fim de alcançar um modo mais reflexivo e interpretativo de análise que amplie o foco dos estudos de segurança para além das preocupações com as capacidades militares e as interações estratégicas dos Estados. Através desse salto, todo o arcabouço de ideias, instituições e instrumentos de violência centrado no Estado, no conceito de soberania e nas noções de segurança, defesa e interesse nacional passa a ser “desnaturalizado” e questionado em

suas pretensões de universalidade. Dentro desse quadro, a problemática da segurança amplia-se, passando a ser vista como resultado de práticas sociais historicamente situadas e a ser equacionada através de um leque de novas preocupações: a construção social de identidades e suas conexões com as comunidades e a cultura; o papel das ideias, normas e valores na constituição do que precisa ser defendido e colocado em segurança; a ampliação das percepções sobre o que são as ameaças de segurança; a compreensão sobre o processo discursivo de construção dessas ameaças; a possibilidade de transformação das práticas e concepções de segurança através da reflexão crítica; a compreensão sobre as questões de gênero envolvidas nas relações sociais que moldam as práticas de segurança; as marginalizações, invisibilidades e silenciamentos produzidos pelos discursos e práticas da segurança; etc. A partir desse movimento de expansão, consolida-se no domínio disciplinar das Relações Internacionais o subcampo dos “estudos de segurança internacional”, que passa a ser visto como um grande rótulo guarda-chuva, como um grande título organizador que engloba não só as abordagens constitutivas/pós-positivistas, geralmente abrigadas sob o subtítulo de “estudos críticos de segurança”, mas também a tradicional abordagem do paradigma estratégico-realista, que passa a ser vista como uma entre tantas outras abordagens que tentam disputar espaço na compreensão da segurança internacional.

Perante esse panorama, o ponto crucial a notar para os propósitos deste artigo é que, apesar da expansão do quadro de referência dos estudos de segurança internacional, o paradigma estratégico-realista – com a epistemologia causal que determina a sua orientação racionalista/neopositivista – continua a ser a perspectiva dominante, a partir da qual as questões de segurança e defesa são examinadas. Se isto é um fato evidente no contexto acadêmico norte-americano, onde predomina uma rígida concepção neopositivista sobre o significado de se produzir teoria, e um pouco menos óbvio no contexto acadêmico europeu, onde se observa uma epistemologia reflexiva mais suave sobre a produção teórica (WÆVER, 1998), é possível notar no contexto brasileiro, entre os acadêmicos que assumem explicitamente um compromisso com o estudo científico da defesa, o predomínio da orientação racionalista/neopositivista típica do paradigma estratégico-realista. Uma ilustração emblemática dessa perspectiva pode ser observada no texto de Proença Jr. e Duarte (2007), intitulado *Os estudos estratégicos como base reflexiva da defesa nacional*, onde os autores condicionam a produção de conhecimento científico na área da defesa à sua conexão necessária com o legado dos estudos estratégicos, sobretudo com a teoria da guerra de Clausewitz.<sup>4</sup>

O argumento central deste artigo é que, embora o paradigma estratégico-realista ofereça uma via plausível para orientar as pretensões de



cientificidade dos estudos de defesa, essa via oferece uma perspectiva epistemológica unidimensional – que reproduz o mito da superioridade racionalista/neopositivista da ciência – sem considerar alguns desenvolvimentos epistemológicos alternativos importantes ocorridos na filosofia da ciência. Desse modo, procurando ir além do paradigma estratégico-realista dominante, este artigo pretende explorar uma base epistemológica mais diversificada que seja compatível com o estudo da complexidade e da variedade dos fatores e questões que influenciam o processo de construção social da agenda de defesa no Brasil e no mundo. Para atingir esse propósito, o artigo segue organizado em quatro seções. A primeira seção expande o exame do que foi anteriormente chamado de “problema de demarcação”, procurando desfazer algumas confusões verificadas no debate “cientificamente mal informado”, em geral guiado por visões do senso comum ou por interesses instrumentais, que tende a ver a defesa de um ponto de vista fixo e unificado e a ancorar o “problema da demarcação” nas doutrinas e documentos orientadores das burocracias de defesa do Estado. A seção seguinte procura examinar de que forma o *mainstream* acadêmico brasileiro dedicado às questões de defesa tenta distanciar-se desse senso comum, justificando a base científica dos estudos de defesa a partir dos estudos estratégicos. Reconhecendo que esse é um caminho legítimo, mas reconhecendo ao mesmo tempo que existem outras vias para o conhecimento científico, a última seção busca no trabalho de Patrick Jackson (2011), centrado na filosofia da ciência, uma base epistemológica mais diversificada para justificar o estudo científico da defesa. Concluindo, discutem-se os aspectos examinados no artigo e avalia-se até que ponto uma epistemologia pluralista constitui uma proposta consistente para os estudos de defesa.

### A “COMUNIDADE DE DEFESA” E O “PROBLEMA DA DEMARCAÇÃO”

Ao examinar o nascimento e a consolidação das Relações Internacionais no Brasil, Lima (2015) observa que esse processo foi fortemente marcado pela tutela do Estado e pelo esforço de treinar profissionais tecnicamente qualificados para atuar no projeto estatal de inserção internacional do Brasil; desse modo, em vez da promoção da pesquisa científica, o início da institucionalização da disciplina na década de 1970 teve o objetivo maior de “produzir técnicos” capazes de ajudar as burocracias do estado na interface interna-externa na era do “Brasil Potência”. Essa certidão de nascimento tem, segundo a autora, consequências que perduram até hoje. Uma delas é que a disciplina continua autocentrada, dedicada primordialmente à inserção internacional do Brasil, e pouco dedicada à teorização do internacional propriamente dito. Outra consequência é que o campo das Relações

Internacionais (RI) se constituiu em torno de uma “comunidade de RI”, onde o esforço acadêmico independente, dedicado à pesquisa e à teorização, convive lado a lado com militares, diplomatas, jornalistas e alguns políticos que também se integram a essa “comunidade”, partindo da assunção de que o conhecimento empírico relevante não depende necessariamente de teoria; em consequência, observa Lima, “ideias do senso-comum estruturadas sob uma forma acadêmica” passam a disputar espaço com a produção científica na área (LIMA, 2015, p. 107-145).

É interessante notar, transferindo o foco para a nascente área de estudos de defesa, que algumas dinâmicas semelhantes se repetem. Existe uma “comunidade de defesa” que vai além do âmbito acadêmico-científico propriamente dito e coloca, ao lado de pesquisadores, um grupo de militares, diplomatas, jornalistas e políticos que, com base na sua experiência e conhecimento especializado sobre a operação das burocracias do Estado, produzem uma reflexão centrada nas questões pragmáticas e instrumentais da defesa, em detrimento das preocupações teóricas ou de uma reflexão alternativa que saia do círculo vicioso em torno do projeto estatal de inserção internacional do Brasil. Os ciclos de debates orquestrados pelo Ministério da Defesa em 2003, que resultaram nos volumes que compõem a publicação *Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança* (PINTO et al., 2004), ilustram claramente essa composição diversificada da “comunidade de defesa” e mostram que o seu foco central de preocupações se dirige mais às questões instrumentais da inserção internacional do país do que às questões de teorização da defesa. Desse modo, ainda que as iniciativas de debate no seio dessa “comunidade de defesa” sejam louváveis do ponto de vista político, sob o argumento de que elas favorecem a troca democrática de ideias, isto não muda o fato de que interessa às burocracias da defesa, em última análise, atrair o setor acadêmico para compor o esforço estatal de inserção internacional na área de defesa, para não falar aqui de interesses ainda mais específicos das corporações militares que levam a uma aproximação seletiva ao meio acadêmico com base no que interessa/não interessa para as forças armadas (NETO, 2014, p. 216). Se isto não parece problemático do ponto de vista político, o mesmo não pode ser dito quando se pensa na defesa do ponto de vista da produção de conhecimento teórico-científico.

Sobre essa fronteira entre o político-institucional e o científico na produção de conhecimento sobre a defesa, é importante desfazer algumas confusões verificadas no debate, em geral guiado por visões do senso comum ou por interesses instrumentais, que eventualmente prolifera no âmbito da “comunidade de defesa”. Antes de tudo, é crucial compreender que uma coisa é a defesa enquanto instituição política burocrática, outra coisa

é a defesa enquanto campo de conhecimento, enquanto área disciplinar, enquanto agenda de pesquisa científica. Essas duas instâncias nutrem-se uma da outra, mas não se confundem e nem se correspondem univocamente. Se do lado político-institucional, a defesa tem o seu foco centrado nas estruturas, na capacitação e no estabelecimento de doutrinas que permitam a padronização de conhecimentos e a aplicação racionalizada do instrumento militar – e não há nada de errado nisto se considerarmos as suas características funcionais e os seus propósitos político-burocráticos –, de outro lado, é preciso compreender que a defesa enquanto área de estudos não se condiciona pelo pensamento e pelas práticas especializadas próprias desse campo institucional. A produção de conhecimento científico deve ser absolutamente independente e o campo disciplinar da defesa não nasce por imposições ou orientações doutrinárias emanadas da esfera político-institucional.<sup>5</sup>

Da perspectiva da produção de conhecimento, portanto, “o problema da demarcação” (o que fica dentro e o que fica fora do conhecimento científico sobre a defesa) não se resolve com base nas doutrinas, nos dicionários ou nos documentos e políticas públicas da defesa, mas se resolve no âmbito das dinâmicas próprias da investigação acadêmica, das agendas dos pesquisadores envolvidos na produção de conhecimento científico sobre o tema, na produção de teorias que tentam descrever, explicar ou criticar as práticas político-institucionais da defesa, admitindo-se, inclusive, a proposição de conceitos e teorias que rompem radicalmente com o que é doutrinariamente definido por defesa. Por exemplo, nada impede que um pesquisador estude a defesa por civis e o transarmamento<sup>6</sup> ou investigue o modelo pacifista adotado pela Costa Rica (onde as forças armadas foram abolidas há mais de 50 anos), enquadrando essas agendas dentro do rótulo de estudos de defesa. Nada impede, igualmente, que um pesquisador examine os níveis de violência armada produzidos pela criminalidade urbana e a percepção dessa ameaça pela sociedade, a fim de analisar as implicações dessas dinâmicas internas na construção social da agenda da defesa. Ainda que do ponto vista especializado das chamadas “ciências militares” e dos documentos orientadores das burocracias de defesa (política, estratégia e doutrina), essas agendas alternativas possam parecer conceptualmente questionáveis, isto não significa que elas não constituam objetos de pesquisa legítimos e não possam ser consistentemente elaboradas do ponto de vista teórico na agenda dos estudos de defesa.

Uma segunda confusão a ser desfeita é a ideia de que a expansão da agenda de segurança e defesa tem uma origem exclusiva na área acadêmica, introduzindo no debate sobre o tema inconsistências conceptuais produzidas por “não especialistas”. É importante perceber que essa expansão

conceptual (através da inclusão de questões ligadas à criminalidade urbana, ao meio ambiente, às atividades cibernéticas, às epidemias, às migrações, ao subdesenvolvimento, aos direitos humanos ou às operações de paz, por exemplo) nasce de securitizações ocorridas na esfera política, aceitas não só pela sociedade (que percebe essas ameaças como mais prioritárias do que as tradicionais ameaças militares externas), mas também pelas próprias burocracias de defesa que, por uma série de fatores como a disputa por orçamentos públicos, busca de reconhecimento social, prestígio internacional, oportunidades de emprego da força em situações reais, remunerações adicionais para os militares, etc., acabam legitimando e reforçando os movimentos de securitização que expandem as fronteiras da defesa para além da sua dimensão convencional. O que os pesquisadores fazem, perante esse quadro, é observar ou interpretar essas dinâmicas, que são próprias do mundo político, testando teorias explanatórias ou construindo teorias críticas ou modelos de análise, muito antes que as burocracias de defesa, geralmente conservadoras e presas ao *status quo*, reconheçam e introduzam essas mudanças conceituais em suas doutrinas.

A principal consequência dessa falta de demarcação entre o científico e o político/doutrinário dentro dessa “comunidade de defesa” é a geração de um déficit na teorização em favor de um excedente de relatos descritivos, comentários, opiniões valorativas, análises de conjuntura, resenhas políticas, panfletos de justificação dos interesses das burocracias de defesa que, embora estruturados sob a forma de artigos acadêmicos, não revelam qualquer preocupação teórica e, muito menos, algum tipo de conhecimento ou interesse pelas questões epistemológicas e metodológicas envolvidas no estudo científico do tema, dentro do grau de profundidade necessário.

### O PARADIGMA ESTRATÉGICO-REALISTA COMO BASE CIENTÍFICA DOS ESTUDOS DE DEFESA

Alguns acadêmicos brasileiros têm-se dedicado, há algum tempo, a distanciar-se do senso comum e dos limites doutrinários e a buscar uma resposta científica para esse “problema de demarcação” no estudo das questões de defesa,<sup>7</sup> adotando como critério de cientificidade os estudos estratégicos. No “Guia de Estudos Estratégicos”, que resulta da colaboração entre a Escola de Guerra Naval (EGN) e o Grupo de Estudos Estratégicos da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEE-COPPE/UFRJ), seus autores salientam, na introdução, “que o texto foi produzido com total liberdade acadêmica, não devendo ser visto como doutrina ou qualquer manifestação oficial do pensamento da Marinha do Brasil” (PROENÇA JR.,

DINIZ e RAZA, 1999, p. 14). Se esse guia demonstra o esforço dos autores para apresentar a estratégia como uma base científica para a análise das questões da guerra e da defesa, distanciando-se, desse modo, dos aspectos doutrinários associados a esses temas, os seus esforços subsequentes dão sinais ainda mais claros e contundentes de como essa conexão entre a estratégia e a defesa (algumas vezes amparada num terceiro pilar derivado das teorias realistas das Relações Internacionais) deve ser reforçada como uma via consistente para demarcar a fronteira entre o que pode e não pode ser considerado conhecimento científico nos estudos da guerra e da defesa (RAZA, 2000, 2004; PROENÇA JR., 2004; PROENÇA JR. e DUARTE, 2007; DINIZ, 2010).

Nesse esforço de buscar uma fundação científica para os estudos de defesa dentro dos estudos estratégicos – ou dentro do que chamamos anteriormente de paradigma estratégico-realista – três aspectos são particularmente relevantes para os efeitos deste artigo. Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que esse movimento implica em trazer para os estudos de defesa a epistemologia causal que está na base do paradigma estratégico-realista, juntamente com o seu aparato metodológico racionalista/neopositivista (quantificação, análises estatísticas, teoria dos jogos, modelos formais, escolha racional, etc.). O paradigma estratégico-realista parte da perspectiva científica dominante, derivada das ciências da natureza, sobre a forma como o pesquisador deve se posicionar para conhecer o seu objeto de estudo: observar objetivamente a realidade, a fim de identificar relações de causa e efeito, com base em evidências empíricas, que possam levar a uma lei, a um modelo, a uma generalização que, por sua vez, possibilite uma previsão. Em última análise, é isto que o paradigma estratégico-realista procura, do ponto de vista da produção de conhecimento científico: estabelecer generalizações sobre a forma como o poder militar se converte em poder político, a partir da observação de relações de causa-efeito, evidentes e necessárias, comprovadas através de hipóteses empiricamente testadas, que permitam prever o comportamento dos atores em suas interações estratégicas. Seguindo a tradição filosófico-científica de Popper, esse é um movimento permanente, que se sucede indefinidamente, até que uma dada presunção de verdade seja enfim “falsificada”. Dessa perspectiva epistemológica, não existem verdades definitivas na ciência, existem verdades provisórias que ainda não foram comprovadas como falsas. Alguns textos-chave que propõem a articulação entre estudos de estratégia e estudos de defesa, embora sem usar necessariamente os termos aqui empregados, reproduzem claramente essa lógica neopositivista popperiana como a base do conhecimento cientificamente válido (PROENÇA JR. et al., 1999, p. 27-30; PROENÇA JR., 2004, p. 94-99). Ao trazer essa perspectiva para os

estudos de defesa, isto significa, portanto, que a resposta à questão “como a defesa deve ser estudada” tenha que ser respondida, do ponto de vista epistemológico, da seguinte forma: através da observação objetiva da realidade, buscando formular e testar hipóteses que permitam “comprovar” ou “falsificar” as reivindicações gerais de verdade, através da confrontação com as evidências empíricas.

Em segundo lugar, é crucial perceber que essa presunção de cientificidade não se transfere de forma automática e nem se justifica ao nível meramente retórico. A proposição “a estratégia é um conhecimento científico, logo o estudo da defesa também se torna científico se usar a estratégia como base” é falaciosa se as implicações epistemológicas e metodológicas aí envolvidas não forem levadas a sério. Para tornar essa proposição consistente, é preciso que os estudos de defesa formulem novas hipóteses ou derivem hipóteses a partir do arcabouço teórico que compõe o paradigma estratégico-realista (teoria da guerra, teoria da balança de poder, teoria da dissuasão, dilema de segurança, teoria do balanço ataque-defesa, etc.) e que essas hipóteses sejam empiricamente testadas nas agendas de pesquisa dos estudos de defesa. Ainda que se deva reconhecer que esses aspectos têm sido considerados pelos autores referidos nesta seção e que essas questões tendem a se desenvolver com a proliferação das pós-graduações e da pesquisa científica na área de defesa e estratégia no país, deve-se igualmente reconhecer que muito do que se tem produzido dentro do que chamamos de “comunidade de defesa”, conforme discutiu-se na seção anterior, revela uma completa despreocupação com as implicações epistemológicas e metodológicas envolvidas na produção do conhecimento científico.

Em terceiro lugar – e talvez aqui resida o desafio mais importante no debate epistemológico sobre os estudos de defesa – é importante reconhecer que o conhecimento científico não se resume ao tipo de epistemologia causal examinado nesta seção. Embora essa epistemologia constitua a abordagem dominante, ao ponto de ser defendida como a única via neutra e segura para o conhecimento científico, ela não é a única forma através da qual o pesquisador se posiciona em relação ao objeto do conhecimento e nem é a única forma através da qual o conhecimento se relaciona com a observação. Ainda que esse tipo de discussão metateórica<sup>8</sup> pareça árido e abstrato para a grande parte dos estudantes e pesquisadores, geralmente pressionados pelas preocupações mais práticas e urgentes da pesquisa acadêmica, esse debate tem implicações cruciais para a reflexão proposta neste artigo. Tomando por base o extenso trabalho sobre filosofia da ciência realizado por Jackson (2011), a próxima seção procura destacar alguns elementos que permitam conceber o conhecimento científico de uma perspectiva epistemológica mais diversificada.

PARA ALÉM DO DUALISMO FENOMENALISTA<sup>9</sup>

A epistemologia causal que está na base do paradigma estratégico-realista, que na verdade traz para o estudo dos fenômenos sociais os mesmos pressupostos aplicados ao estudo dos fenômenos da natureza, considera que a validação do conhecimento só pode ser realizada através da formulação e do teste de hipóteses com base na identificação de correlações causais, necessárias e empiricamente observáveis, que indiquem regularidades ou generalizações. Dentro do paradigma estratégico-realista, essa é a única perspectiva epistemológica capaz de levar a uma produção teórica neutra, objetiva, despida de juízos de valor, capaz de retratar a realidade tal como ela é e, por esse conjunto de razões, a única via para a produção científica na área. Embora essa perspectiva sobre a validade do conhecimento científico pareça óbvia, natural e incontestada – e é isso que a torna dominante –, é importante compreender que ela só faz sentido a partir da combinação de dois pressupostos epistemológicos específicos. Em primeiro lugar, o pressuposto “dualista”, cartesiano, de que o mundo é independente da mente do investigador. Esta separação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, que marca todo o desenvolvimento da ciência moderna, leva à necessidade imperiosa de sucessivos testes empíricos de hipóteses como única forma “segura” – ou seja, livre do risco de cair em abstrações e arbitrariedades – de atravessar o abismo que separa a mente do pesquisador e o mundo pesquisado (JACKSON, 2011, p. 64). Por outros termos, como a mente do pesquisador (onde os conceitos são pensados) e o mundo real (onde os fatos concretos estão situados) são independentes e separados, o pensamento e o mundo concreto têm que ser ligados de alguma forma: o teste empírico de hipóteses é a ponte que faz essa conexão, permitindo que o conhecimento possa ser validado no mundo real. O segundo pressuposto dessa epistemologia causal é a assunção “fenomenalista” de que o objeto do conhecimento é limitado aos fenômenos e fatos que podem ser observados e mensurados pelo pesquisador (JACKSON, 2011, p. 37). São as condições impostas por essa combinação de pressupostos epistemológicos (dualismo e fenomenalismo) que criam a necessidade de desenvolver técnicas, métodos e protocolos sofisticados de observação, mensuração e experimentação dos fenômenos sociais, de tal forma que isto permita construir teorias que espelhem o mundo num grau tão elevado de fidelidade ao ponto de serem consideradas uma generalização ou uma lei.

Se essa é a abordagem científica predominante, Jackson (2011) recorre à filosofia da ciência para mostrar que o dualismo fenomenalista está longe de constituir a única perspectiva epistemológica capaz de levar ao conhecimento científico: o dualismo não é a única perspectiva através da qual se

pode enxergar a relação entre a mente e o mundo e o fenomenalismo não é a única forma de enxergar a relação entre o conhecimento e a observação. Desse modo, enquanto a perspectiva dualista reflete a tradicional visão cartesiana de uma mente isolada e independente do mundo externo, existe uma perspectiva alternativa – a “monista” – que desafia essa visão, partindo da premissa de que o mundo e a mente não nomeiam entidades distintas e independente, mas se interpenetram e se constituem mutuamente. Conforme explica Fierke (2005, p. 7), é óbvio que o mundo material existe fora da mente do sujeito, mas o seu conhecimento não pode ser alcançado nesse estado de pureza. Por outros termos, o mundo e o sentido que ele assume são sempre constituídos dentro do processo de interação entre os sujeitos do conhecimento e entre esses sujeitos e os objetos do mundo. É essa mútua constituição entre a mente e o mundo que a perspectiva monista pretende destacar. Quanto à relação entre o conhecimento e a observação, é importante notar que, se de um lado a perspectiva fenomenalista parte da presunção empirista de que o objeto do conhecimento é limitado às coisas que podem ser observadas, medidas ou experimentadas, existe de outro lado uma perspectiva alternativa – a “transfactualista” – que presume que nem todo objeto do conhecimento é observável, só podendo ser conhecido através da interpretação (JACKSON, 2011, p. 35-36). Essas perspectivas epistemológicas sobre a relação mente-mundo e a relação conhecimento-observação, que determinam o modo como os pesquisadores conhecem o que conhecem, permitem que diferentes combinações possam ser efetuadas, levando a quatro abordagens<sup>10</sup> distintas na produção de conhecimento científico, que Jackson (2011, p. 33) chama de neopositivismo, realismo crítico, analiticismo e reflexividade (ver Quadro 1).

QUADRO 1 – Abordagens epistemológico-metodológicas da produção de conhecimento nas ciências sociais

		Relação entre conhecimento e observação	
		Fenomenalismo	Transfactualismo
Relação entre sujeito conhecedor e objeto do conhecimento	Dualismo mente-mundo	Neopositivismo	Realismo crítico
	Monismo mente-mundo	Analiticismo	Reflexividade

Fonte: Jackson (2011, p. 37).

O neopositivismo, que surge da combinação entre dualismo e fenomenalismo, corresponde à abordagem científica dominante que tratamos na



seção anterior e no início desta seção. A segunda abordagem da tipologia de Jackson – o realismo crítico – funda-se numa combinação epistemológica diferente. Embora siga a mesma premissa dualista dos neopositivistas (considerando que o mundo e a mente do investigador são independentes e que, por esta razão, a conexão entre pensamento e realidade depende de hipóteses que possam ser testadas empiricamente), o realismo crítico presume que nem todo objeto do conhecimento é observável ou mensurável, ainda que seja real (transfactualismo). O realismo crítico, portanto, mantém a dicotomia sujeito-objeto, mas estende os limites do conhecimento científico ao inobservável. Essa abordagem pode ser vista, por exemplo, no construtivismo convencional<sup>11</sup> defendido por Wendt (1987), quando o autor argumenta que o conhecimento sobre a política internacional pode ser válido cientificamente sem, contudo, deixar de considerar que “as relações sociais que constituem os Estados enquanto Estados são potencialmente inobserváveis” e, por essa razão, “requerem uma compreensão não empirista da estrutura do sistema e da análise estrutural” (WENDT, 1987, p. 344).

A terceira abordagem – o analiticismo – surge da combinação epistemológica monismo-fenomenalismo. Dessa perspectiva, a teoria é uma construção mental do seu autor, que não pretende reproduzir a realidade tal como ela é, mas sim fornecer um guia para a compreensão da realidade e o ordenamento da experiência. Dessa perspectiva, o analiticismo parte da presunção monista de que as teorias e as mentes que as produzem estão ligadas ao mundo numa relação de continuidade (em oposição ao dualismo dos neopositivistas e dos realistas críticos). Para além disso, o analiticismo coloca a teoria a serviço do ordenamento da experiência empírica, o que indica uma perspectiva fenomenalista da relação entre o conhecimento e a observação. Para o analiticismo, portanto, a teoria não é um retrato da realidade, mas é um modelo abstrato que deve ser validado por sua utilidade (ou não) enquanto ferramenta de análise dos fenômenos do mundo. Considerando a sua perspectiva monista, que não vê uma separação entre a mente e o mundo, e considerando que a sua pretensão teórica não é prover uma reprodução fiel da realidade, não faz sentido pensar em hipóteses na abordagem analiticista (pois não há um mundo externo e independente contra o qual elas possam ser testadas) e em “falsificação” (pois a sua validade depende da sua utilidade como ferramenta de análise e não da sua veracidade em retratar o mundo tal como ele é). A tipificação ideal da estrutura internacional proposta por Kenneth Waltz e a teoria da securitização nos termos defendidos por Ole Wæver são exemplos de teorias analiticistas, onde os autores propõem constructos simplificados, reduzidos aos seus elementos essenciais, que pretendem servir como modelos de análise e não como teorias representativas da realidade (WALTZ, 1979; WÆVER, 2009; 2011).

A quarta abordagem – a reflexividade – é a mais radical entre todas elas, assumindo uma posição diametralmente oposta à do neopositivismo. A reflexividade rejeita o dualismo e o fenomenalismo, assumindo que o que sabemos é inseparável do lugar onde estamos quando produzimos conhecimento (monismo) e que a construção teórica pode ir além da evidência observável (transfactualismo). Para as abordagens reflexivistas, a teoria é concretamente impactada pela participação do investigador no seu contexto social, o que significa que a ciência não pode fugir ou se isolar das suas próprias condições sociais de produção (JACKSON, 2011, p. 173). Desse modo, a reflexividade assume a impossibilidade de manter a neutralidade na produção de conhecimento nas ciências sociais, procurando incorporar à produção científica a situação do investigador dentro do mundo investigado, e defende uma produção teórica que não se prende à experiência fenomenal, mas busca transcendê-la para revelar ocultações, silenciamentos e hierarquias nem sempre percebidas, assumindo um compromisso normativo com a transformação das estruturas opressoras da sociedade. Sem constituir uma agenda única e fechada, a reflexividade pode ser exemplificada por uma variedade de teorias sociais, como a teoria crítica, o pós-colonialismo, o feminismo, etc. Em função das suas premissas monistas/transfactualistas, a reflexividade não vê sentido no uso dos protocolos neopositivistas de validação em suas agendas de pesquisa (teste e falsificação de hipóteses, generalizações e previsões). Como não há um mundo empírico “lá fora”, independente da mente do investigador e objetivamente observável, contra o qual as hipóteses possam ser testadas, a produção teórica reflexiva deve ser validada, em primeiro lugar, pela sua habilidade de provocar uma maior consciência e uma maior reflexão crítica não só por parte dos produtores do conhecimento, mas também do seu público destinatário, e em segundo lugar, pela sua capacidade de contribuição prática para atingir os propósitos transformativos da teoria (JACKSON, 2011, p. 197-198).

O que é importante observar com base nessa tipologia é que a produção de conhecimento nas ciências sociais é “irredutivelmente *pluralista*” (JACKSON, 2011, p. 189), capaz de ser articulada em pelo menos quatro variações metodológicas que, por sua vez, surgem da combinação de dois eixos epistemológicos centrais: o eixo dualista-monista e o eixo fenomenalista-transfactualista. Isto aponta para uma multiplicidade de combinações possíveis através das quais o pesquisador pode conhecer o seu objeto de estudo, indo muito além da perspectiva dualista-fenomenalista da abordagem neopositivista dominante. O grande mérito do esforço de tipificação de Jackson, portanto, é fornecer elementos para justificar a coexistência e a tolerância entre diferentes estratégias de produção teórica, todas elas comprometidas com o caráter científico da produção de conhecimento, permi-

tindo, assim, superar o mito da supremacia do modelo de rigor herdado da tradição positivista.

Isto requer, obviamente, que se repense a noção tradicional de ciência. Se é importante considerar as diversas perspectivas epistemológicas que têm guiado a produção de conhecimento nas ciências sociais, é preciso buscar, conforme defende Jackson, uma compreensão mais aberta sobre o que se entende por conhecimento científico, a fim de abrigar o amplo leque de posições que têm disputado espaço nesse debate. Nesse sentido, seguindo as indicações de Max Weber, Jackson propõe uma definição mais alargada de ciência – como sendo a “ordenação refletida da realidade empírica através da aplicação criteriosa e rigorosa de um conjunto de conceitos e teorias” (2011, p. 192) –, destacando três elementos necessários a qualquer investigação que reivindique o estatuto de ciência: sistematização (entendida como uma linha clara e consistente entre os pressupostos e a conclusão); criticismo público (entendida como a abertura ao debate, aí incluindo não só a comunidade acadêmica, mas também o público envolvido com as práticas relacionadas ao conhecimento produzido); e conhecimento “mundano” (entendido como o vínculo do conhecimento com os problemas concretos do mundo). Dessa perspectiva, os quatro caminhos aqui apontados são capazes de produzir conhecimento científico válido, sendo tal validade entendida “de acordo com os padrões internos de cada metodologia” (JACKSON, 2011, p. 191) e não de acordo com um padrão de validação hegemônico e universal.

Com esse pluralismo, abre-se não só um espaço mais democrático e tolerante para a coexistência entre as diferentes possibilidades de produção de conhecimento científico, mas também um caminho para a uma base epistemológica mais diversificada e equilibrada que pode ser útil aos estudos de defesa. Ainda que algumas críticas tenham sido endereçadas ao trabalho de Jackson – principalmente relacionadas à sua opção preferencial pela filosofia da ciência, em vez das correntes e questões políticas que alimentam as Relações Internacionais; à sua classificação da Teoria da Política Internacional de Waltz dentro do analiticismo, em vez do neopositivismo; à sua visão de que as quatro abordagens são bem delimitadas e mutuamente excludentes, ao contrário da possibilidade de mescla e combinação metodológica defendida no ecletismo analítico de Katzenstein; e à sua opção por manter a tipologia dentro dos limites do conhecimento científico, deixando de fora aqueles que não se reconhecem dentro do rótulo de ciência, como os pós-estruturalistas por exemplo<sup>12</sup> –, não se pode deixar de notar, ao mesmo tempo, o amplo reconhecimento da qualidade do seu trabalho (premiado em 2013 pela Seção de Teoria da *International Studies Association*, ISA). E a grande qualidade, para os propósitos deste artigo, es-

tá no caminho apontado por Jackson (2011, p. 39) no sentido de superar o isolamento metodológico, questionar a superioridade das posições neopositivistas e apresentar uma linguagem comum que permita aos acadêmicos avaliarem e trocarem ideias sobre as escolhas epistemológicas e metodológicas uns dos outros. Daí a opção deste artigo de estruturar a discussão epistemológica sem ancorá-la no mosaico pulverizado de escolas, correntes e comunidades envolvidas com os estudos de defesa, mas sim na filosofia da ciência. Com isto propõe-se criar, seguindo a esteira de Jackson, “um espaço conceptual comum” que possibilite aos pesquisadores concordarem ou discordarem “sobre as mesmas coisas ou pelo menos sobre coisas similares” (2011, p. 39), contribuindo assim para superar a compartimentação, a falta de transparência e as pretensões de superioridade e universalidade neopositivistas no âmbito do estudo científico da defesa no Brasil.

### VOLTANDO À QUESTÃO DE PARTIDA: COMO ESTUDAR A DEFESA?

Quando se pensa na emergência da defesa como uma área de estudo – que se quer distinguir do senso comum e da sua forte carga doutrinária e se institucionalizar como uma área autônoma de pesquisa e produção de conhecimento científico – é inevitável reconhecer aí um “problema de demarcação”. Este texto tentou jogar uma luz sobre a dimensão epistemológica envolvida nesse problema. Nesse sentido, o artigo procurou reunir elementos para mostrar que a demarcação da defesa enquanto área de estudos requer, em primeiro lugar, uma separação entre o que é uma ciência da defesa e o que é uma doutrina da defesa e, em segundo lugar, um olhar mais abrangente e diversificado, dentro do espaço demarcado por uma ciência da defesa, sobre as posições epistemológicas possíveis para a produção de conhecimento cientificamente válido. A filosofia da ciência foi a base utilizada para encontrar os fundamentos para esse pluralismo epistemológico.

Com base neste panorama geral, o ponto crucial a destacar é que as tentativas de articulação entre os estudos de defesa e os estudos de estratégia (partindo do argumento de que o legado racionalista/neopositivista desse último é necessário e suficiente para conferir um estatuto de cientificidade ao primeiro) mostram uma perspectiva plausível, porém redutora, sobre o que é o conhecimento científico e sobre as posições epistemológicas possíveis para a produção de conhecimento válido nas ciências sociais. Isto não significa que a perspectiva neopositivista deva ser descartada; ao contrário, ela é uma posição legítima, capaz de oferecer um aparato metodológico sofisticado e útil aos pesquisadores interessados em analisar as questões da defesa dentro da sua materialidade, a partir de uma epistemologia causal explanatória. O que se contesta aqui são as pretensões de superioridade e

neutralidade que possam eventualmente vir anexadas à essa perspectiva. Sobre esse aspecto, a posição deste artigo, com base nos desenvolvimentos contemporâneos observados na filosofia da ciência, é absolutamente contundente: não há nada de natural, essencial, fundamental e definitivo que justifique a superioridade das abordagens neopositivistas. Tal como a reflexividade, o realismo crítico e o analiticismo, a perspectiva neopositivista parte de assunções filosóficas sobre a posição do pesquisador que traem a sua presunção de neutralidade. Embora os neopositivistas critiquem as demais posições, principalmente as pós-positivistas, acusando-as de falta de neutralidade por adotarem assunções explícitas sobre a posição epistemológica do pesquisador, é preciso perceber que as posições neopositivistas falham em reconhecer que elas também fazem, de uma forma implícita, exatamente a mesma coisa: a separação entre a mente e o mundo e a limitação do conhecimento ao observável não passam de premissas sobre a posição do pesquisador, que refletem, igualmente, escolhas filosóficas fundacionais (JACKSON, 2011; SMITH, 2013, p. 9). É importante perceber, em suma, que todas as posições epistemológicas aqui examinadas, inclusive a que está na base da perspectiva neopositivista, partem de premissas filosóficas e que a opção por uma ou outra se funda numa escolha pessoal, numa preferência do pesquisador, sem que qualquer critério, anterior e superior, possa determinar a “veracidade” ou a maior “neutralidade” de uma premissa sobre a outra.

Essa discussão leva à constatação de que o estudo científico da defesa pode ser buscado não só através da epistemologia causal neopositivista – onde importa explicar as dinâmicas da defesa através da distribuição das capacidades militares, formulando novas hipóteses ou derivando hipóteses a partir de teorias gerais já existentes (teoria da guerra, balanço de poder, dilema de segurança, dissuasão, balanço ataque-defesa, realismo defensivo, realismo ofensivo, etc.) –, mas também através das três alternativas epistemológicas anteriormente examinadas. Da perspectiva analiticista, importa construir modelos de análise que sirvam de “lentes” para organizar a observação empírica das dinâmicas da defesa. A produção teórica, dessa perspectiva, não busca uma teoria geral que pretenda retratar a defesa tal como ela é, mas propõe construir modelos simplificados, reduzidos aos elementos centrais e nucleares dos processos ou dos fenômenos que eles pretendem iluminar. Como uma construção intelectual do seu autor, esse tipo de teoria não é testável e nem se altera em função dos dados empíricos, mas deve ser visto como uma moldura de análise, uma ferramenta que pode ser útil ou não, dependendo das questões ou das dinâmicas da defesa que ser analisar. A teoria da securitização, organizada em torno de um aparato conceptual minimalista e abstrato (um ator de securitização tentando convencer um

público-alvo, através do discurso político, de que uma determinada ameaça coloca em perigo a sobrevivência de um determinado objeto e que, por essa razão, deve ser neutralizada através de medidas excepcionais, em geral o uso da força) é um típico exemplo de teoria analiticista, que serve de ferramenta de análise para guiar a compreensão dos processos discursivos que levam à emergência de ameaças dentro da agenda política da defesa. Passando para a perspectiva reflexivista, a defesa assume possibilidades de estudo completamente diferentes. A reflexividade assume explicitamente que a produção teórica é socialmente impactada pela posição do pesquisador e adota um compromisso com a identificação e a crítica das estruturas ou arranjos sociais que, devido a algum mecanismo ou fator causal, são considerados injustos. Dessa perspectiva, a erradicação desse mecanismo causal pode levar à transformação dessas estruturas ou arranjos sociais na direção de um estado de coisas mais justo. Essa assunção explícita sobre a posição epistemológica do pesquisador e o compromisso normativo com a transformação social abrem espaço para que a defesa seja estudada fora dos seus quadros de referência convencionais, a partir de uma perspectiva crítica/emancipatória. Isto permite não só questionar as estruturas burocráticas da defesa, mas também vislumbrar estruturas alternativas e dar visibilidade a arranjos repressivos, silenciadores e produtores de marginalizações. A agenda teórica feminista – com as suas preocupações de gênero e com os seus reflexos práticos na crescente inserção das mulheres nas atividades de defesa – talvez seja a ilustração mais emblemática de como a perspectiva reflexivista tem contribuições importantes para se pensar a defesa de uma forma mais inclusiva. Da perspectiva realista crítica, finalmente, é possível estudar a defesa de um ponto de vista construtivista convencional. Ao propor uma via média entre as perspectivas racionalistas e as reflexivistas, o realismo crítico introduz uma perspectiva epistemológica preocupada com o papel crucial da construção social de identidades no comportamento do Estado e de outros atores nacionais e subnacionais. Numa época marcada por conflitos identitários, étnicos e religiosos, não há como deixar de incluir nos estudos de defesa a dimensão construtivista indicada pelos realistas críticos.

O que é crucial compreender, para concluir este artigo, é que o paradigma estratégico-realista, com a explanação causal que resulta da sua posição epistemológica fundamental, continuará a ser confrontado por perspectivas epistemológicas alternativas sobre a produção de conhecimento científico. Os seus esforços de estabelecer leis gerais e previsões, já desafiados pelo desenlace da Guerra Fria, continuam a ser desafiados pela complexidade e pela variedade de atores, questões, causas, fatores e dinâmicas que influenciam a construção das agendas de defesa em diferentes localizações.

Se a defesa nos EUA continua a ser fortemente determinada pela tradição estratégico-realista, não se pode dizer que o mesmo se aplica à construção da agenda de defesa do Brasil, onde os aspectos relacionados à identidade pacífica do país, às preocupações com a justiça social, com a desigualdade, com o desenvolvimento, com o meio ambiente, etc., são colocados lado a lado com as preocupações materiais relacionadas à capacitação do aparato militar. Ainda que isto possa parecer conceitualmente inconsistente do ponto de vista do paradigma estratégico-realista, é importante compreender que a defesa, assim como qualquer outra agenda política, é socialmente construída, assumindo contornos locais, historicamente situados, que fogem a qualquer tentativa de captura por teorias gerais com pretensões de universalidade. Ainda que o paradigma estratégico-realista continue a usar o passado e as evoluções do presente para readaptar as suas teorias, realimentar as suas previsões e manter-se como a perspectiva dominante sobre as questões de segurança internacional e de defesa nacional e coletiva, nada indica que as demais perspectivas venham a deixar de criticar e apontar os limites dessa perspectiva dominante, chamando a atenção para a necessidade de conhecer a construção de identidades, o papel dos atores subnacionais, as estruturas de dominação, os silenciamentos e as invisibilidades, bem como o papel das ideias e da cultura na construção social da defesa. Não existe nesse debate um ponto convergente e universal por uma razão muito simples: cada uma dessas perspectivas parte de ângulos distintos sobre como a defesa deve ser estudada. Por isto, quanto mais diversificadas forem as posições epistemológicas e os aparatos metodológicos à disposição dos estudos da defesa, melhor preparados estarão os estudantes e pesquisadores para a compreensão desse conjunto complexo de aspectos e dinâmicas que não se deixam subjugar por qualquer esforço de simplificação. Deste ângulo, o pluralismo epistemológico é mais do que um desenvolvimento desejável, é um desenvolvimento necessário no contexto da nascente área dos estudos de defesa no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AGIUS, C. Social constructivism. In: COLLINS, A. (Ed.). *Contemporary security studies*. Oxford: Oxford University Press, 2010, p. 49-68.

BUZAN, B.; HANSEN, L. *The evolution of international security studies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DINIZ, E. Epistemologia, história e estudos estratégicos: Clausewitz versus Keegan. *Contexto Internacional*, v. 32, n. 1, p. 39-90, 2010.

FIERKE, K. M. *Diplomatic interventions: conflict and change in a globalizing world*. Basingstoke: Palgrave, 2005.

JACKSON, P. T. *The conduct of inquiry in international relations: philosophy of science and its implications for the study of world politics*. Abingdon: Routledge, 2011.

KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. From strategy to security: foundations of critical security studies". In: KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. (Ed.). *Critical security studies: concepts and cases*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997, p. 33-60.

LIMA, L. *Worlding Brazil: intellectuals, identity and security*. London: Routledge, 2015.

NETO, M. D. A configuração dos Estudos de Defesa. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, n. 1, v. 1, p. 206-222, 2014.

OLIVEIRA, G. C. Para além da polarização racionalismo-reflexivismo nas Relações Internacionais: a tipologia metodológica de Patrick Jackson e o pluralismo metodológico em debate. *Relações Internacionais*, n. 42, p. 117-135, 2014.

OLIVEIRA, G. C. A segurança internacional nos Estudos de Estratégia e na Teoria da Securitização: uma abordagem comparativa ilustrada pelo caso da crise nuclear iraniana. *Nação e Defesa*, n. 140, p. 134-153, 2015a.

OLIVEIRA, G. C. Resposta à recensão crítica de António Horta Fernandes. *IDN Brief*, p. 5-7, set. 2015b.

PINTO, J. R. de A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. (Ed.). *Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança - reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Vol. 1, 2,3 e 4. Brasília: Ministério da Defesa, 2004.

PROENÇA JR., D.; DINIZ, E.; RAZA, S. G. *Guia de Estudos Estratégicos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

PROENÇA JR., D. Contexto, ciência e desafios: o Brasil diante da defesa e segurança. In: PINTO, J. R. de A.; ROCHA, A. J. R.; SILVA, R. D. (Ed.). *Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança - reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil*. Vol. 1. Brasília: Ministério da Defesa, 2004, p. 85-115.

PROENÇA JR., D.; DUARTE, É. E. Os Estudos Estratégicos como base reflexiva da Defesa Nacional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v.0, p. 29-46, 2007.

RAZA, S. G. *Sistemática geral de projeto de força: relações internacionais, tecnologia e segurança*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2000.



RAZA, S. G. A questão da cientificidade nos Estudos de Defesa. *Política Externa*, v. 12, p. 91-110, 2004.

REUS-SMIT, C. Beyond metatheory. *European Journal of International Relations*, n. 19, v. 3, p. 589-608, 2013.

SHARP, G. *National security through civilian-based defense*. Omaha: Association for Transarmament Studies, 1985.

SMITH, S. Introduction. In: DUNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. (Ed.). *International relations theories: discipline and diversity*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 1-13.

WÆVER, O. The sociology of a not so international discipline: american and european developments in international relations. *International Organization*, v. 52, n. 4, p. 687-727, 1998.

WÆVER, O. Waltz's theory of theory. *International Relations*, v. 23, n. 2, p. 215-217, 2009.

WÆVER, O. Politics, security, theory. *Security Dialogue*, v. 42, n. 4-5, p. 465-480, 2011.

WALTZ, K. N. *Theory of international politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.

WENDT, A. The agent-structure problem in international relations theory. *International Organization*, v. 41, n. 3, p. 335-370, 1987.

## NOTAS

1. Esta é uma expressão usual no domínio da filosofia da ciência, que se refere às questões envolvidas na definição de fronteiras entre o que é ciência e o que não pode ser considerado ciência (Jackson, 2011, p. 9-16).
2. Herdadas de um conjunto de referências clássicas mutuamente compartilhadas, como Tucídides, Maquiavel e Hobbes.
3. Seguindo Jackson (2011, p. 58), emprega-se o termo neopositivista em vez de positivista, por considerar que o último termo está historicamente situado no contexto particular do “Círculo de Viena dos positivistas lógicos” no início do século XX. Ainda que o neopositivismo continue a operar dentro da tradição positivista, ele incorpora os desenvolvimentos posteriores sobre “verificabilidade” e “falsificabilidade” propostos por Karl Popper, Kuhn e Lakatos.
4. Esse traço dominante no estudo das questões de defesa no Brasil será retomado na segunda seção do artigo.
5. Agradeço aqui a alguns colegas da UFRJ, especialmente à Adriana Aparecida Marques, pela troca de ideias durante o debate informal realizado no âmbito da graduação em Defesa e Gestão Estratégica Internacional, por ocasião da visita técnica realizada em 29/09/2015 por uma comitiva do Ministério da Defesa. Algumas ideias reproduzidas neste e no próximo parágrafo surgiram nesse debate.
6. Esses conceitos, desenvolvidos na agenda de pesquisa dos Estudos da Paz, podem ser definidos nos seguintes termos: a defesa com base em pessoal civil é uma política de “defesa por civis”, em vez da tradicional “defesa por militares”; ela é uma forma de resistência civil que pode complementar os meios militares, ou substituí-los integralmente, para deter ou defender uma sociedade contra ataques externos. O transarmamento é o processo gradual de substituição dos meios militares convencionais ou dos sistemas de armas nucleares por um sistema de defesa com base em pessoal civil (SHARP, 1985, p. 47,52).
7. Ainda que esses autores não se refiram ao “problema da demarcação” através desses termos, na verdade é isto que eles pretendem: demarcar a fronteira entre o que pode e não pode ser considerado conhecimento científico nos estudos de defesa.
8. Metateorias são teorias que tomam outras teorias como seu objeto de estudo. Ou seja, são teorias sobre a teoria. Nas Relações Internacionais, conforme destaca Reus-Smit (2013, p. 592), a metateoria tem sido comumente vista num sentido mais específico, como um conjunto de asunções lógicas (ontologias e epistemologias) que estabelecem *a priori* as condições de possibilidade para a produção teórica.

9. Esta seção tem por base a síntese da tipologia metodológica de Patrick Jackson feita por Oliveira (2014).
10. Jackson chama essas quatro abordagens de “metodologias”. É importante notar, porém, que aquele autor entende a metodologia num nível estratégico, colocando-a no mesmo patamar das preocupações epistemológicas e ontológicas. Para Jackson, a metodologia tem mais a ver com a filosofia da ciência do que com as preocupações técnicas e práticas do método, relacionadas à operacionalização da pesquisa (2011, p. 25-32).
11. “Convencional” no sentido em que aceita alguns aspectos-chave da teoria sistêmica neorrealista, como a centralidade do Estado, por exemplo, e tenta ela própria constituir-se como uma teoria sistêmica alternativa, situada na via média entre o racionalismo e a reflexividade. Uma segunda vertente, chamada de construtivismo crítico, rejeita essa “via média” proposta pelo construtivismo convencional e assume uma perspectiva francamente pós-positivista sobre a construção social da realidade, colocando no centro de sua agenda de pesquisa o discurso, a linguagem, o sentido, e adotando uma posição crítica em relação às reivindicações de verdade e às relações de poder (ver AGIUS, 2010, p. 61).
12. Essas críticas, dirigidas a Jackson principalmente nos fóruns de debates realizados em 2010 pelo *Qualitative & Multi-Method Research* (v. 8, n. 1) e em 2013 pelo *Millennium: Journal of International Studies* (v. 41, n. 2), encontram-se sintetizadas e comentadas em maiores detalhes no artigo de Oliveira (2014, p. 126-133).

ROMPENDO O PARADIGMA ESTRATÉGICO-REALISTA:  
POR UMA PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA ECLÉTICA DOS ESTUDOS DE DEFESA

RESUMO

Com base na filosofia da ciência, o artigo tem por objetivo avançar uma proposta epistemológica pluralista dos estudos de defesa que não só vá além do senso comum e da dimensão doutrinária da defesa, mas também vá além da perspectiva neopositivista que está na base do paradigma estratégico-realista dominante.

Palavras chave: Epistemologia; Estratégia; Estudos de Defesa; Filosofia da Ciência.

ABSTRACT

Based on the philosophy of science, this article aims to advance a pluralistic epistemological proposal of Defense Studies not only going beyond common sense and the doctrinal dimension of defense, but also going beyond the neo-positivist perspective that underpins the strategic-realist dominant paradigm.

Key-words: Epistemology; Strategy; Defense Studies; Philosophy of Science.



# Fundamentos Olvidados de la Política de Defensa: Reflexiones a partir del Caso Argentino

## Forgotten Fundamentals of Defense Policy: Reflections as from the Argentinean Case

Rev. Bra. Est. Def. v. 2, n° 2, jul./dez. 2015, p. 197-216  
ISSN 2358-3932

---

**JORGE BATTAGLINO**

Este artículo llama la atención sobre un aspecto de la idea de defensa nacional, entendida tanto como concepto y como política pública que generalmente es dado por sentado en las discusiones sobre el término y que tampoco ha recibido demasiada atención académica (Murray; Viotti, 1994). Nos referimos a sus fundamentos, a aquellos factores que determinan el grado de importancia que un estado le atribuye a la defensa; estos fundamentos, o determinantes, son los que explican el nivel de interés político y social en ella. Este trabajo se ha gestado a partir de la preocupación por lo que podría definirse como la naturalización del interés por la defensa; que implica una lógica de argumentación donde la defensa no necesita ser explicada, que supone que la sola enunciación del término es suficiente para comprender su importancia y lo que se encuentra en juego, que no puede ser otra cosa que la misma supervivencia del Estado (Escudé, 2014). De allí se desprende un postulado normativo, que los políticos deben ocuparse necesariamente de ella, mucho más aún cuando la perspectiva de la guerra, o del conflicto, no ha desaparecido por completo. Sin embargo, la experiencia histórica pone en evidencia que la defensa ha recibido distintos grados de atención y que incluso ha sido desatendida en aquellos casos donde los estados experimentaban la inminencia de la guerra. Algunos trabajos han analizado esta particularidad a partir del estudio de casos en América Latina y en Europa (Pion Berlin; Trinkunas, 2007; Schweller, 2004).

A partir de la indagación de los determinantes de la defensa nacional, el artículo propone una conceptualización de los usos de este concepto. Este trabajo no es un estudio de caso ni tampoco una comparación sino un intento de sistematizar analíticamente cómo debería estudiarse la defensa. Entendemos que las diferentes visiones que existen sobre este tema son un

excelente punto de partida para la delimitación de un campo de estudio. La perspectiva que se propone aquí parte de algunos supuestos conceptuales.

El primero de ellos es que las concepciones esencialistas sobre la defensa, en el sentido de aquellos argumentos que dan por sentada su importancia o que creen que los estados deben preocuparse indefectiblemente por ella, no contribuyen a comprender la riqueza y variaciones históricas que el interés por la defensa tiene en cada unidad estatal. En otras palabras, es una aproximación que dificulta la comprensión de ciertos casos donde ha recibido escasa atención (Schweller, 2004). El interés de las sociedades por la defensa varía considerablemente, aun cuando los estados experimenten amenazas inminentes a su existencia, por ello, su relevancia no debería ser presumida ni naturalizada. La defensa es una dimensión de la política estatal profundamente condicionada por la historia, la cultura, la ideología, la geografía y el contexto regional e internacional; por ello, nunca podría tener el mismo peso para todos los estados.

El segundo supuesto es que a pesar de que la invocación al término defensa nacional pareciera eliminar/suspender cualquier discusión sobre su importancia, la defensa no deja de ser otro concepto de las ciencias sociales y como tal presenta rasgos comunes a algunos de ellos. Se trata de una noción polisémica, aunque generalmente se la asocie con la posesión de mayor o menor cantidad de armamento.

Finalmente, es un concepto disputado en el sentido de que no existe una definición neutral, su orientación tiene efectos sobre la percepción de amenaza de los estados, las misiones de las fuerzas armadas y de seguridad, los recursos que destinan a ellas, como se entrenan o el armamento que adquieren, entre otros aspectos (Frederic, 2011; Pion Berlin; Arceneaux, 2000).

En particular, la experiencia de la Argentina desde 1983 revela con contundencia, y de manera extrema, la importancia de analizar el nivel de los fundamentos. El peso de la visión esencialista en la Argentina se aprecia en el hecho de que la mayoría de los debates sobre el tema gira en torno a cuestiones materiales u organizacionales, como la adquisición de armamento o la cantidad de personal.<sup>1</sup> Esta aproximación, que reduce la defensa a una discusión sobre los medios (aspectos que obviamente son de suma importancia) no advierte la relevancia conceptual y política de identificar sus determinantes o fundamentos, es decir, aquellos factores que hacen posible que la sociedad y sus políticos se interesen en ella.

Cabe mencionar que la falta de reflexión sobre esta dimensión de la defensa posiblemente se vincule con las características del desarrollo disciplinar de las ciencias sociales. El estudio sobre este concepto no ha ocupado un lugar destacado en las ciencias sociales de América Latina. Los análisis sobre la defensa han sido generalmente marginales si se los compara con

otras áreas de la ciencia política, las relaciones internacionales o la sociología. Ello se debe a varias razones y entre ellas cabe destacar que el campo de la defensa “es relativamente nuevo” (Murray; Viotti, 1994) y que, además, ha sido incorporado subsidiariamente y opacado por la sofisticación teórica y metodológica de los estudios sobre seguridad (Wilson; Forest, 2008).

Asimismo, la defensa era considerada un asunto reservado a las fuerzas armadas, algo que no alentaba, sobre todo en un periodo de predominio de regímenes militares, el interés académico por estos temas. La llegada de la tercera ola democrática a Sudamérica despertó un fuerte interés por las relaciones civiles militares y, en particular, por los mecanismos e instituciones de control civil de las fuerzas armadas (Diamint, 1999). Esta atracción por el control de los militares abrió paso en la década de 1990, a medida que disminuía la posibilidad de una reversión autoritaria, a la reflexión sobre los temas de defensa. Es allí donde comienza a conformarse una comunidad de académicos en distintos países provenientes de la ciencia política, las relaciones internacionales, la historia, la sociología, entre otras disciplinas, cuyas preocupaciones giraban en torno al campo de los estudios de la defensa tanto en el sentido tradicional del término (amenazas de origen estatal-militar), como de los enfoques que proponían una visión integral subsumiendo la defensa en la seguridad.

Este incipiente campo disciplinar ha alcanzado distintos niveles de institucionalización, siendo Brasil el que más lo ha desarrollado. Sin embargo, se trata de un espacio que presenta una gran diversidad en términos de las concepciones, por ejemplo, respecto a cómo debería estudiarse el concepto o a qué dimensiones debería incluir. El proceso de demarcación del objeto de estudio es inherente a la constitución de cualquier campo disciplinar; y el mismo supone identificar un espacio propio de indagación, una dimensión de la realidad social que tiene especificidad propia. Este ejercicio no se encuentra exento de desafíos sobre todo en vista de la riqueza y diversidad de las lecturas que existen sobre la defensa y, principalmente, por el hecho de que la indagación sobre el objeto de estudio, o sobre el estatus del área como campo de análisis, ha estado ausente.

Este artículo busca contribuir a la demarcación del campo disciplinar proponiendo un enfoque conceptual para estudiar las cuestiones de defensa. Su principal argumento es que esta área puede estudiarse considerando al menos tres niveles de análisis distintos, todos interrelacionados aunque con lógicas diferentes. En primer término, se encuentra el nivel de la *definición conceptual* de la defensa nacional, generalmente presente en trabajos académicos, pero fundamentalmente en documentos oficiales de los estados. Luego, encontramos el nivel de los *medios*, es decir, de aquellos aspectos materiales y no materiales que la posibilitan, por ejemplo, la can-



tividad de armamento que posee un estado, su doctrina militar o si posee industria militar. Por último, existe la indagación sobre aquellos factores que determinan un mayor o menor interés en ella. Los estados destinan más o menos presupuesto, compran más o menos equipamiento, en suma, su interés difiere considerablemente. Esta dimensión, que definimos aquí como *los fundamentos de la defensa* es, a nuestro juicio, la más decisiva, pues define los recursos materiales y simbólicos que un estado le destinará. En otras palabras, se trata del nivel que permite anticipar cuán viable o sustentable es la defensa de una nación. Estos tres niveles responden a los siguientes interrogantes: ¿Cómo define un estado a la defensa nacional? ¿Cuáles son los medios que despliega para garantizarla? y ¿Cuáles son los factores que determinan el grado de atención política que recibe?

Cabe destacar que el artículo no pretende efectuar una explicación exhaustiva de las definiciones existentes sobre la defensa, ni de los medios asociados y ni de aquellos fundamentos que incentivan o alejan el interés político por ella, por el contrario, la principal motivación es evidenciar la complejidad del concepto y proponer una forma de sistematizar el estudio del mismo. El trabajo asume también una perspectiva normativa al plantear que *el nivel de los fundamentos es el que define el grado de atención que la defensa recibirá de un estado*. En este sentido, las demandas sociales, políticas o de los mismos militares para incrementar el presupuesto militar o para la adquisición de nuevo equipamiento sólo serán viables si existe interés político para satisfacerlas. Por ello, el análisis de los determinantes es uno de los aspectos que explica la fortaleza o debilidad de la defensa de un estado. Sostener que el interés de los políticos es el que finalmente define los recursos simbólicos y materiales que recibirá la defensa puede parecer evidente, sin embargo, la literatura sobre este tema es escasa. Este artículo se divide en tres secciones principales: en la primera se explica la importancia heurística del caso argentino en términos de la clasificación propuesta; luego se analizan consecutivamente el nivel de las definiciones, el de los medios y finalmente el de los fundamentos.

## EL POTENCIAL HEURÍSTICO DEL CASO ARGENTINO

La defensa en Argentina ha recibido escasa atención de los políticos desde el regreso de la democracia en 1983. Ello se evidencia en la constatación de disminución del gasto militar, las escasas compras de armamento y en el desmantelamiento de la industria militar durante la década de 1990. A pesar de que esta situación comenzó a revertirse en los últimos años del kirchnerismo, los avances logrados no han sido suficientes para modificar la caracterización de la Argentina post 1983 como un caso de “déficit de

atención” de las cuestiones de defensa (Pion Berlin; Trinkunas, 2007). En este sentido, se trata de un ejemplo ideal para aislar aquellos factores que favorecen o afectan el interés de una nación en esta área, es decir, para identificar sus fundamentos. El caso es aún más relevante no sólo porque la Argentina mantiene un conflicto territorial con una potencia como Gran Bretaña, con la que mantuvo una guerra en 1982, sino también porque sus vecinos han adquirido importantes cantidades de armamento.

En este sentido, la experiencia de la Argentina pone en evidencia que la defensa no es un concepto que pueda definirse en términos esencialistas; por ello es que las declamaciones sobre su relevancia, sobre el estado de indefensión del país o sobre la obsolescencia del armamento disponible, no logran explicar porqué el interés político continua siendo bajo pese a un panorama que para muchos pone en juego la defensa del país (Calle, 2007).

El desinterés por la defensa en la Argentina comenzó luego de la caída de la última dictadura militar (1976-1983). Cabe destacar que no se trató de un gobierno militar más, de los numerosos que tuvo Argentina durante el siglo XX, sino de uno que provocó la mayor tragedia humana de toda la historia del país y que fracasó en los planos político, económico y militar. El panorama desolador que heredó el presidente Raúl Alfonsín en 1983 condujo previsiblemente a un profundo y persistente divorcio entre la sociedad y todo aquello relacionado con el mundo militar, que ha perdurado hasta la actualidad. Si la sociedad civil había sido definida como “militarista” hasta los años setenta, la experiencia con la última dictadura la volcó al polo contrario, al del antimilitarismo más acérrimo. La defensa no permaneció indemne a esta transformación cultural, identificada de inmediato con lo militar, fue una víctima menor y predecible de la debacle generalizada del régimen militar (Battaglino, 2013).

Cabe mencionar que las cuestiones de defensa habían experimentado una etapa de auge que se extendió durante gran parte del siglo XX y que entró en decadencia luego de la derrota en la guerra de las Malvinas por las razones mencionadas (Battaglino, 2013). Hasta entonces, Argentina destinaba un porcentaje considerable de su presupuesto nacional al gasto militar, que era legitimado por la presencia de tres hipótesis de conflicto simultáneas: dos con países sudamericanos (Brasil y Chile) y otra con una potencia extra-regional (el Reino Unido). Además, el país poseía una importante industria bélica. Esta etapa de apogeo no puede escindirse del papel político que asumieron las fuerzas armadas desde el golpe de estado de 1930. Décadas de tutelaje y de gobiernos militares habían deformado su papel al favorecer una desmedida concentración de poder económico, territorial y organizacional, que luego colapsaría por su propio peso e ineficiencia.

La derrota en las Malvinas, y la transición por derrumbe que provocó de inmediato, favoreció la retirada desordenada de las fuerzas armadas del gobierno dejándolos en una situación de debilidad política que propiciaría el juzgamiento de militares acusados por violaciones a los derechos humanos y el establecimiento de políticas de control civil inéditas en la historia argentina (Fontana, 1990). La institución militar, mientras tanto, experimentaba una profunda crisis de identidad y fuertes divisiones inter e intra-fuerzas que provocaron tres levantamientos durante la presidencia de Raúl Alfonsín (1983-1989). Al mismo tiempo, la sociedad descubría con espanto y asombro la magnitud y lo sistemático de las violaciones a los derechos humanos cometidas desde el aparato del Estado. Éste es el contexto que llevaría a la ruptura civil-militar más importante de la historia argentina; la relación de la sociedad con la defensa nunca volvería a ser la misma.

No es casual, entonces, la pérdida de interés de los políticos argentinos por los temas de defensa: se trata de una conducta racional, cualquier mención a ella era identificada de inmediato con lo militar y provocaba un enérgico rechazo del electorado. La oposición generalizada de la sociedad hacia las fuerzas armadas se convirtió en un fuerte incentivo político para la desactivación de una de las principales fuentes de poder interno que aún mantenían; nos referimos a los conflictos limítrofes pendientes en los años ochenta (López, 1994). Los políticos entendieron que la defensa definida en términos clásicos (la protección contra amenazas externas estatales) era un área funcional para el mantenimiento del poder militar. La presencia de hipótesis de conflicto constituía una fuente de poder organizacional, porque las amenazas percibidas permitían justificar fuerzas armadas de mayor tamaño y presupuesto (Buzan; Weaver, 2003). Así, el mantenimiento de varios escenarios de conflicto bélico distorsionaba la asignación de recursos en un entorno en el que era necesaria su redistribución hacia otras áreas del Estado.

En este marco, el gobierno de Raúl Alfonsín avanzó en la resolución de los problemas limítrofes pendientes con Chile, e inició una etapa de profundización de la cooperación e integración con Brasil. La exitosa distensión que resultó de tal estrategia permitió disminuir considerablemente el presupuesto militar del 3.5% del PBI en 1983 al 1.8% en 1989 (Fontana, 1990). Asimismo, la nueva democracia argentina dio un importante paso al sancionar, en 1988, la Ley de Defensa que distingue taxativamente la defensa nacional de la seguridad interior y que limita el empleo de las fuerzas armadas a las agresiones de origen militar, estatal y externo. La ley prohíbe, por lo tanto, el empleo de los militares en misiones de seguridad interna. Sin embargo, el temor a fortalecer nuevamente a la institución militar condujo a que la separación entre defensa externa y seguridad interior, fundamental para un país que había experimentado 50 años de

golpes militares, no estuviera acompañada por una planeación estratégica que identificara los posibles escenarios de empleo del poder militar en el sentido clásico del término. Esta etapa de declinación de las cuestiones de defensa no se alteró sustancialmente durante los años noventa. La instauración de un programa de ajuste neoliberal reforzó la desatención al reducir aún más el presupuesto de la defensa al 1.1% del PBI. Asimismo, la industria militar experimentó un brutal ajuste: el 90% de las empresas de este sector fueron privatizadas o directamente cerradas, y las pocas que sobrevivieron en manos del Estado vieron sus actividades paralizadas o con niveles de producción muy disminuidos (Huser, 2002). Por otra parte, la participación en operaciones de paz se transformó en la principal misión de las fuerzas armadas, a pesar de la importancia de estas misiones, el empleo de los militares en papeles tradicionales continuaba sin ser definido por las autoridades políticas (Anzelini; Poczynok, 2014).

La mayor parte de los especialistas comparten el diagnóstico de que el principal problema de la defensa en la Argentina radica en el bajo presupuesto militar, la falta de renovación del equipamiento militar o el problema de gran cantidad de oficiales en relación a los soldados (Acuña; Runza, 2006; Calle 2007; Laferriere; Soprano 2015; Scheetz, 2015). Sin embargo, ninguno de ellos ha hecho referencia a la dimensión de los fundamentos y al hecho de que los mismos han desalentado el interés político y social en ella.

En otras palabras, el cambio drástico en la ideología predominante de la sociedad y de los políticos, que se plasmó en un generalizado rechazo al papel político que los militares cumplieron entre 1930 y 1983, redujo sustancialmente el interés por la defensa y, más importante aún, llevó a una exclusión de la defensa de la estrategia de desarrollo del país.

Por ello, era previsible que las discusiones y los reclamos permanentes sobre la necesidad de adquirir armamento o de otras reformas necesarias luego de 1983 no condujeran a ningún resultado, porque tales demandas no estaban relacionadas con el nivel de los fundamentos, algo que no era contemplado ni por el discurso político como tampoco por el de los especialistas.

## DEFENSA NACIONAL: DEFINICIONES OFICIALES Y CONCEPTUALES

Un primer nivel de análisis de la defensa nacional abarca el conjunto de definiciones que pueden encontrarse en documentos oficiales y en investigaciones académicas. En ambos casos se trata de enunciados abstractos que suelen compartir, sin embargo, dos puntos en común. El primero relacionado con la misma idea de “defensa” que siempre alude al resguardo o protección de ciertos objetos referentes como la soberanía, el territorio, los intereses nacionales, la independencia, la autodeterminación, la integridad

territorial, los derechos y libertades de los ciudadanos, entre otros aspectos (RESDAL, 2015). El segundo componente se vincula con la protección de tales objetos referentes frente a amenazas que puede ser de origen externo o interno o ambas (Buzan; Waever; Jaap de Wilde, 1998).

En el caso de las definiciones oficiales, la defensa es concebida en términos integrales, como una dimensión de la acción del estado que demanda del esfuerzo coordinado de toda la sociedad. Desde el punto de vista académico se trata de un área de indagación sobre aquellos conflictos, amenazas o riesgos que involucren actual o potencialmente el empleo de las fuerzas armadas en el marco del esfuerzo coordinado de una nación; por ello, como objeto de estudio tiene una lógica integral. Aunque el componente militar tiene un rol central en enfrentar o disuadir riesgos o amenazas, la defensa también se construye y fortalece a partir de la acción de componentes no militares del estado, por ejemplo, de una política exterior que contribuya a fortalecer la resolución pacífica de los conflictos. De allí se desprenden numerosos temas de investigación, desde los más directamente vinculados con el conflicto interestatal como la guerra, la estrategia militar o las alianzas militares, hasta los relacionados con la dimensión no militar de la defensa, como el grado de cohesión social, el nivel de legitimidad social de las fuerzas armadas, la importancia de la industria militar, el papel jugado por los científicos, el rol social de los militares, entre muchos otros.

De esta definición se deduce que el estudio de la defensa es eminentemente interdisciplinar y multidisciplinar al incluir entre otras a la ciencia política, la sociología, las relaciones internacionales, la historia, el derecho, la geografía, los derechos humanos, la geopolítica, los estudios estratégicos, los estudios sobre seguridad internacional. Al mismo tiempo se trata de un área de estudio que no es autónoma, es decir, no posee leyes propias; tampoco es autosuficiente, en el sentido que se baste para explicarse a sí misma, su causa primera, por el contrario, es la política.

Sin embargo, las definiciones oficiales y conceptuales suelen excluir referencias a los medios o instrumentos para alcanzarla protección de los objetos referentes, más allá de las alusiones obvias a las fuerzas armadas como instrumento principal de la defensa de un país. Todos aquellos medios que coadyuvan a que la defensa sea viable o efectiva generalmente no son examinados en este nivel.

## DEFENSA NACIONAL: LOS MEDIOS

No hay defensa nacional viable sin medios adecuados; sin lugar a dudas este nivel es el más mencionado cuando se piensa en la protección de una nación. Si los objetos referentes pueden ser muy variados, lo mismo sucede

con los medios que suelen ser son los siguientes: las armas, la estrategia/doctrina militar y las alianzas. Es evidente que la defensa más sólida es aquella que descansa en la presencia simultánea de estos factores, es decir, en el despliegue de fuerzas armadas con capacidad disuasiva, de una estrategia/doctrina militar que se derive lógicamente de objetivos políticos factibles y de un sistema de alianzas que compense las debilidades de un estado.

Es muy común que la defensa nacional se asocie de manera automática con la posesión de armamento en calidad y cantidad (Butfoy, 1997) y, desde esta perspectiva, los instrumentos materiales que la posibilitan asume un rol central: no existe defensa viable sin armas que la hagan posible. Esta perspectiva es muy común en distintas vertientes del realismo político y ha sido difundida en las relaciones internacionales por el enfoque realista en sus diversas variantes. Los supuestos teóricos de la anarquía, la supervivencia estatal y el principio de autoayuda conducen de manera natural al dilema de seguridad y las carreras armamentistas. La imposibilidad de conocer las intenciones últimas de los estados no hace más que perpetuar la dinámica de desconfianza y competencia militar que por momentos puede estar atenuada pero que no puede ser eliminada. Esta lógica lleva a valorar la posesión de capacidades materiales, en particular, las armamentistas que son las que garantizan la supervivencia del estado. La continuidad estatal sólo puede ser asegurada alcanzando el equilibrio de fuerzas militares; de lo contrario, la ventaja militar puede ser explotada de forma oportunista en favor del actor estatal que la posea. De allí se desprende el principio de emulación, que no es más que la constatación de que las naciones suelen incorporar el armamento y la doctrina de los países más exitosos desde el punto de vista militar (Waltz, 1979).

Es indudable que la posesión de armamento es un aspecto de suma importancia para la defensa nacional; sin embargo, la idea de que las armas son las que finalmente deciden el resultado de un conflicto ha sido puesta en duda. En los últimos años autores como Biddle (2006) o Lieber (2005) han sostenido que los estados que poseen las fuerzas armadas más grandes y mejor equipadas no siempre ganan las guerras en las que se embarcan. Más aún, Biddle sostiene que la superioridad material o tecnológica no es lo que garantiza la victoria sino, sobre todo, la doctrina y la táctica empleadas y lo más relevante es la capacidad para eludir o neutralizar las fortalezas del adversario y maximizar las propias. En otras palabras, los resultados de los combates dependen más de la estrategia y táctica militares que del número de tropas o de la superioridad tecnológica. De hecho el actor más débil desde el punto de vista militar fue el que triunfó en el 55% de las guerras en el periodo 1950-1998 (Arreguin-Toft, 2005). En este sentido, se afirma que la revolución de los asuntos militares, que está

detrás de las transformaciones de las fuerzas militares de los EEUU, ha sido sobrevalorada (Biddle, 2006).

El debate sobre la importancia de las armas versus la capacidad para concebir la estrategia y la táctica adecuadas, revela la importancia de la dimensión no armamentista de la defensa. Las maquinarias militares más perfectas fueron derrotadas primero en los escritorios de los estrategas. De allí la importancia de este nivel de análisis. Colín Gray (1999) sostiene que la estrategia es el uso que se hace de la fuerza y de la amenaza de ella para los fines de la política, es lo que une política y fuerza; es decir, los objetivos de la política y la estrategia deben estar alineados. La concepción estratégica de un estado parte de analizar su posición en el sistema mundial, de identificar los principales problemas internacionales, cómo afectan a sus intereses, cuáles son sus prioridades, sus aliados y sus valores en política exterior. El nivel estratégico establece el papel que se le asigna a la defensa en el marco de la política exterior, en particular, qué nivel de fuerza militar se está dispuesto a utilizar, en qué tipos de conflictos se debería intervenir y en cuáles abstenerse, los escenarios donde podría actuar y el tipo de relación con las instituciones multilaterales de seguridad.

Las armas y las ideas son medios que permiten alcanzar la defensa de una nación; sin embargo, las alianzas entre unidades del sistema internacional también han sido una herramienta en la búsqueda de maximizar la defensa. El principal objetivo de las alianzas es la protección del interés nacional cuando se percibe que el mismo no puede garantizarse unilateralmente (Walt, 1985). En las relaciones internacionales realistas y liberales han desarrollado distintos argumentos sobre este tema.

Para los realistas la defensa nacional puede garantizarse mediante dos tipos de política de alianzas: la del balance o la del plegamiento. Las políticas de balance tienden a buscar el equilibrio de fuerzas militares a través de un reforzamiento defensivo. Los Estados forman alianzas para enfrentar desequilibrios reales o eventuales, provocados por unidades estatales superiores en capacidades. En el balance puede anticiparse políticas de fortalecimiento de la dimensión militar, la magnitud del mismo será distinta dependiendo de la versión del realismo de la que hablemos. El plegamiento, en cambio, supone una aproximación distinta a la defensa. Ocurre cuando un estado se alinea con otro que es más poderoso, es una estrategia empleada generalmente por los estados débiles. Estas unidades deciden que el costo de oponerse al más fuerte, generalmente próximo geográficamente, excede los beneficios que se pueden alcanzar si no se lo confronta. En los casos de plegamiento la defensa se ve severamente afectada ya que el estado que se pliega acepta su debilidad militar. La supervivencia estatal queda garantizada en este tipo de estrategia porque el más poderoso se

compromete a respetar la soberanía de aquellos que aceptan su posición en el sistema (Walt, 1985).

Finalmente, los enfoques liberales, como la teoría de la paz democrática, el pacifismo comercial o el institucionalismo, contemplan un sistema internacional donde la difusión de la democracia, el comercio y las instituciones alejen cada vez más la posibilidad de la guerra. Los mecanismos que se postulan son muy variados, desde las restricciones institucionales de la democracia, pasando por las coaliciones económico-sociales transnacionales interesadas en mantener y profundizar el comercio, hasta el potencial de las instituciones internacionales para generar compromisos y reciprocidad. De este modo, algunos países entienden que la mejor estrategia para garantizar la defensa nacional es aquella que descansa en la profundización de estos procesos, en otras palabras, en la difusión de la democracia, en la expansión del comercio mundial y en el fortalecimiento de las instituciones y regímenes globales (Oneal; Russett, 1997).

## DEFENSA NACIONAL: SUS FUNDAMENTOS

La dimensión de los fundamentos de la defensa nacional ha sido virtualmente olvidada tanto en el debate público como en el análisis académico sobre el tema. La discusión e indagación sobre ella suele concentrarse casi exclusivamente en el nivel de los medios y, en particular, en torno a la cantidad y calidad del armamento que un estado posee o a cuestiones de estrategia y táctica militar. Sin embargo, este tipo de aproximación no permite avanzar sobre la comprensión de ciertos fenómenos claves, como por ejemplo, los motivos por los que los países destinan más o menos recursos a sus fuerzas armadas defensa. En este sentido, el nivel de los fundamentos gira en torno a la identificación y explicación de las condiciones políticas que incentivan, o no, el interés de los políticos y la sociedad en la defensa nacional. Desde el punto de vista metodológico los fundamentos permiten dar cuenta de las variaciones en los medios, es decir, son su variable independiente.

Cabe aclarar que la literatura sobre el tema es escasa y para el caso de América Latina se reduce al trabajo de Trinkunas y Pion Berlin (2007) quienes proponen el concepto de “déficit de atención” como una situación en la que la sociedad civil y política tienen un bajo interés por la defensa nacional en el sentido de que recibe escasos recursos materiales y simbólicos. Estos autores sostienen que existen factores estructurales y sociales que determinan el grado de interés; de este modo, este trabajo señala la importancia de identificar y analizar aquellos aspectos que explican la fortaleza o debilidad de la defensa de una nación.



La importancia de este nivel fue señalada con anterioridad en *El Soldado y el Estado*, el clásico trabajo de Huntington (1995) sobre relaciones civiles militares. Aunque allí no se plantea abiertamente la cuestión de los fundamentos, el análisis de Huntington sobre el patrón histórico de las relaciones civiles militares en los Estados Unidos reconoce implícitamente la relevancia explicativa del nivel de los determinantes para explicar la viabilidad de la defensa nacional. Este aspecto se desprende del análisis de los imperativos funcionales y sociales.

Según Huntington, el equilibrio de las relaciones civiles militares, que son esencialmente conflictivas desde su perspectiva, depende de la coexistencia armónica de dos variables: los imperativos sociales y los imperativos funcionales. Los imperativos sociales se derivan de la ideología predominante de la sociedad. Huntington identifica cuatro grandes ideologías: liberal anti-militar, conservadora pro-militar, fascista pro-militar y marxista anti-militar. Por otra parte, los imperativos funcionales se derivan de las amenazas externas percibidas; en este sentido, el grado de compatibilidad entre la ideología predominante y el nivel de amenaza externa es la clave explicativa de la fortaleza o debilidad de la defensa nacional. Huntington analiza el caso de los EEUU hasta la década de 1950 para sustentar su argumento. Sostiene que hasta la Segunda Guerra Mundial la ideología predominante fue profundamente antimilitarista y que este imperativo social permitió, en un contexto de baja amenaza externa, un bajo nivel de gasto militar y de despliegue permanente de militares. En efecto, hasta el comienzo de la Segunda Guerra la sociedad estadounidense había tenido una visión negativa de sus militares; los mismos eran vistos con sospecha y hostilidad. Se consideraba que las fuerzas armadas eran solamente necesarias en tiempos de crisis, cuando la sociedad reconocía la necesidad de movilizar su poder militar pero, cuando el peligro se conjuraba, se aislaba y debilitaba a los militares hasta que surgiera un nuevo conflicto. La Guerra Civil, el conflicto Hispano-Americano y la Primera Guerra Mundial fueron claros ejemplos de este patrón que revelaba el rechazo de la sociedad estadounidense a la presencia de aparatos militares importantes.

El enfoque de los imperativos permite que Huntington pueda anticipar cuándo es más probable que se produzca una crisis en la defensa nacional. Desde esta perspectiva, la defensa de los Estados Unidos enfrentará una etapa de riesgo si se modifica el imperativo funcional (incremento del nivel de amenaza externa) en el contexto de un imperativo social que permanece inalterado. Este es el escenario que Huntington describe al cabo de la Segunda Guerra Mundial cuando la amenaza soviética se vuelve permanente. Existen dos posibles resultados en un contexto de asincronía de los imperativos: o la ideología permanece inmune, lo cual pondría en riesgo a

la nación, o la sociedad se vuelve más conservadora de manera de enfrentar la amenaza externa. Huntington se inclina por esta segunda opción, pero más allá de su posición normativa, lo relevante de su análisis es que identifica el que quizás sea el principal dilema en el nivel de los fundamentos: *cómo compatibilizar las necesidades de la defensa con los valores e ideología dominantes de una sociedad*. La respuesta a este dilema es de vital importancia para la protección de un estado y no puede avanzarse en ella sin reconocer la relevancia de este nivel de análisis cuando se diseña e implementa la política para el área.

En suma, la teoría de Huntington contribuye a señalar la importancia de dos de los principales fundamentos: el nivel de amenazas y los efectos que ejerce sobre la defensa/fuerzas armadas la ideología predominante de una sociedad.

La percepción de amenaza que experimenta un país es un incentivo fenomenal para que los políticos y la sociedad se interesen por la defensa. Los estados que experimentan altos niveles de riesgo externo son los que suelen destinar mayor atención material y simbólica a su dispositivo militar (Desch, 1996). Por el contrario, los países que no enfrentan tales amenazas y que perciben que su supervivencia se encuentra garantizada suelen experimentar “déficit de amenazas”.<sup>2</sup>

Asimismo, existen otras lecturas sobre el impacto de la ideología de las elites políticas y de la sociedad en el grado de interés por la defensa. Aunque se suele partir del supuesto de que las ideas conservadoras o de derecha son más favorables a la defensa nacional, como Huntington sostenía, mientras que las de izquierda tienden a rechazar altos presupuestos militares o políticas exteriores agresivas, en los hechos tal diferencia no se verifica con tanta precisión. El caso de la Argentina es un claro ejemplo de este punto ya que durante la década de los 1990 la implementación del programa neoliberal fue funcional a una continua reducción del presupuesto militar y al desmantelamiento de la industria militar (Eissa, 2010). De hecho, la agenda de la defensa ocupó un lugar marginal durante ese periodo. Ello se debió a que el modelo de desarrollo que proponía el neoliberalismo se asentaba en una lectura del mundo fundada en los principios de la globalización liberal en la que la soberanía y la autonomía estatal parecían principios que se derrumbaban. Organizar un sistema de protección efectivo con el fin de enfrentar potenciales conflictos con fuerzas armadas de otros estados, carecía de sentido cuando se confiaba en el poder pacificador del comercio y las alianzas internacionales para garantizar la soberanía. Este discurso de relativización de la soberanía, sumado a la implementación del Consenso de Washington, condujo al desmantelamiento de la industria militar y a la cancelación de desarrollos tecnológicos de avanzada que eran

banalizados y acusados de ineficientes desde el punto de vista económico y comercial. No es de extrañar, entonces, que las misiones de paz se transformaran, virtualmente, en la misión principal para los militares y que la doctrina de las nuevas amenazas tuviera tanta difusión por aquellos años; algo coherente para un modelo de desarrollo que concebía a la defensa como un gasto innecesario y que tendía a definir al rol militar en términos crecientemente policiales (Canelo 2011).

Por otra parte, aunque la izquierda ha sido definida en muchas ocasiones como antimilitarista, sobre todo como resultado de sus históricos conflictos con las fuerzas armadas, la experiencia reciente de los gobiernos de la nueva izquierda sudamericana muestra el patrón contrario: de un acercamiento a la defensa y a las fuerzas armadas que ha repercutido favorablemente en el aumento del gasto militar y en la adquisición de armamento (Battaglino, 2015). De hecho, estos gobiernos han implementado proyectos políticos que atribuyen a la defensa y/o a las fuerzas armadas el rol de actores claves para alcanzar objetivos definidos como estratégicos. Las administraciones de la nueva izquierda han implementado modelos de desarrollo que han incluido a la defensa/fuerzas armadas; en particular, en el marco de la implementación de distintas variantes de programas neodesarrollistas (D'Araujo, 2010). Los militares también han sido incorporados cuando las capacidades estatales civiles no son suficientes para implementar políticas de ampliación de derechos en vastos sectores de la población. Tal es el caso de Bolivia y en menor medida de Brasil (Dube; Pinzon, 2012).

En este sentido, quizás sea necesario considerar no sólo la orientación ideológica de un gobierno sino también su modelo de desarrollo y, sobre todo, en qué medida incorpora a la defensa/fuerzas armadas para el cumplimiento de sus objetivos. La relevancia de éstos pueden aumentar cuando el modelo de desarrollo incluye objetivos tales como incrementar los márgenes de autonomía nacional para el manejo de los recursos definidos como estratégicos o para mejorar el control de su territorio, en estos casos se suele valorar el despliegue de un instrumento militar debidamente equipado. La importancia atribuida a la autonomía también queda en evidencia en los programas neodesarrollistas que perciben a la defensa como un motor del desarrollo económico y también de su garantía y protección, este aspecto estuvo presente en el diseño de la estrategia de defensa de Brasil del 2008 (D'Araujo, 2010). Desde esta perspectiva, una protección adecuada permite garantizar la soberanía y la integridad territorial, que son los pilares esenciales para el desarrollo y la protección de todos los recursos materiales y humanos que posee la nación. En otros casos, el motor de la defensa lo constituye la implementación de estrategias de política exterior

que incluyen la posibilidad de desplegar globalmente su poder militar, lo cual demanda de una organización equipada para poder interoperar en misiones multilaterales con las fuerzas armadas más avanzadas del planeta.

Asimismo, el antimilitarismo de los políticos y de la sociedad no se encuentra solamente determinado por su ideología sino también por experiencias traumáticas o conflictivas con las fuerzas armadas; tal es el caso de muchas de las llamadas “reacciones civilistas” en la historia de América Latina. Un ejemplo evidente es el de Chile a partir de 1930 cuando la sociedad y los políticos reaccionaron a la militarización de la década previa lo que trajo aparejado una drástica reducción del gasto militar y una prolongada condena social a las fuerzas armadas (Nunn, 1976). Más recientemente se encuentra el caso de la Argentina en donde la experiencia colectiva con la última dictadura, que provocó un genocidio llevado a cabo por fuerzas militares y de seguridad gracias a una estructura estatal omnipresente, generó un profundo rechazo social hacia todo aquello que se asociara con el estado. Este antiestatismo de la sociedad argentina facilitó la implementación del programa neoliberal más radical de toda la región que comenzó a ser desmontado a partir de 2003, con la llegada a la presidencia de Néstor Kirchner. La etapa que comienza en el 2003 señala el retorno progresivo de un estado fuerte pero que esta vez comienza a ser percibido por la sociedad ya no en términos represivos sino como un actor que difunde el bienestar (Grugel; Ruggirozzi 2007). No es casual entonces, que este contexto de reencuentro de la sociedad con el estado sentara las bases para un lento retorno de las cuestiones de la defensa y que se comenzara a pensar desde la política y la sociedad la necesidad de incorporarla a la estrategia de desarrollo nacional.

## COMENTARIOS FINALES

Este trabajo ha explorado un nivel de análisis poco estudiando del concepto de defensa, su principal objetivo no ha sido la exhaustividad sino el de presentar una conceptualización que requiere de ulterior elaboración en la dirección de profundizar tanto la indagación sobre los fundamentos aquí analizados como así también de otros que no fueron contemplados. Asimismo, es necesaria mayor investigación empírica que permita comprender el impacto que los distintos fundamentos tienen sobre los medios y las definiciones de la defensa.

El artículo ha sido motivando en gran medida por la creciente difusión de lógicas de razonamiento que plantean una suerte de reduccionismo armamentista. En efecto, una proporción sustantiva de los debates sobre la defensa en la academia y en los medios de comunicación se concentra en

la importancia de las armas y en la de otros medios de la defensa, desconociendo la relevancia de variables, como los fundamentos, que son las más decisivas a la hora de pensar y gestionar políticamente este tema. El diagnóstico sobre qué es lo principal y qué es lo secundario para la defensa de una nación no puede desconocer la existencia de aspectos fundamentales que son los que finalmente permiten dar cuenta de disimiles niveles de interés en tales cuestiones. Para ello es fundamental distinguir conceptualmente lo principal del epifenómeno.

Nada en este análisis apunta a menoscabar la importancia de las capacidades materiales, por el contrario, las armas son fundamentales y sin ellas no hay victoria posible en un conflicto. Asimismo, el nivel de coherencia entre la estrategia nacional, la estrategia militar y la táctica o doctrina militar es igualmente determinante para la defensa de una nación. Sin embargo, la dimensión de los fundamentos es decisiva en dos planos distintos. Cuando se trata de explicar las variaciones en los niveles de atención política sobre la defensa y cuando debe reflexionarse acerca de cómo promoverla de manera sostenible en el tiempo. La defensa de una nación se juega principalmente en sus fundamentos.

## BIBLIOGRAFÍA

ACUÑA, M.; RUNZA, R. *Hacia la modernización del sistema de defensa argentino*. Buenos Aires: Altamira, 2006.

ANZELINI, L.; POCZYNOK, I. De la política militar a la política de defensa. El ciclo de planeamiento de la defensa nacional (2007-2011) como punto de inflexión. *Perspectivas para la gestión, el Estado y las políticas públicas*, v. 1, n. 2, p. 72-95, 2014.

ARREGUIN-TOFT, I. *How the weak win wars: a theory of asymmetric conflict*. New York and Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BATTAGLINO, J. Políticos y militares en los gobiernos de la nueva izquierda sudamericana. *Política y Gobierno*, v. XXII, n. 1, p. 3-43, primer semestre 2015.

BATTAGLINO, J. Auge, caída y retorno de la defensa en la Argentina. *Foreign Affairs Latinoamérica*, v. 13, n. 1, p. 32-39, enero-marzo 2013.

BIDDLE, S. *Military power: explaining victory and defeat in modern battle*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

BUTFOY, A. Offence-defence theory and the security dilemma: the problem with marginalizing the context. *Contemporary Security Policy*, v. 18, n. 3, p. 38-58, 1997.

BUZAN, B. Will the 'global war on terrorism' be the new cold war? *International Affairs*, v. 82, n. 6, p. 1101-1118, 2006.

BUZAN, B.; WEAVER, O. *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, B.; WAEVER, O; WILDE, J. de. *Security: a new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CANELO, P. Consideraciones sobre la subordinación de las Fuerzas Armadas

argentinas durante los años noventa. In: PUCCIARELLI, A. (Coord.). *Los años de Menem*. La construcción del orden neoliberal. Buenos Aires: Siglo XXI, 2011.

CALLE, F. Rambo, versión sudamericana. El impacto regional del rearme de

Venezuela y Chile. *Nueva Sociedad*, v. 211, p. 13-21, 2007.

D'ARAUJO, M. C. Los militares y el desarrollo en América del Sur. In: DONADIO, M. (Comp.). *La reconstrucción de la seguridad nacional*. Defensa, democracia y cuestión militar en América Latina. Buenos Aires: Resdal-Prometeo, 2010.

DESCH, M. Threat Environments and Military Missions. In: DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F. (Ed.). *Civil-military relations and democracy*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, p. 12-30, 1996.

DIAMINT, R. *Control civil y Fuerzas Armadas en las nuevas democracias latinoamericanas*. Buenos Aires: Nuevo Hacer, 1999.

DUARTE VILLA, R.; WEIFFEN, B. South American re-armament: from

balancing to symbolizing power. *Contemporary Security Policy*, v. 35, n. 1, p. 138-162, 2014.

DUBE, S.; PINZÓN, V. G. Las tareas contemporáneas de las fuerzas armadas latinoamericanas y la necesaria revisión de la teoría de la consolidación democrática. *Estudios Ibero-Americanos*, v. 38, n. 1, p. 119-143, 2012.

ESCUDE, C. *El protectorado argentino y su indefensión actual: un análisis desde el realismo periférico*. Trabajo presentado en el Congreso de FLACSO/ISA, Buenos Aires, julio de 2014.

EISSA, S. *Lo que el neoliberalismo se llevó*. Reconstruyendo la política de defensa argentina. Working Paper n. 40. Programa Defensa y Seguridad. Buenos Aires: Centro Argentino de Estudios Internacionales, 2010.

FONTANA, A. La política militar en un contexto de transición: Argentina 1983-1989. *Documento CEDES*, v. 34, 1990.

FREDERIC, S. *Los usos de la fuerza pública*. Debates sobre militares y policías en las ciencias sociales de la democracia. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2011.

GRAY, C. Strategic ideas and defense policy: the organizational nexus. In: BEAMONT, R.; MARTIN, E. (Ed.). *War in the next decade*. Lexington: University Press of Kentucky, 1974, p. 89-109.

GRUGEL, J.; RIGGIROZZI, M. P. The return of the state in Argentina. *International Affairs*, v. 83, n. 1, p. 87-107, 2007.

HUNTINGTON, S. *The soldier and the State*. Cambridge Massachusetts: The Belknap Press, 1995.

HUSER, H. *Argentine civil-military relations: from Alfonsín to Menem*. Washington: National Defense University Press, 2002.

LAFERRIERE, G.; SOPRANO, G. *El ejército y la política de defensa en la Argentina del siglo XXI*. Rosario: Prohistoria, 2015.

LIEBER, K. *War and the engineers*. The primacy of politics over technology. Ithaca: Cornell University Press, 2005.

LÓPEZ, E. *Ni la ceniza ni la gloria: actores, sistema político y cuestión militar en los años de Alfonsín*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1994.

MANI, K. Military entrepreneurs: patterns in Latin America. *Latin American Politics and Society*, v. 53, n. 3, p. 25-55, 2011.

MURRAY, D.; VIOTTI, P. (Ed.). *The defense policies of nations: a comparative study*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1994.

NUNN, F. M. *The military in chilean history: essays on civil military relations, 1810-1973*. Albuquerque: University of New Mexico, 1976.

ONEAL, J.; RUSSETT, B. The classical liberals were right: democracy, interdependence, and conflict 1950-1985. *International Studies Quarterly*, v. 41, n. 2, p. 267-293, 1997.

PION-BERLIN, D.; TRINKUNAS, H. Attention deficit: why politicians ignore defense policy in Latin America. *Latin American Research Review*, v. 42, n. 3, p. 76-100, 2007.

PION-BERLIN, D.; ARCENEUX, C. Decision-makers or decision-takers? Military missions and civilian control in democratic South America. *Armed Forces & Society*, v. 26, p. 413-436, 2000.

RESDAL. *Atlas comparativo de la defensa nacional*. Buenos Aires: Resdal, 2015.

SCHEETZ, T.; PFURR, A.; GRATACOS, M. A. *Manual de teoría de la gestión económica de las Fuerzas Armadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2015.

SCHWELLER, R. Unanswered threats: a neoclassical realist theory of underbalancing. *International Security*, v. 29, n. 2, p. 159-201, fall 2004.

WALT, S. Alliance formation and the balance of world power. *International Security*, v. 9, p. 3-43, spring 1985.

WALTZ, K. *Teoría de la política internacional*. Buenos Aires: GEL, 1979.

WILSON, I.; FOREST, J. *Handbook of defence politics*. International and comparative perspectives. London and New York: Routledge, 2008.



## NOTAS

1. De un total de 53 trabajos sobre defensa en la Argentina publicados entre el 2000 y el 2014 ninguno hizo referencia a la dimensión de los fundamentos.
2. El “déficit de amenazas” puede ser definido como un escenario estratégico en el que la percepción o percepciones de amenaza a la defensa de un Estado desaparecen, o se debilitan considerablemente, y no son reemplazadas por otras nuevas. Un tratamiento detallado de este concepto puede encontrarse en Buzan (2006).

## FUNDAMENTOS OLVIDADOS DE LA POLÍTICA DE DEFENSA: REFLEXIONES A PARTIR DEL CASO ARGENTINO

### RESUMEN

Los estados destinan disímiles recursos materiales y simbólicos a su defensa nacional, es decir, le asignan distinta importancia a la misma. Este artículo propone una conceptualización del concepto de defensa que incluye el nivel de los fundamentos los cuales permiten explicar las variaciones en el interés de los estados en este tema.

Palabras-clave: Defensa Nacional; Fundamentos Determinantes, Argentina.

### ABSTRACT

The states allocate different material and symbolic resources to national defense, namely, assign different importance to the defense. This article proposes a conceptualization of the concept of defense, which includes the level of the fundamentals, which helps explain variations in the interest of the states in this area.

Key-words: National Defense; Determinat Grounds; Argentina.

Recebido em: 26/02/2016. Aprovado para publicação em: 11/05/2016.

Resenha crítica

---



Resenha de: ZIRKER, Daniel. *Forging military identity in Culturally Pluralistic Societies: quasi-ethnicity*. Maryland: Lexington Books, 2015

---

SUZELEY KALIL MATHIAS

Conhecido no Brasil por suas pesquisas a respeito das forças armadas (FFAA) e participação militar na vida política e econômica do país, Daniel Zirker acaba de organizar uma obra que tem tudo para tornar-se referência nos estudos militares, mais especificamente da relação entre construção de regimes democráticos e a inserção das forças armadas nestes regimes. Trata-se de *Forging military identity in Culturally Pluralistic Societies: quasi-ethnicity*, ainda sem tradução brasileira.

O livro é uma reunião de seis trabalhos, cinco dos quais sobre países africanos, três colonizados pelos ingleses na África oriental – Tanzânia, Uganda e Quênia –, dois por franceses, um na África ocidental – Guiné (Conacri) –, e outro no norte – Argélia – e um sul-americano, o Suriname. Em comum todos eles têm a independência tardia das suas metrópoles, e a construção de um novo Estado sob condições bastante adversas, de guerras civis sangrentas e dolorosas. Em todos eles, o centro da discussão é a construção da identidade militar em conjunto com a edificação do regime político.

Mas porque um livro que trata de alguns países da África e de um minúsculo da América do Sul interessaria? Para além do crescimento dos estudos sobre a África, que reflete o interesse brasileiro em política externa, é na abordagem teórica e metodológica que reside o principal interesse na obra: trata-se de uma visão étnica da política, que indica novos caminhos para entender um ator que foi e continua a ser muito importante nas jovens ou renovadas democracias, as Forças Armadas, sejam elas tomadas pelas forças singulares (armada, exército e força aérea), seja em seu conjunto. Independentemente da latitude em que se encontram, tais atores são o instrumento de configuração do poder estatal, pois são eles que detêm a força na forma do monopólio das armas.

Ademais, estudos como este permitem compreender melhor as causas de crescentes fenômenos contemporâneos, como o nascimento de movimentos como o Estado Islâmico, o Boko Haran e a escalada de violência

que tem assolado a África e o Oriente Médio, com suas consequências humanitárias e ambientais para todo o globo. Compreender, pois, como se configura a identidade militar nesses países auxilia a entender outras realidades, nas quais a presença castrense na política sempre foi uma constante ou, em contrapartida, auxilia também no estudo daqueles casos em que a ausência castrense na política foi a regra.

Central no livro é o conceito de quase etnia, que deriva de uma visão étnica da política e diz respeito, nas palavras do próprio Zirker: “Por *quase etnia*, queremos compreender o comportamento que espelha ou replica alguns aspectos importantes, como o sentimento de ascendência comum e de uma história compartilhada. Extraordinariamente importante é a percepção do agente”.<sup>1</sup>

*Quase etnia* vem sempre grafada em itálico, mostrando que se trata de um conceito de difícil construção, ou ainda, uma construção inacabada ou incompleta. O conceito é esmiuçado na introdução, na qual o organizador, Daniel Zirker, busca mostrar como o mundo atual, particularmente em sociedades multiétnicas, tem seus sistemas políticos fundados na intersecção entre interesses e etnia – o que se pode chamar de etnopolítica. Também neste capítulo é proposta a aplicação do modelo *quase étnico* aos países estudados, compondo um mosaico de casos que testam o próprio modelo.

A escolha dos países pode parecer aleatória, mas não o é. À exceção de Tanzânia e Uganda, apresentados em conjunto, não se trata de um esforço comparativo, cada um dos casos constituindo um universo em si mesmo. Por isso mesmo, em cada um dos capítulos é possível perceber um certo padrão de edificação militar que extrapola as origens coloniais e idade da nação. Em todos os exemplos apresentados, a identidade militar é resultado de uma ideia fundada na criação de uma etnia que foge aos padrões étnicos das suas próprias sociedades. Enfatize-se, todavia, que não se nega tais padrões étnicos, mas dá a eles outro significado.

É justamente o sentido de tradição inventada, para utilizar uma expressão de Eric Hobsbawm,<sup>2</sup> que se quer incorporar na criação de forças armadas quase étnicas. Assim, cada um dos capítulos descreve como o militar se afirma diante dos outros, seja do estrangeiro, distinguindo amigo e inimigo, seja de seus concidadãos, impregnando-se do que acreditam ser o mais representativo da nacionalidade – por exemplo, uma língua própria e singular do grupo.

Tais atributos são mostrados em cada um dos capítulos. Assim, no caso da Guiné – chamada no Brasil de Guiné Conacri para diferenciá-la da Guiné Bissau e da Guiné Equatorial –, Mamadou Diouma Bah defende que o sistema de quase etnicidade nas FFAA foi responsável pela ausência de guerras civis na Guiné, mas não foi suficiente para gerar um regime demo-

crático, cujo desenvolvimento depende da subordinação militar às autoridades civis, condição mesma de construção de uma sociedade civil no país.

Ibikunle Adeakin debruça-se sobre o caso da Nigéria, mostrando que este é o país de maior diversidade étnica do mundo. Aqui também a construção de uma identidade quase étnica nas FFAA foi importante fator de coesão da própria sociedade. A base sobre a qual se assenta esta quase identidade das FFAA nigerianas está no desenvolvimento de uma linguagem própria, um “inglês militarizado” que a distingue dos sem números de dialetos presentes no país.

O organizador é responsável pelo único estudo comparado do livro, que trata de “contrastar similaridades” na construção quase étnica das FFAA da Tanzânia e de Uganda. Nesses países a identidade militar quase étnica foram “inventadas rápida e intencionalmente”, resultando na “politização castrense e militarização da sociedade civil” para o primeiro e no “*lumpen militariat*” em Uganda.

Já no Quênia, estudado por Thomas Stubbs, aponta-se que os militares não foram capazes de construir uma identidade quase étnica nas FFAA. Ao contrário, a etnia continua a ser “principal instrumento de carreira e oportunidades”. Todavia, esta identidade não representa intensa participação na política; ao contrário, esse é um caso de combinação entre autonomia militar e respeito às autoridades civis.

Compondo um exemplo de país norte-africano, Yassine Belkamel apresenta a Argélia que, diferente dos demais casos, criou FFAA únicas, seculares e unidas pela ideologia, não reguladas pela multiplicidade étnica da sociedade. Todavia, a construção do Estado do qual são parte as FFAA, privilegiou um comportamento que continua a gerar violência, especialmente contra os mulçumanos e os berberes, que impede a construção de um regime verdadeiramente democrático.

O único caso não africano fecha o livro. Escrito por Paulo Gustavo Pellegrino Correa, ele trata do Suriname, país sul-americano cuja independência foi bastante tardia, em 1975. Na falta de uma tradição para erigir suas forças armadas, o afastamento de cada grupo étnico em particular foi instrumental para a construção das FFAA surinamesas. No entanto, não se aproveitou a presença de problemas clássicos de defesa – o Suriname vive à beira da guerra com seus vizinhos em razão de problemas de fronteira – para profissionalizá-las e, da mesma forma que os outros casos estudados, não foi suficiente para afastá-las do poder ou garantir a democracia.

Os grandes ausentes da edição são os mapas e desenhos. De fato, nenhum dos autores localiza geograficamente o país de estudo ou representa graficamente suas diferenças étnicas. Apenas Correa apresenta um quadro com a atual composição percentual da população surinamesa. Para os não

iniciados, tal ausência limita a compreensão do fenômeno enfocado. Apesar disso, entretanto, como dito no início, trata-se de um importante livro, cujo principal conteúdo está no desenvolvimento de um novo modelo, baseado no conceito de quase etnia, para pensar as FFAA e sua inserção nas jovens democracias.

Palavras-chave: forças armadas, identidade, quase etnia, democracia.

## NOTAS

1. Tradução livre de “By *quasi-ethnicity*, we mean to say *behavior that mirrors or replicates* in some important ways a sense of *shared common descent and/or history*. Perceptions are extraordinarily importante in this regard” (Zirker, 2015, p. 5, ênfases no original).
2. Título do livro escrito por Eric Hobsbawm em conjunto com Terence O. Ranger e traduzido no Brasil por Celina Cardim Cavalcanti (Paz e Terra, 1984).

Recebido em: 08/02/2016. Aprovado para publicação em: 18/02/2016.

## Diretrizes para Autores

1. Os artigos e ensaios devem conter até 45 mil caracteres (sem espaços) e as resenhas de livros devem conter cerca de 6 mil caracteres (sem espaços) e se referir a obras publicadas há, pelo menos, quatro anos. São aceitas publicações em português, espanhol e inglês. Ao menos um dos autores deve ter a titulação mínima de mestre.

2. Os textos submetidos à RBED devem estar formatados em espaço simples, fonte de 12 pontos, com uso do itálico para ênfases e aspas apenas para citações. As notas de rodapé restringem-se a esclarecimentos adicionais ao texto e devem sersintéticas. URLs para referências devem ser informadas com as datas de acesso, e sempre ao final do texto, nas referências completas.

3. A bibliografia deve ser citada de acordo com o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do texto; no caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada. Exemplos:

- Livros: Mearsheimer, John J. (2001) *The Tragedy of Great Power Politics*. New York, London: W. W. Norton.

- Artigos: Fuccille, Alexandre. (2014) “O Brasil e a América do Sul: (re)pensando a segurança e a defesa na região”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, v.1, n.1, jul./dez, pp: 112-146.

- Capítulos: Battaglino, Jorge. (2010) “La política militar de Alfonsín: la implementación del control civil en un contexto desfavorable”. In: Gargarella, Roberto; Murillo, Maria Victoria; Pecheny, Mario (Eds.). *Discutir Alfonsín*. Buenos Aires: Siglo XXI, pp. 161-184.

4. Os textos submetidos à RBED devem dispor de títulos concisos (máximo de 80 caracteres, com espaço) em português/espanhol e inglês.

5. Os textos submetidos à RBED devem vir acompanhados de 4 palavras-chave e de resumo com até 50 palavras em português/espanhol e inglês.

6. As submissões não devem conter o nome do autor ou quaisquer referências a este, a fim de possibilitar a avaliação cega pelos pares.

7. Os autores que tiverem sua proposição aprovada devem declarar que cedem os direitos autorais à Associação Brasileira de Estudos de Defesa, podendo esta incluir o trabalho publicado em bases de dados públicas e privadas, no Brasil e no exterior. Devem ainda declarar que são o os únicos responsáveis pelo conteúdo do texto e que o mesmo não contém nada que possa ser considerado ilegal ou difamatório de terceiros.

8. As submissões em desacordo com as Instruções aos Autores não serão admitidas para avaliação e seus propositores serão devidamente comunicados.



